

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JADE VILAR DE AZEVEDO

**QUANDO AZMINA FALAM:**  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JORNALISMO FEMINISTA, DIGITAL E  
INTERSECCIONAL NA REVISTA AZMINA

João Pessoa

2021

JADE VILAR DE AZEVEDO

**QUANDO AZMINA FALAM:**

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JORNALISMO FEMINISTA, DIGITAL E  
INTERSECCIONAL NA REVISTA AZMINA.

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós Graduação em Comunicação  
da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de pesquisa: Mídia, cotidiano e  
imaginário.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Isabella Chianca  
Bessa Ribeiro do Valle.

João Pessoa

2021

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catálogo e Classificação**

A994q Azevedo, Jade Vilar de.

Quando AzMina falam : um estudo de caso sobre o jornalismo feminista, digital e interseccional na revista AzMina / Jade Vilar de Azevedo. - João Pessoa, 2021.

175 f. : il.

Orientação: Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo feminista. 2. Jornalismo digital. 3. Jornalismo interseccional. 4. Revista AzMina. I. Valle, Isabella Chianca Bessa Ribeiro do. II. Título.

UFPB/BC

CDU 07::141.72(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS**

**ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA**  
**JADE VILAR DE AZEVEDO**

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, realizou-se através de videoconferência (<https://meet.google.com/ruk-fusc-qzs>), a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: “QUANDO AZMINA FALAM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JORNALISMO FEMINISTA, DIGITAL E INTERSECCIONAL NA REVISTA AZMINA”, apresentada pela aluna Jade Vilar de Azevedo, Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM COMUNICAÇÃO, área de Concentração em Comunicação e Culturas Midiáticas, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Profa. Dra. Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle (PPGC/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as professoras doutoras Viviane Gonçalves Freitas (UFMG) e Margarete Almeida Nepomuceno (UFPB). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente, Profa. Dra. Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle, convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADA. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle (Secretária ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 29 de março de 2021.

Prof. Dra. Viviane Gonçalves Freitas

Prof. Dra. Margarete Almeida Nepomuceno

Prof. Dra. Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle  
Presidente da Banca

## AGRADECIMENTOS

Uma jornada que se conclui. Repleta de altos e baixos, uma troca de tema de pesquisa, nova orientação, uma pandemia mundial e uma reformulação na estruturação da revista AzMina, meu objeto de pesquisa. Mas aqui chegamos, assim, no coletivo. Por trás desse trabalho existem muitas existências, as quais me emprestaram o intelecto e discernimento para guiar meu projeto. À minha orientadora Isabella Valle meu muito obrigada por ser a cabeça mais pensante, a correção mais cirúrgica e os direcionamentos mais acertados. Agradeço imenso por esse compartilhamento de jornada e por me deixar beber da fonte da sua competência e capacidade. À minha banca por tamanho empenho e dedicação no melhoramento dessa pesquisa, vocês a elevaram a um patamar muito além do inicial, foram preciosas nas indicações e me sinto muito grata por poder contar com essa potência. Que privilégio desenvolver um projeto cercada de pesquisadoras além. Agradecimento especial à Margarete Almeida que desde a graduação me impulsiona, professoras/pessoas como você fazem os alunos/mundo serem lugares mais bonitos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro durante todo o curso.

Ao meu companheiro de quase todas as outras jornadas, que jamais solta a minha mão e que é o impulsionador principal não só dos meus sonhos e desejos, mas das possibilidades de tudo que ele acredita fielmente que posso ser. Acabo querendo ser sempre mais, porque ele tem certeza de que posso. Obrigada Gustavo Ventura por fundir sua jornada com a minha e por fazer ela sempre ir além. O seu apoio e amor são bases sobre as quais alcei meus voos mais altos. Amo-te imenso. À minha família por ter me proporcionado a melhor trajetória de vida. Crescer cercada pelo amor, cuidado e investimentos de vocês, sempre me fizeram também querer ir além para que eu pudesse ser motivo de orgulho, assim como vocês são para mim. Reconheço o acesso a possibilidades que sei que vocês não tiveram e que lutaram com afinco para que eu pudesse ter, essa capacidade de doação do melhor para o outro é a forma mais sublime de amor. Amo vocês desde sempre.

Aos meus amigos de vida, obrigada por existirem. Com vocês tudo é mais leve, bonito e especial. Vocês são a família que eu escolhi. Recebam o meu amor e gratidão. Aos meus amigos com os quais o mestrado me presenteou, em especial Danilo Monteiro e Larissa Lopes, obrigada por dividirem essa jornada louca, profunda e emocionante comigo, tenho certeza de que tive a sorte grande de ter participado da melhor turma. A mim, por me permitir sempre ir além, aprendendo tudo que posso pelo caminho. Até aqui expandi e isso é tanto. Ao sagrado,

que tudo guia e em mim vive e pulsa, obrigada por permitir a experiência. Em tempos desoladores para o mundo, poder estar concluindo um trabalho em que acredito na contribuição para o melhoramento das práticas jornalísticas do mundo que queremos ser, é no mínimo emocionante. Agradeço o privilégio, finco na crença de que coletivamente iremos atravessar os tempos difíceis e reitero minha esperança de podermos sempre ir além.

## RESUMO

Em uma sociedade patriarcal toda movimentação das mulheres é uma pequena revolução e todos os seus atos de produção de conteúdo foram uma subversão, em menor ou maior grau de rebeldia, do papel inicial imputado às mesmas de só existirem dos limites dos lares para dentro. Porém, durante um longo período a construção das pautas de resistência dos movimentos feministas e as representações jornalísticas das mulheres operaram sob uma lógica homogeneizante. Nesse contexto, que mulheres existem na invisibilização quando a análise de gênero é apartada de raça e classe? A fim de desconstruir a ideia de uma pretensa homogeneização na categoria mulher, analisamos em profundidade o imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade nas reportagens especiais da revista digital AzMina. Para isso, fizemos um estudo de caso do veículo observando as práticas que se reverberam na construção das narrativas - transformando-as em categorias analíticas e através da metodologia intracategorial mostramos como elas expõem os grandes entremeios interseccionais que existem na categoria mulher quando gênero encontra raça e classe nas análises. Observamos como a união dessas epistemologias precedentes, também na prática jornalística atual, pode fazer o campo avançar na contemplação da complexidade inerente ao social, tendo nas possibilidades do digital uma ferramenta de fomento e propulsão. Concluimos que o jornalismo feminista é uma base epistemológica e prática na forma de analisar e representar qualquer assunto através da égide da equidade de gênero e que a interseccionalidade se encaixa nesse contexto como uma práxis necessária para que essa equidade não seja confundida com homogeneidade e que, portanto, a complexidade das especificidades de cada realidade em análise esteja realmente presente nas representações.

**Palavras-chave:** AzMina; Jornalismo Feminista; Interseccionalidade; Jornalismo Digital

## **ABSTRACT**

**Title: WHEN AZMINA SPEAKS: A CASE STUDY ON FEMINIST, DIGITAL AND INTERSECTIONAL JOURNALISM IN AZMINA MAGAZINE.**

In a patriarchal society every movement of women is a small revolution and all of their acts of content production were a subversion, to a lesser or greater degree of rebellion, of the initial role attributed to them of existing only from the limits of the homes inside. However, for a long period the construction of the resistance lines of the feminists movements and the journalistic representations of women operated under a homogenizing logic. In this context, what women exist in invisibilization when gender analysis is separated from race and class? In order to deconstruct the idea of an alleged homogenization in the woman category, we analyzed in depth the overlap of feminist journalism with intersectionality in the special reports of the digital magazine AzMina. For this, we made a case study of the vehicle observing the practices that reverberate in the construction of the narratives - transforming them into analytical categories and through the intra-category methodology we show how they expose the great intersectional intersections that exist in the category women when gender meets race and class in the analyzes. We observe how the union of these epistemologies in journalistic practice can advance the field in contemplating the complexity inherent to the social, having the possibilities of digital as a tool for promotion and propulsion. We conclude that feminist journalism is an epistemological and practical basis in the way of analyzing and representing any subject through the aegis of gender equity and that intersectionality fits in this context as a necessary praxis so that this equity is not confused with homogeneity and that, therefore, the complexity of the specificities of each reality under analysis is really present in the representations.

**Keywords:** AzMina; Feminist Journalism; Intersectionality; Digital Journalism

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Corpus</i> da pesquisa .....	14
Tabela 2- Outros projetos de jornalismo feminista e digital .....	62
Tabela 3- Subseções da aba Opinião .....	102
Tabela 4- Equipe oficial da AzMina .....	104
Tabela 5- Colunistas da AzMina .....	106

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 FEMINISMOS E IMPRENSA</b> .....	16
2.1 BREVE MERGULHO NA HISTÓRIA DOS FEMINISMOS .....	16
<b>2.1.1 Feminismo euro-americano</b> .....	16
2.1.1.1 Marolas iniciais e primeira onda .....	16
2.1.1.2 Segunda onda: sufragismo .....	19
2.1.1.3 Terceira onda.....	24
<b>2.1.2 Feminismo em terras brasileiras</b> .....	27
2.1.2.1 Marolas iniciais e primeira onda .....	27
2.1.2.2 Segunda onda .....	30
2.1.2.3 Terceira onda.....	33
2.2 IMPRENSA BRASILEIRA PARA MULHERES .....	35
<b>2.2.1 Primórdios</b> .....	35
<b>2.2.2 De mulheres para mulheres</b> .....	38
<b>2.2.3 Jornalismo feminista no Brasil</b> .....	42
2.2.3.1 Primeira fase .....	42
2.2.3.2 Segunda fase .....	47
2.2.3.2.1 <i>Mulherio (1981-1988)</i> .....	48
2.2.3.2.2 <i>Nzinga Informativo (1985-1989)</i> .....	49
2.2.3.2.3 <i>Jornal Fêmea (1992- 2014)</i> .....	52
2.3 QUARTA ONDA, FEMINISMOS E JORNALISMO DIGITAL.....	53
<b>2.3.1 Um adendo da realidade complexa e contraditória</b> .....	59
<b>2.3.2 Jornalismo feminista e digital</b> .....	61
<b>2.3.3 Feminismos plurais</b> .....	68
2.3.3.1 Feminismo liberal .....	68
2.3.3.2 Feminismo radical.....	70

2.3.3.3 Feminismo decolonial .....	73
2.3.3.4 Feminismos interseccionais .....	76
<b>3 INTERSECCIONALIDADE .....</b>	<b>79</b>
3.1 CONTEXTO ESTADOS UNIDOS .....	79
3.2 CONTEXTO BRASIL .....	85
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>90</b>
4.1 ESTUDO DE CASO .....	91
4.2 INTRACATEGORIAL .....	94
<b>5 AZMINA .....</b>	<b>97</b>
5.1 SOBRE MUDANÇAS E A INTERSECCIONALIDADE .....	109
5.2 AZMINA POR AZMINA .....	113
5.3 HÁ OUTROS CAMINHOS PARA SE DISCUTIR.....	115
<b>6 QUANDO AZMINA FALAM: ANÁLISE DAS REPORTAGENS.....</b>	<b>121</b>
6.1 HUMANIZAÇÃO DOS RELATOS: ANÁLISE DA REPORTAGEM PRIMEIRA GERAÇÃO- ROMPENDO O CICLO FAMILIAR DE TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL. ....	121
6.2 APROXIMAÇÃO DAS REALIDADES ATRAVÉS DE DADOS INTERSECCIONAIS: ANÁLISE DA REPORTAGEM ENTRE MACHISMO E RACISMO, MULHERES NEGRAS SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. 128	
6.3 DESCONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DE CONTROLE: ANÁLISE DA REPORTAGEM MÃES QUE ESPERAM.....	134
6.4 CAPACIDADE DE AGÊNCIA: ANÁLISE DAS REPORTAGENS SILÊNCIO ATRÁS DA SERRA E ABOLIÇÃO PARA QUEM? .....	140
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>165</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pela temática das intersecções entre mídia e gênero se iniciou no decorrer da graduação em jornalismo, resultando em um trabalho de conclusão de curso (AZEVEDO, 2017) voltado para a análise da apropriação do feminismo pelas revistas, em especial as de moda, transformando-o em um produto ajustado ao mercado hegemônico. A reprodução de pequenas doses descontextualizadas de trechos selecionados do discurso do movimento adornavam as páginas da revista com pretensas subversões, mas reverberavam em seus entremeios as estruturas de manutenção das opressões patriarcais. Temáticas sobre corpo livre eram estampadas com corpos padronizados, mulheres negras eram representadas por cotas mínimas, até mencionadas, mas pouco protagonizadas. As que conseguiam romper determinadas barreiras de representação eram as que reproduziam em seus corpos uma imagética o mais aproximada possível do padrão branco. Revistas feitas por mulheres, falando sobre mulheres, mas constituídas por discursos forjados nos mesmos moldes de subalternização, representando uma realidade recortada pelo mesmo espectro de exclusão histórico.

Na pesquisa de mestrado quis delinear um outro caminho, lançar luz sobre o processo de mulheres se apoderando da escrita enquanto ferramenta de resistência e analisando as realidades de sujeição pelo espectro da epistemologia feminista e interseccional. Aqui, me interessa a insubordinação resultando em diversas publicações contestatórias, mulheres falando sobre si, mas sob a égide de uma tentativa de afastamento da constituição dos discursos hegemônicos, ressignificando os contextos que as perpassam. Incluindo na centralidade analítica mulheres e realidades invisibilizadas, propondo métodos que complexifiquem o olhar sobre o mundo e que abarquem vivências relegadas à exclusão histórica. O foco são mulheres, existindo em uma sociedade patriarcal e racista, criando estratégias para forjarem discursos dentro de outras lógicas constitutivas, voltadas para o constructo de uma sociedade mais equânime. O interesse por essa pesquisa nasce de uma inquietação do meu lugar de fala e existência no mundo, enquanto mulher branca, jornalista e de classe média, perpassada por intersecções de opressões, mas beneficiária de muitos privilégios estruturais. Como o jornalismo exercido por mulheres em configurações sociais semelhantes à minha, que consequentemente alcançam espaços de poder com menos dificuldades, atua em intenções e práticas na produção de visibilidades das realidades de outras mulheres não perpassadas por tais privilégios de raça e classe? Como o jornalismo feminista pode se tornar uma ferramenta interseccional e fomentar a luta pela igualdade inter e intra gênero? Pontuado isso, o objetivo

geral deste trabalho é analisar o imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade, nas reportagens especiais selecionadas da revista digital AzMina.

Para se entender os princípios da insubordinação e seu desaguar na construção de um movimento mundial, desenvolvi no capítulo 2 uma contextualização histórica das marolas iniciais à formação de ondas feministas que se chocaram com o social hegemônico, na busca por direitos e desestruturação das dinâmicas de poder assimétricas. Primeiro delinee o desenrolar do movimento euro-americano e em seguida no contexto Brasil. O foco da presente pesquisa é midiático, portanto, o objeto de estudo conceitual é a resultante do encontro da epistemologia feminista desenvolvida nesse percurso com processos de mídia, em específico, o jornalístico. Isso posto, esmiucei o desenrolar da imprensa jornalística feminista no Brasil, desde seus primórdios em periódicos, até a digitalização desses processos na quarta e atual onda feminista, que tem a mediação tecnológica enquanto basilador central da exponenciação da difusão do movimento. O fim desse capítulo foi desenvolvido para suprir uma necessidade de pesquisa de diferenciar e contextualizar as variadas vertentes que coexistem nos movimentos feministas. Em conjunto, todas nascem a partir do reconhecimento da opressão das mulheres, mas desenvolvem-se a partir da pluralidade de diferentes bases conceituais e críticas acerca da origem das mesmas e de como enfrentá-las. Nesse contexto se fomenta a desomogenização do feminismo, lançando luz sobre a complexidade existente não só entre as mulheres, mas dentro dos próprios movimentos.

A incorporação da perspectiva de gênero na problematização do social foi, e permanece sendo, uma árdua conquista dos movimentos feministas, e a intersecção com as questões de raça e classe, um entremeio ainda mais difícil de ser visibilizado. Por isso, a presente pesquisa se propõe a estudar como esse processo está se dando no jornalismo feminista, em um contexto mediado pelo digital. Kimberlé Crenshaw (1989), embasada na epistemologia teórica de outras pensadoras negras precedentes, cunhou o termo interseccionalidade para nomear e teorizar acerca dessa perspectiva analítica da realidade em que se observa a intersecção de marcadores sociais múltiplos produzindo realidades de opressão e privilégios distintas. Atentando-se para o fato de que na base de todos os processos de subordinação se encontram as mulheres negras. Nessa assimetria, a problematização das questões se deu tradicionalmente pautada a partir da branquitude, eclipsando as abismais diferenças internas que existem na categoria mulher, a qual foi reverberada historicamente enquanto homogênea. O capítulo 3 é dedicado ao detalhamento aprofundado dessa perspectiva teórica no contexto dos Estados Unidos e no Brasil.

Para a execução da pesquisa utilizei um conjunto de técnicas metodológicas esmiuçadas no capítulo 4. A pesquisa é qualitativa, alocada dentro da configuração de um estudo de caso.

“Qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” (STAKE, 2011, p. 21), resultando em observação sistemática e aprofundada acerca do imbricamento da interseccionalidade com o jornalismo feminista da AzMina. “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (GODOY, 1995, p. 25). Com enfoque exploratório e descritivo, esse percurso metodológico visa coletar dados e problematizar diferentes dimensões de uma questão inserida em um contexto social, pontuando novas descobertas acerca do objeto em estudo.

Para analisar a interseccionalidade dentro da categoria mulher, utilizei a metodologia de análise intracategorial proposta por Leslie McCall (2005). A partir dela se propõe uma reorganização crítica da categorização das análises, a fim de abarcar experiências invisibilizadas em generalizações nos moldes tradicionais de análise, como as vivências das mulheres negras (MCCALL, 2015, p. 1780). Essa metodologia foca no estudo de um grupo social específico (intra), que na presente pesquisa serão as mulheres, porém interseccionando marcadores a fim de delinear as diferenciações existentes na pretensa homogeneidade proposta em perspectivas universalistas.

O capítulo 5 é dedicado a descrição do objeto de pesquisa concreto, a revista digital AzMina, enquanto uma das resultantes contemporâneas do desenvolvimento do jornalismo feminista conformado aos moldes tecnológicos atuais, tendo toda a sua produção reproduzida no digital. Nesse capítulo sua estrutura, equipe e funcionamento, foram destrinchados, a princípio através de observação direta e sistemática e depois abrindo um subtópico com informações endógenas acerca do veículo concedidas a mim em entrevista pela codiretora da AzMina, Thais Folego<sup>1</sup>. A escolha da revista digital AzMina em específico se deu por alguns fatores, a começar pela minha proximidade com o objeto de pesquisa, enquanto consumidora ativa das produções do veículo. Indo também para um contexto situacional, nós, os nascidos a partir da década de 90, formamos uma geração de jornalistas que adentraram em um mercado de trabalho já profundamente baseado na centralidade das práticas de produção do jornalismo digital. Além disso, se trata de uma revista criada dentro do mundo digital e conseqüentemente uma resultante da digitalização dos movimentos feministas, *background* de diversas searas que exploro na dissertação.

---

<sup>1</sup> Entrevista na íntegra disponível no Apêndice A.

No capítulo 6 desenvolvi as análises da pesquisa. Foram selecionadas cinco reportagens da seção Especiais da revista para compor o *corpus*. A seção foi escolhida por trabalhar com o gênero reportagem, através do qual o método jornalístico pode ser analisado em profundidade, em detrimento de outras seções em que opiniões pessoais são o destaque, como as colunas. O *corpus* analítico é constituído pelas seguintes reportagens:

Tabela 1 - *Corpus* da pesquisa

Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência	Reportagem de Ariane Silva, Flávia Martinelli e Monise Cardoso. Edição de Thais Folego e Ilustração de Isabela Alves.
Mães que esperam	Reportagem de Milena Teixeira, fotografia de Mallu Silva e edição de Thais Folego.
Abolição para quem?	Reportagem de Milena Teixeira, fotografia de Milena Abreu e edição de Helena Bertho.
Primeira geração: rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico no Brasil	Reportagem e roteiro de Ana Paula Lisboa, roteiro e direção de vídeo de Luana Pinheiro e coordenação e edição de Carolina Oms
O silêncio atrás da serra	Reportagem e edição de Jessica Raphaela e Camila Silva.

Fonte e autoria própria.

As reportagens foram escolhidas por trazerem explicitamente os marcadores de gênero, raça e classe interseccionados enquanto guia das análises jornalísticas desenvolvidas. Todas elas trazem temáticas em que os marcadores em estudo são explorados em profundidade, enriquecendo, portanto, as análises da dissertação. Quando se trata de interseccionalidade, marcadores sociais múltiplos podem se entrecruzar de formas diversas, ampliando as análises a uma extensão impossível de ser contemplada em tempo hábil dentro do limite disponível para a realização de uma pesquisa de mestrado. A fim de garantir o cumprimento satisfatório das demandas selecionei três marcadores sociais de interseccionalidade – gênero, raça e classe - por acreditar que eles configuram a base para a garantia de uma complexidade mínima que uma análise interseccional das realidades precisa apresentar. “Não suspendemos a importância de outras variáveis, mas entendemos que as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29). Segundo Flávia Biroli e Luis Miguel (*idem*, p. 29), a dissociação desses três marcadores - gênero, raça e classe -, enquanto

basilares, pode resultar em análises superficiais e distorcidas, afetando completamente a compreensão de como de fato as dinâmicas de poder e opressão se desenvolvem nas tramas sociais.

Para a análise do *corpus* desenvolvi primordialmente um estudo de caso geral do mesmo, esquematizando práticas da construção jornalística do veículo que se repetiam ao longo das narrativas. Essas práticas foram transformadas em categorias de análise, as quais foram trabalhadas em profundidade a partir de uma das reportagens especiais selecionadas por vez. Como resultante, trabalhei com as seguintes categorias de análise: humanização dos relatos, aproximação das realidades através de dados interseccionais, desconstrução das imagens de controle e, por fim, capacidade de agência. No desenvolvimento desse tópico busquei construir um panorama aprofundado das práticas jornalísticas feministas e interseccionais do veículo AzMina em suas narrativas. Em subjetivo, construí esse tópico no anseio de que seu resultado possa nortear outros veículos, muito além dos classificados enquanto alternativos, que estejam interessados no compromisso de construir narrativas que abarquem mais amplamente a complexidade das realidades e das pessoas.

## 2 FEMINISMOS E IMPRENSA

### 2.1 BREVE MERGULHO NA HISTÓRIA DOS FEMINISMOS

#### 2.1.1 Feminismo euro-americano

##### 2.1.1.1 Marolas iniciais e primeira onda

Ondas que arrebentam nas margens do que se imaginava posto e coeso; em busca de espaços novos, invadem, modificam, trazem novos sedimentos, retornam ao mar e reiniciam o ciclo infinitamente. Dessa forma figurada, pode-se ter uma ideia metaforizada dos arrebatamentos feministas na praia que os homens construíram para si mesmos e em torno da sua centralidade. A concepção da classificação do movimento e pensamento feminista em ondas, como eventos específicos, aparece inicialmente na obra de Julia Kristeva (1979) e, apesar de ter se difundido amplamente e com grande adesão, sofre críticas de algumas autoras. Questiona-se que, ao ser posta dessa forma, pode parecer com “irrupções em que, de repente, não mais que de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se 'irmanadas' na agitação de 'causas' ou motivações políticas que se avolumam e que avançam como onda” (COSTA, S. 2009, p. 4) e que, em seguida, ao alcançarem o ápice, se dissipam. Para Suely Costa (2009), é preciso deixar claro que essas irrupções, na verdade, fazem parte de um vasto e complexo tecido social, perpassando diversos tempos históricos, em infinitas combinações e dentro de realidades múltiplas. Uma onda não se finda com o início da outra, é um *continuum* de ramificações históricas de vários eventos de irrupções iniciais.

Posto isso, adotaremos na presente pesquisa o conceito de ondas para facilitar a localização histórica do movimento e delinear as reivindicações e epistemologias centrais do período estudado. Faremos isso, no contexto internacional, a partir da classificação proposta por Carla Garcia (2015), na qual a autora compreende a primeira onda como a resultante do surgimento e coalisão de várias marolas pioneiras que começaram a transformar o oceano de subalternização histórica das mulheres. Outras autoras utilizam o marco do sufragismo para localizar a primeira onda dos movimentos feministas, por não se ter uma organização formal dos mesmos anteriormente a esse período histórico. Porém, compactuo da ideia de que ondas menores e não tão coesas ainda são ondas e preparam os terrenos para o recebimento de grandes fluxos. Por isso, adotamos a classificação de Garcia (2015), em que o sufragismo vem marcando centralmente a segunda onda dos movimentos feministas internacionais, precedido por outras mulheres pioneiras, que, mesmo sem uma organização institucional, já tinham ousado contestar

as opressões dentro de outros modelos sistemáticos. Faz-se necessário pontuar o nosso reconhecimento da síntese sob a qual trabalhamos cada onda do movimento, visto que o trabalho não se propõe a um estudo histórico aprofundado do mesmo, mas sim uma contextualização breve para que se entenda o desenrolar do ideário contestatório da luta das mulheres e de algumas fundamentações epistemológicas que as atravessam.

Na França do século XVII, mulheres brancas e abastadas davam início à *Querelle de femmes* (GARCIA, 2015, p. 27), um momento histórico complexo, em que a possibilidade de formação acadêmica permitida às primeiras mulheres ampliou os debates e fomentou a organização de questionamentos de seu posto, e sua raça e classe, dando certa visibilidade a suas críticas. Foram mulheres educadas, por homens cultos e abastados, que se rebelaram em determinadas esferas contra o sistema em que estavam inseridas. Os salões urbanos eram palco dos grandes encontros para os debates entre elas. A partir dessas reuniões é que se desenvolveu “um fenômeno complexo que se apresenta ao mesmo tempo como um modelo de comportamento, uma corrente literária, um movimento de ideias e um movimento, sobretudo feminino que afrontava temas que iam muito além do âmbito da cultura” (GARCIA, 2015, p. 31). Essas mulheres saíram pioneiramente em defesa da igualdade entre os sexos, o direito à educação formal, direito à liberdade para escolher os relacionamentos afetivos, ao prazer sexual e à desconstrução dos papéis de mães e esposas como destino único do feminino. Diversas obras foram produzidas nesse período e as ideias contestadoras começaram a circular no social. Apesar de não articularem elementos mais complexos de diferenciação de opressões como classe e raça, essas mulheres brancas e ricas iniciaram o processo de inserir no espaço público a polêmica e o debate acerca da expansão das suas condições femininas (GARCIA, 2015). A semente da transgressão feminista moderna foi plantada e começou a germinar.

O período histórico marcante seguinte, a Revolução Francesa (1789), foi uma época dúbida para as mulheres. Elas participaram ativamente do processo revolucionário, acreditando e impulsionando os novos ideários de liberdade, igualdade e fraternidade, soprados pelos ventos que trariam mudanças significativas para sua condição de subalternizadas. Mulheres foram para os campos físicos e discursivos da arena pública, lutando em parceria com os homens pela construção de um novo mundo social.

Na Revolução Francesa, vemos não apenas o forte protagonismo das mulheres nos eventos revolucionários, mas também a aparição das mais contundentes demandas de igualdade sexual. A participação delas se produziu em dois âmbitos distintos: o popular e de massa de mulheres que lutaram na frente de batalha e o intelectual, representado geralmente pelas burguesas, que se manifestaram especialmente nas sessões da Assembleia Constituinte, na produção de escritos sobre a revolução, na criação de jornais e grupos femininos empenhados nas lutas pelos direitos civis e políticos das mulheres (GARCIA, 2015, p. 43).

Porém, as amarras do velho mundo, que submergiam as mulheres nas águas da opressão, não foram afrouxadas com o êxito político da revolução. Os ideários prometidos não incluíram as mulheres. Houve a proibição explícita da presença delas em atividade política, o contrato de casamento retrocedeu e passou a exigir a obediência feminina ao seu marido, sem direito a divórcio, permitindo-o apenas em casos em que o homem trouxesse uma amante para o espaço domiciliar. Mulheres não teriam o direito de administrar propriedades, não podiam ter um emprego e nem exercer uma profissão sem a permissão expressa do homem, aborto e adultério passaram a ser puníveis pelo código penal (GARCIA, 2015). Tania Morin (2014, p. 48) explica que, para compreender melhor esse desfecho, é preciso se aprofundar na propagação de um ideário de virtude na sociedade da época. A revolução trouxe o ímpeto de rompimento com todos os valores monárquicos, há a premissa dos homens comuns se elevarem ao ápice dos lugares sociais, reformarem leis, trazerem justiça e igualdade. As mulheres também se uniram ao ideário e a autora aponta que, durante o transcurso da revolução, de fato elas alcançaram novos patamares sociais de validação e liberdade social. Porém, ao mesmo tempo que isso acontecia, era desenvolvido um ideário de mulheres perversas e desvirtuosas, apartadas da realidade por assuntos supérfluos, que influenciavam os homens e conseqüentemente a sociedade ao declínio. A rainha Maria Antonieta era o ícone dessa ode ao rebaixamento feminino, especialmente em espaços de poder. “No contexto da nova sociedade que aspirava à virtude, os defeitos atribuídos às aristocratas e à rainha respingavam no sexo feminino como um todo” (MORIN, 2014, p. 55). Após a revolução concretizada, esse ideário basilou o punitivismo às mulheres. Ao mesmo tempo em que se celebrava a liberdade republicana, advertia-se “[...] que quando as mulheres estão fora do seu lugar, os homens são reduzidos a uma posição efeminada e a desordem necessariamente se instala” (MORIN, 2014, p. 57). Pois bem, já foram explicitadas as ações tomadas pelos homens para reinstalação da pretensa ordem.

Esse momento ambíguo de luta e êxito seguidos de cerceamento fez mulheres produzirem escritos notáveis no cenário contestatório. É importante pontuar o nascimento das bases teóricas do feminismo em um contexto de branquitude e alocado no pensamento crítico de mulheres de classes sociais privilegiadas. Algumas ficaram mais famosas, como Olympe de Gouges, com a sua Declaração dos direitos das mulheres e das cidadãs (1791) e mais de quatro mil páginas de conteúdo criado; além de Mary Wollstonecraft, com a Reivindicação dos direitos da mulher (1792), na qual teceu os conceitos basilares dos movimentos feministas, trazendo a ideia da desnaturalização da condição de mulher, colocando sua opressão em uma esfera socialmente construída.

Para a maioria dos historiadores, a autora inaugura a crítica moderna da condição feminina. A novidade teórica aqui colocada é a de que, pela primeira vez, chamava-se de privilégio o poder que os homens sempre exerceram sobre as mulheres de maneira “natural”, ou seja, como se fosse um mandato da natureza (GARCIA, 2015, p. 51).

Apesar de adentrarem no século XIX sufocadas no campo político-social, o passo em direção ao entendimento coletivo da existência de um sistema vigente potente e interessado na manutenção da opressão feminina havia sido dado, e já não existia uma volta completa à desarticulação. Havia mulheres defendendo e disseminando as ideias de necessidade da independência econômica, participação política, representação parlamentar e educação formal, como pilares do avanço coletivo delas. Nesse contexto, ressaltamos a observância de como algumas mulheres foram gradativamente se apossando da potência comunicacional na esfera pública, ao terem a possibilidade de serem educadas formalmente (GARCIA, 2015). Percebe-se também a não linearidade que irá acompanhar os avanços feministas. Desde os primórdios de suas lutas, as mulheres percorreram uma jornada de conquistas e cerceamento simultâneos, de progresso e contenção conservadora, em um caminho que também não foi homogêneo, dada a diversidade das suas próprias caminhantes. Porém, apesar das derrotas, criou-se o entendimento da necessidade ainda mais pulsante das mulheres se organizarem em torno da luta pela conquista de direitos civis equânimes (GARCIA, 2015). Inicia-se assim, as marolas da segunda onda do feminismo e sua centralidade no embate pelo direito ao voto.

#### 2.1.1.2 Segunda onda: sufrágismo

A modernização do mundo trouxe os ventos da revolução industrial e da expansão do capitalismo para a sociedade ocidental. Ambientes fabris e comerciais desenvolviam-se em larga propulsão, o que nesse contexto fazia urgir a necessidade do aumento simultâneo e exponencial de mão de obra e de mercado consumidor. Para isso, foi preciso então envolver uma enorme parcela da população que era mantida inativa ou dentro de outros sistemas de exploração, fez-se necessário colocar mulheres no processo industrial. Dessa forma, elas adentraram no mundo social do trabalho público. Logo, ao adentrar ativamente nessas vivências, os variados sistemas de opressões e explorações cotidianas passaram a ser mais profundamente percebidos e questionados por elas, no coletivo. Diferentemente das mulheres negras, que historicamente viveram diversas situações de exploração semelhantes aos homens negros, agora as mulheres brancas passavam a ocupar postos de trabalho antes só ocupados por homens, dentro de um outro molde de exploração. Começa-se a perceber que, por serem mulheres, o sistema trabalhista as cobrava da mesma maneira ou até mais, porém fornecia-lhes menos direitos, menores salários e mais dificuldades. Como resposta a essa nova dimensão

social apresentada, é que, no século XIX, o feminismo configura-se de fato como um conjunto de movimentos, de cunho internacional, autônomo e organizado.

Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2015, pp. 10-11).

Os movimentos feministas desenvolvem-se em imbricamento ao ingresso de mulheres na luta abolicionista. Ao usarem a consciência como ferramenta crítica ao regime de opressão escravocrata e se organizarem em torno da extinção dele, perceberam dimensões de intersecção com sua própria condição de mulher e a necessidade da luta pela igualdade. Os Estados Unidos da América (EUA) foram um dos palcos primordiais desse período histórico, por ter coincido com o desenrolar da reforma moral no país, a qual disseminava a religiosidade protestante no território, especialmente a disseminação da comunidade *quacker*, que permitia e incentivava o letramento e a participação das mulheres do seu círculo social nas atividades públicas (GARCIA, 2015, p. 60). “Nesse contexto, se desenvolveu uma classe média de mulheres educadas que formaram o núcleo do feminismo norte-americano do século XIX que criou as bases para um movimento capaz de construir um programa de ação concreto” (GARCIA, 2015, p. 60). Com organização política, mulheres abolicionistas se uniram para construir em assembleia a Declaração de Seneca Falls ou Declaração dos Sentimentos, em 1848. A declaração questionava todos os cerceamentos que foram imputados às mulheres no geral, como o não direito à propriedade, a ter uma profissão e a votar, posicionando-se justamente na defesa da aquisição desses direitos (GARCIA, 2015, pp. 61-63). A defesa pelo direito ao voto veio junto às outras demandas, mas não foi uma parte central e unânime dos questionamentos do documento.

Entretanto, essa foi a história hegemônica oficializada e historicamente difundida sobre o início das movimentações feministas organizadas, justamente por ter sido protagonizada pelas mulheres brancas e abastadas socialmente. Além da validação da cor de suas peles, eram essas mulheres que tinham acesso ao conhecimento formal, ferramenta necessária para a elaboração discursiva validada oficialmente no mundo hegemônico. Angela Davis (2016) endossa a importância da Declaração de Seneca Falls, enquanto “expressão da consciência sobre os direitos das mulheres em meados do século XIX” (DAVIS, 2016, p. 71). Porém, Davis (*ibidem*) também pontua que se faz importante ressaltar que a mesma foi resultante da insatisfação dessa categoria de mulheres perante o cerceamento de suas vivências através da imputação da vida

doméstica e do matrimônio. Entretanto, esse espectro excluía completamente a experiência de mulheres brancas, pobres e trabalhadoras, e das mulheres negras no geral.

Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. E quanto àquelas mulheres que trabalhavam para sobreviver – por exemplo, as mulheres brancas operárias das fábricas de tecidos no Nordeste? Em 1831, quando a indústria têxtil ainda era o principal setor da nova Revolução Industrial, as mulheres constituíam a maioria do operariado. Nas fábricas de tecidos, espalhadas por toda a Nova Inglaterra, havia 38.927 mulheres operárias e 18.539 homens. As primeiras jovens operárias [“mill girls”] haviam sido recrutadas nas famílias de agricultores locais. Em busca de lucro, os proprietários das indústrias apresentavam a vida nas fábricas como um prelúdio atraente e instrutivo para o casamento. Os sistemas Waltham e Lowell eram retratados como “famílias substitutas”, em que as jovens agricultoras seriam rigorosamente supervisionadas por mulheres mais velhas em um ambiente semelhante ao de uma escola de boas maneiras. Mas qual era a realidade da vida nas fábricas? Jornadas inacreditavelmente longas – doze, catorze e até dezesseis horas por dia –, condições de trabalho atrozes, alojamentos desumanamente lotados (DAVIS, 2016, pp. 71-72).

Essas mulheres trabalhadoras, a partir do fim dos anos 1820, bem antes de Seneca Falls, já se organizavam em greves e manifestações contra o sistema opressivo ao qual foram submetidas ao pretender mobilidade social. Simultaneamente ao desenrolar do movimento em torno da declaração, as condições de trabalho fabris pioraram e, progressivamente, a mão de obra foi sendo preenchida por mulheres imigrantes. Mulheres estas que chegavam em terras desconhecidas, maculadas em seus bens simbólicos e desprovidas dos materiais, sendo sua resistência ligada intrinsecamente à sobrevivência (DAVIS, 2016, p. 72). Porém, a militância da classe trabalhadora foi apagada historicamente e inclusive não reconhecida pelas mulheres que lideravam o movimento em torno de Seneca Falls. Também não havia nenhuma mulher negra inserida no processo. “Nem os documentos da convenção fazem qualquer referência às mulheres negras. À luz do envolvimento das organizadoras com o abolicionismo, deveria ser perturbador o fato de as mulheres negras serem totalmente desconsideradas” (DAVIS, 2016, p. 74). A construção desse paralelo é necessária para pontuar que a luta de mulheres sempre esteve inserida em um complexo panorama de múltiplos e simultâneos sistemas de subalternização feminina, gerando realidades distintas de opressão, inclusive dentro da própria categoria, o que influencia diretamente na produção das narrativas hegemônicas dentro da própria história dos feminismos.

Porém, assim como na Revolução Francesa, as mulheres como um todo foram excluídas dos novos ideários de avanço social. Em 1866, o Partido Republicano apresentou a emenda constitucional que permitia o voto a homens negros libertos e o proibia explicitamente a todas as mulheres (GARCIA, 2015, p. 63). Não por benevolência aos homens negros, mas para garantir a hegemonia do partido no Sul, “em outras palavras, os republicanos não queriam que nada interferisse na conquista de 2 milhões de votos dos homens negros para seu partido”

(DAVIS, 2016, p. 92). Essa separação entre homens negros e mulheres fez figuras femininas, antes abolicionistas, se oporem a tal conquista, acreditando terem endossado a superioridade masculina, como se esse passo fosse legitimar os homens negros nos mesmos padrões privilegiados e nos mesmos moldes de opressores representados pelos homens brancos. Disputas internas se desenrolaram, levando a uma cisão do movimento de mulheres em relação ao movimento negro. A Associação pela igualdade de direitos foi dissolvida e a Associação estadunidense pelo sufrágio feminino, criada (DAVIS, 2016, p. 99).

A conquista do voto feminino, então, tornou-se o eixo central da luta feminista das mulheres brancas e abastadas, liderando um movimento de repercussão internacional. Com o fracasso em torno da passividade de Seneca Falls, se iniciou uma mudança gradativa para novas estratégias que pudessem causar mais impacto no social: elas passaram a se organizar através de associações formais e a protagonizar grandes marchas e passeatas. E foi em terras inglesas que o movimento delineou seu percurso mais combativo.

Segundo Martin Pugh (2000), o movimento feminista praticado tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos era muito semelhante, até pelo menos 1905, empregando as mesmas táticas, conduzindo suas campanhas com moderação e tendo o cuidado de se manter sempre dentro da lei e da ordem pública. [...] A segunda e mais conhecida fase do movimento inglês foi também mais militante do que a anterior, e utilizou técnicas mais contundentes para fazer valerem os seus pedidos. Teve início em 1903 com a fundação, em Manchester, de um novo grupo liderado por Emmeline Pankhurst e suas filhas Christabel e Sylvia, que recebeu o nome de Women's Social and Political Union (União Social e Política das Mulheres) –WSPU (KARAWAJCZYK, 2013, pp. 6-7).

As participantes do grupo liderado pela família Pankhurst eram chamadas de *suffragettes*, as quais ficaram tão conhecidas mundialmente, que essa denominação passou a caracterizar esse período histórico dos movimentos feministas. A fama veio pela inovação na forma de se posicionar, com o lema “*Deeds not words*” (em português: ações e não palavras), o grupo rompeu com a moderação que o movimento vinha pautando até então. Elas adotaram práticas combativas, como atear fogo em patrimônio público, quebrar vidraças de casas e lojas, promover greves de fome e acorrentar-se a prédios, em um movimento que culminou no episódio mais marcante da fase, protagonizado por Emily Wilding Davison: em 1913, ela se jogou na frente do cavalo do rei da Inglaterra, a fim de chamar atenção para a causa, vindo a falecer dias depois do ocorrido (KARAWAJCZYK, 2013, p. 16).

Todos esses atos e táticas movimentaram o cenário social para as mulheres, ora afundando-as nas críticas que as rotulavam como agitadoras e modelo a não ser seguido, sendo várias sufragistas inclusive presas diversas vezes; ora conseguindo a adesão e o despertar de outras mulheres para a causa. A mídia foi um forte empecilho para o avanço do movimento, produzindo intensamente, especialmente através de charges, um imaginário social de mulheres

feias, agressivas e desqualificadas para as que ousassem desenquadrar-se do papel normativo instituído e se unissem à causa feminista, através da luta pelo voto (KARAWEJCZYK, 2013, pp. 16-20). Diante desse cenário, observa-se a importância da ocupação dos meios de produção discursivos pelas mulheres, pois, ao serem apenas sujeitas produzidas por eles, eram sempre estacionadas no lugar social subalternizado.

Enquanto desenrolava-se esse contexto, uma outra realidade perpassava as existências negras. O racismo e a legitimação social da segregação racial se desenvolviam com grande propulsão em algumas regiões dos EUA.

Em 1888, o Mississippi promulgou uma série de estatutos que legalizavam a segregação racial e, em 1890, ratificou uma nova constituição que suprimia o direito de voto da população negra. Seguindo o exemplo do Mississippi, outros estados do Sul formularam novas constituições que garantiam a supressão do direito de voto dos homens negros. A Carolina do Sul adotou sua constituição em 1898, seguida por Carolina do Norte e Alabama, em 1901, e Virgínia, Geórgia e Oklahoma, em 1902, 1908 e 1918, respectivamente (DAVIS, 2016, p. 129).

As feministas brancas foram acusadas de suprimir a questão racial, para que ela não atrapalhasse o encaminhamento da aceitação social do sufrágio feminino, mas as mulheres negras acabariam por não estar incluídas nesse direito. Muitos anos após a escravidão, o povo negro continuava subalternizado, relegados a uma luta pela sobrevivência em trabalhos escusos e tendo que lidar com o retorno público do ódio social coletivo à sua raça. E as mulheres negras, além de oprimidas pelo sexismo, vivenciavam a raça enquanto fator de exclusão do que se pretendia ser sua própria categoria (mulheres), opressões advindas de uma perigosa e poderosa combinação do sexismo com o racismo (DAVIS, 2016). Já as mulheres brancas e trabalhadoras estavam engajadas em lutas mais diretas relacionadas às condições de serviço.

Mesmo assim, mulheres das mais diversas apoiaram e participaram da causa do sufrágio, entretanto esse contexto estabeleceu a liderança e o delineamento da causa pelos moldes brancos e abastados. Nesse reincidente percurso de controvérsias e realidades distantes e distintas, em 1918, o voto das mulheres foi permitido na Inglaterra, com algumas condições, e, apenas em 1928, em situação de equidade com os homens. Nos EUA, a liberação ocorreu em 1920, setenta e dois anos após a Declaração de Seneca Falls. Apenas uma das participantes da feitura do documento ainda estava viva quando pôde votar pela primeira vez, por ironia fatídica era Charlotte Woodward, mulher trabalhadora que aderiu ao movimento visando angariar melhorias para sua condição enquanto tal, não pelo espectro do casamento que o alienava de sua vivência (DAVIS, 2016, p. 73).

### 2.1.1.3 Terceira onda

O feminismo estava consumado. Pelo menos assim fazia-se acreditar hegemonicamente no período entre guerras mundiais. As mulheres haviam alcançado alguns direitos, como o de votar, e a sociedade valorizava, dentro de determinados termos, o trabalho feminino branco, visto que era de extrema necessidade, já que os homens estavam delegados às funções militares. A sociedade ocidental tinha medo da ameaça comunista, tratando logo de associar a subversão feminina a esse ideário. A taxa de natalidade também estava em franca decadência desde os primórdios do séc. XX, “acusavam as feministas de destruir os cimentos da nação e da família. O fato é que deram o feminismo como morto. A segunda onda estava concluída” (GARCIA, 2015, p. 92). Porém, os homens que voltavam da guerra, queriam retomar o seu lugar de privilégio social e reocupar seus antigos postos de trabalho. Criava-se assim uma coalisão para limitar determinadas categorias de mulheres ao perímetro doméstico novamente.

Em 1949, Simone de Beauvoir lança sua obra *O segundo sexo* (1960). Beauvoir retoma e complexifica o conceito de desnaturalização da condição da mulher, já abordado por Mary Wollstonecraft em 1790, pontuando a construção discursiva, cultural e social do sujeito mulher. Seu livro não ganhou destaque imediato na sociedade francesa, mas foi sua tradução para o inglês que retomou a propulsão feminista nas mulheres estadunidenses e a obra acabou sendo traduzida para mais dezesseis idiomas. Antes de escrever *O segundo sexo* e acompanhar a troca de informações no fluxo da repercussão mundial dos efeitos da mesma, a própria Beauvoir ainda não havia se descoberto feminista. Sua obra veio para reavivar o latente e gerar adesão em novas consciências (GARCIA, 2015, pp. 93-96).

O segundo sexo será o alicerce do feminismo dos anos 50 e se converteu no livro mais lido pela nova geração de feministas, constituída pelas filhas, já universitárias, das mulheres que obtiveram depois da Segunda Guerra Mundial o direito ao voto e à educação. Serão essas mulheres que protagonizarão a terceira onda do feminismo (GARCIA, 2015, p. 96).

Em 1963, Betty Friedan publica *A mística feminina* (1971). Nessa obra a autora vai teorizar sobre como, na verdade, a diferenciação entre homens e mulheres, estava liderando-as ao retorno do destino único das atividades ligadas ao lar e em como a sociedade estava construindo novamente o ideário de pertencimento fatídico a esse lugar social. Garcia (2015, p. 98) aponta que as mulheres haviam adentrando em camadas da esfera pública, mas agora a indústria contava com sua mão de obra regressa da guerra e produzia em grandes quantidades, em especial de eletrodomésticos, para serem vendidos a donas de casa ideais. Era preciso, então, construir a mística feminina, ou seja, a valorização social da mulher imbrincada ao seu pertencimento privado. A obra tornou-se importante por reacender em determinadas mulheres a consciência de coletividade da similaridade de vivências subalternizadas, e em como essas

escolhas de vida que não eram suas, mas externas, as estavam afetando no campo psíquico e político-social (GARCIA, 2015, p. 100). A terceira onda do feminismo foi um momento de efervescência. Adentra-se na discussão dos movimentos, a ideia do pessoal ser político, que levou a análise e questionamento das opressões que se infiltravam em todas as relações que envolvessem as mulheres, sendo todas elas postas como relações de poder, inclusive as domésticas.

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais (COSTA, S. 2005, pp. 10-11).

Apesar de classificar algumas das reivindicações como sendo de segunda onda, McCann *et al.* (2019, p.15) apontam para a sexualização das pautas do feminismo, que passou a questionar a autonomia das mulheres sobre seus corpos, prazer e reprodução. Acirra-se a luta pelo direito ao aborto. A violência contra a mulher também entrou como pauta das denúncias e reivindicações de políticas públicas específicas. Para McCann *et al.* (2019) a terceira onda inicia a partir dos anos 90, diferentemente de Garcia (2015), que aloca toda a fase desde a publicação do Segundo Sexo (1949) como sendo de terceira onda.

Esse foi o contexto social que forjou muitas das pautas centrais dos movimentos feministas até então, à luz da branquitude e de classes sociais privilegiadas. Porém, outros marcadores sociais, como raça e classe, seguiam estabelecendo situações opressivas diversas, sobre as quais os movimentos feministas precisavam se debruçar.

De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. Considerando que suas mães escravas também haviam trabalhado nas usinas de algodão do Sul, nas refinarias de açúcar e até mesmo nas minas, elas não haviam conseguido um progresso significativo. Em 1890, para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda mais remoto do que no fim da Guerra Civil (DAVIS, 2016, p. 103).

Depois da abolição oficial da escravidão, o trabalho exploratório para sobrevivência continuou a marcar a pele negra de homens e mulheres que haviam sido escravizados, e de seus descendentes. No caso das mulheres negras, não houve o momento histórico da alienação do seu trabalho, justificada em seu pertencimento doméstico. O trabalho negro sustentou as bases econômicas do desenvolvimento social do mundo. O interesse político-econômico mundial, baseado na supremacia masculina e branca, delegou às mulheres brancas a função de

reprodutoras da raça que possuía herança, privilégio e patrimônio, e consumidoras da produção, domesticadas. Para as mulheres negras, era preciso que pagassem a sua existência com a sua força bruta de trabalho, nas funções que a raça branca não queria para si. Em 2003 no Brasil, 113 anos depois do censo informado por Davis (2016) sobre os EUA, de acordo com uma pesquisa<sup>2</sup> realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM): em relação às mulheres brancas, as negras eram a maioria ocupando os postos de trabalho menos remunerados e perpassados pela informalidade, entravam no mercado de trabalho mais cedo e saíam mais tarde e, ainda assim, 43% do contingente de sua raça estava abaixo da linha da pobreza.

Além desse cenário, é importante ressaltar que corpos e desejos que escapam aos padrões hegemônicos da sexualidade impostos também sofriam e sofrem o peso do não encaixe com o idealizado. As formas de violência que se relegam às desencaixadas são múltiplas, sutis e/ou diretas, que desvalorizam as existências, em sua alteridade, cidadania e, muitas vezes, materialidade. Em um processo normalizador, os que não correspondem são postulados enquanto corpos abjetos, de fácil acesso e aniquilação. Mulheres trans e/ou lésbicas são submetidas a regimes de opressões múltiplas, criando situações de vulnerabilidade específicas.

Em relação a essas categorizações, a definição da orientação sexual lesbiana para Mott (2000) transcende a especificidade das relações eróticas que são estabelecidas, sem excluí-las enquanto indicação de mulheres adeptas a práticas sexuais com outras mulheres, envolvendo identidade, afirmação, estilo de vida e projeto civilizatório alternativo, o qual ele denomina de cultura homossexual. Já travestis promovem modificações nas formas de seu corpo visando deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer a cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis (Benedetti, 2005, p. 18). Por fim, os transexuais reivindicam a “cirurgia de mudança de sexo como condição sine qua non da sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social” (Benedetti *apud* AGUIAR; CARRIERI; SOUZA, 2013, p.81).

Como reflexo dessa condição, segundo dados da União Nacional LGBT a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é em média de 35 anos. Enquanto, de acordo com os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, a média de vida população brasileira no geral é 75,5 anos<sup>3</sup>. Para Ana Aguiar, Alexandre Carrieri e Eloisio Souza (2013, pp.81-82), o gênero e a sexualidade são hierarquizados, seguindo a mesma lógica de centralidade do ideal máximo da figura do homem cis caucasiano heterossexual. Por isso, nesse processo, as exclusões e violências não operam da mesma forma,

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf> >. Acesso em 3 de junho de 2020.

<sup>3</sup> Ambos os dados disponíveis em:

<[http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade#:~:text=Dados%20da%20Uni%C3%A3o%20Nacional%20LGBT,Geografia%20e%20Estat%C3%A5tica%20\(IBGE\).](http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade#:~:text=Dados%20da%20Uni%C3%A3o%20Nacional%20LGBT,Geografia%20e%20Estat%C3%A5tica%20(IBGE).>)>. Acesso em 28 de julho de 2020.

mesmo dentro da margem de exclusão da homossexualidade. Os corpos que performam a feminilidade são atingidos de forma ainda mais acentuada.

Existências emudecidas começam a ganhar visibilidade em suas denúncias de apagamento das mulheres fora do padrão branco, abonado e, também, heterossexual. O feminismo negro ganha propulsão. Requer-se a desomogenização da categoria mulher. Para McCann *et al.* (2019, p.15), a terceira onda foi composta por correntes diversas e muitas vezes até conflitantes, com pontos de inflexão como a entrada das mulheres trans no movimento e a assimilação gradativa do feminismo pelas políticas neoliberais. “Essa rica troca de ideias continuou ao longo da entrada do novo milênio, ajudada por blogs feministas e pelas mídias sociais” (MCCANN *et al.*, 2019, p. 15). As mídias digitais trarão a possibilidade de um cenário novo para a performance dos feminismos, como veremos mais profundamente no desenrolar da dissertação.

## **2.1.2 Feminismo em terras brasileiras**

### **2.1.2.1 Marolas iniciais e primeira onda**

No Brasil, a trajetória do feminismo se delineia inicialmente pelo pioneirismo e ousadia de uma mulher, nordestina: Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nascida em 1810, no Rio Grande do Norte, residiu em diversos estados brasileiros como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e passou uma boa parte da sua vida na Europa, vindo a falecer na França. Foram os seus escritos, que fecundaram as terras brasileiras com sementes feministas de contestação. Em *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832), Nísia Floresta não só traduziu, como fez também a adaptação para a realidade local das reivindicações contidas na obra de Mary Wollstonecraft, a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792). Ela adicionou seus pensamentos filosóficos à obra de Wollstonecraft, trazendo pela primeira vez para o cenário literário brasileiro uma organização formal de uma escrita contestatória. Nísia Floresta produziu outras obras seguindo a mesma linha editorial e ideológica e elaborou muitos textos para a imprensa voltada para as mulheres, que se desenvolvia no país.

Nísia, em consonância com intelectuais da época, defende a tese de que o progresso de uma sociedade depende da educação que era oferecida à mulher; e que só a instrução, aliada à educação moral, dariam maior dignidade e fariam da mulher uma melhor esposa e melhor mãe. Esses, aliás, seriam precisamente os objetivos da educação das meninas: torná-las conscientes de seus deveres e papéis sociais (DUARTE, 2002, p. 4).

Esses primeiros momentos do feminismo no Brasil traz um caráter mais conservador na esfera do “[...] questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam

esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas” (COSTA, A. 2005, p. 13). Ela também era abolicionista. Observa-se que, assim como na França, Inglaterra e nos Estados Unidos, países pioneiros na organização formal do feminismo, no Brasil, o despertar para a opressão das mulheres, se deu junto ao desenvolvimento da crítica à escravidão. Mas pela condição de colônia, o letramento e a intelectualização das mulheres deram-se de forma tardia em relação ao contexto internacional, dessa forma, a primeira onda feminista brasileira não nasce aqui, mas é trazida por uma brasileira privilegiada, a partir do seu contato com as ideias de uma outra mulher que subverte no além-mar. Nesse contexto, as mulheres formalmente educadas criam uma rede de comunicação junto à imprensa de periódicos, a qual foi responsável por inserir no debate social os ideários de contestação da condição feminina. Em seguida, com o desenvolvimento econômico do país, mulheres, não abastadas, que precisavam trabalhar nos ambientes fabris e nos comércios, iniciavam uma organização de combate no campo material.

Houve também uma intensa atividade das mulheres operárias que aderiram à ideologia anarquista, reunidas na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, reivindicando a igualdade salarial e de jornadas de trabalho entre homens e mulheres (PINTO, 2010). Em 1910, o Partido Republicano Feminino foi fundado pela professora Deolina Dalho; em 1917 ela promoveu uma passeata com quase 100 mulheres a favor do voto feminino no Rio (TELLES, 1993). Em 1918, ao voltar de um longo período de estudos em Paris, a bióloga Bertha Lutz criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF, que tinha como objetivo promover as lutas jurídicas e políticas das mulheres da época (MOURA, 2018, p. 70).

O Brasil já havia iniciado seus primeiros anos de república, a burguesia estava em franca ascensão, a economia precisava de novos mercados consumidores e baseava-se na exploração da mão de obra. Os negros foram libertos da escravidão oficial e presos novamente pela marginalização. Por necessidade social e econômica, as mulheres puderam ocupar postos de trabalho, mas tinham jornadas de nove horas e meia diárias, em detrimento das oito horas de trabalho masculino. Em categorias majoritariamente femininas, como a das costureiras, a jornada era ainda mais extensa (TELES, 2017, p.50). Em 1919, trinta mil trabalhadores têxteis deflagraram greve em São Paulo, com participação massiva de mulheres e crianças. O trabalho infantil era permitido. A equidade de salários e de jornada de trabalho era a principal reivindicação do movimento grevista, que foi violentamente reprimido pela polícia. Em meio a esses conflitos, mulheres das classes média e dominante, também se agrupavam em torno da conquista do direito ao voto (TELES, 2017, p.51).

Se, após ter contato com a ebulição feminista de Paris, Bertha Lutz criou a FBPF (1920), em seguida, ao voltar de uma viagem aos Estados Unidos, outro ponto de efervescência dos movimentos feministas, criou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro

(MOURA, 2018, p.70). As iniciativas promovidas por Bertha tinham o objetivo de “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; [...] obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino [...] assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos” (TELES, 2017, p. 52). A década de 1920 foi um momento de grandes transformações no cenário social e cultural do Brasil, o coronelismo estava em franca decadência, aconteceu a Semana de Arte Moderna, a Revolta do Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista do Brasil (TELES, 2017, p.51). Com toda essa movimentação, junto à influência externa dos movimentos feministas internacionais, as mulheres brasileiras conseguiram direito ao voto em 1932, sendo esse incorporado à Constituição em 1934. A instrumentalização primordial da crítica feminista brasileira foi também forjada nos moldes brancos e abonados, por mulheres que tiveram acesso ao privilégio da educação formal.

Nos primeiros anos do século XX, o perfil das militantes feministas no país era composto, principalmente, de mulheres com formação universitária, de classe média e urbana. Em alguns casos, haviam estudado fora do país, a exemplo de Bertha Lutz. Nessa fase inicial do movimento, que se estendeu até meados da década de 1970, a luta feminista centrava-se em torno do voto feminino e de melhores condições de trabalho para as mulheres (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p. 134).

Mesmo dentro desse cenário de alguns progressos para determinadas mulheres, Nayara Moura (2018, p.71) pontua que diferentemente dos países fundantes dos movimentos feministas, no Brasil as mulheres relutaram em aceitar o termo feminista. O discurso ideológico, disseminado em grande parte pela mídia, foi muito incisivo ao construir o ideário “[...] de que o feminismo era uma luta de mulheres feias, lésbicas, ressentidas, masculinizadas, mal-amadas e antihomens” (MOURA, 2018, p. 71). Situação parecida com a que ocorreu às sufragistas na Inglaterra. Porém, em um contexto de ex-colônia, oligarquias rurais e coronelismo, é compreensível que o cenário seja ainda mais inflexível para subversões. Nísia Floresta foi tão perseguida pela imprensa nacional, que precisou se refugiar na Europa durante uma grande parcela de sua vida (MOURA, 2018, p.71). Além de ter um feminismo imbricado com ideários de manutenção, as mulheres pioneiras do movimento brasileiro não se apropriavam completamente do termo, por sua conotação socialmente construída e midiaticamente expandida. Essa realidade expõe a necessidade vital da tomada feminina dos meios discursivos, para que seu progresso social obtenha êxito de fato. Uma outra característica particular da luta das mulheres no Brasil é seu perpasso e diluição constante em embates contra regimes ditatoriais. Em 1937 o Brasil sofreu um golpe de Estado, liderado por Getúlio Vargas, o que levou, nesse momento, a luta dos movimentos feministas a diluir-se na luta geral pela democracia (TELES, 2017, p.54).

Até mesmo em governos que se apresentavam como democráticos, as mulheres sofriam sanções. No mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi decretada a suspensão do funcionamento de organizações de mulheres. Ainda assim, elas continuaram se articulando pontualmente. Maria Amélia Teles (2017, p.56) afirma que nesse período histórico a luta das mulheres permeava as reivindicações democráticas, de anistia, proteção da infância e maternidade, e em torno da paz mundial. “Questões relativas à libertação da mulher, como autonomia, controle da fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas” (TELES, 2017, p. 57). É importante observar a constante mudança de trajetórias ideológicas e históricas na centralidade das reivindicações das mulheres, para justificar a divisão em ondas do movimento, a fim de se entender as especificidades que elas desenvolveram dentro de cada contexto social específico. Em terras brasileiras, a primeira onda sofre um abalo profundo com o golpe ditatorial de 64. Com o desmembramento das organizações feministas, e apoiados pelo ideário negativo fabricado em relação à subversão das mulheres, os golpistas encontraram um terreno fértil na fragmentação para influenciar toda a população com o conservadorismo. Necessitando de demonstração de apoio massivo, incentivaram milhares de mulheres a participarem da Marcha com Deus pela Família e a Liberdade.

Porém, apesar do cenário ditatorial instalado e a fragmentação ideológica entre as próprias mulheres, além de muitos pesquisadores focarem apenas no ressurgimento do movimento organizado, a partir de 1970, a atuação de mulheres na luta antiditatorial dialoga intrinsecamente com as subversões do feminismo (FREITAS, 2018; SARTI, 1998; TELES, 2017). Muitas mulheres viveram na clandestinidade, produziram conteúdo contestatório, participaram da luta armada e dos ataques organizados, foram espãs e abrigaram fugitivos, ou seja, a luta subversiva feminina estava presente, apenas não sob a égide da designação do movimento organizado do feminismo (TELES, 2017, pp.69-83). As vivências dessas mulheres insurgentes do período, ao encontrarem a efervescência ideológica do além mar, como a influência de Simone de Beauvoir, irão pautar a reorganização dos movimentos feministas nos tempos democráticos vindouros (FREITAS, 2018; SARTI, 1998).

#### 2.1.2.2 Segunda onda

Os anos 70 vão marcar a ebulição dos movimentos feministas organizados no Brasil. Apesar de estar e ainda permanecer por anos sob o jugo ditatorial, a ideologia democrática se difundia, a modernização e expansão capitalista desenvolviam-se em larga escala e com grande propulsão, com isso expandiam-se em conjunto o mercado de trabalho e o sistema educacional. Um novo panorama social apresentava-se para algumas mulheres. “Este processo de

modernização, acompanhado da efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso à métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, impactou o mundo privado" (SARTI, 1998, p. 4). A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e o período entre 1975 e 1985 como a Década da Mulher, reconhecendo, de fato, a condição feminina de opressão das mulheres como um problema social. A partir dessa ação, a ONU objetivava trazer centralidade para questões como violência, saúde, sexualidade e cidadania das mulheres (FREITAS, 2018, p.78).

É necessário ressaltar que esse movimento institucional se deflagrou pela mobilização internacional do feminismo, que na Europa e nos EUA já havia tomado grandes proporções. Aqui no Brasil o evento da agenda da ONU aconteceu no Rio de Janeiro, em 1975, com o nome de: "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", sem grande radicalidade e aprofundamento. Freitas (2018, pp.85-86) pontua que, pelo cenário ditatorial ainda vivido e sentido no Brasil, existiam grandes preocupações e cautela quanto à propagação das ideias feministas, fazendo as militantes irem tateando e conquistando terrenos sociais aos poucos. Porém, ter uma movimentação da ONU como apoio fez surgir uma oportunidade de popularizar as questões feministas, de trazê-las para o debate "institucional" da sociedade, auxiliando para que o movimento começasse a romper a casca da clandestinidade/marginalidade que sempre o permeou (FREITAS, 2018; SARTI, 1998; TELES, 2017).

A segunda onda feminista desenvolve-se em terras brasileiras sob a égide da busca por liberdades e estruturação, pessoais e coletivas. "Esta segunda onda caracterizou-se, no Brasil e nos demais países latino-americanos, então, como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer" (MATOS, 2010, p. 68). Pautas como sexualidade, direito ao corpo e reprodução começam a adentrar nos debates do movimento. Mulheres periféricas e trabalhadoras organizam-se em associações próprias, para debater suas questões e exigir melhorias, como a luta pela abertura de creches (MATOS, 2010; TELES, 2017). Segundo Marlise Matos (2010), mulheres menos abastadas assumiram um importante papel de se ressurgir contra o regime autoritário, ousaram contestar e lutar por melhorias, mesmo em meio aos mais diversos sistemas de opressão. Para a autora, foi em um momento sensível de enfraquecimento dos movimentos de esquerda que a força revolucionária veio do lugar social mais inesperado: "[...] os novos movimentos sociais e as organizações políticas lideradas por mulheres" (MATOS, 2010, p. 84). Essa consciência e atuação de mulheres também surgem como uma resposta ao novo contexto de modernização do país, que acarretou a incorporação

da mulher ao mercado de trabalho, mesmo que em termos desiguais. Assim como o ocorrido em outros países, ao terem a possibilidade de vivenciarem situações antes exclusivas aos homens, como nos postos de trabalho, as mulheres ampliaram a instrumentalização das críticas sobre as opressões e os movimentos feministas se expandiram.

Nos anos seguintes, o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a focar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica (COSTA, A. 2005, p. 5)

Um outro ponto intrínseco do feminismo no Brasil, e em destaque na segunda onda, era o debate sobre a autonomia da luta das mulheres. Por esse imbricamento aos movimentos sociais de combate ditatorial, tendo o Estado como inimigo comum, era fácil a pauta feminina se diluir nas lutas gerais. As mulheres precisavam lidar com a desigualdade homem-mulher dentro dos próprios partidos de esquerda, dos quais participavam homens, que, mesmo militantes, eram guiados pela política sexista e androcêntrica vigente. A discussão de autonomia também perpassava pela esfera política, na tênue relação entre questionar o Estado e partidos políticos e se unir a eles visando a objetivação no alcance de políticas públicas. Para Ana Costa (2005), uma parcela de mulheres ligadas aos movimentos feministas reconheciam a importância do Estado para o êxito da transformação na condição feminina e que não adiantava terem mecanismos apenas de amplo debate e comunicação sobre o tema, era preciso encontrar mecanismos que levassem também a resultados materiais. Portanto, caberia aos movimentos feministas, “[...] pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero” (COSTA, A. 2005, p.7). Nessa fase as mulheres estão lidando com todas essas forças conflituosas e tentando delinear as bases de um movimento autônomo e abrangente, de pautas próprias (COSTA, A. 2005; TELES, 2017). Sarti (1998, p.7) aponta que, ao final desse ciclo de imbricamento do feminismo brasileiro com a luta antiditatorial, existiam duas principais correntes dentro do movimento: uma mais voltada para esfera pública da atuação feminina e a outra que lançava luz sobre o espaço privado, dentro da tendência internacional do pessoal ser político. O despertar para a inclusão da subjetividade na crítica feminista, e os primórdios do seu

desenvolvimento enquanto processo, foi um dos marcadores da segunda onda no Brasil (SARTI, 1998, p.10).

A sexualidade e autonomia do corpo feminino como um todo, também adentraram na centralidade das discussões “Dentre as principais discussões do feminismo da época estavam a história do controle de natalidade, ressaltada pela experiência médica e científica dominada pelos homens que regem o corpo das mulheres” (CORDEIRO; PLÁCIDO; SOUSA, 2019, p. 134). As mulheres queriam ter o controle sobre seus corpos e sua reprodução, os quais viviam reprimidos nas amarras conservadoras e institucionalizadas dos discursos médicos, religiosos e econômicos. Porém, assim como o contexto que forjou a maior parte do desenrolar feminista no mundo, o delineamento das pautas da segunda onda foi marcadamente baseado pelas experiências brancas e classicistas (CORDEIRO; PLÁCIDO; SOUSA, 2019, p.136). Era preciso também um movimento de desconstrução interno, entre as próprias feministas.

#### 2.1.2.3 Terceira onda

Com a anistia em 1979, as mulheres exiladas pelo regime ditatorial puderam retornar ao Brasil. Elas trouxeram consigo a expertise e vivências dos movimentos feministas internacionais, novas ideias, perspectivas e formatos para se questionar as condições das mulheres. Inclusive o contato com outra estrutura de organização pessoal e doméstica, em moldes diferentes dos calcados em uma sociedade recém ex-colônia, contribuiu para o desenvolvimento de uma percepção mais crítica das opressões e uma atuação política como resposta (SARTI, 1998, pp.7-8). O encontro das feministas que aqui ficaram com as que tiveram experiências no exterior impulsionou a difusão e consolidação dos movimentos feministas no país. O feminismo começou a se especializar, com grupos investindo na modificação de cenários múltiplos e específicos, através de esforços localizados para cada situação.

Os grupos buscam impactar políticas públicas em áreas específicas, como a saúde e o trabalho, utilizando-se dos canais institucionais. Dentro da tendência à especialização, desenvolve-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criam conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher é tratada institucionalmente em delegacias próprias e, finalmente, no fim da década de 80, como saldo de todo este processo, está a significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extingue a tutela masculina na sociedade conjugal (SARTI, 1998, p. 8).

Após a sombra do autoritarismo que camuflou as subjetividades frente a uma luta mais geral, nessa terceira onda do feminismo brasileiro as especificidades entre as próprias mulheres adentram na centralidade dos movimentos. Seguindo um processo que também se delineava internacionalmente, vem a percepção de que as intersecções entre gênero, classe, sexualidades

e raça desvendavam cenários de opressões diferenciadas, trazendo luz para realidades e vozes que foram silenciadas na pretensa homogeneidade da categoria mulher.

Segundo Samantha Cordeiro, Laís Plácido e João Sousa (2019, pp.137-138) a percepção de que as questões das mulheres negras haviam sido até então negligenciadas às margens do movimento se aprofundou e se difundiu. As marcas históricas da escravidão e o racismo sobre o qual se desenvolveu a sociedade não eram explorados sob a óptica das mazelas que trouxeram para as experiências de mulheres negras. A marginalização das sexualidades fora do padrão heterossexual também começou a ser questionada. Fomentou-se o debate de gênero, compreendendo-se o mesmo enquanto uma construção social imputada aos sexos, dentro dos moldes de cada sociedade, uma categoria mutável e fluida, que demanda dos corpos configurações e opressões diferentes, a partir de cada contexto.

Inclusive, quando tratado esse aspecto, Luz (2012) afirma que o surgimento do termo gênero se deu nos Estados Unidos a partir da terceira onda feminista, tendo sido importado para o Brasil, na década de 1980, através de trabalhos de pesquisadoras norte-americanas deste movimento, como Joan Scott. Assim, ainda de acordo com Luz (2012), o conceito de gênero foi criado por compreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres como sendo produtos de construções sociais que foram naturalizadas e reproduzidas ao longo do tempo, e que precisavam, então, ser entendidas para que fossem desnaturalizadas (CORDEIRO; PLÁCIDO; SOUSA, 2019, p.139).

Dessa postulação da noção de gênero, se faz importante pontuar os conceitos de cisgênero e transgênero para se entender melhor as reivindicações específicas de cada grupo de mulheres. “Mulheres cisgênero são aquelas em consonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, enquanto mulheres transgênero são aquelas em dissonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, como travestis e transexuais” (ALVES, 2017, p.1). Desses desdobramentos, as lutas reivindicatórias se especializam em pautas de mulheres alocadas em realidades distintas. Corpos não conformados, que tangenciam a estabilização binária de gênero (apenas homem e mulher) ou que fogem ao padrão normativo da sexualidade, são atravessados por regimes diferentes de opressões e necessitam de outro espectro de análise de suas vulnerabilidades, violências e exclusões. Aqui, como veremos ao longo desta dissertação, nos focamos na interseccionalidade entre as pautas feministas e as antirracistas, que configuram um recorte específico das mulheres negras, cuja narrativa é ainda protagonizada por padrões de experiências de cisgenereidade e de heterossexualidade, não excluindo necessariamente as mulheres negras trans e lésbicas, por exemplo, mas tampouco nos focando em suas especificidades.

Com um passado de escravidão recente, em tempo histórico, as questões de raça e classe tornaram-se ainda mais urgentes para as mulheres brasileiras. A colonialidade também deixou marcas profundas e específicas nessas mulheres. Na terceira onda inicia-se o processo dentro

do feminismo que vai permitir se entender que, mesmo sendo mulher, um corpo negro e um corpo branco passarão por regimes diferentes de opressões e privilégios, por lugares sociais distintos, e serão perpassados pela marginalização da negritude enquanto base fundante da sociedade brasileira. As vozes das mulheres postas à margem reclamavam seus lugares de fala e suas demandas diferentes, era preciso racializar as questões de gênero.

## 2.2 IMPRENSA BRASILEIRA PARA MULHERES

### 2.2.1 Primórdios

Para falar sobre os primórdios da imprensa voltada para o público de mulheres no Brasil, é preciso delinear o perfil de suas leitoras: mulheres enquadradas dentro do padrão branco, rico, cisgênero e heterossexual. Aquelas que são privilegiadas e participantes do topo da pirâmide social, porém limitadas pelo seu gênero. Negava-se às mesmas o direito ao estudo, à independência social e financeira, além da autonomia de escolha das suas relações afetivas. Assemelhavam-nas a um adorno com funções reprodutivas. O primeiro Censo realizado no Brasil Império em 1872, aponta que 81,43% da população livre do território era analfabeta e em relação às pessoas escravizadas, menos de 1% eram alfabetizados<sup>4</sup>. É fácil de se deduzir, então, a situação do letramento das mulheres. Até mesmo entre os escravos, o número de homens letrados era correspondente ao dobro do número de mulheres instruídas (CABRAL, 2008, p.2). Foi apenas com a chegada e fixação da família real portuguesa em terras brasileiras, a partir de 1808, que a sociedade iniciou um lento e gradativo processo de abertura social para um determinado grupo de mulheres privilegiadas.

Anteriormente no Brasil, justamente por sua condição de colônia, havia uma lei que proibia o funcionamento de gráficas no país. Era importante, para a manutenção do sistema imperial, que a circulação de informação fosse controlada pelo colonizador. Por conta disso, a imprensa se desenvolveu de forma tardia em terras brasileiras. Foi D. João VI, apenas em 1808, que “[...] revogou os decretos que proibiam a instalação de gráfica na colônia, criando então a Imprensa Régia. O fim da proibição da existência de gráficas possibilitou o surgimento de jornais e revistas, assim como uma relativa circulação de notícias e ideias” (MUZART, 2003, p. 228). Nesse momento inicial da imprensa, predominava um alto índice de analfabetismo da população, altos custo de produção, já que o maquinário precisava ser importado, e a mão de obra qualificada era, quando existente, cara. Todos esses fatores propiciaram um crescimento

---

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477> >. Acesso em 6 de março de 2019.

tardio e moroso da imprensa no Brasil, além da existência efêmera de suas publicações iniciais, pois a maioria sucumbia a esse cenário de adversidades em pouco tempo de existência (LIMA, 2011, p.228). Porém, o estabelecimento da imprensa, o contato com a poesia, música e artes em geral fizeram efervescer um novo cenário cultural no Brasil colônia. Especialmente para as vivências das mulheres, brancas e abonadas, que existiam em um contexto social em que um dos ditados populares famosos da época afirmava que elas só deveriam sair de casa para se batizarem, casarem e quando morressem (DUARTE, 2017, p.14).

Em 1827, no Rio de Janeiro, o jornalista Pierre Plancher lançou o *Espelho Diamantino*. A publicação defendia o posicionamento que manter as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade” (DUARTE, 2017, p. 20). Surgia, assim, o primeiro periódico voltado para mulheres no Brasil de que se tem registro. Para se entender o contexto social do seu nascimento, a escravidão ainda era vigente no país. A lei que autorizava a abertura de escolas primárias para mulheres só foi promulgada no mês seguinte à estreia da publicação; apenas em 1879, o ensino superior foi permitido a elas (DUARTE, 2017, p.25). A lei áurea só foi promulgada em 1888. Portanto, é de fácil percepção que o público do periódico era restrito e específico. A publicação tratava de assuntos relacionados a moda, política, literatura e belas artes. A defesa da instrução das mulheres foi uma pauta central do *Espelho Diamantino* durante seu um ano de existência, porém é preciso frisar que se tinha um espaço discursivo e ideológico enraizado nas redomas da cultura conservadora vigente no período histórico.

Nós desejamos sem dúvida obrigar o Belo Sexo a sorrir-se de quando em quando por algumas graças decentes e historietas de circunstâncias; porém o nosso objetivo principal é de fornecer às Mães e Esposas a instrução necessária (ao menos o sentimento da necessidade de tal instrução), para dirigir a educação dos filhos, e idear as ocupações, perigos e deveres da carreira que os esposos e filhos são chamados a seguir (Editorial In: *Espelho Diamantino* *apud* DUARTE, 2017, p. 41).

Mulheres eram chamadas de Belo Sexo e definidas nas funções de mães e esposas. O periódico sugere que era necessário que fossem instruídas, mas não o suficiente para desviarem de seus destinos fatídicos de retaguarda da centralidade pública e social da figura masculina. A instrução feminina perpassava a égide de imputar às mulheres o consumo de literaturas consideradas mais superficiais e de desinteresse dos homens, que contribuíssem para a manutenção ideológica e moral dos papéis sociais hegemônicos (CABRAL, 2008, p.3). Além disso, Joelma Lima (2010, p.232) pontua que, com o florescimento da vida urbana, especialmente na corte, a elite passou a frequentar eventos sociais, então as mulheres abonadas tornaram-se vistas e avaliadas pelos demais. Portanto, fazia-se importante que elas soubessem se comportar de forma educada, ao serem exibidas. Cafeterias, livrarias, saraus e concertos,

surgiam e transformavam o marasmo social da elite do Brasil colônia de outrora, necessitando também do aumento do público consumidor. Advém desse contexto a necessidade e a defesa, por uma parte da sociedade, do letramento das mulheres de raça e classes privilegiadas. Transformá-las em adornos inteligentes para exibição e consumidoras ávidas era o objetivo para fomentar o crescimento econômico do país.

O Mentor das Brasileiras (São João Del-Rei - MG, 1829), Manual das Brasileiras (São Paulo, 1830), A Violeta (São Paulo, 1848), O Bello Sexo (Recife, 1850), Estrella das Bellas (Recife, 1856), Espelho das Bellas (1860, Maragogipe- BA), A Rosa (Rio de Janeiro, 1883), O Beija-Flor (Viçosa- MG, 1897), A Perola (São Paulo, 1899) foram algumas das publicações voltadas para as mulheres, que sucederam o Espelho Diamantino. No geral, o panorama dos periódicos apresentava um novo espaço informacional, com amarras mais afrouxadas e com alguns espaços cedidos à autoria feminina de pensamentos e ideias, especialmente nos espaços de divulgação de cartas advindas das leitoras. Porém, em suma maioria ainda se mantinha o homem como intermediário da comunicação entre mulheres, pois, apesar de falar para elas, era pela perspectiva deles que a mensagem era forjada e difundida.

É diferente observar como os títulos dos primeiros jornais e revistas se relacionam ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava. Ao se apresentarem como Mentor, Farol, Manual, Despertador ou Espelho, eles se colocam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu *status quo* (DUARTE, 2017, p. 21).

Além disso, observa-se a fragilidade material das coisas relacionadas aos títulos dos periódicos: beija-flor, pérola e rosa, por exemplo. De pequenos fragmentos ao contexto geral das publicações, tem-se elementos que reforçam a ideia de debilidade, docilidade e/ou função decorativa associada ao feminino. Nesse cenário, faz-se preciso delinear as políticas editoriais e as nuances ideológicas dissonantes e coexistentes entre uma imprensa feminina e os primórdios de nuances de uma imprensa feminista, essa última tendo se desenvolvido de fato *a posteriori*. “Imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza” (Buitoni *apud* DUARTE, 2017, p. 14), ou seja, é composta pelo conjunto de veículos midiáticos voltados para as mulheres, sem comprometimento com denúncia das opressões, análise crítica da realidade e complexificação dos problemas de gênero e suas intersecções com outros marcadores sociais. Já a imprensa feminista se diferencia justamente por ter esse eixo crítico editorial enquanto norteador de suas produções, se engajando na conquista de direitos civis e políticos para as mulheres (CABRAL, 2008; DUARTE, 2017).

Percorrendo caminhos paralelos, que ora se aproximam, ora se afastam: é desta forma que Ana Bandeira (2015) delinea o percurso do jornalismo feminino e feminista no Brasil, nos

primórdios do seu desenvolvimento. Entre uma quebra de paradigma e um reforço aos papéis sociais imputados ao feminino, as publicações femininas oscilavam no viés ideológico repassado para suas leitoras. Um desenrolar discursivo sinuoso, de busca pela mudança, mas alocado dentro de um período histórico com suas amarras sociais intrínsecas. “Nesse processo, o feminino é compreendido como sujeito e sujeitado, entre alianças e desavenças, em nome da mudança, mas também da manutenção” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2007, p. 432). Esse contexto pode ser exemplificado com o periódico *Espelho das Bellas* (1860-1861), editado em Maragogipe- BA. A publicação se declarava a favor do progresso moral e intelectual das mulheres, a quem chamavam de belo sexo. Porém, no desenrolar das suas edições passou a trazer conteúdos sexistas, que questionavam o valor das mesmas:

Qual a glória da mulher? Ser bonita e caprichosa; gostar de que lhe gabem a formosura; [...] Ser traioeira por excelência, orgulhosa por devoção, julgar-se rara e singular em tudo – eis a glória da mulher (A Glória da mulher In: *Espelho das Bellas* *apud* DUARTE, 2017, p. 146).

Não o bastante, no texto intitulado *Beleza da Mulher*, que traz uma espécie de manual exemplificativo do padrão do belo exaltado na época, o periódico consegue mostrar o racismo presente no ideário social.

Para ser bela, deve ter a mulher trinta perfeições, divididas da maneira seguinte: Três coisas alvas: a pele, os dentes e as mãos. Três pretas: os olhos, as sobrancelhas e as pálpebras. Três vermelhas: os beijos, as faces e as unhas (*Beleza da mulher* In: *Espelho das Bellas* *apud* DUARTE, 2017, p. 148).

O texto prossegue modelando e condicionando a beleza da mulher ao gabarito de uma extensa lista de cores e de formas que o seu corpo deveria ter. E um detalhe importante: para ser bonita, segundo a publicação, é preciso que não se tenha a pele negra. Silva (2015, p.35) aponta que o ideal do que é belo se constrói a partir de discursos e que esses modelos após idealizados são historicamente imputados ao corpo feminino. Os discursos de como a beleza deve ser valorizam determinados traços e rechaçam completamente outros, especialmente os que se afastem do ideal de beleza europeu. “Observa-se com isso que as características físicas africanas, assim como suas atitudes corporais, foram categorizadas como oposto ao modelo estipulado ideal que era a imagem grega de Vênus” (SILVA, 2015, p. 36). Vemos, então, sexismo e opressão estética para as mulheres brancas e completa exclusão e repulsa das mulheres negras. Todo esse contexto percebido em apenas um dos periódicos cujos editores, homens, em tese, se colocavam a favor do avanço feminino.

### **2.2.2 De mulheres para mulheres**

Porém, em um determinado momento histórico, mulheres se apossaram dos meios de produção da sua própria comunicação e subverteram a ordem, ao falar por si. Belona Irada

Contra os Sectarios de Momo (1833 -1834) foi o primeiro periódico editado por uma mulher: Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, primeira jornalista brasileira, educadora e poeta. Maria Josefa nasceu em Porto Alegre (RS), casou-se cedo, foi abandonada pelo marido com dois filhos e, para o sustento da família, abriu a primeira escola mista<sup>5</sup> do Brasil (MUZART, 2003, p.229). Muitas fontes creditam o pioneirismo para o *Jornal das Senhoras* (1852), porém Zahidé Muzart (2003, pp.229-230) explica a confusão histórica, pontuando que, além de Maria Josefa não ser uma mulher da elite, e sim uma trabalhadora, o conteúdo do seu jornal tinha um viés mais político, e mulher escrevendo sobre política naquele período histórico era um grande tabu. Além disso, sua publicação circulou apenas em Porto Alegre, cidade longe da efervescência da corte (MUZART, 2003; DUARTE, 2017). Portanto, todos esses fatores unidos contribuíram para o apagamento da relevância da iniciativa. Entretanto, foi no Belona que “[...] pela primeira vez alguém do sexo feminino assume a responsabilidade por um periódico, exibindo seu nome junto ao título” (DUARTE, 2017, p. 68). Um panorama da transgressão: mulher, que anos antes não podia sair de casa desacompanhada e nem receber educação formal, escrevendo sobre política, em um jornal próprio. Um panorama interseccional entre as próprias mulheres: as mulheres negras só deixariam de ser escravas oficialmente, 55 anos depois.

Sem dúvida que há deveres naturais que prendam a mulher ao lar doméstico, porém é precisamente desde o seio da sua família que ela pode ter uma influência direta sobre essa mesma família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira. Perguntar-me-eis: Como? Pois a mulher pode ter outra influência que não seja sobre as panelas? Outra missão além das costuras, outro porvir que não seja fazer o rol da roupa suja? [...]. Eis pelo que desejamos a emancipação moral da mulher; porque lutaremos sempre em demonstrar que ela não é inferior ao homem em inteligência, e porque pugnaremos sempre pelos seus direitos desprezados, e pela sua missão desconhecida (*Jornal das Senhoras* *apud* DUARTE, 2017, p. 119).

Em 1852, no Rio de Janeiro, cidade da corte, estreia o *Jornal das Senhoras* (1852-1855). Apesar do pioneirismo do Belona em ser comandado por uma mulher, seu conteúdo era norteado por um viés político específico, fixado no cenário local da Revolução Farroupilha. Já, dezenove anos depois, o *Jornal das Senhoras* trouxe uma quebra de paradigma, pois, além de ser comandado por uma mulher, endossava pela primeira vez, de forma direta, a emancipação das mesmas. Em uma sociedade que confinava as vivências das mulheres da elite aos limites de seu lar, o jornal comandado pela jornalista, poeta, dramaturga e romancista Joanna Paula Manso, ousava encorajar, mesmo que com várias ressalvas e limites naturalizados, as mulheres a transpor os limites impostos pela subalternidade (DUARTE, 2017; LIMA, 2010). A publicação trouxe consigo um grande marco de transgressão nas linhas editoriais dos periódicos até então, além de ser editada e distribuída no território da corte, propício para a grande difusão

---

<sup>5</sup> Escolas mistas são as que não restringem admissão de estudantes por gênero.

de suas ideias. Entende-se, então, o porquê do recebimento de tantos créditos acadêmicos de pioneirismo para a publicação. Além disso, suas editoras pertenciam a elite social da época, o que também facilitava uma maior adesão às suas ideias e ajudava financeiramente o periódico a se manter e circular por um período e espaço geográfico maior.

A fim de pontuar a fragilidade nas transgressões desse momento inicial do jornalismo feminista, apesar de trazer um conteúdo disruptivo para a arena discursiva e moral da época, o *Jornal das Senhoras*, assim como outros do período histórico similar que o sucederam, não rompia e nem questionava completamente com acordos sociais vigentes. Especialmente no Brasil, o despertar das mulheres para as possibilidades de desenvolvimento fora do lar ainda eram embrionárias. Tanto que após a saída do comando de Joanna Paula Manso, fundadora e idealizadora da empreitada, o periódico sofreu mudanças em sua política editorial. Passando ao comando de Violante Atabalipa, os textos sobre emancipação feminina diminuíram e o foco maior voltou-se para as demais seções, como as com dicas de saúde (DUARTE, 2017, p.120). A mudança de uma mentalidade coletiva dá-se a passos gradativos, em uma constante alternância de progressões e manutenções.

[...] é importante ressaltar que, mesmo hasteando a bandeira dos direitos e do crescimento intelectual da mulher, o discurso esteve sempre muito próximo a esforços com intuito de reforçar o papel da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa, ou seja, tratavam dos direitos e do crescimento intelectual da mulher, porém, o discurso sempre reforçou esses papéis atribuídos à mulher – característica que aproxima o jornalismo feminista de muitas das publicações do jornalismo feminino (BANDEIRA, 2015, p.195).

Quando o *Jornal das Senhoras* parou de circular, ainda faltavam 33 anos para as mulheres negras serem libertas oficialmente da escravidão. Outros periódicos voltados para mulheres e trazendo conteúdos contestadores despontaram no cenário da imprensa em seguida, mas a maioria com baixa circulação e existência breve. Apenas em 1873, dezoito anos após a circulação do último exemplar do *Jornal das Senhoras*, surge no cenário de periódicos outra publicação com viés feminista e de grande repercussão: *O Sexo Feminino* (1873- 1889). O periódico foi editado e lançado pela educadora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na cidade que se chamava na época Campanha da Princesa da Beira, em Minas Gerais. O jornal posicionava-se na defesa pela educação e autonomia das mulheres, convidando-as a se tornarem sujeitas ativas em seu processo de emancipação (BANDEIRA, 2015; CABRAL, 2008).

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; [...] O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido na educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa [...] (*O Sexo Feminino* apud DUARTE, 2017, p. 188).

Em seu editorial de estreia, exposto acima, Francisca Senhorinha já deixou bem delineada a política de posicionamento da sua publicação. Um dado curioso, é o fato de que a cidade de Campanha da Princesa da Beira tinha cerca de 20.071 mulheres e apenas 1.158 sabiam ler e escrever (DUARTE, 2017, p.189). Mesmo assim, o *Sexo Feminino* obteve uma tiragem de 800 exemplares vendidos em seu primórdio. Pensando na expansão do jornal e consequentemente das suas ideias, Francisca mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a produzir seu periódico na cidade da corte. “De 800 exemplares que eram impressos em Campanha, passou a 4.000 nos primeiros dez números no Rio de Janeiro. Uma prova inequívoca do sucesso é o fato dele contar, entre os assinantes, com D. Pedro II e sua filha Princesa Isabel” (DUARTE, 2017, p. 190). Em decorrência de uma febre amarela, contraída por Francisca, o *Sexo Feminino* sofreu uma interrupção de quase treze anos, voltando a ser reimpresso em 1889, tendo suas filhas como colaboradoras. Com ideias mais elaboradas e transgressoras, mas sem desenredar-se do contexto político-social que o forjava, o periódico debateu mais incisivamente a necessidade da atuação feminina frente às questões do social, para saírem da condição de subserviência. Foram adicionados à pauta assuntos como a desigualdade entre homens e mulheres dentro do contexto matrimonial, já adiantando uma contestação dos movimentos feministas como um todo: da esfera pessoal também ser política.

O casamento é a união perfeita e completa, uma sociedade que se propõe ao aperfeiçoamento dos contraentes. Entretanto, a mulher não pode estar em juízo sem autorização do marido; sendo escritora, não pode publicar suas obras sem o consentimento do marido, etc., etc., etc.! ... Perguntamos: - Até onde deverá estender o império da proeminência marital? (O casamento In: *Sexo Feminino* *apud* DUARTE, 2017, p. 192).

Já no artigo *Senhoras advogadas*, publicado em 1889, o jornal argumentava a favor da liberação das mulheres formadas em direito, para exercerem a advocacia. Ao discutir assuntos como esses e argumentar amplamente sobre como instâncias a exemplo do Direito, através da legislação, não eram imparciais e contribuía para a opressão feminina, o periódico abria precedentes para o posicionamento incisivo e público de mulheres quanto a assuntos que lhes concernem, sem dependerem da intermediação de homens. “Elas queriam demonstrar que a desigualdade entre os sexos estava centrada menos em aspectos naturais, sendo antes reflexo de um longo alijamento da educação [...]” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2007, p. 440). Além disso, elas ampliavam o destaque social e o debate dos problemas enfrentados pelas mulheres, estimulando-as também ao pensamento crítico acerca da própria condição, visando assim encorajá-las a se posicionar e contestar o posto, em coletivo, a fim de, então, galgar visibilidade e adesão pública enquanto categoria oprimida e merecedora de direitos civis (DUARTE, 2017;

OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2007). Quando o jornal parou de circular, as mulheres negras tinham sido libertas oficialmente da escravidão há apenas um ano.

Nesse panorama traçado, é observável o cenário de opressão que sempre permeou a existência feminina no social e o quanto o questionamento público, mesmo que gradativo e ainda moldado pelas amarras conservadoras dos contextos hegemônicos que os continha, tendo a mídia enquanto mediadora, propulsionou ideários de mudança no posto. Porém, também é de fácil observância a não similaridade de vivências e conseqüentemente de pautas político-sociais entre mulheres negras e brancas do Brasil. Enquanto as mulheres brancas privilegiadas subvertiam lugares sociais e conseguiam se impor de determinadas maneiras na produção discursiva, galgando espaços para falarem sobre sua alienação da esfera pública e sua condição de subalternizadas pelo matrimônio, as mulheres negras permaneciam escravizadas. Em seus primórdios, não importando se feminina ou com viés feminista, os discursos da imprensa eram forjados na branquitude e para a branquitude de classes específicas e dentro da cisheteronormatividade.

### **2.2.3 Jornalismo feminista no Brasil**

#### 2.2.3.1 Primeira fase

A mídia alternativa deve ser uma possibilidade, uma alternativa à sociedade e sua face hegemônica, propor a partir dos seus discursos novas estruturas de organização social (HAUBRICH, 2017, p.24). Para ser alternativa, a mídia precisa estar alinhada com a perspectiva dos marginalizados, servindo-os de fato como um canal que leve à voz oprimida um espaço de expansão. Ela precisa apresentar formas indignadas de enxergar e narrar o mundo, expondo seus males e os responsáveis por eles, ao mesmo tempo que apresente rotas de mudanças possíveis (HAUBRICH, 2017, p.25). “O produto dos processos de comunicação alternativa deve contribuir também para realimentar esses processos, fomentando a emancipação através do conhecimento e da reflexão [...]” (*ibidem*). Ela deve ampliar o volume de vozes abafadas, pautando o que é secundarizado e/ou omitido, invertendo lógicas de produção, abordagem e fontes, sendo alternativa, para os colocados como outros (*idem*, 2017, p.26).

Para Máximo Grinberg (1987) meios alternativos são todos os meios que fornecem uma opção dissonante das conformadas ao *status quo* dominante. “Não propomos uma alternativa aos media como tais, mas enquanto instrumentos do poder; e, inversamente, o meio não é em si o alternativo (ou não o é necessariamente), mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, 1987, pp. 19-20). Esses meios são

veículos que fornecem uma diferença qualitativa de conteúdo em relação aos hegemônicos, criando um meio de visibilizar as experiências/existências ignoradas, pois é através do discurso alternativo que se constrói meios alternativos de mudanças (*idem*, 1987, p.29).

No Brasil, o período da ditadura militar foi de grande propulsão para o desenvolvimento da mídia alternativa brasileira. Existiam cerca de 150 periódicos que poderiam ser classificados sob essa designação, por denunciarem constantemente as violações do sistema vigente, em suas mais variadas esferas (FREITAS, 2018, p.111). Porém, os espaços se modificavam quando a pauta era acerca das mulheres e suas questões, a exemplo do jornal Pasquim, que apesar de fazer parte da imprensa alternativa, tinha a prática de “tratar o feminismo com desdém e chacota, associando-o à frustração sexual [...]” (FREITAS, 2018, p. 114). Mesmo entre os marginalizados, a margem para as mulheres era posta ainda mais afastada.

Nesse contexto, as mulheres feministas entenderam que precisavam criar espaços de produção de discurso próprio, com pautas específicas baseadas nos preceitos do movimento e não diluídas por múltiplos enfrentamentos gerais. A midiaticização do movimento passou a ser posta como uma questão educativa do social para com as questões das mulheres, suas histórias, opressões e identidades enquanto sujeitas existentes. Fez-se necessário criar uma rede de veículos midiáticos que denunciassem as situações, difundissem informações não hegemônicas e ao mesmo tempo mobilizassem a categoria para a luta coletiva (WOITOWICZ e PEDRO, 2010, p.1). Como desdobramento desse cenário, as práticas jornalísticas se imbricaram ao feminismo, criando uma das vertentes do uso da mídia como instrumento político de ação: o jornalismo feminista. A junção é importante, pois a mediação da realidade pelo jornalismo

[...] interfere na construção e na difusão de referenciais de identidades e, particularmente, nas representações convencionais de gênero, e das posições-de-sujeito na sociedade [...] Tem-se como pressuposto amplo que as mídias atuam socialmente na (re)produção de valores, normas e símbolos, assim como na integração de papéis sociais e na formação de opiniões (SOUZA, 2014, p. 92).

Ainda segundo Juliana Souza (2014), pesquisas apontam que o homem segue ocupando os cargos mais altos da hierarquia jornalística, portanto os mecanismos que forjam a mediação e conseqüentemente a construção discursiva que influencia o social ainda são constituídos hegemonicamente atravessados pelo patriarcalismo e sexismo. E, sendo o jornalismo revestido de um ideário de neutralidade e objetividade sobre o real, ele cria condições favoráveis para a normatização de valores e imagens sociais, tornando-se um processo sofisticado de aniquilação simbólica da alteridade das mulheres (*idem*, 2014, p. 92). Myrian Vecchio-Lima e Humberto Souza (2017, p. 132) apontam que no decorrer dos anos houve uma maior ocupação quantitativa de mulheres do campo jornalístico da imprensa tradicional na América Latina, mas que isso não subverteu a lógica vigente, embora tenham ocorrido avanços, já que as mulheres são a

minoria nos postos de comando editorial, portanto com menor poder de construção dos discursos. E é justamente nessa lacuna de detentoras da produção discursiva, que o jornalismo feminista nasce e faz-se essencial. Quando a mulher é apenas sujeitada nesse processo, é sob esses moldes que se desenvolve a sua construção social. O jornalismo é uma ferramenta tanto de desconstrução quanto de construção sobre gênero e suas questões, sendo, então, tão necessário que se crie uma oposição às fontes dominantes da produção discursiva, para que as mulheres se tornem de fato sujeitas e cambiem seus lugares sociais subalternizados. A necessidade de existência do jornalismo feminista enquanto ação política ainda vai além, já que na cultura jornalística tradicional se prioriza a análise mais superficial de acontecimentos factuais e não uma análise aprofundada de complexos mecanismos sociais se interseccionando, para resultar em diversas questões de gênero, como exige um jornalismo que se propõe feminista (SOUZA, 2014, p.92).

O debate sobre a (re)produção da (in)visibilidade de gênero na informação jornalística perpassa, ainda, pelo processo de categorização das notícias. Veiga verificou que as notícias podiam ser catalogadas em duas principais categorias: as “quentes” – ou as de maior importância (um “furo jornalístico”), constituídas por “matérias de cunho investigativo, denunciativo, de risco, de competição (como o futebol), relacionadas à (i)legalidade, de alta cultura, poder, entre outras” – e as *softs* “associadas a valores como proteção, fragilidade, brincadeira, piadas, solidariedade” (2010: 126). Isso levamos a conjecturar que a forma como a notícia é recebida na redação – a fase “pré-textual” de composição da informação, a qual antecede, por sua vez, outras duas: a textual e a supra-textual – influencia tanto na escolha do/a jornalista que a irá produzir, como na escolha da fonte que responderá pelo conteúdo. Nas notícias consideradas “quentes”, ainda de acordo com Veiga, os profissionais escolhidos eram homens “e com determinadas características de gênero consolidadas e reconhecidas por seus pares”, enquanto nas “softs”, entendidas como leves e lúdicas, “indicadas para entreter e não exigir reflexões”, eram, geralmente, entregues a mulheres, notícias que se espera o consumo de entretenimento, e não de reflexão. É então que se verifica toda uma dinâmica narrativa enraizada em marcadores sexistas que definirão o sexo da notícia (*idem*, 2014, p. 94).

Portanto, o jornalismo feminista nasce com a responsabilidade de contribuir para a construção e difusão de conteúdos que pautem o plural, que questionem as assimetrias e que possam resultar na materialização de mudanças estruturais para as mulheres. O jornalismo feminista se diferencia do jornalismo hegemônico por colocar a emancipação sociopolítica e econômica das mulheres como critério basilador, tanto para as representações das mesmas em suas narrativas, quanto para a finalidade da criação dos seus conteúdos. Na entrevista concedida a esta pesquisa, Thais Folego (2021, *online*) codiretora da AzMina, pontua que o feminismo deveria ser considerado um dos pilares dos direitos humanos, sob o qual todos os veículos de mídia construíssem suas narrativas, tendo como norteador a igualdade de gênero. Para Folego (2021, *online*), na prática da técnica jornalística o jornalismo feminista e o tradicional se assemelham, o método jornalístico é o mesmo, o que diferencia o jornalismo feminista, na visão dela, é a certeza de que a imparcialidade jornalística não existe. Portanto, é necessário se

posicionar enquanto um veículo mediador para a busca de direitos. É uma escolha ativa de posicionamento a se fazer. Segundo Jessica Gustafson (2019, *online*) o grande diferencial do fazer jornalístico feminista em relação ao tradicional, é justamente romper com a imparcialidade e construir narrativas abertas à somatória de encontros com outros saberes parciais que compõem a complexidade do social, o encontro de verdades únicas e excludentes não é a finalidade das suas narrativas.

Em minha análise considero que a perspectiva de gênero está relacionada a um fazer que ultrapassa a escolha das fontes, por exemplo, no sentido de que escolher fontes mulheres é um movimento importante para subverter também uma lógica do jornalismo hegemônico, mas não é suficiente. Ultrapassa a pauta, pois embora a cobertura de atos e atividades do movimento feminista seja crucial, atua de forma muito mais ampla. E principalmente, supera a ideia de que a perspectiva de gênero é uma especialidade entre as outras. Caminha em direção a uma perspectiva transversal, e essa ideia é bastante compartilhada por jornalistas feministas que têm pensado sobre o jornalismo com essa perspectiva, como uma forma de olhar o mundo que percebe e denuncia as hierarquias de poder existentes nas múltiplas instâncias da vida e que atingem as mulheres de múltiplas formas, levando em consideração outros marcadores, como raça, etnia, classe e sexualidade. Sendo assim, todos os assuntos podem ter experimentada uma perspectiva de gênero (GUSTAFSON, 2019, *online*).

É com um certo atraso e morosidade, em relação ao cenário internacional, que o Brasil inicia o desenrolar de uma imprensa feminista nichada. O Brasil Mulher (1975-1980) e o Nós Mulheres (1976-1978) foram os primeiros periódicos desenvolvidos no país sob a perspectiva feminista, nos enquadramentos enquanto movimento organizado e global. Percebe-se um grande tempo histórico decorrido entre a imprensa feita por mulheres, que começou no século XIX e iniciou as irrupções, até termos publicações realmente fincadas e sinérgicas a um movimento de mulheres, em larga escala. Elizabeth Cardoso (2004, p.37), divide a imprensa feminista no Brasil em dois momentos: a primeira geração vinda logo após 1974, com periódicos voltados para as problemáticas de classe e a segunda geração vinda a partir dos periódicos de 1980, pautados nas problemáticas de gênero.

Kucinski (1991) salienta que o feminismo do Brasil Mulher foi fortemente influenciado pelo marxismo, principalmente da linha maoísta, que se voltava para a temática da pobreza e da miséria. No jornal, apresentava-se a realidade de mulheres pobres que morriam em decorrência de abortos clandestinos; a prostituição infantil; no sentido de mostrar a luta das mulheres como parte da luta de classes. O Nós Mulheres, por sua vez, inovou principalmente na linguagem, ao utilizar a primeira pessoa do plural- Nós - desde o título, rompendo com o tratamento impessoal e assexuado da imprensa feminina tradicional (em sua predominância, escrita por homens e direcionada às mulheres). Entre os temas que compunham sua agenda, estavam críticas à educação diferenciada entre meninos e meninas, sendo que o aprendizado das mulheres estava condicionado para lhes ensinar a viver em função dos homens; às relações de trabalho e as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho; à divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças entre homens e mulheres; e a conclamação de uma luta conjunta pela emancipação humana (FREITAS, 2018, p. 122).

É lento o caminho de mudanças nas condições do ser mulher, muitas pautas já eram questionadas por brasileiras pioneiras, mesmo que em condições contextuais diferentes,

praticamente um século antes. Nessa primeira fase oficial, as reivindicações do jornalismo feminista ainda eram focadas em âmbitos mais gerais: mulher *versus* homem, luta antiditorial, feminismo marxista *versus* liberal, por exemplo. Imbricados nas questões de classe, esses periódicos cederam seus espaços para as pautas das integrantes periféricas, fomentando sua luta por direitos, endossando uma política reivindicatória para as condições delas, visibilizando as mulheres pobres. Ao mesmo tempo que trouxeram, para adentrar no debate mais técnico, a importância de se discutir questões relegadas à subjetividade, como os contextos familiares, sexualidade e a intimidade, como sendo expressões políticas, carregadas de relações de poder e subjugação (LEITE, 2003, p. 236).

É importante marcar esta presença e o significado desta relação: mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres nessa conjuntura (LEITE, 2003, p. 238).

Os dois jornais dessa primeira fase, apesar de se identificarem com ideais feministas, ainda tinham a apreensão do empoderamento total do termo, diluindo-o sempre que possível, em um discurso generalista de luta humanitária pela igualdade entre todos. Ambas as publicações tomavam o cuidado de não se posicionar discursiva e editorialmente contra os homens, e nem de declarar sua adesão total ao feminismo. Isso se refletia inclusive na quantidade de pautas que se debruçavam sobre assuntos exclusivos à esfera feminina, sendo sempre perpassadas por assuntos com viés generalista (CARDOSO, 2004; LEITE, 2003). Este é mais um dos reflexos do desenvolvimento de uma ex-colônia que progrediu sobre bases fincadas em valores conservadores e patriarcais e com um aparelho midiático que construiu expansivamente o teor pejorativo dos movimentos feministas, durante todo esse processo. Mesmo as mulheres que se propunham à desconstrução e subversão, ao darem passos tão largos quanto fundarem um periódico feminista, não o faziam em completude. Cardoso (2004) afirma que no caso do Brasil Mulher (BM) ainda houve uma tentativa de aproximação mais profunda nas pautas feministas, mas que foi cerceada na conjuntura.

Tal crescimento do feminismo no BM não agradou a ala mais próxima da esquerda. Entre o número 6 e o 7, o BM ficou seis meses sem circular. A justificativa oficial para o atraso foi problemas financeiros, mas Joana Lopes afirma que a não-circulação do periódico se deu devido a problemas internos, de natureza política. Durante o período foram realizadas eleições para diretoria da Sociedade Brasil Mulher. Forças associadas aos partidos de esquerda ganharam o pleito, assumiram a direção e trouxeram a proposta de aproximar o BM das questões gerais, das questões de classe, dos temas que interessavam a todos (CARDOSO, 2004, p. 44).

No contexto do Brasil, a luta pela centralidade das pautas reivindicatórias esteve presente no desenvolvimento da mentalidade feminista junto à luta política pelas causas da esquerda marxista. Algumas mulheres atentavam para as necessidades de suas questões

específicas, mas encontravam a força repressora, apoiadas na grande popularidade do marxismo da época, que delineava a luta geral de classes como a bandeira a ser arqueada. Uma grande cisão entre essas forças se deu no II Congresso da Mulher Paulista (1979), em que as lideranças feministas e as de esquerda travaram um embate que ocasionou a decisão do encerramento do Brasil Mulher, em 1980 (CARDOSO, 2004, p.46). “Assim o que termina junto com o 'Brasil Mulher', é também o período de tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas” (CARDOSO, 2004, p. 46). Tendo o Nós Mulheres já encerrado suas atividades em 1978, esse contexto marca o início da segunda fase do jornalismo feminista no Brasil.

### 2.2.3.2 Segunda fase

A segunda geração se especializa, voltando seu foco para as questões mais exclusivas às mulheres em esferas como sexualidade, reprodução e violência de gênero (CARDOSO, 2004, p.38). O ChanacomChana (1981) é um exemplo da nova geração de periódicos, tratando em exclusividade um tema específico das mulheres, a lesbianidade. Cardoso (2004, p.46) aponta que o periódico é uma referência de como as publicações da segunda fase vieram para quebrar a lógica generalista da primeira, mostrando os entremeios diversos e profundos de lugares de falas e existências que se silenciam ao não se analisar a complexidade. Em sua primeira edição, o ChanacomChana já trouxe um texto afirmando que “querer reduzir tudo à luta de classes é não querer enxergar a realidade numa simplificação que faria Marx corar de vergonha, se vivesse hoje. É negar que o sexo e a raça são elementos tão ou mais importantes para definir o lugar das pessoas dentro da sociedade” (CARVALHO; SÁ, 2017, p.9). O periódico se posiciona incisivamente contra a adoção única de uma luta maior, justamente por argumentar se perder e reduzir, nesse caminho, os conflitos que constituem as classes postas (CARVALHO; SÁ, 2017).

O ChanacomChana foi fundado por mulheres advindas de um grupo homossexual politicamente organizado, mas que sentiram que suas questões exclusivas não estavam sendo pautadas, mesmo dentro de um coletivo já com esse recorte de sexualidade (CARDOSO, 2004). Os movimentos em curso e reconhecidos como de esquerda, e seus produtos, já não eram mais suficientes para suprir o desenvolvimento crítico sob as novas dimensões sociais que se apresentavam para as mulheres. O debate sobre a “repressão sexual da esquerda patriarcal” (CARVALHO; SÁ, 2017, p.8), aprofundava-se. O ChanacomChana também é um importante marco dentro dos movimentos feministas, em uma cisão com a heteronormatividade branca. Outras categorias de mulheres queriam se tornar sujeitas de suas histórias próprias.

### 2.2.3.2.1 *Mulherio (1981-1988)*

*Mulherio* (1981-1988) foi outra publicação feminista do período. O periódico surgiu em um momento de redemocratização do país e tinha como organizadoras mulheres pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC). Elas queriam criar um veículo midiático que pudesse ser um canal de diálogo, inclusive sobre pesquisas científicas, com potencial para fomentar as ações práticas dos movimentos feministas. Segundo Viviane Freitas (2018, p.124) o periódico era citado como o herdeiro das publicações da primeira onda, tanto por sua agenda de pautas, como pela forma de ser um elo de comunicação entre as várias frentes dos movimentos feministas do país. Em comum com os periódicos da primeira fase, “[...] apresentava a preocupação constante das feministas responsáveis pela publicação com a inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho, com as campanhas em favor da não discriminação e de sua proteção” (FREITAS, 2018, p. 124). Legislações a respeito de esferas que se interseccionassem com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, como creches e jornadas noturnas, eram incisivamente pautadas pela publicação (*idem*, 2018, p.125). A maternidade, abordada pela visão feminista e perpassada pelo trabalho externo e a divisão sexual do trabalho, veio como tema central da primeira edição do periódico, assunto esse que será constantemente debatido em suas páginas.

Neste primeiro fascículo (que trazia como matéria principal de capa a maternidade a partir de um ponto de vista feminista), excetuando-se uma delas, todas as demais reportagens publicadas enfatizavam, prioritariamente, questões relativas ao reconhecimento e a valorização positiva da identidade feminina. [...] Outro aspecto bastante relevante do periódico é a forma como este defendia uma valorização de uma imagem identitária bastante específica de feminilidade; identidade essa que se contrapunha frontalmente àquela veiculada pelas mídias tradicionais destinadas às mulheres e produzida pelos grandes conglomerados midiáticos. Isso é patente na reportagem sobre a maternidade (que busca desconstruir o mito de que a mulher teria uma habilidade e uma predestinação natural em ser mãe) [...] (CASADEI, 2009, p. 13).

O periódico também se posicionava contra a adoção globalizante da luta de classes, sem o entrecruzamento de outros marcadores sociais pautando as análises, denunciando as lacunas que isso deixava para as questões das mulheres. As integrantes do *Mulherio* queriam uma revalorização da imagem do feminino, mas desconstruindo a naturalização histórica da sua inferiorização e da sua associação intrínseca às atividades domésticas e à maternidade (CASADEI, 2009, pp.12-13). O *Mulherio* militava incisivamente pela desconstrução do universal feminino, trazendo a perspectiva da pluralidade da categoria mulher e as suas questões em pautas diversas, que mostrassem realidades específicas, como as das mulheres trabalhadoras agrícolas. A publicação também abarcou a racialização do debate, contando com a já

reconhecida feminista negra Lélia Gonzalez, como uma de suas colunistas. “[...] Mulherio discutiu a subalternização das mulheres negras quanto à interseccionalidade de gênero, raça e classe, à discriminação no mercado de trabalho, à democracia racial, à ruptura do paradigma da beleza branca e à hipersexualização” (FREITAS, 2018, p.217).

Foi a aproximação com a esfera política, o que algumas feministas participantes da publicação acreditavam ser a ponte para a materialização das demandas do movimento enquanto políticas públicas, que levou à derrocada do periódico. Houve acusações de que o veículo não seria mais feminista, pela abordagem das temáticas de política além da esfera abstrata, trazendo discussões institucionais. Além disso, acusaram o periódico de se associar ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que não ocorreu, e uma das agências patrocinadoras cortou a verba de custeamento por acreditar que, ao abordar planejamento familiar, o periódico estava servindo a interesses externos escusos, no sentido de um planejamento familiar imposto. “Nem mesmo o destaque para o papel fundamental dos movimentos sociais [...] foi capaz de amenizar as críticas sofridas pelo grupo, como se tivesse abandonado a essência combativa das organizações ao permitir ser cooptado pelo poder público” (FREITAS, 2018, p. 228). Com críticas tanto de integrantes dos movimentos sociais, quanto externas, o Mulherio sucumbiu às brigas internas e à perda de patrocinadores (*idem*, 2018, pp. 227-228).

#### 2.2.3.2.2 *Nzinga Informativo (1985-1989)*

Mesmo com a abordagem de raça iniciada no jornalismo feminista do Mulherio, esse lugar de fala ainda era uma lacuna a ser preenchida e ampliada. Surge o *Nzinga Informativo* (1985-1989), um periódico e coletivo de mulheres, criado por Lélia Gonzalez e outras feministas negras. Por se debruçar com exclusividade sobre as questões das mulheres negras, o periódico serviu como um estandarte para auxiliar na abertura de espaço para os debates e reivindicações do feminismo negro e suas questões. As mulheres negras pleiteavam espaços tanto dentro do próprio movimento negro, quanto dentro dos movimentos feministas. Como o elemento valorizado socialmente é o homem branco, a mulher negra é atingida por um panorama diferente de opressões que só pode ser compreendido em suas intersecções e multidimensionalidade (FREITAS, 2018, p.168). As marcas da colonização as reduziram à esfera sexualizada, além da explorada. Permeadas pelo racismo e circundadas pelo sexismo, as mulheres negras são submetidas a situações de vulnerabilidade social nas mais diversas searas de suas existências. E era esse contexto, ainda tão atual, que o *Nzinga Informativo* veio problematizar.

Por meio de suas páginas, o debate sobre a dupla opressão – racismo e sexismo - que afetava (e ainda afeta) as mulheres negras sempre teve a maior expressão, haja vista que as categorias temáticas “comunidade negra” e “organizações de mulheres” foram as mais frequentes [...]. O classismo também circundava as discussões do grupo - principalmente porque o coletivo foi formado a partir da associação de mulheres representantes dos movimentos negro, de bairros e de favelas. Entretanto, o grupo percebia que todas as mulheres negras, independentemente a qual classe socioeconômica pertencessem, eram discriminadas pelo racismo e pelo sexismo, por isso a ênfase nessa dupla opressão (FREITAS, 2018, p. 229).

O próprio nome do periódico era uma homenagem à resistência da mulher negra, sendo Nzinga uma rainha africana, guerreira e estrategista, que liderou a luta contra os colonizadores portugueses de sua terra, território atual da Angola. O Nzinga foi uma resposta crítica materializada das mulheres negras brasileiras a movimentos feministas que elas apontavam como submerso nas amarras do eurocentrismo e da visão homogeneizante da categoria mulher. Tecendo suas críticas discursivas na intersecção de raça, classe e gênero, elas colocavam os holofotes midiáticos nos entremeios ignorados. Em uma ruptura histórica, a mulher branca era acusada de ser beneficiária da estrutura racista e de reproduzir as opressões sistêmicas entre suas próprias congêneres (VIANA, 2010, p.59). A publicação se abriu para mediar diversos debates que acompanharão o desenvolvimento do feminismo negro. No artigo Racismo e Machismo, publicado no periódico, as mulheres denunciaram que aparelhos ideológicos como a religião, a escola e os meios de comunicação hegemônicos ajudaram a fomentar a ideia da exploração da população negra, por uma suposta incapacidade de agir por méritos próprios, sendo inferiores (FREITAS, 2018, p.231). As mulheres encontraram no Nzinga espaço para denunciar que esses discursos teriam ajudado a construir as bases de uma sociedade racista, mas que viu no mito da democracia racial, uma forma de perpetuá-lo veladamente.

Porque nasceu mulher, a mulher negra já cresce numa situação de desvantagem em relação a qualquer outro membro da sociedade. Ela vai recebendo desde pequena a informação de que a servidão está na sua natureza de mulher e de negra. E, à medida que ela vai se convencendo de que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, ela se torna um ser passivo diante da sociedade (Racismo e Machismo In: Nzinga Informativo *apud* FREITAS, 2018, p. 230)

A opressão de gênero, dentro de sua própria raça também era problematizada. Na perspectiva proposta pelo feminismo negro do Nzinga, não bastava que as mulheres construíssem suas críticas apenas enquanto negritude *versus* branquitude, era preciso reconhecer os múltiplos sistemas de opressão que se infiltravam em qualquer categoria posta como homogênea. Elas apontavam que “[...] fundamental é não perder de vista a relação homem negro/mulher negra. [...] que caberia ou cabe também ao homem negro enfrentar esse desafio, isto é, transformar as relações de classe, de gênero e de raça” (VIANA, 2010, p. 60). Com o Nzinga Informativo, as mulheres negras queriam mostrar que o que as impedia de galgar melhores espaços de trabalho e lugares sociais não era sua incapacidade inata, como o discurso

hegemônico as construiu durante muito tempo, mas, sim, as estruturas que as subalternizavam, relegando-as à falta de educação formal, à dificuldade de acesso à saúde e postos de trabalho formalizados, à precarização de moradia, à falta de uma nutrição adequada, entre outros múltiplos elementos que as mantinham em posições inferiorizadas (FREITAS, 2018, pp.229-230). O periódico mostrava a realidade histórica e específica das mulheres negras brasileiras: sexualizadas, obrigadas a trabalhar desde muito novas, em postos de trabalho desqualificados socialmente, objetificadas tanto enquanto corpos de prazer, como enquanto corpos servis de modo geral, um objeto funcional e sem subjetividade, não validadas para o casamento socialmente idealizado. Muito longe da realidade de mulheres brancas, que seriam as boas mães e esposas, que precisaram lutar para trabalhar externamente e que, quando conseguiram, ocuparam cargos superiores aos das mulheres negras.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro - a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo - a questão da Etnia : SOMOS NEGRAS - e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar essa identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar à parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participamos mais fortalecidas da luta geral. (Editorial In: Nzinga Informativo *apud* FREITAS, 2018, p. 233).

Por esse editorial, já fica explícito o conchamar das mulheres negras para a necessidade de um caminho próprio e único dentro dos movimentos mais gerais. Podem ser as mesmas, mas também outras opressões que as perpassavam, tolhidas ao máximo em pontos que as mulheres brancas nunca haviam sido ou já haviam superado. Era preciso construir um aprofundamento identitário em imbricamento a construção política da categoria mulher negra. O Nzinga Informativo existia nesse cenário como uma ferramenta para mediar e ampliar essa luta. Apesar de todo o contexto tão desigual, é preciso ressaltar o avanço da luta das mulheres negras. Durante muito tempo dos primórdios da imprensa no Brasil, as mulheres negras permaneciam escravizadas oficialmente. Portanto, conseguir se organizar politicamente, a exemplo das mulheres do Nzinga que fundaram um coletivo e um periódico, reverberar uma voz própria, denunciar suas situações, quando passaram tantos anos sendo profundamente castigadas ao ousarem a mínima subversão, é motivo para destacar o poder de agência e resistência coletiva das mulheres negras.

### 2.2.3.2.3 *Jornal Fêmea (1992- 2014)*

O *Jornal Fêmea* (1992), foi um dos periódicos feministas de maior duração, tendo seu último número circulado em dezembro de 2014, muito recentemente em termos históricos. Ele foi produzido pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), uma ONG de mulheres com financiamento advindo de instituições nacionais e internacionais que apoiavam a causa, como a ONU Mulheres, sendo todo o conteúdo sempre distribuído gratuitamente. Segundo Elizabeth Cardoso (2004, pp.48-49), um grande ponto desde os primórdios da publicação- e que se perpetuou para além do encerramento dela, era abordar a questão de gênero na esfera legislativa, fazendo uma ponte entre as mulheres e os parlamentares. O ideário da linha editorial do jornal assumia a propositura de que era preciso uma intervenção política, utilizando a comunicação como instrumento, para de fato, galgar mudanças. Fomentava-se a divulgação de pesquisas realizadas junto aos políticos que eram de interesse coletivo das mulheres, propunham medidas legislativas e programas de políticas públicas baseadas no recorte de gênero. A fim de auxiliar os movimentos feministas na construção de caminhos, inclusive instrumentais, para alcançarem e exercerem direitos (BARBOSA, 2004, p.154).

A linha editorial do informativo está vinculada aos princípios mais gerais do CFEMEA e objetivos definidos para a comunicação política do Centro: comunicação sobre os direitos das mulheres e igualdade de gênero, visando socializar e democratizar as informações referentes ao Legislativo e à luta feminista, inclusive junto aos meios de comunicação de massa. Definição marcada pela trilogia – mulheres, gênero e feminismos (BARBOSA, 2004, p. 143).

O jornalismo do periódico tinha o propósito de tornar acessível a linguagem legislativa para seu público de mulheres, a fim de democratizar o debate muitas vezes tão distante e distanciado pela linguagem técnica. Assim também como abordar, em concomitância, temas dos movimentos feministas, seus termos e conceitos, como empoderamento e questões ligadas a gênero, dentro dessa mesma lógica de democratização. A produção não era enviada só para as mulheres, mas também dirigida para todos os parlamentares do âmbito federal, visando dessa forma dar visibilidade aos movimentos feministas, seus debates e requisições. Nesse contexto de produção e distribuição, se ansiava que o conteúdo gerasse reflexões e proposições materiais do poder institucional para as mulheres (BARBOSA, 2004, p.145). “No seu décimo ano, em 2001, edição de número 98, o *Fêmea* passou a ter uma tiragem quase triplicada, de 5 mil para 13 mil exemplares. A partir de então, passou a chegar também às mãos de todas as vereadoras e deputadas estaduais, prefeitas e governadoras [...]” (*ibidem*), de todo o Brasil.

Surgindo onze anos após o *Mulherio*, que sucumbiu às críticas frente à aproximação do periódico com abordagens acerca da política institucional, o *Fêmea* se alocava justamente como mediador dessa relação, sendo um marco das novas diretrizes do feminismo adentrando na ação

da esfera política institucional. Sônia Miguel (2003, s.p) aponta que o CFEMEA enquanto instituição, tendo o jornal Fêmea como uma das suas linhas de atuação, tem o propósito de [...] “realizar um trabalho de comunicação política, entendendo que não basta produzir informação, mas que é preciso interferir politicamente na mesma, marcando posição, fornecendo argumentos e dados, e fomentando reflexões”. Segundo a autora, no período histórico do surgimento do jornal Fêmea, o feminismo ainda tinha um alcance mais restrito a discussões acadêmicas. Com o surgimento de ONGs feministas e seus trabalhos de atuação nas esferas públicas e institucionais, criava-se uma aliança tática entre a epistemologia feminista em sua esfera teórica e a prática, levando o feminismo além (MIGUEL, 2003, s.p).

Porém, os custos de aumento da tiragem e distribuição levavam o coletivo a ter que buscar ainda mais financiadores, e ainda assim sua amostragem era pequena perto do que o periódico queria impactar. Por isso, nos seus anos finais e até o encerramento das atividades da publicação, as mulheres haviam criado e estimulado a adoção da leitura do periódico através de um informativo eletrônico, que era enviado mensalmente para as leitoras, com os textos do jornal. E disponibilizaram em seu site a versão digital de cada número da publicação, inclusive com a mesma diagramação do produto físico (BARBOSA, 2004, p.145). Elas foram precursoras dos tempos vindouros da digitalização do jornalismo feminista e da possibilidade de aumento exponencial da distribuição de conteúdos da mídia alternativa.

Faz-se importante ressaltar que os periódicos citados não contemplam toda a produção do jornalismo feminista do período, eles compõem um panorama representativo baseado nas seleções prévias das pesquisas de Cardoso (2004) e Freitas (2018). Acreditamos que os periódicos selecionados compõem um panorama satisfatório dos veículos de destaque do momento histórico abordado e a exposição analítica dos mesmos cumpre a função de contextualizar o leitor das abordagens, formatos e pautas defendidas no período, visando à compreensão dos caminhos e resultantes percorridos e produzidos por precursoras do jornalismo feminista no Brasil.

### 2.3 QUARTA ONDA, FEMINISMOS E JORNALISMO DIGITAL

Essa pesquisa visa fomentar a perspectiva de vigência de uma nova onda dos movimentos feministas atuais: global, interseccional e digital. Com a popularização das tecnologias de comunicação, em especial das redes sociais digitais a partir dos anos 2000, as causas feministas difundiram-se com proporções vastas, encontrando um espaço inabitado em camadas da sociedade que ainda não haviam sido impactadas com tamanha dimensão. A horizontalidade enquanto preceito organizativo almejado, tangenciando a mediação

representativa, e uma militância perpassada por muitos relatos de si, em que experiências pessoais são midiáticas no meio digital, ganham adesão e mobilização coletiva.

Para Janine Borba e Julia Moreira (2015, p. 50), é primordial para pautar os delineamentos de mudança do movimento, primeiramente, a existência de um Sul Global<sup>6</sup> ativo, tanto na teoria quanto nas proposituras práticas. E, secundamente, a mudança de denominação para *feminismos*, para as resultantes do movimento plural que se desenrolou a partir do momento em que as próprias caminhantes marginalizadas no caminho passaram a pautar suas próprias realidades. O termo feminismo foi, então, deixado para o movimento centralizado no ideário do Norte Global.

É preciso frisar que a questão que estabelece o novo no feminismo caracteriza-se pela convergência dos movimentos de mulheres do Sul-Global que, em teoria, concebem sua manifestação política como oposta ao feminismo predominante do Norte Global. A ambivalência entre o Sul e o Norte Global elucida as relações identidade-diferença que existem dentro do feminismo, que embora tenham diferenças de formação e de conteúdo, mantêm uma relativa coerência sob uma multiplicidade de identidades, sem que o movimento perca o seu fundamento (BORBA; MOREIRA, 2015, p.50).

As diferenças interseccionais alocadas em realidades locais e únicas, começaram a galgar espaços políticos de existência na terceira onda. Mas foi no encontro com a potência comunicacional gerada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais que se formou um novo cenário de militância social e consequentemente feminista. As autoras apontam para a emancipação das pautas políticas e identitárias dos movimentos feministas, a partir de uma nova configuração dos feminismos do Sul Global, frente a uma ideologia feminista assimilacionista. Pois, ao homogeneizar, um movimento essencialmente emancipatório acaba servindo ao propósito de criar identidades globais mais facilmente absorvidas pelo mercado e pela mídia, fomentando a ineficiência generalista das políticas públicas (BORBA; MOREIRA, 2015, p.54).

As estratégias convergem principalmente em frentes que visam combater o racismo e o caráter político de todas as formas de neocolonialismo – inclusive os discursos que tentam usurpar a produção de conhecimentos que existem dentro da moldura Sul-Sul (BLACKWELL; NABER, 2002) [...] A singular experiência dos países do Sul Global com o colonialismo, os processos de independência, o subdesenvolvimento e a desigualdade social e, sobretudo, com os efeitos da globalização, os fazem ser propícios ao surgimento de novas teorias do conhecimento social. O Neofeminismo questiona o sentido do feminismo para as mulheres do Sul Global e produz novas significações a partir do Sul e para o Sul. O desenrolar da primeira década do século

---

<sup>6</sup> Nota-se que o Sul está em alta em estudos, pesquisas e concertações globais; mas o que seria esse Sul? O termo “Sul” (geralmente utilizado com letra maiúscula por se tratar de uma adjetivação do substantivo de significado geográfico) é sinônimo de países emergentes. Ele remete à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). A divisão geográfica estabelecida pela linha do Equador remete antes à outra divisão, a separação ideológica existente no cenário do desenvolvimento. Ela reivindica maior equidade de poder e mais representatividade na produção de conhecimento (CAIXETA, 2014, *online*). Disponível em: < <https://obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia> >. Acesso em 2 de março 2021.

XXI demonstrou que tais movimentos tendem a se consolidar como atores importantes no cenário global e estão conjugados em um esforço para construir, de fato, uma sociedade civil global (BORBA; MOREIRA, 2015, pp.54-55).

O meio digital tornou-se gradativamente um dos mais importantes mecanismos de mobilização social e política. Assim como as mulheres perceberam e criaram um processo de se apropriar da produção discursiva a partir dos preceitos dos movimentos feministas na imprensa de periódicos, na sociedade contemporânea perpassada pela digitalização, esse processo abarcou novas plataformas e ampliou os espaços de amplificação de vozes múltiplas. Porém, mesmo na diversidade que pede espaço de existência e visibilidade, estabelece-se um processo dentro do movimento, ligado a um objetivo geral conector: criar narrativas feministas que também pautem e mobilizem o social, frente aos discursos hegemônicos que as atravessam.

Porém, apesar da grande reverberação atual do imbricamento do feminismo com as redes sociais, essa relação vem sendo estabelecida desde o fim da década de 1980 através do ciberfeminismo, a extensão da militância feminista para os ambientes digitais. Em 1985, Donna Haraway já teorizava em seu Manifesto Ciborgue acerca da diluição dos limites entre seres humanos e máquinas, apontando a tecnologia como o futuro da emancipação das mulheres. Através do desenvolvimento tecnológico elas poderiam romper com as amarras hegemônicas em vigência, com o imperativo do corpo orgânico como impositor das diretrizes de sexualidade, papéis e comportamentos sociais de gênero, sobretudo em relação às tecnologias de controle reprodutivo, que colocavam em xeque as normativas patriarcais que encerravam as mulheres em seu papel supostamente natural de procriadoras. A partir desse cenário de desconstrução, a epistemologia feminista encontraria um campo livre para se desenvolver e criar novas bases para o constructo da trama social (HARAWAY, 2000).

[...] o ciborgue não espera que seu pai vá salvá-lo por meio da restauração do Paraíso, isto é, por meio da fabricação de um parceiro heterossexual, por meio de sua complementação em um todo, uma cidade e um cosmo acabados. O ciborgue não sonha com uma comunidade baseada no modelo da família orgânica mesmo que, desta vez, sem o projeto edípico. O ciborgue não reconheceria o Jardim do Éden; ele não é feito de barro e não pode sonhar em retornar ao pó. É talvez por isso que quero ver se os ciborgues podem subverter o apocalipse do retorno ao pó nuclear que caracteriza a compulsão maníaca para encontrar um Inimigo (HARAWAY, 2000, pp. 39-40).

Já em 1991 surge o VNS Matrix, um grupo feminista australiano que criava intervenções nos mais diversos formatos e discutia o espaço das mulheres no novo mundo digital que se apresentava, denunciando a supremacia masculina no comando do desenvolvimento desses novos espaços, inclusive na elaboração das tecnologias que os possibilitavam. O grupo foi pioneiro na prática do ciberfeminismo, ao difundir a epistemologia feminista através da internet, problematizando gênero e sua nova relação com os - e nos - espaços digitais.

O VNS Matrix trabalhou em uma grande quantidade de mídia: jogos de computador, instalações de vídeo, eventos, textos e outdoors. No icônico "Manifesto Ciberfeminista do Século XXI", elas se chamaram de "vírus da desordem do novo

mundo", e "exterminadoras dos códigos morais". [...] Elas acreditavam que a web poderia ser um espaço de experimentação criativa fluida, um lugar para transformar e criar em colaboração com uma comunidade global de artistas com a mesma cabeça (EVANS, 2014, *online*).

A partir de então, especialmente com a consolidação das redes sociais, o ciberfeminismo só se expandiu. Nos anos 2000 surgiram diversos coletivos feministas já completamente forjados nas lógicas do digital, tanto em relação à estrutura, quanto nas formas de atuação: coletivos criados com o objetivo específico de promoverem o feminismo através da tecnologia digital. No cenário brasileiro, o Think Olga<sup>7</sup> e o Não me Kahlo<sup>8</sup> são exemplos desses tipos de coletivos, os quais criam campanhas de conscientização e produzem conteúdos contra hegemônicos. Além disso, eles também prestam serviços de consultoria para organizações interessadas em adotar políticas e ações que fomentem a equidade de gênero. Esses coletivos seguem a máxima de fomentarem a emancipação através da informação e utilizam os meios digitais como mediadores de suas ações, assim como AzMina.

Em um sistema que se retroalimenta, a difusão massiva do feminismo nas redes digitais gerou diversos eventos que começaram na internet e/ou a tiveram como mediadora e que muitas vezes se materializaram nas ruas em manifestações feministas. Ao mesmo passo, essas manifestações geravam mais combustível para a difusão dos feminismos nas redes. No mundo inteiro, mas aqui pontuado as movimentações no Brasil, esses eventos e organizações, digitais e/ou físicos, foram protagonizados por mulheres diversas, com pautas diversas, mas que juntas estão percorrendo um caminho de apropriação de mais uma ferramenta na luta pela emancipação e equidade.

A #primaveradasmulheres, assim batizada em 2015, veio embalada pelas manifestações de 2013, pela criação de coletivos de mulheres e pela retomada das ruas desde 2011, quando começou a se espalhar, a partir do Canadá, a Marcha das Vadias. Fomos gritar #foracunha e protestar contra o Projeto de Lei 5069; as negras exibiram seus cabelos no #orgulhocrespo e organizaram a Marcha Nacional das Mulheres Negras; ocupamos as redes para denunciar #meuprimeiroassedio; intelectuais ganharam espaço na campanha #agoraéquesãoelias; a #partida se organizou como um novo movimento feminista a fim de aumentar nossa representação parlamentar; apoiamos a presidente Dilma Rousseff para pedir #ficaquerida, gritar #foratemer e denunciar a misoginia do golpe; a Marcha das Margaridas levou 100 mil mulheres a Brasília; o Think Olga liderou a mobilização #chegadefiuuiu para dar um basta na naturalização do assédio, da violência sexual e da cultura do estupro; o transfeminismo confrontou o essencialismo das feministas radicais, as *radfems* [*radical feminists*], e reivindica espaço legítimo no movimento de mulheres; as *radfems* estão brigando contra a pornografia e a prostituição, e as prostitutas, lutando pelo direito de ter sua profissão regulamentada. Tudo isso acontece ao mesmo tempo, formando a quarta onda feminista. (RODRIGUES, C. 2017, *online*).

Cristiane Costa e Heloisa Hollanda (2018, p. 44) pontuam que a autonomia e a descentralização que guiam as diretrizes da comunicação em rede digital possibilitaram

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://thinkolga.com/> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: < <https://naomekahlo.com/> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

inusitadas formas do social se mobilizar e gerar ação política: “A internet fornece ainda um modelo de plataforma de comunicação que permite a criação de um novo padrão organizacional articulado através da polinização cruzada, da consulta mútua e da retroalimentação” (COSTA; HOLLANDA, 2018, pp. 44-45). Tudo isso possui efeito direto na possibilidade de conexão a camadas mais pobres da população, visibilidade para movimentos de minorias, difusão de conteúdos contestatórios em larga escala e o fomento a partir do acesso à informação, do agir político, especialmente a países historicamente marginalizados nesse processo (*idem*, 2018, p.45).

Verificamos em janeiro de 2016, na esteira do boom de 2015, a enorme quantidade de páginas que tratam do feminismo com diferentes linguagens e abordagens. Os números de curtidas já se mostravam surpreendentes: Feminismo Sem Demagogia (884.075), Lugar de Mulher (75.202), Feminismo Radical (54.451), Feminismo de ¾ (45.971), Feminismo na Rede (20.215), Preciso do Feminismo Porque (17.384), entre outras. [...] Existem centenas de páginas com números menores de curtidas, mas ainda consideravelmente expressivas e que vem crescendo desde então. Esses números denunciam, de imediato, dois fatores: a demanda reprimida das vozes femininas no espaço público e seu alcance político (COSTA; HOLLANDA, 2018, p.45)<sup>9</sup>.

Ilse Scherer-Warren (2013, p. 188) aponta o imbricamento dos movimentos sociais brasileiros com a configuração de redes digitais a partir das últimas décadas do século XX. Nesse momento, observa-se uma mudança teórico-prática de valores políticos, ideológicos e organizacionais dos movimentos de base, “[...] rumo ao desenvolvimento de um discurso sobre a relevância política das articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas e organizacionais mais amplas, seja nos planos regionais e nacionais, como no nível transnacional” (SCHERER-WARREN, 2013, p. 188). Todo o cenário foi se alterando gradativamente, em concomitância ao surgimento de novas possibilidades tecnológicas, permitindo uma organização mais fluída e de identidades híbridas, construída a partir da possibilidade da multiplicidade discursiva dispersa em rede (*idem*, 2013, p. 205). Busca-se a construção de um diálogo estratégico, a fim de articular, a partir da informação, mudanças tanto materiais quanto simbólicas, em ações de empoderamento.

Por exemplo, em nossa pesquisa, constatou-se que as mulheres indígenas e negras inicialmente desenvolveram uma crítica ao sistema em relação às suas singularidades na opressão, porém, a partir do encontro nas redes de movimentos, perceberam equivalências em torno de suas origens identitárias coloniais e dos respectivos mecanismos de exclusão social, passando assim a formar uma cadeia de significados políticos, que denominaram de “aliança de parentesco” entre as mulheres negras e indígenas, em outras palavras, um pacto histórico referente a um mesmo legado colonial ou, conforme Grosfoguel (2008), uma “cumplicidade subversiva” (SCHERER- WARREN, 2013, pp.208-209).

Mulheres estão se encontrando e se reconhecendo em redes, articuladas pelo movimento social de base, com maior facilidade e alcance, construindo-se a partir da percepção da

---

<sup>9</sup> Curtidas é um nome simbólico, que, no contexto apresentado, designa a quantidade de pessoas que estão seguindo uma página existente na rede social digital Facebook, a fim de receber os conteúdos produzidos pela mesma.

similaridade e singularidades das estruturas que as perpassam e oprimem. Ao se reorganizarem dessa forma, os movimentos sociais atuam sob a égide da troca de saberes e que, mesmo descobrindo e ressaltando as diferenças, percebem na diversidade pontos em comum para serem abarcados em seus projetos de mudança social (SCHERER-WARREN, 2013, p. 208). Trazendo para os movimentos feministas, os feminismos se encontram e se constroem a partir de seus cruzamentos nos câmbios em rede, guiadas pelo ensejo de emancipação da mulher. Mulheres pontuam seus ideários, que se chocam, se atravessam e se somam, compondo a pluralidade em um movimento que se forjou na homogeneização de uma categoria, mas que encontrou na dimensão digital da produção de discursos uma das ferramentas norteadoras para um processo que gradativamente abarque a complexidade e tensionamentos de suas células componentes.

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostraram ainda uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres. Talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso. Respondendo ao recrudescimento de um forte conservadorismo que ameaça, inclusive, direitos já conquistados, os feminismos em rede se empenham no uso e na forma de novos instrumentos em suas lutas (COSTA; HOLLANDA, 2018, p.47).

Manuel Castells (2013) aponta que a construção autônoma das redes sociais é a grande transformação do social no século XXI. E essa autonomia conectou os movimentos sociais às redes digitais, já que os canais de comunicação tradicionais eram de modo geral monopolizados pelas forças de poder hegemônicas. A internet se apresentou como um espaço primordial de conexão e sinergia, que não substituiu a militância nos termos conhecidos dos movimentos de base, mas a transformou e se somou a ela. “O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares” (CASTELLS, 2013, p. 160). Em um processo que o autor intitula de “autocomunicação de massa” (*idem*, 2013, p.15), o meio digital fornece uma plataforma de tecnologia que colabora para a autonomia dos sujeitos, permitindo que eles participem da construção ideológica do social.

Não ignoro as intersecções que criam sistemas de acesso desigual às tecnologias digitais entre as próprias mulheres e também não quero cercear apenas na comunicação todas as vertentes em desenvolvimento e transformação na quarta onda feminista, com ações resultantes na política, nas artes em geral e na própria academia, por exemplo. Mas pelo recorte comunicacional da pesquisa, quero ressaltar a existência da potencialidade de um acesso mais amplo e, especialmente, desomogeneizador do ideário feminista, tendo a comunicação digital enquanto um elo mediador entre todas as frentes de mudanças. Quero mostrar a modernização do mesmo processo ativo de mulheres se apropriando da produção discursiva, que foi

apresentado anteriormente na pesquisa. Porém, com novas plataformas, dimensões e dinâmicas em uso, com novas possibilidades de alcance e produção, e atuando no constructo de projetos comunicacionais interseccionais, abrem-se espaços para a vastidão da pluralidade de existências ser visibilizada enquanto existente e como o é.

A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas (CASTELLS, 2013, p.14).

### **2.3.1 Um adendo da realidade complexa e contraditória**

Apesar da potencialidade de transgressão, a internet não se constrói como um território neutro. As forças hegemônicas do capital e conseqüentemente o aparato ideológico de todas as searas que as sustentam, replicaram-se nos espaços digitalizados. As tecnologias da informação alçaram uma centralidade cada vez mais estruturante dos mais diversos setores da humanidade, enquanto indivíduos e no coletivo, tornando-se ferramentas primordiais para a batalha preconizada por Castells (2013), na construção de significados na mente das pessoas. Esse contexto não se constrói de modo descolonizado pelos interesses neoliberais. Shoshana Zuboff (2015) denomina de capitalismo de vigilância um novo conceito de acumulação e exploração de dados pessoais dos usuários da internet, a fim de conhecer seus gostos, hábitos, ideários e qualquer manifestação sua que possa ser transformada em mercadoria e/ou sanada com um produto.

Esta nova forma de capitalismo informacional objetiva prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado. O capitalismo de vigilância foi se constituindo gradualmente durante a última década, incorporando novas relações sociais e políticas que ainda não foram bem delineadas ou teorizadas (ZUBOFF, 2015, pp.75-76)<sup>10</sup>.

A autora ressalta a assimetria de poder que compõe o território digital, dominado por conglomerados mundiais como o Google e o Facebook, por exemplo. Há outras configurações de poder, mas a hegemonia ainda perpassa todas elas. Nesse cenário, as informações pessoais são o interesse central, a título exatamento do conhecimento das mentes do social e o controle dos significados que serão impostos às mesmas. Ideários progressistas existem em plataformas que para serem utilizadas, como as redes sociais digitais, o usuário precisa aceitar os termos de

---

<sup>10</sup> Do original: “This new form of information capitalismo aims to predict and modify human behavior as a means to produce revenue and market control. Surveillance capitalismo has gradually constituted itself during the last decade, embodying a new social relations and politics that have not yet been well delineated or theorized”. Tradução nossa.

uso dos conglomerados que as criaram. “O capitalismo de vigilância estabelece uma nova forma de poder em que o contrato e as regras legais são substituídos pelas recompensas e punições de uma nova forma de mão invisível” (ZUBOFF, 2015, p. 82)<sup>11</sup>. Há liberdade e potencialidade, mas dentro de determinados moldes pré-concebidos e limitantes.

Donna Haraway (2000) é uma das teóricas percussoras no entusiasmo com a tecnologia para a transmutação da condição das mulheres. Mas não tomada unicamente pelo otimismo e visão das vantagens, a autora aponta as possíveis consequências políticas e sociais na estruturação de um mundo onde tudo pode ser codificado, no qual a “[...] a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca” (HARAWAY, 2009, p.64). No contexto moderno, as ciências da comunicação transformam-se em objetos tecnológicos com um imbricamento tão íntimo ao humano, que as fronteiras entre organismo-máquina quase desaparecem (*idem*, 2000, p.67). Nesse cenário de tecnologias comunicacionais preenchendo amplos espaços da existência humana, é preciso se ressaltar a importância da existência de discursos de resistência nessa remontagem do social.

Mesmo que em termos desiguais de produção, difusão e consumo, a não existência do plural ideológico-discursivo no âmbito midiático pode levar ao apagamento da heterogeneidade, a um funcionamento bimodal em que “[...] uma grande massa de mulheres e homens pertencentes aos grupos étnicos, e especialmente as pessoas de cor, ficam confinadas à economia do trabalho caseiro, aos diversos analfabetismos, à impotência e à redundância gerais” (HARAWAY, 2000, p.75), sujeitados e manipulados por “[...] aparatos repressivos hightech que vão do entretenimento à vigilância e ao extermínio” (*idem*, 2000, p.75). Por isso, a autora pontua a necessidade das mulheres entenderem que não estão lidando com um cenário fixo e neutro, mas sim constituído de relações de poder dinâmicas. E que, se a tecnologia fornece a possibilidade de renovação dos poderes existentes, os movimentos feministas precisam reorganizar suas análises e rearranjar suas dinâmicas de raça, classe e sexo, a fim de construir ações políticas realmente relevantes e eficazes nas oportunidades contraditórias que se apresentam (HARAWAY, 2000, p.67).

O sonho de uma web descentralizada e democratizante pode não ter se esgotado, porém exige atenção redobrada. Mas vale insistir: se algum movimento se beneficiou da lógica descentralizada das redes, sem dúvida esse movimento foi a insurreição feminista. A multiplicação de vozes ativas proporcionada pelas redes permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo até então pouco amplificadas, como o feminismo negro, trans ou lésbico. As questões mais recorrentes nas redes não diferem muito das pautas das ondas feministas anteriores: violência, assédio, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo, padrões compulsórios de beleza e de comportamento. A grande diferença hoje não está apenas na pauta do feminismo

<sup>11</sup> Do original: “Surveillance capitalism establishes a new form of power in which contract and the rule of law are supplanted by the rewards and punishments of a new kind of invisible hand.” Tradução nossa.

jovem, mas no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet (COSTA; HOLLANDA, 2018, p.60).

### 2.3.2 Jornalismo feminista e digital

Para Rosental Alves (2006), a internet foi muito mais do que um novo meio comunicacional, mas sim a representação de uma mudança de paradigma no cenário da comunicação. Alcance global, acumulação infinita de conteúdos, novas formas de interatividade e distribuição, rompendo com preceitos organizacionais que o jornalismo havia estabelecido primordialmente (ALVES, 2006, p.95). À medida que as tecnologias comunicacionais se desenvolveram e se popularizaram, formou-se uma geração que nasceu em um mundo já digital e que se desenvolveu em uma sociedade organizada em torno de bases de dados informatizados e, portanto, consome informações dentro desse contexto.

O que é o jornal tradicional senão um pacote de notícias e informação selecionados por uma equipe de jornalistas (gatekeepers) num ciclo de 24 horas? O que é um noticiário de rádio ou de TV, senão um encontro marcado a determinada hora para se ouvir (e ver) a apresentação de um número limitado de notícias pré-determinadas pelos jornalistas (gatekeepers)? Na lógica que a Internet está criando, não tem sentido que eu escute algo que não escolhi. Se vou escutar um pacote de notícias, será um pacote que eu forme, de acordo com meus interesses, para ser consumido na hora que eu quiser, onde eu quiser. Ao transferir-se para a Internet, o velho jornalismo-produto se transforma num jornalismo-serviço, um fluxo contínuo de informação que se acumula, indexada, no sítio web, colocando-se à disposição dos usuários que queiram consumi-la. Esse processo significa a desconstrução dos produtos jornalísticos que foram criados ou tiveram o seu auge no século XX. As novas gerações parecem ter dificuldade em entender por que razão devem receber um pacote fechado composto de informações produzidas na véspera (jornal diário) ou na semana anterior (revista semanal) ou mesmo produzidas nas últimas horas mas apresentadas apenas em determinado horário (caso dos noticiários de rádio e TV). O fluxo contínuo de informações relevantes indexadas e acumuladas num sítio de Internet está na essência do jornalismo digital emergente (ALVES, 2006, p.97).

Nesse cenário de consumo comunicacional as possibilidades do digital somam enquanto potência política, para a difusão de um projeto alternativo de resistência contra-hegemônica através do jornalismo feminista. Segundo Alexandre Haubrich (2017, p.71) as mídias alternativas são historicamente espaços de encontro, construção de redes de apoio e experimentação de ações coletivas de empoderamento dos sujeitos afastados da legitimação social enquanto sujeitos de direitos. Esses modos de resistência através da comunicação foram se alterando em concomitância aos dispositivos tecnológicos disponibilizados. Além das mudanças de suportes, produção e distribuição, novas práticas foram desenvolvidas para abarcar cada vez mais nas produções midiáticas resultantes a complexidade das assimetrias, dentro de novos contextos sociais que se apresentam. “[...] criando novas formas de organizar-se e de formular e distribuir o discurso dos ‘de baixo’, as mídias alternativas compõem contemporaneamente um campo com grande diversidade, tendo nessa característica uma de suas grandes forças” (HAUBRICH, 2017, p.72).

A agência Pública realiza um mapeamento de iniciativas jornalísticas que já nasceram ambientadas na rede digital e são resultantes de projetos coletivos independentes.<sup>12</sup> A partir do panorama construído pela agência delineamos um total de dez iniciativas de jornalismo digital e feminista, ativas: Blogueiras Negras, Catarinas, Cientista que virou mãe, Geledés, Gênero e Número, Lado M, Nós Mulheres da Periferia, Revista AzMina, Revista Capitolina e Think Olga.<sup>13</sup> São projetos que utilizam o jornalismo enquanto método e ferramenta de ação no ativismo digital feminista, que constroem um jornalismo ancorado na ideia de gênero enquanto conceito de poder e organização social, entendendo que assim como todas as demais esferas da sociedade, o jornalismo tradicional se forja em uma lógica masculinista hegemônica, e que, portanto, são necessários projetos que tenham sua lógica de produção centrada no rompimento com as tessituras dominantes. A fim de pontuar a pluralidade do cenário jornalístico digital atual em que AzMina, nosso objeto concreto de pesquisa, se aloca, julguei importante um breve resumo explicativo das iniciativas existentes que compõem o campo conceitual da investigação da pesquisa, descrevendo-as na forma que conceituam a si próprias.

Tabela 2- Outros projetos de jornalismo feminista e digital

<p>Blogueiras Negras</p>	<p>Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com histórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria história e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas histórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual. [...] Não por acaso, temos em nossa origem a <u>Blogagem Coletiva Mulher Negra</u> cujo objetivo foi a aproximação de discussões acerca do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa. Fazemos de nossa escrita ferramenta de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e gordofobia. Porém, também pretendemos ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente. Acreditamos que a troca de vivências e opiniões em função da negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum. Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos (BLOGUEIRAS NEGRAS, s.d., <i>online</i>).<sup>14</sup></p>
--------------------------	---

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/> >. Acesso em 30 de junho de 2020.

<sup>13</sup> Levantamento feito em 1 de julho de 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: < <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

<p>Catarinas</p>	<p>Catarinas é um portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos. Buscamos articular o engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas. Entendemos que unir o ativismo feminista à prática jornalística é uma estratégia potencializadora quando na busca de objetivos transformadores. Ao perceber as desigualdades de gênero existentes na sociedade, nos posicionamos no intuito de superá-las. Um jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba, consciente ou inconscientemente, servindo para a manutenção das relações de poder já existentes e, conseqüentemente, das violências ocasionadas por elas. [...] Desta forma, a proposta do Portal compreende a perspectiva de gênero como um olhar analítico transversal, em que todos os assuntos podem ter experimentada essa chave de compreensão do mundo. A partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres, a cobertura jornalística demanda enquadramentos específicos às pautas tratadas. [...] A linha editorial de Catarinas se encontra na intersecção entre o jornalismo como um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção do jornalismo. Somos ativistas NO jornalismo, a partir do olhar político e ético para a necessidade da transformação social, e ativistas DO jornalismo enquanto profissionais que atuam pelo direito de exercerem sua profissão que é fundamental para uma sociedade democrática (CATARINAS, s.d., <i>online</i>).<sup>15</sup></p>
<p>Cientista que virou mãe</p>	<p>O site Cientista Que Virou Mãe foi criado em 2010 pela cientista Ligia Moreiras como um blog para compartilhar material científico e descobertas referentes à maternidade, à infância e à vida das mulheres que se tornam mães. Em 2015, a engenheira agrônoma e mãe Nani Feuser, se juntou a Ligia Moreiras e, juntas, transformaram o site na primeira plataforma brasileira de informação independente produzida exclusivamente por mulheres mães e financiada coletivamente. Pela ideia inovadora e de grande impacto social, a Plataforma Cientista Que Virou Mãe venceu o Prêmio Social Good Brasil Lab 2015. Em 2016, foi contemplado com o Edital Sinapse da Inovação no Estado de Santa Catarina. Isso tornou possível que, durante 3 anos, mais de 40 produtoras de conteúdo, entre cientistas, jornalistas e demais escritoras, todas mães, produzissem informação sobre a vida das mulheres e das crianças por meio de financiamento coletivo e apoio do Instituto Alana. Em 2019, o site voltou a ter o trabalho de Ligia Moreiras como foco principal, na produção de conteúdo digital, livros, cursos e palestras <i>online</i> e por todo o Brasil. (CIENTISTAS QUE VIROU MÃE, s.d., <i>online</i>).<sup>16</sup></p>

<sup>15</sup> Disponível em: < <https://catarinas.info/linha-editorial/> >. Acesso em 1 de julho de 2019.

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://portal.cientistaqueviroumae.com.br/historia/%20/> >. Acesso em 1 de julho de 2019.

Geledés	<p>GELEDES Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.[...] Dessa perspectiva, as áreas prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas.[...] A <u>comunicação</u> é um direito humano, e a partir dessa perspectiva o <u>Programa de Comunicação de Geledés</u> compreende o tema como uma questão vital para os movimentos sociais em geral e para as mulheres negras em particular, pois além de instrumento de visibilidade, a Comunicação é tratada como um nexo de empoderamento. Neste sentido, investe na capacitação de mulheres negras em comunicação, mídia e advocacy, e na atuação em rede através das Comunicadoras Negras, uma estratégia para a formação em educomunicação e empoderamento de ativistas e instituições dos movimentos sociais (GELEDES, 2016, <i>online</i>).<sup>17</sup></p>
Gênero e Número	<p>A Gênero e Número existe para dar para visibilidade a dados e a evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero por meio de diferentes produtos que têm em comum o conteúdo de qualidade. A produção jornalística que preza pelos fatos e dados abertos é nosso carro-chefe. Mas como startup e organização de mídia independente que valoriza a inovação nas práticas e na forma de se relacionar com as audiências, abraçamos com entusiasmo plataformas <i>online</i> e presenciais e formatos diversos para expandir debates e narrativas. A Gênero e Número é apartidária, propõe-se a aprofundar temas principalmente relacionados a uma agenda de direitos a partir de dados e de vozes legítimas e comprometidas com o diálogo amplo que a democracia pressupõe. Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero precisa melhorar, onde diversos dados importantes ainda não têm a visibilidade e discursos radicalizados têm se sobreposto à informação verificada e de qualidade. É comum que se confunda esse jornalismo de nicho com ativismo, mas a nossa missão é produzir jornalismo plural e preciso (GÊNERO E NÚMERO, s.d., <i>online</i>).<sup>18</sup></p>
Lado M	<p>O Lado M é um portal sobre empoderamento e protagonismo feminino. Através de reportagens e conteúdos autorais, nós criamos um ambiente de aprendizado, reflexão e debate sobre tabus e questões</p>

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> > . Acesso em 1 de julho de 2019.

<sup>18</sup> Disponível em: < <http://www.generonumero.media/institucional/> > . Acesso em 1 de julho de 2020.

	<p>femininas da atualidade. Desde 2014, o portal é referência quando o assunto é feminismo. Isso se dá não só pelo conteúdo acolhedor, plural e bem apurado, mas também por conta das campanhas como #NãoQueroFlores e #NãoSouObrigada, que ajudaram a mobilizar a internet em datas e momentos importantes para o país. Somos mais de 50 colaboradoras voluntárias de diferentes idades, regiões e realidades, buscando sempre trazer o conteúdo mais plural e inclusivo possível para você, leitora (LADO M, s.d., <i>online</i>).<sup>19</sup></p>
<p>Nós Mulheres da Periferia</p>	<p>Somos um coletivo jornalístico independente, transparente e apartidário formado por jornalistas moradoras de diferentes regiões periféricas da cidade de São Paulo. Atuantes em diferentes plataformas de comunicação, nossa principal diretriz é disseminar conteúdos autorais produzidos por mulheres e a partir da perspectiva de mulheres, tendo como fio condutor editorial a intersecção de gênero, raça, classe e território. Acreditamos e fazemos comunicação e jornalismo <i>online</i> e offline em diferentes formatos: investigativo, literário, artístico, audiovisual. Cumprimos nosso papel com responsabilidade, ética, técnica e em uma linguagem próxima, acessível e humana (NÓS MULHERES DA PERIFERIA, s.d., <i>online</i>).<sup>20</sup></p>
<p>Revista Capitolina</p>	<p>A Capitolina é uma revista <i>online</i> independente para garotas adolescentes. Criada por jovens que sentiram falta de ter suas experiências representadas na mídia para este público, a revista tem a intenção de estabelecer um diálogo honesto com as leitoras, sendo acessível e interessante de forma inclusiva, sem restrições de classe social, raça, orientação sexual, aparência física, ou qualquer outra forma de interesse. Misturando todas as formas de artes e discussões sobre escola, relacionamentos, <i>games</i>, <i>gadgets</i>, moda, e culinária, buscamos abarcar os mais variados assuntos para que as mais variadas garotas consigam se encontrar na revista. Nossa intenção é representar todas as jovens, especialmente as que se sentem excluídas pelos moldes tradicionais da adolescência, mostrando que elas têm espaço para crescerem da forma que são. Além disso, buscamos mostrar para nossas leitoras as belezas de suas próprias vidas, ao contrário de criar um mundo aspiracional. Para nós, é imprescindível que as garotas vejam suas realidades como algo que deve ser apropriado, em vez de negado. [...] A cada mês, nossas matérias principais se adequam a um tema escolhido por nós. Além disso, temos colunas diárias sobre as mais diversas áreas de interesse. Nosso conteúdo é todo escrito e ilustrado por quase um batalhão de talentosas colaboradoras, e</p>

<sup>19</sup> Disponível em: < <https://medium.com/lado-m/conhe%C3%A7a-o-lado-m-3adb888905c7>>. Acesso em 1 de julho de 2020.

<sup>20</sup> Disponível em : < <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 1 de julho de 2020.

	inclui também quadrinhos, ensaios fotográficos e produção literária (REVISTA CAPITOLINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>21</sup>
Think Olga	A Think Eva e a Think Olga são duas organizações irmãs que compartilham uma mesma missão: sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres. Ambas as organizações de inovação social utilizam a comunicação como principal ferramenta, aliada à tecnologia e estratégias de educação, para criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo. A Think Olga é uma ONG que atua junto à sociedade civil enquanto a Think Eva é uma consultoria de inovação social que articula o setor privado. O resultado deste trabalho traz soluções criativas para velhos e novos problemas e colabora na construção de um mundo mais igualitário e justo (THINK OLGA, s.d., <i>online</i> ). <sup>22</sup>

Fonte: autoria própria.

Miriam Vecchio-Lima e Humberto Souza (2017) apontam esse cenário positivo de iniciativas jornalísticas que se propõem a tensionar o cenário tradicional já delineado nesta pesquisa, centrado na figura e experiência do homem branco. Os autores fomentam o ideal de que a comunicação, sendo o jornalismo uma de suas ferramentas, quando feita pela perspectiva de gênero, pode ser uma potência a favor da regulação de suas assimetrias no social. Eles realizaram uma pesquisa com cinco projetos citados: AzMina<sup>23</sup>; Cientista que virou Mãe; Nós, Mulheres da Periferia; Think Olga; e Capitolina, concluindo pontuações importantes: a autoria de todas as produções jornalísticas dos projetos analisados foi de mulheres. 2) A temática de maior preponderância no debate foi a violência contra mulher, ocupando 20% do enfoque do *corpus* analisado. “Entre as temáticas depreendidas surge o ‘esporte’ com 16%, impulsionado pelo momento das Olimpíadas no Brasil e, depois, ‘legislação’ e ‘negritude’ ambas com 16% (3, cada) – esta última temática, diretamente abordada apenas pelo site Nós, Mulheres da Periferia” (VECHIO-LIMA; SOUSA, 2017, p.146). 3) Em relação às fontes as mulheres ocuparam 62% do espaço, o restante sendo ocupado 30% por fontes institucionais e apenas 9% por fontes masculinas (*idem*, 2017, p.146). 4) De 25 matérias que compuseram o *corpus* da pesquisa, apenas quatro delas não trouxeram conteúdos contestatórios aos estereótipos de gênero vigentes.

<sup>21</sup> Disponível em: < <http://www.revistacapitolina.com.br/sobre-a-capitolina/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

<sup>22</sup> Disponível em: < <https://thinkolga.com/quem-somos/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

<sup>23</sup> Projeto não incluso na tabela 2 por ser objeto de estudo detalhado nos capítulos vindouros.

Portanto, os autores apontam que esse enfoque na presença de mulheres em todas as partes do processo jornalístico parece ser o grande potencial de transgressão e enfrentamento ao cenário comunicacional hegemônico posto. Se trata de um processo feito por mulheres, ainda repleto de lacunas em relação ao processo em si, o qual não pode ser analisado retirando-o da realidade de ainda ser forjado, mesmo que com autoria de mulheres, por sujeitas inseridas nas lógicas hegemônicas, portanto passíveis de contradições. Porém, afirmativamente, a existência de um panorama comunicacional como esse configura uma ampliação democrática do midiático, com a ocupação de espaços por mulheres, construindo outros fluxos informacionais, com novas possibilidades interativas, colaborativas e compostas por multiplicidade de vozes (VECHIO-LIMA; SOUZA, 2017, pp.149-150). Entende-se que o jornalismo digital exercido através de um paradigma que considera a centralidade das questões de gênero “[...] permite trilhar uma via de divulgação independente, análise, reafirmação e discussão da agenda feminista, garantindo novas formas de expressão pessoal e coletiva, que superam o profissionalismo rígido das redações, e podem interagir com iniciativas políticas e sociais” (*idem*, 2017, pp.149-150).

Por isso, hoje em dia fala-se tanto em representatividade, não porque está na moda, mas porque finalmente e com muito atraso estamos entendendo a importância de presença de pessoas negras, tanto em espaços de visibilidade como em espaços de criação e decisão. Em tempos em que falamos sobre a importância de vidas negras, é preciso lembrar que a luta antirracista requer um questionamento crítico e profundo sobre tudo o que naturalizamos e reproduzimos em nossos comportamentos e, com isso, também um questionamento sobre a responsabilidade do feminismo branco, enquanto movimento político e de mobilização social, dentro do processo de reparação e descolonização. Cada vez mais, é preciso que tenhamos não só nossos olhos, como também nossos ouvidos, bocas, braços, mãos e pernas atentos e ativos em relação a todas as interseccionalidades que nossas pautas atravessam, para que sejamos capazes de subverter a história de opressão na qual o feminismo se alicerçou e juntas construirmos de fato, um futuro mais equânime para todas as mulheres. Assumimos que enquanto organização que atua por melhorias na vida das mulheres, ocupada por uma maioria branca, também estamos em um caminho de desconstrução de um pensar estrutural e até inconsciente, de um feminismo que não contempla a vivência de todas as mulheres da sociedade, para um movimento cada vez mais interseccional. Com isso, gostaríamos de compartilhar essa reflexão com vocês, nossas leitoras e parceiras que acreditamos que assim como nós, também precisam cada vez mais ampliar o olhar para um feminismo que trate das narrativas das mulheres, de modo que olhe para a história cada uma e de seus corpos e as violências institucionalizadas sobre eles. E, mais do que isso, entender que até dentro de pequenos grupos, as mulheres são diversas e quando falamos de uma, é necessário que nos perguntemos criticamente, assim como nos lembra a feminista negra Sueli Carneiro, **de que mulheres estamos falando?** (THINK OLGA, s.d., *online*)<sup>24</sup>.

Fomentando esse mesmo viés analítico, Djamila Ribeiro (2019, p.55) aponta para a importância de se desconstruir a lógica da autorização discursiva. Ela pontua o discurso pela óptica foucaultiana de reverberação e manutenção de um sistema estrutural de poder que

---

<sup>24</sup> Grifo presente na própria citação.

constitui o imaginário social e que, conseqüentemente, pauta suas ações. A autora trabalha com o conceito de lugar de fala para problematizar os lugares sociais distintos que ocupam o forjamento dos discursos da mídia nos moldes tradicionais e os lugares de fala de camadas sociais marginalizadas. E que, então, esse conceito perpassado pela epistemologia feminista contribui para a formação de grupos sociais distintos de mulheres, forjando discursos localizados em realidades diversas, em oposição e alternativamente aos forjados unicamente por lugares de fala privilegiados. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes conseqüente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p.64). Nesse contexto, aponto o imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade, enquanto ferramenta de descolonização dos movimentos feministas, fomentando a responsabilidade com a pluralidade complexa, para que mesmo em um cenário desigual de legitimação de quem pode falar, exista um comprometimento ético e analítico para que as mulheres sejam cada vez menos parte da estrutura de apagamento das próprias mulheres.

### **2.3.3 Feminismos plurais**

#### **2.3.3.1 Feminismo liberal**

Antes de adentrarmos na seara da interseccionalidade, julguei necessário ampliar o olhar e os intercursos teóricos para a pluralidade do cenário de problematizações acerca das realidades que perpassam os feminismos, reconhecendo um mesmo fenômeno, a opressão das mulheres, mas desenvolvendo-se a partir de bases conceituais e críticas diferentes sobre a origem das problemáticas e as formas de enfrentá-las. De antemão é preciso pontuar que pelos limites de extensão do trabalho e complexidade das múltiplas vertentes existentes, esse tópico abarca um resumo breve de apenas algumas correntes teóricas do extenso escopo dos feminismos, selecionadas pelo critério de pertinência ao entendimento prévio do cenário epistemológico diverso em que a interseccionalidade coexiste.

Francine Descarries (2000, p. 12) utiliza o conceito de *continuum* para explicar a diversidade e simultaneidade das perspectivas existentes no escopo feminista, todas agrupadas dentro de um objetivo geral estratégico de “produzir sujeitos mulheres autônomos, atrizes de suas próprias vidas e do jogo político, em um processo igualitário de liberação” (DESCARRIES, 2000, p. 12). São ideários epistêmicos que surgem diante do desenvolvimento da crítica sobre as realidades. Eles nascem, influenciam imaginários, fomentam ações e servem

de contraponto para os questionamentos das próximas correntes que nascerão para abarcar o não contemplado. Esse tópico tem como objetivo delinear mais claramente os trajetos percorridos por essas epistemes, que ora se entrecruzam, ora se afastam, mas que juntas vêm construindo um caminho gradativo de um feminismo pautado por questões exclusivamente forjadas em um cenário euro-americano branco e de classes sociais abastadas para as possibilidades de visibilização das problemáticas e existências viventes abaixo da linha do equador, além das estruturas de raça, classe e sexualidade privilegiadas.

Para entender o projeto basilar sobre o qual o pensamento feminista hegemônico se constrói é preciso pontuar as nuances do ideário do feminismo igualitário, o qual perpassou originalmente o movimento com a máxima de questões contestatórias em nome de todas as mulheres, fomentando a construção de um suposto uníssono coletivo e homogêneo contra as opressões em comum. “Herdeiro da tradição das *suffragettes* e dos movimentos antirracistas americanos, reivindicava a igualdade de direito e de fato para todas as mulheres, em nome do direito inalienável de cada indivíduo à igualdade e à autodeterminação” (DESCARRIES, 2000, p. 15). A divisão sexual do trabalho seria a fonte das principais desigualdades, portanto o acesso igualitário aos locais de poder econômico, político e educacional configurariam as principais ações de reparo para o alcance da equidade entre os sexos. Segundo Nana Queiroz (2016, p. 41) o feminismo nasceu liberal, inspirado no ideário da Revolução Francesa, apoiado nas problematizações de Mary Wollstonecraft e a Reivindicação dos Direitos das Mulheres. No feminismo liberal o objetivo não é o dismantelamento das estruturas, mas a inclusão das mulheres nelas de forma igualitária aos homens (QUEIROZ, 2016, p. 42). Nessa perspectiva os encaminhamentos teóricos dessa corrente produzem diversos pontos de intersecção com o ideário liberal, ao pontuar a igualdade de acesso, basilada centralmente no poder econômico, enquanto solução principal para sanar as problemáticas. Um feminismo “voltado principalmente para a ação, preocupou-se pouco em produzir uma análise crítica dos fundamentos da desigualdade. A igualdade dos sexos é colocada como um fim, sem exegese, e sua aceitação deriva de uma adesão ao pensamento liberal” (DESCARRIES, 2000, p. 15). Ou seja, o ideário feminista que basilar as irrupções iniciais na modernidade e a primeira onda do movimento, tinha como perspectiva central a tese de que uma igualdade de chances econômicas e educacionais entre os sexos os faria serem assimilados pelo mesmo espectro interpretativo no social.

Francine Descarries (2000, pp. 10-12) aponta que esse ideário primordial contribuiu para que as mulheres construíssem uma episteme crítica aos saberes dominantes perpassados pelo androcentrismo, fomentando a problematização das - aparentemente sutis, porém

poderosas - opressões que tecem os interligamentos de um tecido social no qual os indivíduos eram privilegiados com base em um sistema de diferenciação sexual. Essas irrupções iniciais, mesmo que pautadas em bases hegemônicas, se apresentaram como

[...] críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade; como refutação dos modelos teóricos dominantes, propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogações sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como escrita literária para escapar ao fechamento e à exclusão da linguagem androcêntrica; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimaram e atualizaram, no decorrer do tempo, a construção social e cultural dos sexos (DESCARRIES, 2000, p. 11).

Porém, esse cenário de não problematização das outras nuances constitutivas do que diferencia os sujeitos sociais forjou os moldes classistas e racistas que eclipsaram historicamente a heterogeneidade dos pontos de origem dos problemas da diversidade das muitas mulheres existentes. Tais mulheres foram condensadas em padrões e questões particulares, gerando um outro cenário de opressão entre as próprias sujeitas quando postas como semelhantes. No ideário do feminismo igualitário, o foco restrito nas problemáticas de igualdade entre os sexos excluiu e descredibilizou as desigualdades pulsantes dos seus cenários internos e das bordas desses territórios. Perante uma universalidade imposta, as vivências não contempladas produziram outras formas de enxergar as bases das opressões, a forma de combatê-las e até mesmo outras problematizações acerca da própria constituição da mulher enquanto categoria social.

### 2.3.3.2 Feminismo radical

Essa vertente é perpassada pelo ideário de que apenas as questões econômicas não são suficientes para abarcar a complexidade das realidades de opressões das mulheres. A raiz do problema, de onde vem a etimologia da palavra radical<sup>25</sup>, seria o processo da constituição das mulheres enquanto tais, mulher sendo a resultante em forma de categoria social de um mecanismo de subordinação forjado na sociedade patriarcal. Nesse cenário se entende que a diferenciação entre os sexos precisa existir para a manutenção da estrutura de poder, por isso o alcance da igualdade econômica não abarcaria a igualdade em todos os âmbitos como pensado previamente pelo feminismo igualitário, já que há um mecanismo sistêmico em ação fomentando a subjugação feminina nos mais diversos fronts. Na perspectiva do feminismo radical, há em vigência um sistema patriarcal pautado pela ideia de que homens e mulheres são

<sup>25</sup> “A etimologia da palavra ‘radical’ se refere a ‘algo que vai à raiz’” (ROBIN, 1978, p. 9). Disponível em: < <https://medium.com/qg-feminista/breve-introducao-ao-feminismo-radical-186bb226be40> >. Acesso em 12 de novembro de 2020.

diferentes em essência. E para a essência posta enquanto feminina são relegadas todas as características e atividades caracterizadas enquanto secundárias, em searas desvalorizadas socialmente. Segundo Pierre Bourdieu (2014, pp. 19-20) essa cultura utiliza as diferenças biológicas para através de “esquemas de oposições” (BOURDIEU, 2014, p. 19), criar uma dicotomia entre homens e mulheres, que busca naturalizar o papel social da mulher em nuances fragilizadas, biologicamente voltadas para o cuidado doméstico, justificando assim a divisão sexual do trabalho.

A teoria do patriarcado se propõe a demonstrar que o “sexo é uma categoria social impregnada de política” (MILLETT, 1975, pp. 32-34), e que não está presente apenas na esfera da intimidade das pessoas, mas nas mais altas esferas do mais elevado poder, uma vez que, todas as instituições, como o exército, a indústria, a tecnologia, as universidades, a ciência, a política e as finanças, estão teoricamente em mãos masculinas. É uma relação essencialmente política, em que o poder e os privilégios favorecem apenas aos homens. (SILVA, 2008, p.9).

Elisabete Silva (2008, pp. 5-8) aponta que os principais pressupostos teóricos da corrente radical foram fornecidos pelas autoras Simone de Beauvoir (1949), Shulamith Firestone (1970) e Kate Millet (1971). Beauvoir (1960) iniciou o questionamento com a perspectiva da problematização da centralidade masculina enquanto ser universal e a mulher sendo constituída a partir do conceito do outro, à margem dos privilégios. A partir dessa proposição analítica, a autora fomentou a desconstrução do conceito de essência, para uma construção social do que é ser mulher.

Já Firestone (1970) trouxe o cerne dos questionamentos radicais quando associou a divisão sexual com a divisão do trabalho e esse imbricamento gerando um sistema de classes econômicas e culturais, sendo os homens beneficiários dele. Silva (2008, p. 8) aponta que baseada nessa proposição a teórica propôs a eliminação da categorização em classes a partir do sexo e a autonomia da liberdade sexual, “eliminando não apenas o privilégio dos homens, mas a própria distinção sexual, substituindo a hétero, a homo e a bissexualidade pela pansexualidade” (SILVA, 2008, p. 8). A organização dessa sexualidade em torno de famílias nucleares, especialmente as de base heteronormativa, vulnerabilizaria ainda mais as mulheres pelos encargos da gravidez e cuidados exclusivos com os filhos (MCCANN *et al.*, 2019, p. 139). Essa visão é corroborada por Millet (1971)<sup>26</sup>, para a qual o núcleo familiar seria a base incubadora dos preceitos hegemônicos dos papéis sociais pré-definidos de cada sexo. “Como uma corrente de poder, a família formata os seres conforme o modelo patriarcal, que formata a sociedade e assim se reproduz no governo e vice-versa [...]” (SILVA, 2008, p. 8). Segundo Hannah Mccann *et al.* (2019, p. 145) para Millet esse processo de socialização nos modelos

---

<sup>26</sup> MILLETT, Kate. Política Sexual. México, 1975.

tradicionais de família é de suma importância para a manutenção do patriarcado, pois estabelece-se um espaço acessível ao ensinamento e reprodução de valores hegemônicos.

A vertente do feminismo radical nasce influenciada pela luta pelos direitos civis e combate ao racismo nos Estados Unidos, nos anos 60, e pela luta do Movimento pela Libertação das Mulheres (MLM). O MLM tem início nos Estados Unidos (*Women's Liberation Movement*) e se expande para a Europa, ganhando força na França (*Mouvement de libération des femmes*), entre os anos 60 e 70, juntamente com a famosa revolução social conhecida por Maio de 68. Podemos considerar que o Movimento de Libertação das Mulheres foi um marco importante para o surgimento da segunda onda do movimento feminista, que é tida como continuidade da primeira. Enquanto a primeira onda é marcada pela luta pelos direitos políticos, iniciados pelas “sufragistas”, a segunda onda é caracterizada pela busca da emancipação feminina em relação ao patriarcado. As pautas levantadas pelo movimento foram: direitos à contracepção, ao aborto, ao planejamento familiar, luta contra todas as diferentes formas de opressão e misoginia, reivindicação à igualdade de todos os direitos morais, sexuais, jurídicos, econômicos e simbólicos. A famosa frase “o pessoal é político” ecoada pela voz da feminista Carol Hanisch, fundadora do grupo Mulheres Radicais de Nova Iorque (*New York Radical Women*), foi um importante slogan do movimento, que induziu aos estudos da origem da opressão sofrida por mulheres (MIRANDA, 2008, *online*).

E para as feministas radicais é justamente nessa reprodução dos aspectos femininos criados socialmente que se aloca uma das principais forças motrizes da manutenção da opressão. Seria a adoção dos padrões de feminilidade domesticada que fomenta o apagamento social e histórico das mulheres nas esferas de poder públicas. Jéssica Miranda (2008, *online*) explica que na perspectiva radical o objetivo primordial do patriarcado é iniciar desde os primórdios da existência daquele corpo sexuado dito fêmea um processo de socialização que resulte no controle da sexualidade e reprodução da mulher. Por isso, a realidade misógina vivida pelas mulheres é intrinsecamente ligada à sua existência material enquanto uma sujeita nascida com órgãos reprodutores específicos. “Assim, na singularidade vivida por mulheres, apenas uma corrente teórica e um movimento político pensado e protagonizado exclusivamente por mulheres são capazes de libertá-las” (MIRANDA, 2008, *online*).<sup>27</sup>

Ou seja, a partir dessa categorização e divisão primordial baseada no sexo, é que se desenvolveria os moldes sociais que perpassam as mais diversas esferas da vida, estruturando o patriarcado e resultando na opressão feminina. O ser mulher, em essência, não passaria de uma ficção potente criada pelo sistema patriarcal vigente, a fim de que as mulheres se identifiquem com a própria condição de escravidão. “Tudo isso que relacionam ao sexo feminino nada mais é do que uma construção social, patriarcal e violenta da representação social

---

<sup>27</sup> E como mulheres, entende-se, pela perspectiva radical, apenas as mulheres cis. Esse é um grande confronto nas questões de gênero hoje, que é o reconhecimento de uma mulher trans enquanto mulher pelas radfem, já que para elas, como são pessoas que nascem homens e são socializadas como homens, jamais poderão ser mulheres ou se dizer mulher, já que esta condição seria uma experiência social impossível. Além de que, sendo a origem do problema a própria separação binária dos gêneros, um sujeito trans reforça o binarismo, não apaga, o que reforça as estruturas sexistas do patriarcado.

do sexo feminino (*idem*, 2008, *online*). Por isso, para as feministas radicais a desorganização desse sistema por completo, muito além de apenas na esfera econômica, é o que possibilitaria a emancipação feminina. Segundo Millet (*apud* MCCANN *et al.*, 2019, p. 145) as conquistas sutis na condição de vida das mulheres, como a conquista do voto, não desestabilizam as bases da opressão, já que o sistema político como um todo ainda permanece definido pelos homens, por exemplo. Se não todos, a maioria dos sistemas que regem de fato os encaminhamentos político, social e cultural da sociedade no geral, estão sob controle dos homens. Por isso, a estrutura do social precisaria ser subvertida radicalmente, a começar pela superação da divisão e consequente categorização entre os sexos, originadora dos preceitos da opressão.

### 2.3.3.3 Feminismo decolonial

A quarta onda do feminismo tem como marca a potencialização do fomento e reverberação de epistemes que questionam e reorganizam as demandas invisibilizadas nas sombras dos feminismos euro centrados, que passa a ser problematizado em seus alinhamentos a ideários que pontuavam rejeitar. Nesse contexto, o feminismo decolonial surge enquanto arena disruptiva para as especificidades feministas da existência de mulheres alocadas na América Latina. Heloisa Hollanda (2020, p. 14) aponta que “a consciência da violência e opressão dos processos colonizadores faz surgir um campo de reflexão com o qual o feminismo passa a dialogar”. Os estudos de colonização e descolonização enquanto campo de conhecimento à nível mundial remetem à 1970, tendo autores como Gayatri Spivak, Stuart Hall e Ranajit Guha fomentando as problematizações da subalternidade.

No fim dos anos 1990, ou pouco tempo depois, surge a noção de giro decolonial, definido por Nelson Maldonado-Torres como um movimento de resistência política e epistemológica à lógica da modernidade/colonialidade. Maldonado é um dos participantes do Grupo Modernidade/Colonialidade no final dos anos 1990. O grande diferencial desses estudos vem da construção dos conceitos de colonialismo e colonialidade, o eixo da passagem dos estudos pós-coloniais para os decoloniais. Enquanto o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial. A distinção entre decolonial e descolonial segue a mesma lógica. A supressão da letra “s” marcaria a diferença entre a proposta de rompimento com a colonialidade em seus múltiplos aspectos e a ideia do processo histórico de descolonização (HOLLANDA, 2020, p. 16).

No contexto desse cenário progresso de rompimento com a colonialidade, María Lugones, filósofa argentina, professora e ativista feminista, publicou o ensaio *Colonialidade e Gênero* (2008), inserindo pioneiramente essa categoria analítica através dos estudos decoloniais. A autora afirma que o conceito de colonialidade em seu cerne inicial contribuiu para entender o mecanismo e os desdobramentos do processo que classifica o mundo em

dicotomias de superior e inferior, racional e irracional, primitivo e civilizado, tradicional e moderno; tendo como base a concepção mítica da Europa enquanto o apogeu da civilização e os “[...] outros habitantes do mundo, outros seres humanos, passaram a ser miticamente concebidos não como dominados através da conquista, nem como inferiores em termos de riqueza ou poder político, mas como uma etapa anterior na história das espécies [...] primitivo” (LUGONES, 2020, p. 59). Junto dessa dicotomia de mundo e classificações de sociedades, a autora pontua o sistema binário e hierárquico de sexo-gênero produzido nos colonizados pelos ideários trazidos pelo colonizador. Ideário esse que relegava à subordinação as fêmeas da espécie humana, ao classificá-las enquanto mulheres a partir da imposição do sexo feminino às suas existências. Em muitas sociedades colonizadas pela cultura ocidental o gênero não era um princípio organizativo do social, como na sociedade africana Iorubá (LUGONES, 2020, pp. 64-66). Nessa sociedade, o processo colonizador impôs a subalternização a partir de dois processos de subordinação: “a imposição de raças, com a conseqüentemente inferiorização dos africanos, e a inferiorização das anêfêmeas”<sup>28</sup> (LUGONES, 2020, p. 66).

A raça e o gênero passaram então, a serem ficções do imaginário mítico ocidental utilizadas para potencializar a sujeição nos colonizados. Nesse contexto, Lugones (2020, pp. 68- 72) problematiza e visibiliza a abrangência de uma colonialidade de gênero e seus desdobramentos opressores, a partir da imposição do sistema sexo-gênero e de uma heterossexualidade compulsória, em sociedades perpassadas em seu cerne originário pelo igualitarismo sem gênero e muitas delas ginocêntricas. Estas sociedades tiveram seus princípios organizativos do social maculados, através de processos violentos de assujeitamento à uma cultura patriarcal ocidental e ao capitalismo eurocêntrico global, totalmente alheios aos seus fundamentos originários.

Nesses cenários, a episteme do feminismo decolonial problematiza os processos específicos das opressões de gênero em sociedades colonizadas, onde além das questões de mulheres terem sido condensadas em torno das mulheres brancas, a violência da sujeição de gênero foi perpassada pela colonialidade de poder, produzindo intersecções de quadros de opressões diferenciados. Tomando como exemplo, enquanto as mulheres brancas burguesas foram constituídas como seres frágeis, em um processo que basiou e justificou a retirada da participação dessas mulheres dos âmbitos de poder da esfera pública; quando essa sujeição de gênero encontrou a colonialidade de poder, quadros como desumanização da mulher negra para

---

<sup>28</sup> Tradução para *obinrin*, referência iorubá ao corpo com a variação anatômica da fêmea, mas não classificada dentro de um sistema binário e hierárquico.

um corpo de potência de força de trabalho e sexual inesgotáveis, fomentaram o processo de exploração das suas existências para trabalhos escravos e acesso ilimitado à violação do seu corpo pelos dominadores.

A luta das feministas brancas e da segunda liberação da mulher nos anos 1970 em diante passou a ser uma luta contra posições, os papéis, os estereótipos, traços e desejos impostos na subordinação das mulheres burguesas brancas. Elas não se ocuparam da opressão de gênero de mais ninguém. [...] Temos trabalho feito e por fazer no detalhamento dos lados visível/iluminado e oculto/obscuro do que chamo sistema de gênero colonial/moderno. [...] Precisamos entender a organização do aspecto social para conseguirmos tornar visível nossa colaboração com uma violência de gênero sistematicamente racializada, e assim chegarmos a um inescapável reconhecimento dessa colaboração em nossos mapas da realidade (LUGONES, 2020, pp. 74-79).

Yuderkys Miñoso (2020) trabalha com o conceito de “colonialidade da razão feminista” (2020, p. 98), que aponta para as raízes hierárquicas da práxis do movimento, não interessado em pautar as especificidades dos desdobramentos da colonialidade, mas sim se ajustar às pautas, demandas e problematizações forjadas no contexto da América do Norte e da Europa: imperialista e racista. Assim, conseqüentemente perpetuam a violência simbólica e material em corpos “[...] marcados por processos de racialização e contínua exploração, o que chamo de a outra da outra” (MIÑOSO, 2020, p. 99). Para a autora (2020, pp. 112-113), a supressão desses processos basilou a criação de uma agenda posta enquanto global pelos movimentos feministas hegemônicos, forjados nas experiências de uma constituição de mulher alocada em lugares sociais privilegiados e imposta a mulheres de países considerados menos desenvolvidos, os países de terceiro mundo, em um modelo imperialista perpassado pela colonialidade. Perante esse contexto, as epistemologias trazidas pela perspectiva decolonial, aos poucos vai “[...] costurando novas narrativas e interpretações que permitem descentralizar o sujeito normativo clássico do feminismo, enquanto rompemos o quadro teórico-conceitual e argumentativo produzido por ele” (MIÑOSO, 2020, p. 115), criando aberturas onde as vidas e histórias ocultadas na homogeneidade hegemônica dos feminismos eurocêtricos passem a ser visibilizadas.

Marnia Lazreg (2020, p. 172) em seu estudo sobre as mulheres argelinas problematizou o silêncio da história de mulheres de culturas consideradas inferiores. Um silêncio que não significaria falta de ação, mas sim uma ausência da possibilidade de uma voz pública com potência de reverberação e espaço de acolhimento. Ao estudar mulheres atravessadas pela constituição de serem as outras das outras, a autora pontua que seu projeto “[...] não é entreter leitores com mais uma história exótica ou chocá-los com outra revelação surpreendente sobre a feminilidade de um lugar distante. Tudo o que eu desejo é comunicar de maneira inteligível sobre outro modo de ser mulher” (LAZREG, 2020, p. 173). Nesses processos de constituição e

classificação do diferente, baseados na reprodução dos ideários do colonizador, as próprias mulheres reverberam a hierarquização racial das relações que tanto pretendiam combater. “As atitudes políticas dos Estados poderosos são refletidas em atitudes das feministas em relação às mulheres de Estados economicamente marginais em um mundo dividido pelo colapso do comunismo” (LAZREG, 2020, p. 177). Lazreg (2020, p. 188), assim como todo o arsenal teórico que baseia a epistemologia decolonial do feminismo, defende a construção de narrativas, pesquisas e problematizações a partir de uma crítica implacável à todas as visões parciais de mundo, inclusive às pessoais.

#### 2.3.3.4 Feminismos interseccionais

Nana Queiroz (2016, p. 48) aponta que para haver uma problematização interseccional da realidade de mulheres, é necessário um *background* contextual de marcadores sociais que perpassam aquelas existências e situações em análise. “Ou seja, não basta pensar na mulher como uma categoria única, engessada. As necessidades das mulheres variam de acordo com sua história, condições materiais, aparência física, raça, orientação sexual e um monte de coisas mais” (QUEIROZ, 2016, p. 48). Como já pontuado, dessas necessidades eclipsadas em categorias gerais universalizantes, o feminismo desaguou em vertentes diversas, trazendo consigo as necessidades e especificidades de mulheres que existem em pontos de intersecção de marcadores sociais diferenciados. Cenários que denunciam a heterogeneidade das opressões e a flutuação dos papéis de oprimidos e opressores, cambiando em situações também intragênero, quando perpassados por fatores como raça, classe e orientação sexual, além da questão cisgênera/transgênera, por exemplo.

Entre os sistemas de opressões que afligem as mulheres, as mulheres lésbicas foram e são perpassadas por regimes ainda mais violentos e marginalizantes. Tamy Rodrigues (2016, p. 79) aponta que desde o surgimento do próprio movimento homossexual brasileiro em 1978, as lésbicas já sofriam com o machismo e sexismo enraizado no próprio movimento e reproduzido por muitos homens gays. Segundo a autora, as maiores lideranças do movimento eram sempre ocupadas pelos homens e as pautas lésbicas eram invisibilizadas, recebendo, inclusive, recursos financeiros reduzidos. A partir disso, as mulheres lésbicas passaram a delinear um movimento próprio, tanto no movimento homossexual, quanto nos movimentos feministas. João Oliveira (2010, p. 31) aponta que essas mulheres sofreram um apagamento das suas questões por estarem alocadas dentro de um sistema que naturaliza o que é ser homem e o que é ser mulher, ligando-os através de uma heterossexualidade compulsória. E que, portanto, o feminismo em sua configuração primordial, baseado justamente na construção das pautas das mulheres a partir da

oposição à figura do homem padrão, fomentou essa exclusão. “[...] o trabalho do feminismo lésbico introduziu uma ruptura no pensamento feminista, na denúncia dos fenômenos heterossexistas e da heterossexualidade como modelo político de organização social no patriarcado” (OLIVEIRA, J. 2010, p. 32). Monique Witting (2005) foi uma escritora e filósofa francesa que fomentou o debate da heterossexualidade enquanto um sistema político imposto e ligado ao capitalismo, pontuando mulheres enquanto bens de consumo e mão de obra, exploradas enquanto reprodutoras de integrantes do sistema através do contrato de matrimônio. A partir desse padrão, cria-se o que é ser mulher idealmente e todos os corpos perpassados por outras configurações tornam-se abjetos em algum nível.

Em um mundo estruturado em uma dicotomia violenta, quando uma existência não se identifica com o gênero atribuído a si em seu nascimento e/ou com a orientação sexual compulsória ligada a ele, suas opressões ganham nuances diferenciadas de uma mulher conformada aos moldes padrões desses quesitos. “De acordo com a organização internacional *Transgender Europe*, no período de sete anos entre 2008 e 2015, 1700 pessoas trans foram assassinadas no mundo e o Brasil lidera o ranking, com 689 homicídios. A maioria das vítimas são as mulheres transexuais e as travestis” (JESUS, 2016, p.62). Essas existências desmantelam a estabilidade do padrão dos modelos pré-concebidos que estruturam o mundo ocidental e justamente por isso são historicamente relegadas a subalternidade e exclusão, empurradas para as margens e ceifadas de possibilidades concretas de sobrevivência digna e bem-estar social. Jaqueline de Jesus (2016, pp. 62- 63), aponta que essas existências são reduzidas ao estigma da não conformidade ao modelo normativo imposto enquanto natural e a partir disso “[...] sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam em sua maioria, sendo excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a viverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo” (JESUS, 2016, p. 65). Não é um ciclo que se repete a todas, mas o foco é a denúncia da existência de uma exclusão estrutural no social, que inviabiliza/ dificulta uma existência alocada à luz dos benefícios básicos da cidadania para essas pessoas, mas que naturaliza e fomenta a exploração e violação de seus corpos enquanto mercadoria.

A partir dos anos 1990, surgiu no Brasil algum respeito social com homossexuais, um pouco menos com bissexuais e quase nenhum com travestis, mulheres e homens trans. E só no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi que a Justiça passou a, gradativamente, respeitar os direitos de casais homoafetivos a constituírem família e de transexuais a mudarem o nome e sexo de seus documentos para adequá-los à sua identidade de gênero (RODRIGUES, T. 2016, pp. 77-78).

E quando a não conformidade de gênero e/ou orientação sexual é perpassada justamente por marcadores como raça e classe, o quadro de opressões ganha nuances cada vez mais

complexas e múltiplas. Na verdade, quando qualquer existência é alocada pela sua cor de pele em uma raça posta enquanto inferior pela estrutura hegemônica e imperialista, a ela se somam outros múltiplos marcadores sociais que vão configurar quadros de opressões específicos. “Opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (COLLINS, 2019, p. 33). Raça, classe, etnia, idade e gênero, são alguns dos marcadores sociais que vinculam os corpos/ existências a determinadas opressões. Porém, a convergência de marcadores como raça, classe e gênero no contexto de sociedades escravocratas, moldou todo um sistema subsequente para corpos escravizados e seus descendentes. Dentro desse contexto o feminismo negro se desenvolve, enquanto um espaço de luta que abarcasse as especificidades e problemáticas invisibilizadas pelos outros cenários do movimento. Lélia Gonzalez (2020, p. 140) problematiza as especificidades das situações das ameríndias e amefricanas, que além da questão racial sofrem o peso histórico dos processos colonizadores, carregando em seus corpos uma latinidade que basila ainda mais profundamente a justificativa da sua subordinação.

Exatamente porque tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Surge, portanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (GONZALEZ, 2020, p. 141).

Segundo a autora, no contexto do Brasil, por exemplo, a abolição da escravatura teria sido um processo simbólico, que não eliminou as estruturas de dominação e opressão, apenas as modificou. Para ela a população negra existe alocada dentro de uma sociedade brasileira que a “[...] discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando o direito à educação, à saúde e a moradia decente” (GONZALEZ, 2020, p. 302).

Especificidades de existências são marcadas por dores e pesos sociais diferenciados. A partir desses processos de reivindicações da complexidade na composição da crítica feminista às realidades, surgiram novas epistemes e paradigmas analíticos que transformaram o feminismo em feminismos e que compeliram para que gradativamente e progressivamente o movimento abrisse espaço para o desenvolvimento da sua capacidade de abarcar a multiformidade dos processos sociais, preenchendo lacunas de invisibilização. Desses processos nasce a interseccionalidade enquanto novo paradigma teórico – analítico, que “[...] só faz sentido se embaixo de suas asas existirem também o feminismo negro, o feminismo de classe, o feminismo lésbico, o transfeminismo e assim por diante” (QUEIROZ, 2016, p. 49). Um grande passo dado em direção a um feminismo que contemple.

### 3 INTERSECCIONALIDADE

#### 3.1 CONTEXTO ESTADOS UNIDOS

Embora o termo interseccionalidade só tenha sido cunhado e teorizado academicamente pela feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, como já exposto, a noção de sistemas diferentes e múltiplos de opressão, se desenvolveu muito previamente. Um grande marco da difusão internacional da perspectiva desse debate, aconteceu no discurso proferido por Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres, ocorrida em 1851, em Akron, Ohio. Sendo ela uma mulher negra, norte-americana, que foi escravizada, trouxe em sua fala o abismo existente entre sua experiência no mundo em relação aos relatos e preocupações trazidos nas falas das mulheres brancas. As articulações conjunturais que a oprimiam, falando enquanto categoria de mulheres em situação semelhante, perpassavam por caminhos muito distintos dos sistemas que atingiam as demais.

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (Sojourner Truth *apud* BRAH e PHOENIX, 2004, p. 77)<sup>29</sup>.

Quase um século antes da postulação do termo interseccionalidade, Sojourner já trazia uma gama de camadas da diferenciação de experiências, apenas nesse pequeno trecho do seu discurso. Ela já desconstruía a ideia de unicidade e generalidade da questão de gênero, ao alocá-lo em uma sociedade de formação não só patriarcal, mas também escravagista e conseqüentemente, racista. Nesse trecho, ela articula pioneiramente “[...] raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados” (AKOTIRENE, 2019, p. 25). Fica delineado e pontuado uma série de diferenças abismais entre o que se pretendia igual. A identidade política de Sojourner se constrói a partir da sua contraposição frente a todos os homens e às mulheres brancas. Demonstrando, dessa forma, que o postulado como identidade no geral, à exemplo da

---

<sup>29</sup> Do original: "That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody helps me any best place. And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm. I have plowed (sic), I have planted and I have gathered into barns. And no man could head me. And ain't I a woman? I could work as much, and eat as much as any man--when I could get it--and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne children and seen most of them sold into slavery, and when I cried out with a mother's grief, none but Jesus heard me. And ain't I a woman?". Tradução nossa.

identidade de ser mulher, não é uma categoria fixa, mas sim composta como resultante de diversas relações de poder (BRAH e PHOENIX, 2004, p. 77). Para Brah e Phoenix (2004) esse discurso preconiza perfeitamente os elementos principais das futuras irrupções em torno do conceito de interseccionalidade, definido como:

[...] os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que surgem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se cruzam em contextos historicamente específicos. O conceito enfatiza que diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas em fios discretos e puros (*idem*, 2004, p. 76)<sup>30</sup>.

Os fios se interseccionam, criando realidades de opressões diversas. É um processo lento e gradativo o movimento de desconstrução racializada da ideia essencialista de mulher, onde a voz negra foi perpassada por altos e baixos de centralidade e escanteio dentro dos movimentos feministas. É a partir de 1970, quando o debates de raça ganham maior notoriedade junto às questões de gênero, que surge nos Estados Unidos o *Combahee River Collective* e na Inglaterra, o *Organization of Women of African and Asian Descent* – OWAAD. Ambos são coletivos de mulheres que passaram a fomentar o debate feminista a partir da perspectiva das experiências fora da branquitude. O *Combahee* lançou a *Black Feminist Statement*, que argumentava inovadoramente sobre a incompletude e injustiça social, enquanto resultado de análises que só considerassem aspectos isolados para estudar a experiência das mulheres negras. O documento propunha a conexão dos sistemas de opressão, como perspectiva analítica efetiva (COLLINS, 2017, p. 8).

Angela Davis e bell hooks publicam suas obras de grande repercussão, respectivamente, *Mulher, Raça e Classe* (1981) e *Não sou eu uma mulher? Mulher negra e feminismo* (1981). Essas obras sacudiram a pretensa homogeneização construída pelos movimentos feministas hegemônicos, apontando “[...] a necessidade de se atentar igualmente às formas combinadas de diferenciações e desigualdades como 'raça' e classe social, entrecortando e costurando as experiências de mulheres (HENNING, 2015, p. 107). Seguidas por Audre Lorde (1984) e Patricia Hill Collins (1990), todas essas autoras exploraram profundamente a visão de cruzamento de marcadores e diferenças sociais criando sistemas opressivos múltiplos, em tempos históricos e contextos específicos. Abordaremos a obra da brasileira Lélia Gonzalez mais detalhadamente no subtópico seguinte, que contempla o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade no Brasil, mas faz-se importante frisar que suas ideias acerca do tema foram

---

<sup>30</sup> Do original: “[...] the complex, irreducible, varied, and variable effects which ensue when multiple axis of differentiation – economic, political, cultural, psychic, subjective and experiential – intersect in historically specific contexts. The concept emphasizes that different dimensions of social life cannot be separated out into discrete and pure strands”. Tradução nossa.

pioneiras e influenciaram internacionalmente outras pensadoras como a própria Angela Davis, que confirmou a inspiração de Lélia para suas obras em diversas entrevistas posteriores. Collins (2015, pp. 9-10) pontua a importância de se ressaltar o início das ideias interseccionais como advindas das práticas dos movimentos sociais e não só exclusivas aos liderados por mulheres afro-americanas, tendo latinas e mexicanas, por exemplo, também fomentado a mesma visão em suas ações ativistas. Mas foi o acesso dessas mulheres, em especial das afro-americanas, à academia que permitiu a teorização científica do conceito e a produção de obras construídas a partir dele.

O acesso a carreiras acadêmicas permitiu que mulheres afro-americanas politicamente ativas trouxessem as ideias políticas do feminismo negro para os estudos de raça/ classe/ gênero. As principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico *Sister Outsider* (Lorde, 1984) de Audre Lorde; e o inovador *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (Davis, 1981). Em trabalhos como esses, pode-se ver como a produção intelectual de mulheres negras contém uma análise explícita das interconexões de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder explicitamente ligados a diversos projetos de justiça social catalisados por seu envolvimento com os movimentos sociais (Collins, 2000). Mais uma vez, esse conjunto de estudos de raça/ classe/ gênero não estava limitado a mulheres afro-americanas (COLLINS, 2017, p. 9).

Imersa dentro desse contexto conceitual e político, em 1989, Kimberlé Crenshaw publica o artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Nele, Crenshaw (1989) aponta que a mulher negra não pode ser alocada dentro de uma estrutura analítica já postulada, pois nenhuma seria capaz de abarcar a dimensão dos sistemas que as atravessam. Por isso, ela inicia a proposição da interseccionalidade enquanto perspectiva analítica, pois a experiência dessas mulheres seria muito mais do que apenas a soma objetiva de racismo e sexismo, elas teriam experiências diferenciadas enquanto categoria mulher negra (CRENSHAW, 1989). “No entanto, a insistência contínua de que as demandas e necessidades das mulheres negras sejam filtradas através de análises categóricas que obscurecem completamente suas experiências garante que suas necessidades raramente serão atendidas” (*idem*, 1989, pp. 149-150)<sup>31</sup>. Para ela, o paradigma de discussão da discriminação sexual era sempre posto tendo como referencial a mulher branca e o de discriminação racial a partir das experiências e demandas de negros privilegiados, portanto as mulheres negras e pobres ficariam ainda mais à margem, tentando encaixar suas singularidades em categorias gerais (CRENSHAW, 1989).

---

<sup>31</sup> Do original: “Yet the continued insistence that Black women's demands and needs be filtered through categorical analyses that completely obscure their experiences guarantees that their needs will seldom be addressed”. Tradução nossa.

Em legitimidade de sua propositura, Crenshaw (1989) traz exemplos práticos de como as diferenças se construíram historicamente, trazendo debates sobre situações diversas, como a do trabalho externo que foi negado às mulheres brancas e obrigatório para as negras, a partir da interseccionalidade de múltiplos marcadores sociais e as consequências diferenciais que esse fato trouxe para as vivências de ambas. A autora traz também a discussão sobre a centralidade da problematização do estupro unicamente a partir da experiência branca sobre ele:

O foco singular no estupro como uma manifestação do poder masculino sobre a sexualidade feminina tende a eclipsar o uso do estupro como arma de terror racial. Quando as mulheres negras foram estupradas por homens brancos, elas estavam sendo estupradas não como mulheres em geral, mas como mulheres negras especificamente: sua feminilidade as tornava sexualmente vulneráveis à dominação racista, enquanto sua negritude efetivamente lhes negava qualquer proteção. Este poder masculino branco foi reforçado por um sistema judicial no qual a condenação bem sucedida de um homem branco por estuprar uma mulher negra era virtualmente impensável. Em suma, expectativas sexistas de castidade e suposições racistas de promiscuidade sexual combinadas para criar um conjunto distinto de questões confrontando mulheres negras (CRENSHAW, 1989, pp. 158-159)<sup>32</sup>.

Tal visão já foi abarcada anteriormente por Davis (2016, p.38), que discorria sobre a não conformidade dos estupros do corpo da mulher negra estarem relacionados apenas aos impulsos sexuais do homem branco, mas sim enquanto forma de dominação de qualquer desejo de subversão. Se trata de estupro enquanto arma de repressão, para a manutenção da subalternização. Além disso, as mulheres negras estão mais vulneráveis à violência sexual, por não serem reconhecidas pelos homens brancos enquanto mulheres no padrão que as fariam dignas de inviolabilidade e proteção. Nesse contexto teórico, Crenshaw (1989) exemplifica a marginalização social das condições e experiências específicas às existências negras. Diante disso, em 1991, no artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, Crenshaw (1991) aprofunda a teorização do termo ao analisar essas margens de exclusão, designando-o para o estudo da marginalização estrutural da mulher negra, a partir da intersecção de múltiplas dimensões, combinando-se de formas díspar. Criando assim, configurações de existências singulares.

Em seu artigo, ela discorre sobre as violências pelas quais perpassam as mulheres negras e tece um apelo à construção de uma política efetiva, através de análises interseccionais, que resultem no empoderamento das mesmas (CRENSHAW, 1991). A autora propôs um caminho de análise categorial atentando-se para como a identidade de grupo se construiu a

---

<sup>32</sup> Do original: “The singular focus on rape as a manifestation of male power over female sexuality tends to eclipse the use of rape as a weapon of racial terror. 50 When Black women were raped by white males, they were being raped not as women generally, but as Black women specifically: Their femaleness made them sexually vulnerable to racist domination, while their Blackness effectively denied them any protection. This white male power was reinforced by a judicial system in which the successful conviction of a white man for raping a Black woman was virtually unthinkable. In sum, sexist expectations of chastity and racist assumptions of sexual promiscuity combined to create a distinct set of issues confronting Black women”. Tradução nossa.

partir de exclusões e marginalizações dentro do mesmo, pois esse ideal de identidade teria sido construído a partir da centralidade da configuração de intersecções de apenas alguns de seus membros. Segundo Crenshaw, “através de uma consciência da interseccionalidade, podemos melhor conhecer e fundamentar as diferenças entre nós e negociar os meios pelos quais essas diferenças encontrarão expressão na construção da política de grupo” (CRENSHAW, 1991, p. 185)<sup>33</sup>.

A incorporação da perspectiva de gênero nas análises e construção de políticas públicas de direitos humanos, foi um grande marcador de progresso para se entender que todas as mulheres sofrem discriminação. Porém, era necessário a observância de que outros fatores como classe, raça, etnia, religião, transformam a forma como determinado grupo delas vai experienciar uma determinada configuração de discriminação (CRENSHAW, 2002). Ao se eclipsar as intersecções, se analisaria as situações a partir do risco de superinclusão (CRENSHAW, 2002, p. 174) do mesmo, tratando qualquer situação como problema de mulher, absorvendo-o na categoria geral de gênero. Nesse contexto, escapa-se diversos eixos que mantêm aquela determinada estrutura de opressão ativa, produzindo dessa forma soluções ineficientes para a resolutividade real dos problemas (*idem*, 2002, pp. 174-175).

O discurso sobre o tráfico de mulheres é um exemplo disso. Quando se presta atenção em quais mulheres são traficadas, é óbvia a ligação com a sua marginalização racial e social. Contudo, o problema do tráfico é frequentemente absorvido pela perspectiva de gênero sem que se discuta raça e outras formas de subordinação que também estão em jogo. [...] Os esforços no sentido de remediar tais situações devem ser fundamentados em uma compreensão da magnitude do problema, incluindo, quando forem relevantes, suas dimensões raciais. [...] Por exemplo, durante o Seminário de Especialistas do Pacífico Asiático, preparatório à Conferência contra o Racismo, em Bangkok, a relação entre discriminação racial e tráfico foi reconhecida. Esse foi um primeiro passo importante para entender todos os contornos do problema. Contudo, a atenção à questão de raça na análise do problema não foi devidamente destacada nas recomendações para ações futuras. Uma análise do tráfico totalmente integrada sugeriria que todos os fatores que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres em tal contexto sejam incluídos tanto na análise quanto nas recomendações para o tratamento do problema (CRENSHAW, 2002, p. 175).

Quando não analisada pela interseccionalidade, uma situação também pode sofrer subinclusão (CRENSHAW, 2002, p. 175), a qual acontece quando um subconjunto do conjunto geral das mulheres sofre com determinada situação, mas ela não é percebida como tal, por não afetar os membros dominantes da categoria geral. Ou em situações em que, dentro de um mesmo grupo étnico, as questões que atingem apenas as mulheres em detrimento dos homens são subvalorizadas ou, no caso, subincluídas enquanto objetos de análise e políticas públicas

---

<sup>33</sup> Do original: “Through na awareness of intersectionality, we can better acknowlegde and ground the diferences among us and negotiate the means by which these diferences will find expression in constructing group politics”. Tradução nossa.

(CRENSHAW, 2002, pp. 175-176). “Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (*idem*, 2002, p. 176). Ou seja, sem um olhar interseccional, as situações que não atingissem a centralidade masculina ou a feminina branca permaneceriam dissolvidas ou ignoradas nas margens. E se não se delineia uma realidade corretamente, não existirão soluções eficazes para a mesma.

A interseccionalidade conclama atenção não só para a existência da multiplicidade de identidades, mas para as alterações estruturais e institucionalizadas que intersecções diversas geraram para as mulheres negras, no âmbito político, social e pessoal. A análise interseccional pode ser uma via teórico-metodológica para se facilitar o entendimento de como intersecções combinadas constituíram a figura social da mulher negra no Brasil em que “vistas pelas lentes de raça, aguentam dor física [...]; por classe são vistas como protótipos da feminização da pobreza e atravessam gerações sendo chefas de família, vitoriosas das dificuldades impostas pelo imperialismo colonial” (AKOTIRENE, 2019, p. 79) e como, de fato, superar esses estereótipos. Uma análise, pela perspectiva interseccional, se constitui pelo estudo das configurações das estruturas que mantêm e perpetuam esses estereótipos e as condições de subordinação, não apenas da situação em si. Interseccionalidade é

a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 175).

Para Collins (2015), esse conceito nasceu engajado com os ideais de justiça social, comprometido com o alcance amplo e profundo da equidade e democracia participativa. Propondo-se a lidar a partir dessa base de reconhecimento de diferenças, com aspectos como a violência contra as mulheres negras, sua exploração de classe e suas vivências subalternizadas em uma sociedade patriarcal, porém tendo como eixo principal o racismo perpassando todas essas relações. Em um dos seus artigos, intitulado *Intersectionality's Definitional Dilemmas*, Collins (2015) analisa a interseccionalidade enquanto um campo de estudo situado entre as relações de poder que se desenvolvem sob sua análise; enquanto estratégia analítica trazendo novas visões críticas para os fenômenos sociais; e enquanto práxis crítica, fomentando projetos de justiça social. Collins (1993) analisa que a centralidade da discussão precisa se construir em torno de novas visões sobre a opressão. “Como as relações de dominação e subordinação são estruturadas e mantidas na economia política americana? Como raça, classe e gênero funcionam

como sistemas paralelos e interligados que moldam essa relação básica de dominação e subordinação? (COLLINS, 1993, p. 29)<sup>34</sup>. Se aprofundar nessas temáticas afastaria a discussão de lutas teóricas em torno de temas supérfluos, adotando a perspectiva de que classe, raça e gênero estão presentes em todas as situações, apenas mudando as configurações de intersecção entre si, e as resultantes dessas conexões seriam os objetos da análise (COLLINS, 1993, p. 29).

### 3.2 CONTEXTO BRASIL

Em um país de passado escravagista recente, que supostamente libertou os negros do regime de servidão mandando-os para as ruas e os relegando aos espaços de marginalização social, as vivências negras se desenvolveram sob a égide de uma pretensa democracia racial. Em terras perpassadas pelos estereótipos de *mulata*<sup>35</sup>, mães e domésticas pretas, que tantas existências cerceiam, pensadoras feministas negras se dispuseram a analisar as estruturas de construção e manutenção dessa subalternização, camuflada em ares fictícios de igualdade e miscigenação. Para Lélia Gonzalez (1984, p. 232), negra e teórica feminista, o racismo é a “[...] neurose cultural brasileira. Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento.” Nesses modos de pretensa igualdade, a mulher negra, estereotipada enquanto mulata, é ovacionada no carnaval. Seu corpo sexualizado, especialmente em épocas festivas, é que o mais morre no resto do ano.<sup>36</sup>

Apesar do termo interseccionalidade ter sido cunhado internacionalmente *a posteriori*, Gonzalez foi umas das pensadoras brasileiras pioneiras na iniciação do enegrecimento do pensamento feminista no mundo, a partir da análise das opressões das mulheres negras, ocorrendo enquanto resultantes de combinações múltiplas de gênero, raça e classe. Era preciso estudar o que levava as mulheres negras a sempre serem impelidas a habitar lugares sociais marginalizados e, mais importante, que estruturas mantinham suas chances de mobilidade escasseadas. A autora analisa o racismo latino-americano como uma refinada arma de

<sup>34</sup> Do original: “How are relationships of domination and subordination structured and maintained in the American political economy? How do race, class and gender function as parallel and interlocking systems that shape this basic relationship of domination and subordination?”. Tradução nossa.

<sup>35</sup> Faz-se preciso pontuar a problemática em torno da utilização do termo mulata inserido no contexto sócio-histórico de um país de passado escravocrata recente e ex-colônia. No Brasil há a associação do termo com a mula, animal utilizado para transportar cargas, além de ser um termo popularmente atribuído para caracterizar pessoas como idiotizadas. Há um grande debate contestatório acerca da diluição da alteridade da identidade negra em termos problemáticos e racistas como mulatas, morenas e afins. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/tla/v57n1/0103-1813-tla-57-01-0071.pdf> >. Acesso em 1 de agosto de 2020.

<sup>36</sup> Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/celina/dois-tercos-das-mulheres-assassinadas-no-brasil-sao-negras-por-que-elas-morrem-mais-23795190> >. Acesso em 5 de junho de 2020.

subordinação, por eclipsar seus abismos e violências com discursos de miscigenação e uma sociedade de todos. E o feminismo, homogêneo como posto, emudecia a dimensão racial e não abarcava o peso diferencial carregado por várias mulheres de não possuírem a pele branca (GONZALEZ, 2020, p. 142).

Não são poucos os países latino-americanos que desde a sua independência aboliram o uso de indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos. Alguns deles reabilitaram o indígena como símbolo místico da resistência contra a agressão colonial e neocolonial, apesar de, ao mesmo tempo, manter a subordinação da população indígena. Em relação aos negros, são abundantes os estudos sobre a sua condição durante o regime escravocrata. Porém, historiadores e sociólogos silenciam sua situação desde a abolição da escravização até os dias de hoje, estabelecendo uma prática que faz invisível a este segmento social (GONZALEZ, 2011, p.144).

Gonzalez (1984) enaltecia o feminismo enquanto movimento de combate às desigualdades e fundamental na busca pela liberdade de existência para as mulheres. Porém, problematizava a reprodução do feminismo forjado nos moldes europeus, sem se aprofundar nas especificidades da realidade de mulheres alocadas em países colonizados. Analisar a realidade apenas a partir do eixo do capitalismo patriarcal não era suficiente para as questões das mulheres negras e indígenas latinas, sem pontuar a questão racial enquanto essencial. A teórica defendia um feminismo afrolatinoamericano, baseado no compartilhamento de trajetórias e especialmente de resistências, no enfrentamento ao racismo e sexismo nos moldes que se apresentam em terras marcadas pela colonialidade e escravidão (GONZALEZ, 1984). Para ela, as condições remanescentes do período escravocrata se diluem, se camuflam e se reorganizam em novas estruturas e configurações, mas como resultante mantêm intactas as relações diferenciadas de gênero e classe, dependendo da raça que o performa.

Para Gonzalez (2020, p. 267) o feminismo em sua configuração primordial se fechou em si mesmo, basilado em uma pretensa identificação imaginária entre as mulheres e dessa forma camuflando as bases racistas e sexistas do movimento. Segundo a autora, através desse espectro de interpretação do mundo e das situações das mulheres, o feminismo não consegue contemplar a realidade de fato em suas problematizações e ações. “Daí a grande distância que o separa da realidade vivida por milhões de mulheres negras deste país e a sua grande proximidade do modelo ariano de explicação (cujo elemento de sustentação é justamente o racismo)” (*idem*, 2020, p. 267). Basear as análises do feminismo a partir da dicotomia exclusiva do homem opressor *versus* a mulher oprimida deforma a complexidade do real e nega fatores estruturais como a opressão racial e a exploração de classe, que têm na mulher negra a figura central das opressões resultantes desse sistema. As mulheres negras tiveram e têm sistemas de opressões históricos não abarcados pelas análises sociais hegemônicas, que não compõem

qualitativamente o peso simbólico e material imputado nas existências e identidades de mulheres que carregam a negritude em suas peles.

No que diz respeito a mulheres negras, a inclusão no mercado de trabalho é, assim como para homens negros (92,4%) majoritariamente concentrada no trabalho manual (83%). Isso implica que mais de quatro quintos da força de trabalho negra ocupam ofícios caracterizados por níveis baixos de remuneração. [...] Com tais dados, pode-se concluir que a discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo (GONZALEZ, 2020, pp. 159-160).

Por isso, se a intenção é contemplar as mulheres de fato, o viés de problematização do feminismo não pode ser parcial, comprometido com apenas uma face de configuração da realidade. Sueli Carneiro (2003) aponta que a luta feminista precisa problematizar os outros sistemas complementares que mantêm as estruturas opressoras, como o racismo. Pois é ele que mantém em um patamar ainda mais inferiorizado uma gama imensa de mulheres, criando uma cisão de privilégios e lugares sociais distintos. É preciso enegrecer o feminismo, tornando-o uma ferramenta antirracista, pois seria pela perspectiva racial que a discussão de gênero de fato se aprofundaria (CARNEIRO, 2003). A autora propõe a construção analítica de uma nova perspectiva crítica, combinando a tradição de luta do feminismo enquanto movimento, integrada aos paradigmas específicos das condições sócio-políticas advindas da raça, entendendo como essa categoria influencia em aspectos como violência, políticas demográficas, escolaridade e saúde, por exemplo, e utilizá-los para proposituras mais eficientes (*idem*, 2003). Apesar de não utilizar a nomenclatura interseccionalidade, a teórica apresenta um prisma teórico para o feminismo negro semelhante ao proposto por Crenshaw e defendido por Collins, de que ao se analisar as resultantes das combinações raciais com as demais categorias é que se pode ter dados concretos para se embasar políticas públicas que de fato abarquem a realidade multidimensional que cerca as mulheres.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, pp. 2-3).

Djamila Ribeiro (2016, pp. 102-103) teoriza que pensar o entrecruzamento de opressões, percebendo outras formas delas, é essencial para se pensar não só na situação das mulheres negras, mas para propor novas formas de organização social que se construa a partir do equilíbrio entre os abismos existentes na forma atual. Por isso, há a necessidade de se analisar

as realidades interseccionalmente, necessitando de estudos que partam do pressuposto de raça, classe e gênero enquanto categorias indissociáveis (RIBEIRO, 2016, p.101). Se todas as formas de movimento social foram forçadas dentro de uma sociedade racista e perpassada pela hegemonia masculina, o olhar interseccional traz a possibilidade de tentar reparar o dano a existências até então inexistentes para o sistema oficial, construindo-se com importância fundamental. Pois, como solucionar problemas de existências que não existem? O silêncio, para as realidades das mulheres negras, lhes nega a construção enquanto sujeitas, sociais e políticas. “Um silêncio que, por exemplo, faz com que nos últimos 10 anos tenha diminuído o assassinato de mulheres brancas em quase 10% e aumentado em quase 55% o de mulheres negras, segundo o Mapa da Violência de 2015” (RIBEIRO, 2016, p. 102). A combinação de opressões, resultam em dados como esse e apenas a análise interseccional pode construir práticas que não combatam a violência apenas enquanto gênero, sendo ineficiente em uma realidade plural.

Beauvoir (1980) coloca a construção da mulher como sendo o Outro, a partir da centralidade do sujeito homem como ser universal, em uma sociedade patriarcal. Porém, Ribeiro (2016, pp. 102-103), baseada nos preceitos de Grada Kilomba (2012), desconstrói esse apontamento, mostrando que o ser universal na verdade é branco e homem, então existiria uma flutuação desse conceito. As mulheres brancas em determinados contextos são construídas como sujeitas universais, por sua branquitude. Assim como os homens negros, pelo seu gênero. A mulher negra seria então, “o outro absoluto” (RIBEIRO, 2016, p. 102). Por ser mulher e negra, ela em nada se assemelha ao ser universal central e, por isso, é colocada em um lugar subalternizado e silenciado ainda muito mais complexo de ser superado. Por exemplo,

mulheres ganham 30% a menos do que homens no Brasil, quando a discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação está incorreta? Logicamente não, mas do ponto de vista ético, sim. Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que as mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Ainda segundo a pesquisa, mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico (RIBEIRO, 2019, pp. 39-40).

Interseccionando os dados concretos de gênero com raça, dessa forma, é possível gerar políticas públicas que reflitam de forma mais assertiva sobre a realidade, para agir sobre ela. Fora da interseccionalidade, os dados marginalizam quem já está à margem e aumentam a distância inclusive dessas não beneficiárias de poderem, em algum momento, pensar suas próprias políticas. Quando se pontua que as políticas públicas precisam ser voltadas para todos, quem constitui essa coletividade ao não se considerar as camadas de desigualdade que existem nesse todo? Apenas voltando à análise crítica para as fossas abissais existentes entre os topos,

é que a coletividade pode tentar sanar suas mazelas sociais. Dentro desse contexto de sociedade, a interseccionalidade traz um aporte teórico-prático para se construir uma nova perspectiva civilizatória (RIBEIRO, 2016; 2019).

#### 4 METODOLOGIA

Do ponto de vista da abordagem, a presente pesquisa se baseia na coleta qualitativa de dados acerca do jornalismo feminista da AzMina. Nesse tipo de abordagem o foco é a interpretação subjetiva de fenômenos resultantes da produção humana. Os objetos de estudo de pesquisas qualitativas não podem ser reduzidos a variáveis estáveis e metrificadas, nem reproduzidos de forma artificial em laboratório. Precisam ser analisados em sua totalidade, entremeios e singularidades. “Qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” (STAKE, 2011, p.21). O pensamento qualitativo é organizado de forma interpretativa, humanística e personalizável, a fim de abarcar analiticamente a fluidez situacional de experiências orgânicas.

Robert Stake (2011, p.42) aponta que a abordagem qualitativa desvinculou a ciência do positivismo reducionista dos eventos metrificáveis de causa e efeito, pontuando caminhos metodológicos para se analisar cientificamente a subjetividade, entendendo que os fenômenos estão ligados a muitas variáveis não materiais, de contextos temporais, históricos, políticos e econômicos. “Portanto, o caso, a atividade, o evento, a coisa são vistos como únicos, assim como comuns. Entender o caso exige a compreensão de outros casos, coisas e eventos, mas também uma ênfase em sua singularidade” (STAKE, 2011, p.42). A fim de construir esse panorama de complexidade, é que desenvolvi na presente pesquisa uma densa contextualização histórica, objetivando situar a análise na heterogeneidade do desenrolar dos acontecimentos ao longo dos contextos temporais das lutas das mulheres. A eles sucedeu a existência do fenômeno comunicacional em estudo, de modo que os torna imprescindíveis para o entendimento holístico do mesmo.

Por lidar com produções humanas a pesquisa qualitativa é muitas vezes também referenciada enquanto pesquisa interpretativa, pois o diferencial analítico do pesquisador trazendo aspectos ainda não observados e estudados do fenômeno é uma das ferramentas primordiais e inovadoras desse tipo de análise. Porém, mantendo o rigor científico, as interpretações precisam ser trianguladas com outras fontes científicas e comparadas com outras interpretações sobre os contextos, enriquecendo o quadro analítico e aproximando a pesquisa o máximo possível da multiplicidade de qualquer realidade humana pretendida em estudo.

Como você deve saber, as interpretações podem ser falhas. Parte de aprender a realizar uma pesquisa qualitativa é aprender a reduzir as falhas em nossas observações e assertivas. Devemos triangular os dados para aumentar a certeza de que interpretamos corretamente como as coisas funcionam. Em alguns casos, nossas visões são falhas porque são muito simplistas. [...] A triangulação ajuda a reconhecer que as coisas precisam de uma explicação mais elaborada do que pensamos inicialmente (STAKE, 2011, p.47).

Elisa Brisola e Nilsen Marcondes (2014, p.201) apontam que a análise por triangulação de métodos é um referencial analítico que guia o processo interpretativo de pesquisas qualitativas. Os dados coletados empiricamente devem acompanhar uma análise aprofundada da conjuntura em que estão inseridos e dialogar com autores pesquisadores das temáticas abordadas, construindo dessa forma um fluxo dialético contínuo entre a teoria e prática na pesquisa. No primeiro momento o foco se centralizou na organização do processo interpretativo acerca do fenômeno de interesse: coleta de dados, observação, avaliação da estrutura e a pontuação dos questionamentos que seriam os eixos orientadores da análise. Nessa etapa inicial o objetivo é “impregnar-se pelo conteúdo a fim de alcançar uma visão do conjunto e ao mesmo tempo apreender as particularidades presentes nessa totalidade parcial” (Gomes *et al. apud* BRISOLA; MARCONDES, 2014, p.205). Ou seja, é importante entrar em contato aprofundado com a realidade em estudo, visando esquematizá-la em dados analisáveis.

Posteriormente, na segunda etapa, a investigação deve ser ancorada no diálogo com autores que tratam questões pertinentes às categorias de análise emergidas das narrativas ou dos dados coletados. Portanto, em face da necessidade de esclarecimento tanto das categorias quanto dos diversos elementos que surgem no processo de levantamento de dados, dentre outras variáveis analíticas, justifica-se a importância da recorrência aos autores. Como na investigação científica, a intenção do pesquisador se pauta na ultrapassagem do senso comum, bem como na descentralização das informações coletadas do eixo histórico socialmente condicionado, ou seja, no caso de narrativas, como a “meta é a busca de sentidos das falas e das ações para alcançar a compreensão ou explicação para além dos limites do que é descrito e analisado” (GOMES *et al.*, 2010, p. 202), torna-se imprescindível a interconexão com os autores, aliás não se alcança tal meta sem o auxílio dos autores que estudam as temáticas pertinentes aos assuntos tratados em qualquer que seja a pesquisa (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p.205).

Além disso, o objeto de estudo deve ser analisado dentro do contexto macro em que está inserido, articulando a reflexividade do social sobre ele, assim como o caminho de influência do objeto sobre o social que o permeia. Serão essas contextualizações que irão situar e orientar o olhar externo acerca dos dados que se apresentam (*idem*, 2014, p.206).

A adoção desses eixos norteadores é de fácil observação tanto na forma como a presente pesquisa foi estruturada, quanto nos caminhos desenvolvidos nas análises resultantes. Considerando, no entanto, que a pesquisa qualitativa é uma abordagem para dados subjetivos e não uma metodologia estruturada, a adoção desse eixo analítico encaminha o pesquisador para determinadas metodologias baseadas no conceito.

#### 4.1 ESTUDO DE CASO

“O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (GODOY, 1995, p.25). O objetivo é analisar em

profundidade as nuances de um problema de pesquisa extraído da realidade social, guiado pela resolutividade do como e do porquê na investigação. Com enfoque exploratório e descritivo, o estudo de caso visa a coletar dados, apontar diferentes dimensões da questão, problematizar conflitos e pontuar descobertas. Magda Ventura (2007, p.385) afirma que não existe um modelo fechado de etapas obrigatórias para a realização do estudo de caso, mas topifica algumas fases necessárias para guiar o pesquisador na execução da pesquisa: “a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório” (VENTURA, 2007, p.385).

Ao adotar os caminhos metodológicos apontados até aqui, construímos o sumário da presente pesquisa de forma a abordar todos as etapas e encaminhamentos analíticos propostos. Na contextualização histórica e no capítulo de interseccionalidade, abarcamos as etapas inerentes à triangulação, pontuando o diálogo com autores e a própria ambiência das searas que cercam a existência do objeto de pesquisa. No capítulo AzMina, a unidade-caso é delimitada e os dados coletados inicialmente por observação direta são apresentados. Nesse tópico, desenvolvi uma entrevista, evidência documental, com integrantes da estrutura jornalística em análise, a fim de coletar dados endógenos e enriquecer tanto a etapa referida quanto as análises. Flávio Bressan (2000, p.11) aponta que a entrevista é uma etapa importante para a constituição de um estudo de caso, uma vez que essa metodologia trabalha com objetos de estudo que são resultantes de abstração. E por fim, no capítulo dedicado às análises, o conjunto de dados coletados no recorte do estudo, que são as reportagens especiais selecionadas, são interpretados em profundidade, o que se atrela à etapa referente à elaboração do relatório.

Estudos de caso são úteis na exploração de novos processos e comportamentos, permitindo o conhecimento aprofundado dos mesmos e gerando hipóteses úteis para o entendimento do social frente ao problema. É um meio de organizar dados sociais de uma situação específica e de forma intensiva. Para Bressan (2000, p.2) essa metodologia deve ser utilizada para a exploração de problemas contemporâneos da vida real, na qual os elementos não são manipuláveis e artificiais e se pode ter acesso direto aos dados de forma múltipla e sistemática. Nesses fenômenos, as fronteiras entre o próprio objeto analisado e o contexto que o aloca são borradas e intrinsecamente permeadas, diferindo de um objeto de estudo laboratorial, em que variáveis podem ser isoladas de contextos e manipuladas em situações forjadas (BRESSAN, 2000, p.2). Para se entender a existência, o funcionamento estrutural e a utilidade social do projeto comunicacional abarcado pela AzMina, a análise não pode ser deslocada do contexto da luta feminista que a basila e da dialogicidade com a análise das estratégias históricas adotadas pelas mulheres para romper com as tessituras da mídia

hegemônica. Objetivando isso, a técnica do estudo de caso adota a observação sistemática do objeto em análise:

[...] ao ser o objeto de pesquisa delimitado no tempo e no espaço, a observação ganhará as características da observação sistemática, para a qual o pesquisador “levanta e define os aspectos significativos para os objetivos da pesquisa e elabora um plano específico, antes da coleta de dados, para realizar e registrar as informações” (Denker e Da Viá *apud* CLEMENTE JUNIOR, 2013, p.2).

A adoção dessa metodologia conduz a análise sistemática do objeto desta pesquisa, que é o jornalismo feminista da revista AzMina, a fim de observar o seu imbricamento com a interseccionalidade, em um contexto de demanda social da racialização dos discursos dos movimentos feministas exacerbados pelas possibilidades da comunicação digital. Como recorte de estudo optei por produções da seção Especiais da revista digital AzMina, por se alocarem enquanto resultantes construídas dentro do método jornalístico de produção de reportagens, já que o jornalismo é justamente um dos nossos eixos centrais de interesse e investigação. Por se tratar de uma seção de grande extensão, selecionei um *corpus* de cinco dessas reportagens como unidades de análise, são elas: 1) Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência; 2) Mães que esperam; 3) Abolição para quem?; 4) Primeira geração: rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico no Brasil; e 5) O silêncio atrás da serra. Abordando problemáticas diferentes, mas compartilhando a intersecção de gênero, raça e classe centralizados na construção das narrativas jornalísticas, concluímos que o estudo de caso através dessa amostragem nos permitirá a construção de um relatório aprofundado sobre os questionamentos norteadores da nossa inquietação de pesquisa.

Robert Yin (2001, pp.34-35) aponta o uso da metodologia de estudo de caso para a área jornalística, exemplificando com a obra sobre o escândalo de Watergate, produzido por dois repórteres do jornal *The Washington Post*<sup>37</sup>. Os autores da produção confrontam permanentemente os leitores com as perguntas norteadoras do estudo de caso: *como? e por quê?* Sem responder essas perguntas de forma rápida e superficial, mas complexificando as análises, trazendo camadas reflexivas entre o caso estudado e seu contexto e só então, por fim, trazendo hipóteses para sanar os questionamentos. “Estabelecer o como e o porquê de uma complexa situação humana é um exemplo clássico do uso de estudo de caso, realizado tanto por jornalistas como por cientistas sociais” (YIN, 2001, p.35). No contexto da presente pesquisa o que nos move é justamente entender como AzMina faz uso da interseccionalidade para fabricar produções jornalísticas que satisfaçam uma lacuna técnica e social na forma de analisar e expor as realidades de mulheres. Objetivamos que no fim da exploração sobre o caso se avance

---

<sup>37</sup> A obra referida é o livro *All the president's men* (1974), produzida pelos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein.

no entendimento do porquê naturalizar esse *como* em todas as produções que se propõem jornalísticas, sendo isso de suma importância para o constructo de uma sociedade igualitária tanto intra, quanto intergêneros.

Para sustentar o método de estudo de caso como um método de pesquisa sério e que conduz o pesquisador a resultados seguros, Yin (2005, p.124) orienta que se devam seguir três princípios para a coleta de dados: 1) Utilizar várias fontes de evidência, 2) Criar um banco de dados próprio para o estudo de caso, e 3) Manter o encadeamento de evidências. E na análise dos dados coletados, para que alcance alta qualidade (p.167), o autor complementa que o pesquisador deve em primeiro lugar deixar claro que sua análise se baseou em todas as evidências coletadas, em segundo lugar abranger todas as principais interpretações concorrentes, em terceiro lugar se dedicar aos aspectos mais significativos de seu estudo de caso e por fim, deve utilizar seu conhecimento prévio de especialista em seu estudo de caso para a apresentação dos resultados à comunidade científica. (CLEMENTE JÚNIOR, 2013, p.6).

#### 4.2 INTRACATEGORIAL

Pesquisas qualitativas permitem o acoplamento de outras metodologias anexas, a fim de abarcar todas as nuances do estudo em andamento. Para análise da interseccionalidade nas reportagens especiais selecionadas, utilizaremos a metodologia de análise intracategorial proposta por Leslie McCall (2005). Para a autora, o estudo se expande quando múltiplas dimensões são inseridas à análise da pesquisa, refletindo a complexidade que é inerente a qualquer fenômeno social e que por isso, demanda metodologias únicas. “[...] minha intenção é delinear uma ampla gama de abordagens metodológicas para o estudo de relações sociais múltiplas, cruzadas e complexas e para esclarecer e envolver criticamente certas características das abordagens mais comuns” (MCCALL, 2005, pp.1772-1773)<sup>38</sup>. A autora aponta que a primeira crítica feita aos estudos e metodologias tradicionais era a de não incluir mulheres enquanto sujeitas das pesquisas, o que acabou acontecendo *a posteriori*. Porém, os métodos para a execução das pesquisas ainda estavam perpassados pela centralidade masculina, produzindo resultantes que não eram suficientes para abarcar de fato as realidades estudadas. Inserir as mulheres como objeto de pesquisa, mas dentro do mesmo espectro analítico tradicional, não produzia resultados adequados (MCCALL, 2015, p.1775).

A postulação científica de gênero enquanto categoria analítica e do feminismo como perspectiva teórica avançou a luta das mulheres nos mais diversos campos hegemônicos de supremacia masculina. Porém, as críticas dos próprios estudos feministas se aprofundaram e caminharam para o questionamento do binarismo presente nas pesquisas, sempre constituindo

---

<sup>38</sup> Do original: “[...] my intention is to delineate a wide range of methodological approaches to the study of multiple, intersecting, and complex social relations and to clarify and critically engage certain features of the most common approaches”. Tradução nossa.

analiticamente as sujeitas mulheres em oposição ao gênero masculino. Negligenciando dessa forma as heterogeneidades entre as próprias.

Finalmente, essas críticas se encaixaram em dois desenvolvimentos altamente influentes: primeiro, as críticas pós-modernistas e pós-estruturalistas da filosofia, história e linguagem ocidentais modernas (ver, por exemplo, Foucault 1972; Derrida 1974) e, em segundo lugar, críticas de feministas negras em relação às feministas brancas, quanto ao uso de mulheres e gênero como categorias unitárias e homogêneas refletindo a essência comum de todas as mulheres (MCCALL, 2015, p.1776)<sup>39</sup>.

Dessa forma, propõe-se com a metodologia intracategorial a não rejeição completa da categorização, como postulado por críticas pós-estruturalista, mas a reorganização crítica e funcional da mesma, inclusive para abarcar as vivências das mulheres negras. Essas, em muitas situações, como já apontado previamente na presente pesquisa, se aproximam mais das vivências dos homens negros, do que das mulheres brancas, por compartilharem um passado em comum de escravidão e violências diversas e sistêmicas advindas da supremacia branca (*idem*, 2015, p.1780). Por isso, essa abordagem proposta foca no estudo de um grupo social específico, porém abordando as nuances interseccionais de especificidades existentes na pretensa homogeneidade. Pontuamos os entremeios negligenciados pelas abordagens analíticas convencionais generalistas.

Muitas feministas que são treinadas em métodos das ciências sociais e que são interessadas em interseccionalidade, usam o método de estudo de caso para identificar um novo ou grupo invisível - na interseção de várias categorias - e prosseguem descobrindo as diferenças e complexidades de experiências incorporadas nesse local. Categorias tradicionais são usadas inicialmente para nomear grupos não estudados anteriormente em vários pontos de interseção, mas a pesquisadora é igualmente interessada em revelar - e de fato não pode evitar - a gama de diversidade e diferença dentro do grupo (MCCALL, 2015, p.1782).<sup>40</sup>

O grupo social em análise é apresentado em suas minúcias, mesmo que, para o entendimento global, algumas generalizações precisem ser feitas. Portanto, as categorias não são rejeitadas, o que se pretende é a desconstrução da homogeneização das mesmas. A adoção da análise intracategorial na presente pesquisa se justifica pelo objetivo de entender como o jornalismo feminista da AzMina utiliza a ferramenta interseccional para construir narrativas de desomogeneização da categoria mulher, a partir da interseção de outros marcadores sociais além de gênero, a fim de promover a visibilidade das questões de mulheres que são perpassadas

<sup>39</sup> Do original: “Finally, these critiques dovetailed with two separate but highly influential developments: first, the postmodernist and poststructuralist critiques of modern Western philosophy, history, and language (see, e.g., Foucault 1972; Derrida 1974), and second, critiques by feminists of color of white feminists’ use of women and gender as unitary and homogeneous categories reflecting the common essence of all women”. Tradução nossa.

<sup>40</sup> Do original: “Many feminists who are trained in social science methods and who are interested in intersectionality use the case study method to identify a new or invisible group—at the intersection of multiple categories—and proceed to uncover the differences and complexities of experience embodied in that location. Traditional categories are used initially to name previously unstudied groups at various points of intersection, but the researcher is equally interested in revealing—and indeed cannot avoid—the range of diversity and difference within the group”. Tradução nossa.

por sistemas de opressões múltiplos e com pesos sociais simbólicos e materiais próprios em relação àqueles (muitas vezes também próprios) apontados historicamente pelas mulheres brancas. O foco desse tipo de estudo é a análise aprofundada de um grupo social alocado dentro uma categoria única, para pontuar os contrastes existentes entre seus membros.

## 5 AZMINA

“Jornalismo, tecnologia e informação contra o machismo. AzMina é um instituto sem fins lucrativos que combate os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras” (AzMina, s.d., *online*)<sup>41</sup> – é assim que se inicia a descrição na seção Quem Somos da revista digital AzMina. O projeto foi viabilizado através de uma plataforma que endossa o financiamento coletivo de iniciativas independentes, o Catarse<sup>42</sup>. Com o auxílio financeiro de 50 mil reais, doados por 603 apoiadores voluntários, o instituto lançou a sua plataforma digital em agosto de 2015.

Na seção Nossa História, a revista aponta que sua reportagem de estreia abordou a precarização do trabalho de mulheres em fábricas de roupa na China<sup>43</sup>. “Fomos até a China para te mostrar o verdadeiro preço de uma roupa baratinha. Mas mostramos também como os consumidores podem agir para pressionar por uma indústria têxtil mais justa” (AZMINA, 2015, *online*). Dando sequência à sua linha do tempo, destacam a atuação no carnaval do seu ano de estreia, começando uma campanha em janeiro de 2016, em parceria com outros projetos semelhantes: a campanha #carnavalsemassédio fomentou a denúncia e o esclarecimento nas redes sobre a temática, lançando em conjunto o Guia Didático da Diferença entre Paquera e Assédio, que chegou a ser compartilhado pela página oficial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>44</sup>.

Cristiane Costa e Heloisa Hollanda (2018, p.48) apontam para o potencial mobilizador e político da organização de campanhas feministas a partir do uso de *hashtags* (#) temáticas, que reúne mulheres em rede para se informar a respeito do assunto abordado e trocarem informações e/ou denúncias sobre o mesmo, no coletivo. São ações *online* com o potencial de mobilização na esfera *offline* e que podem encontrar brechas de reverberação em cenários tradicionais, como no caso do material produzido pela AzMina ser compartilhado por um órgão institucional do governo.

Uma pesquisa feita pouco antes do Carnaval de 2017 mostrava que 54% dos homens entrevistados afirmavam que mulheres em um bloco carnavalesco, com roupas que revelam partes de seu corpo, bebendo, estão a fim de ser agarradas. A partir da politização do comportamento masculino, as campanhas por um carnaval sem assédio foram inesperadamente muito bem-sucedidas: o número de assédios caiu efetivamente em 2017, franqueando maior liberdade para as mulheres participarem da festa em espaços públicos (COSTA; HOLLANDA, 2018, p.51).

Entre outras ações de conscientização do social, o instituto lançou o livro Você Já é Feminista (2016); um curso *online* e gratuito para instruir professores a respeito da prevenção

<sup>41</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/> >. Acesso em 6 de julho de 2020.

<sup>42</sup> Disponível em: < <https://www.catarse.me/> >. Acesso em 6 de julho de 2020.

<sup>43</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/moda-a-qualquer-custo/> >. Acesso em 6 de julho de 2020.

<sup>44</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/projetos/carnaval-sem-assedio/> >. Acesso em 6 de julho de 2020.

de abuso sexual infantil; o lançamento da campanha #machismonãoebrincadeira, “para conscientizar homens e mulheres que na outra ponta de uma piada machista está o olho roxo de mais uma mulher” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>45</sup>; a criação do aplicativo PenhaS, para auxiliar no enfrentamento a violência contra mulher.

Em relação à estruturação da revista digital AzMina, produzida pelo instituto e nosso recorte de estudo, ela é disponibilizada *online* e gratuitamente<sup>46</sup>. Antes de iniciar o detalhamento da estrutura da revista é necessário frisar que ela passou por mudanças em outubro de 2020, posteriormente à coleta de dados iniciais para a presente pesquisa. Portanto, os dados a seguir já são atualizados em conformidade às alterações da revista. Porém, por se tratar de uma mudança recente e que ocorreu no período da pesquisa em andamento, após a explanação dos dados estruturais, farei algumas análises comparativas acerca das mudanças decorridas. O menu principal da plataforma se divide em dois, um inferior e um superior, sendo esse último composto por seis abas: Instituto AzMina, Quem somos, Transparência, PenhaS, Elas no Congresso e Mapa das Delegacias. Já o índice inferior do menu principal da plataforma da revista passou a agrupar a aba das colunas opinativas e a produção jornalística, que são as reportagens, essas últimas agora divididas por searas temáticas, sendo elas: política, violência, saúde, feminismos, comportamento, cultura, dinheiro, esporte e maternidade.

Apartado, em destaque no canto superior direito está a aba Apoie, através da qual as leitoras são convidadas para manterem o funcionamento do projeto através do mesmo modelo de negócio que possibilitou seu surgimento: o financiamento coletivo. “Nós somos uma organização sem fins lucrativos e dependemos do apoio das nossas leitoras e leitores para seguir fazendo nosso trabalho. São as assinaturas que nos permitem pagar os custos de manter a redação existindo e fazer jornalismo de qualidade” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>47</sup>. Ao clicarem para apoiar, as leitoras são redirecionadas para a plataforma Cartase, através da qual AzMina fixou o orçamento almejado em 20.000 reais mensais, divididos em planos diversos. As interessadas podem doar qualquer valor, mas, em contribuições a partir de 15 reais mensais, as leitoras passam a receber recompensas adicionais, como ímãs, posters, livro exclusivo e acesso à participação na produção do conteúdo. Doando a partir desse valor, a apoiadora pode “[...] fazer parte do nosso Conselho Editorial e poderá opinar em tudo o que produzimos, sugerir ideias de reportagens e acompanhar todo o processo do fazer jornalístico. A conversa com a redação é

---

<sup>45</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/historia/> >. Acesso em 7 de julho de 2020.

<sup>46</sup> Através do endereço: < <https://azmina.com.br/> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

<sup>47</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/apoie/> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

direta e por lá também rolam sorteios e convites para eventos” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>48</sup>. Chegando no ápice das doações, colocado como 500 reais ou mais, elas pontuam que: “com esse valor, conseguimos pautar uma reportagem com uma repórter freelancer! Claro que você leva todas as recompensas anteriores e, se quiser mesmo contribuir, ainda pode participar dos bastidores e palpitar nas escolhas junto com a editora e a repórter” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>49</sup>. Ou seja, além de possibilitar a contratação e remuneração da produção de uma nova profissional, a pessoa que contribui ainda pode de fato fazer parte do processo jornalístico da revista, com poder opinativo. Lemos e Lévy (2010, p.48) delineiam justamente a abertura do fluxo comunicacional como uma das principais diferenças das produções pós-massivas. A liberação da emissão, em conjunto com a possibilidade da personalização do consumo das informações, abre precedentes para produções cooperativas e de livre circulação, já que não há necessidade de grandes montantes financeiros para a existência do veículo.

Sendo assim, as funções pós-massivas não se preocupam necessariamente em atingir grandes “audiências”, o hit, mas estariam mais preocupadas em suprir nichos, criando o que Chris Anderson (2006) chamou de “cauda longa”, ou seja, a possibilidade de oferta de inúmeros produtos para poucos. A diferença não está só no consumo, mas na forma de produzir e distribuir livremente (em redes planetárias) diversos conteúdos (LEMOS; LÉVY, 2010, p.49).

De acordo com a plataforma, AzMina possui 442 financiadoras voluntárias ativas, que juntas disponibilizavam, na data de checagem para a pesquisa, 12.101 reais mensais para a manutenção do projeto, 60% da meta fixada como desejável<sup>50</sup>. Se trata de um montante pequeno, quando comparado a grandes veículos de mídia tradicional. O lucro não é o processo mobilizador de um veículo de jornalismo feminista, diferentemente das mídias massivas tradicionais, que possuem o fluxo emissor das mensagens financiado por verbas publicitárias e, portanto, com o encargo de entregar conteúdos que agradem às políticas de mercado. Nas mídias pós-massivas alternativas, o objetivo é produzir conteúdos que tensionem o posto e desnaturalizem o senso comum hegemônico. AzMina esclarece que o financiamento coletivo das suas leitoras é a principal fonte de manutenção da instituição, mas que precisam adotar algumas outras práticas para comporem seu capital financeiro. Toda a esquematização desse processo é esclarecida:

O apoio dos nossos leitores é nossa principal forma de financiamento, mas contamos com outros apoios, entenda: Fundações: AzMina já recebeu apoio de fundações para financiar projetos específicos, como bolsas de reportagens investigativas e a criação de um aplicativo para combate à violência contra a mulher. Empresas: AzMina trabalha em parceria com algumas empresas para produzir projetos jornalísticos e educativos alinhados com nossa Missão e Valores. Parcerias: além dos apoios financeiros, contamos com parcerias que nos oferecem serviços essenciais para que

<sup>48</sup> Disponível em: < <https://www.catarse.me/projects/87534/subscriptions/start> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

<sup>49</sup> Disponível em: < <https://www.catarse.me/projects/87534/subscriptions/start> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

<sup>50</sup> Informações coletadas em 3 de março de 2021.

nosso trabalho possa acontecer. Voluntariado: Também contamos com o trabalho voluntário de diversas pessoas para continuar existindo. De editoras que semanalmente colocam nosso conteúdo no ar, a colonistas que oferecem seus textos. (AZMINA, s.d., *online*)<sup>51</sup>.

Anualmente a instituição disponibiliza relatórios das atividades desenvolvidas com o dinheiro arrecadado<sup>52</sup>. Como resultante de um desses financiamentos externos ao coletivo, a AzMina desenvolveu o aplicativo PenhaS. Em 2016, o projeto da instituição foi selecionado para ter o seu desenvolvimento financiado por um fundo feminista internacional, o Mama Cash<sup>53</sup>. O aplicativo reúne diversas funções que visam ajudar mulheres que sofrem com a violência doméstica, desde auxiliá-las a identificar o processo pelo qual estão passando, até encontrarem uma delegacia mais próxima. Para Walter Lima (2011, p. 24), a responsabilidade social dos cientistas da informação na sociedade contemporânea perpassa pelo compromisso de criar diferentes tipos de interação entre o emissor e os receptores das mensagens, a fim de buscar formas mais fáceis e adaptáveis de se transmitir múltiplos conhecimentos para os que necessitam deles. Nesse caso, a equipe da AzMina, enquanto jornalistas, utilizam o imbricamento da tecnologia com as epistemologias feministas, para além da revista, através do projeto do aplicativo, auxiliar no impulsionamento da cidadania de mulheres em situações de vulnerabilidade. O aplicativo possibilita:

Conhecimento: informações sobre direitos das mulheres e um feed de notícias com a colaboração de importantes agências de comunicação. Caminho para o acolhimento: mapa das delegacias da mulher de todo o Brasil e serviços de atendimento à mulher que possibilita traçar a rota até o local mais próximo. Defesa: qualquer mulher pode baixar o PenhaS e fazer parte da rede de diálogo para que, pela conversa, possa acolher as vítimas. Diálogo sigiloso: as mulheres em perigo permanecem anônimas e escolhem com quem conversar. Botão de pânico: as vítimas podem escolher até cinco pessoas de sua confiança para acioná-las em caso de urgência. Produção de provas: no momento exato da violência é possível ativar uma gravação de áudio que capta o som ambiente, criando a oportunidade da vítima produzir provas (AzMina, s.d., *online*)<sup>54</sup>.

Carlos Henning (2015, p.117) trabalha com o conceito de agência interseccional para pontuar espaços de ações que, embasadas na perceptividade dos marcadores sociais, apresentam iniciativas propositivas para diminuir as assimetrias sociais que confrontam os sujeitos da ação. O objetivo não é ignorar as estruturas interseccionadas enquanto condicionantes da subalternização de determinados grupos sociais, mas de também observar a capacidade de agência e as táticas de resistência dos sujeitos.

Dessa maneira, é preciso frisar que ao mesmo tempo em que a noção de interseccionalidade abre um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, ela pode também proporcionar uma contrapartida em termos de um potencial para analisar e por em

<sup>51</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/apoie/> >. Acesso em 14 de julho de 2020.

<sup>52</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/instituto-azmina/transparencia/> >. Acesso em 14 de julho de 2020.

<sup>53</sup> Disponível em: < <https://www.mamacash.org/en/en-homepage> >. Acesso em 14 de julho de 2020.

<sup>54</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/penhas/> >. Acesso em 14 de julho de 2020.

relevo as ferramentas agenciais para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades. Essa atenção, conseqüentemente, auxiliaria a evitar o risco de uma reificação da “produção” e “construção” da diferença, vista como sinônimo de desigualdade, e a frisar a potencialidade “igualitarista” que o conceito pode prover em termos de práticas sociais no campo de distintas formas de agência interseccional (HENNING, 2015, p.118).

É sob essa óptica que a presente pesquisa se propõe a analisar as ações da AzMina, um coletivo de jornalistas feministas, que, segundo o próprio coletivo, são embasadas na episteme interseccional sob a realidade das mulheres, e utilizam a comunicação, facilitada por plataformas digitais, para um jornalismo propositivo em função da diminuição das assimetrias de gênero.

Indo para as produções textuais da instituição, as reportagens são divididas em abas temáticas: política, violência, saúde, feminismos e a aba mais, que traz o agrupamento de comportamento, cultura, dinheiro, esporte e maternidade. Maria Ferrari e Muniz Sodré (1986, p.11) entendem que uma tessitura narrativa constituída por fatos da realidade, “[...] discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. Esta é uma extensão da notícia [...] constitui assim, basicamente, um dos gêneros jornalísticos.” Para os autores, em reportagens não se pode faltar o elemento *o quê?*, mas especialmente o *quem?*, a fim de que os fatos, tratados por uma estilística narrativa, despertem o interesse humano para a problemática. Caso contrário, a realidade torna-se notícia, dada de forma resumida e objetiva. As notícias são o gênero que anunciam e descrevem o cotidiano, intrinsecamente imbricadas ao elemento da atualidade. Já nas reportagens a inserção do elemento narrativo oferece um detalhamento e contextualização da realidade, trazendo o leitor para os pormenores dos casos. A intenção é desenvolver as nuances das problemáticas, humanizando-as e não necessariamente as vinculando ao quesito temporal (FERRARI; SODRÉ, 1986, pp.14-18). AzMina não trabalha com o gênero notícia, todas as suas produções textuais perpassam pela estilística inerente à reportagem. Dessa forma, a densidade requerida nas problematizações de gênero embasadas na epistemologia interseccional pode ser ofertada mais satisfatoriamente. A homogeneização da realidade pontuou-se como uma das críticas internas dos movimentos feministas, portanto o gênero reportagem demanda e permite a complexificação exigida dos fatos.

Do que foi exposto, depreendem-se as principais características de uma reportagem: A) predominância da forma narrativa. B) Humanização do relato. C) Texto de natureza impressionista. D) Objetividade dos fatos narrados. Conforme o assunto ou objeto em torno do qual gira a reportagem, algumas dessas características poderão aparecer com maior destaque. Mas será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem. Ou não será reportagem (FERRARI; SODRÉ, 1986, p.15).

Isso é justamente o que acontece com os textos expostos na aba Opinião. O estilo narrativo que caracteriza o gênero reportagem se mantém presente, porém a objetividade dos

fatos narrados se secundariza, já que, como a própria denominação descreve, nesta seção estão os relatos pessoais, ou análises baseadas em percepções próprias das autoras dos textos. A humanização do relato se evidencia em Opinião. Costa e Hollanda (2019, p. 46) pontuam que a linguagem utilizada pelas feministas no digital explora uma perspectiva de imbricamento das vivências próprias, politizando-as a partir de sua análise ancorada na epistemologia do feminismo. E desse compartilhamento de fragmentos de si em rede, outras mulheres se reconhecem por similaridade de experiências vivenciadas, criando uma identificação múltipla, com grande potencial de mobilização política em torno de temas. “É descoberta, aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro” (COSTA; HOLLANDA, 2019, p. 46). Há uma revisitação ao conceito feminista histórico, do pessoal ser político.

Em relação à estruturação da seção, as únicas que têm o nome da coluna de imediato é a Opinião D`AzMina e Vozes, nas demais aparece o nome da colunista e quando se clica nos mesmos é que aparece um breve resumo de quem elas são, o nome das colunas pelas quais são responsáveis e sobre o que escrevem nelas.

Tabela 3- Subseções da aba Opinião

Opinião D`AzMina:	“O que a equipe d'AzMina pensa, acha, acredita” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>55</sup>
Amanda Celio:	“Atleta de sofá, a jornalista Amanda Célio tem a certeza de que esporte é coisa de mulher. Na coluna Mana a Mana, ela junta esporte e feminismo” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>56</sup>
Bruna Escaleira:	“Literaturas feitas por mulheres comentadas pela jornalista, escritora e pesquisadora Bruna Escaleira” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>57</sup>
Cristiane Guterres:	“Cris Guterres é muitas coisas: leonina, jornalista, empresária, amorosa, dona de um sorriso encantador e de uma imensa vontade de mudar o mundo com a sua voz. É o que ela

<sup>55</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/opiniaodazmina/> >. Última atualização feita em 17 de agosto de 2020. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>56</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/amanda-celio/> >. Última atualização feita em 21 de janeiro de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>57</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/bruna-escaleira/> >. Última atualização feita em 22 de fevereiro de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

	vai fazer na coluna #FalaPreta” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>58</sup>
Flaviana Alves:	Não há a descrição da autora e da temática da coluna. Em uma breve análise do conteúdo é possível perceber que fala sobre viajar pelo mundo, a partir da intersecção de ser uma mulher negra. <sup>59</sup>
Julia de Miranda:	“Na coluna Mulheres Insubmissas, a jornalista e ativista antirracista Júlia de Miranda traz conversas sobre negritude e raça” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>60</sup>
Leandra Migotto Certeza:	“Leandra gosta de flores perfumadas, cheiro de terra molhada, abraço de cachorro, pôr de sol, livros, beijos na boca, amigos, música, teatro, palavras, cinema, aroma de cozinha em ação, sexo, tesão. Na coluna, fala sobre o universo de mulheres com deficiência” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>61</sup>
Luisa Toller:	“Luisa Toller escreve sobre cinema, teatro, exposições e livros” (AZMINA, s.d, <i>online</i> ). <sup>62</sup>
Rebecca Souza:	Não há a descrição da autora e da temática da coluna. Em uma breve análise do conteúdo é possível perceber que fala sobre assuntos diversos relacionados as suas vivências. <sup>63</sup>

<sup>58</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/cristiane-guterres/> >. Última atualização feita em 21 de dezembro de 2020. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>59</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/flaviana-alves/> >. Última atualização feita em 21 de abril de 2020. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>60</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/julia-de-miranda/> >. Última atualização feita em 25 de janeiro de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>61</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/leandra-migotto-certeza/> >. Última atualização feita em 25 de fevereiro de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>62</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/luisa-toller/> >. Última atualização feita em 20 de janeiro de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>63</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/rebecca-souza/> >. Última atualização feita em 29 de dezembro de 2020. Acesso em 3 de março de 2021.

Viviana Santiago:	Não há uma descrição da autora e da temática da coluna. Em uma breve análise do conteúdo é possível perceber que fala sobre assuntos diversos relacionados as suas vivências. <sup>64</sup>
Vozes:	Não há uma descrição da autoria e da temática da coluna. Em uma breve análise do conteúdo é possível perceber que aborda temas diversos e tem autoria coletiva. <sup>65</sup>

Fonte: autoria própria.

Apartada da aba Opinião que compila todas as colunas referidas, fica em destaque, em uma aba própria o Divã D´AzMina, que é um “espaço para as leitoras sentarem e desabafarem. Você tem uma história para contar?” (AZMINA, s.d, *online*)<sup>66</sup>. Uma releitura digital da seção cartas das leitoras que desde os primórdios das mídias voltadas para mulheres lograram grande sucesso com o público por permitir uma interação tão aproximada. Porém, ao contrário do que acontecia em outros periódicos, essas cartas, agora virtuais, não são respondidas pela revista. É realmente um espaço para as leitoras falarem de si. Em uma visão geral das colunas, tem-se um panorama de multiplicidade de vozes, porém apresentando problemas de organização. Em algumas colunas, como exposto, não há uma descrição acerca da temática envolvida e nem da voz que reverbera. Sendo esse último quesito um norteador importante, porém não o único, para pontuar as interseccionalidades nas quais os discursos opinativos se forjam. Algumas colunas estão desatualizadas, com lapsos temporais significativos desde a última produção.

Adentrando na equipe fixa da revista, na aba Quem Somos há a apresentação do expediente do projeto. A divisão é feita entre as integrantes do quadro efetivo da publicação, seguida das colunistas e, por fim, as voluntárias, totalizando um universo de 21 mulheres.

Tabela 4 - Equipe oficial da AzMina

Carolina Oms- Diretora institucional e de captação.	Carolina é jornalista formada pela USP. Em São Paulo e em Brasília, cobriu economia, política e judiciário para o jornal Valor Econômico. É diretora executiva da Revista AzMina, além repórter, fazedora de playlists e sofredora por antecipação (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>67</sup>
---	--

<sup>64</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/viviana-santiago/> >. Última atualização feita em 2 de março de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>65</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/vozes/> >. A última atualização foi em 5 de fevereiro de 2021. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>66</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/coluna/diva-dazmina/> >. A última atualização foi em 1 de dezembro de 2020. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>67</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/carol-oms/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

Thais Folego – Diretora de operações e tecnologia.	Thais é filha de pai preto e mãe branca e essa mistura pautou muito da sua vida. Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero, passou anos na grande imprensa até encontrar o propósito que sempre buscou no jornalismo n’AzMina. É editora-chefe da revista, membra da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-SP). Ama sua gata Charlene, São Paulo e o Carnaval. (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>68</sup>
Helena Bertho – Diretora de conteúdo.	Helena é jornalista formada pela USP e com pós-graduação em roteiro pela FAAP. Já atuou em diversos veículos, como UOL, M de Mulher, Veja São Paulo e a Revista Sou Mais Eu. Especializada em cobertura de gênero, direitos humanos, diversidade e sexualidade, é editora chefe da Revista AzMina e também escreve a coluna quinzenal sobre sexo (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>69</sup>
Ayme Brito – Estagiária e gestora de conteúdo.	Aymê tem 19 anos e vive em Guarulhos (SP). É estudante de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), membro da organização social Mandela Free, professora no CAGRU (Cursinho Alternativo de Guarulhos) e curadora do brechó Ovelha Negra. N’AzMina é estagiária e cuida da gestão de conteúdo. Nas horas vagas tira tarot, cozinha e luta pela emancipação das mulheres (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>70</sup>
Bárbara Libório – Responsável pelo projeto Elas no Congresso.	Bárbara Libório é jornalista especializada em investigação, dados e visualização pela Universidad Rey Juan Carlos e pela escola de jornalismo da Unidad Editorial. Foi editora da Revista Época, do Aos Fatos e do Canal Meio. Como repórter, passou pela Revista IstoÉ e pelas editorias de economia do jornal Folha de S. Paulo e dos portais Exame.com e iG. É mestranda em mídias criativas pela UFRJ (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>71</sup>
Jamile Santana – Jornalista de dados.	Nascida em Mogi das Cruzes (SP), Jamile tem experiência de 11 anos em jornalismo diário, passando por veículos regionais da Grande São Paulo, entre eles o G1 – Portal de Notícias da Globo, editoria Mogi das Cruzes e Suzano. Jornalista com atuação na área de Dados e Transparência. Tem formação em Regulamentação da LAI em Municípios pela Escola Nacional de Administração Pública. Atualmente é coordenadora do programa Diversidade nas Redações da Énois e jornalista de dados freelancer no AzMina. É fundadora do Painel Jornalismo de Dados, projeto independente que engaja cidadãos e jornalistas em técnicas de apuração e transparência guiada por dados (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>72</sup>

<sup>68</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/thais-folego/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>69</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/helena-bertho/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>70</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/ayme-brito/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>71</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/barbara-liborio/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>72</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/jamile-santana/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

Larissa Ribeiro – Diretora de arte.	Larissa é formada em arquitetura pela FAUUSP, fez cursos de especialização em design e ilustração na Espanha, Itália e Inglaterra. É sócia do Estúdio Rebimboca, em São Paulo, e já ilustrou mais de uma dezena de livros, entre eles “Eleição dos Bichos”, “Quem Manda Aqui – um livro sobre política para crianças” (Cia das Letrinhas) e “Você já é feminista!” (Pólen Livros). Já trabalhou como designer em diversas editoras e agências de publicidade, onde diz ter entendido bastante da lógica perversa que rege a produção das imagens que nos bombardeiam todos os dias (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>73</sup>
Marília Moreira – Repórter e coordenadora do aplicativo PenhaS.	Marília é jornalista formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e já fez de tudo na área da comunicação. Escreveu, apresentou, fez locução, produziu roteiros, elaborou estratégias de marketing. N’AzMina é repórter e coordenadora do aplicativo PenhaS. Ama praia, sol, música e só poderia ser de Salvador (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>74</sup>
Verena Paranhos – Gerente do programa de membros.	Não há nenhuma descrição adicional. <sup>75</sup>

Fonte: autoria própria.

Tabela 5 - Colunistas da AzMina

Amanda Célio	Amanda Célio é jornalista pelo Centro Universitário do Triângulo. Atleta de sofá, feminista por ter ouvido tantos não e não se conformar. É de Minas e d’AzMina, péssima em trocadilhos, e, hoje, vive no Rio de Janeiro. Rainha dos dramas, não perde samba, blocos de carnaval e tem a certeza de que esporte é coisa de mulher (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>76</sup>
Cristiane Guterres	Leonina, jornalista, empresária, amorosa, Cris Guterres, é dona de um sorriso encantador e de uma imensa vontade de mudar o mundo com a sua voz. Seu perfil no Instagram é @crisguterres (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>77</sup>
Rebecca Souza	Rebecca Souza é feminista descolonial e mulher de etnia cigana que vive no norte do Brasil. É ativista de direitos humanos e foi eleita “Jovem Mulher Líder” pelas Nações Unidas. Foi do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres, é sacerdotisa de bruxaria tradicional e nas horas vagas se apresenta como dançarina de dança do ventre (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>78</sup>
Tayná Leite	Mãe orgulhosa e babona do Cacá, sou também coach, palestrante, blogueira, advogada, estudante de

<sup>73</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/larissa-ribeiro/> > . Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>74</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/marilia-moreira/> > . Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>75</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/verena-paranhos/> > . Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>76</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/amanda-celio/> > . Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>77</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/cristiane-guterres/> > . Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>78</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/rebecca-souza/> > . Acesso em 10 de julho de 2020.

	<p>psicologia, feminista e ocasionalmente dona de casa. Já fui professora de italiano, assistente de Papai Noel, vendedora, tradutora, estagiária, gerente e diretora. De São Paulo, vivo em Curitiba com um recifense, Cacá e nosso Pug Jerimum. Detesto clichês, rótulos e preconceito. Escrevo sem melindres sobre qualquer assunto e criei a Self sonhando com a transformação de mulheres, organizações e do mundo! (AZMINA, s.d., <i>online</i>).<sup>79</sup></p>
Flaviana Alves	<p>Jornalista pela PUC Goiás e escritora nômade, Flaviana é idealizadora do projeto Viagens e um Café, através do qual percorre o mundo fazendo voluntariado e imersões literárias e compartilha vivências e reflexões sob a ótica de uma viajante mulher, negra e nordestina. Autora de Donas de Si, livro-reportagem que conta a história de cinco mulheres migrantes que tiveram suas trajetórias marcadas pela violência de gênero (AZMINA, s.d., <i>online</i>).<sup>80</sup></p>
Melody Von Erlea	<p>Melody é professora, consultora de estilo e pesquisadora de moda com foco em história, semiótica e antropologia. Começou a escrever sobre moda na redação da Lilian Pacce, quando decidiu que faria seu próprio jornalismo de moda após descobrir o mundo de ostentação e superficialidade do jornalismo mainstream, Tem agora seu próprio blog, repete roupa!, onde fala sobre feminismo, minimalismo, moda e cultura pop. É palestrante e já trouxe os assuntos moda, sociedade e sustentabilidade para instituições como Fatec e Senac, e também ministra oficinas de amarração de lenços, moda&amp;literatura e análise de figurino (AZMINA, s.d., <i>online</i>).<sup>81</sup></p>
Leandra Migotto Certeza	<p>Leandra gosta de flores perfumadas, cheiro de terra molhada, abraço de cachorro, pôr de sol, mar, fogo, chocolate, vestido colorido, livros, beijos na boca, amigos, poemas, música, teatro, palavras, cinema, cachoeira, borboleta, beija-flor, aroma de cozinha em ação, sexo, tesão, canção, choro contido, dor, paixão... É Bacharel em Comunicação Social e estuda Jornalismo Literário e Escrita Criativa. Lançará sua autobiografia: “Cadê a jornalista?”, a primeira obra da Coleção Janelas do Selo Caleidoscópico, que publicará biografias e autobiografias de mulheres com deficiência desconhecidas da grande mídia (AZMINA, s.d., <i>online</i>).<sup>82</sup></p>
Júlia de Miranda	<p>Feminista decolonial, jornalista e ativista, Júlia sabe a importância de se afirmar como uma mulher negra. Consciência política também é se apropriar da própria</p>

<sup>79</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/tayna-leite/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>80</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/flaviana-alves/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>81</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/melody-erlea/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>82</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/leandra-migotto-certeza/> >. Acesso em 10 de julho de 2020.

	narrativa, acolhendo ancestralidade e se abrindo para várias possibilidades, individuais e coletivas, no contexto de negritude. Seguidora leal dos ensinamentos de bell hooks e Lélia Gonzalez, a paulistana acredita que o mundo pode ser um lugar mais aprazível quando estamos munidas de amor-próprio, senso crítico, música e vontade diária de caminhar na contramão do pensamento patriarcal e capitalista (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>83</sup>
Viviana Santiago	Sou negra, mulher, nordestina e feminista. Sou professora, trabalho há muito tempo com organizações não governamentais. É isso aí, ongueira mermo! Sou ativista dos movimentos de mulheres negras e defensora de direitos humanos. Adoradora de paçocas e mãe de Marquinhos (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>84</sup>
Bruna Escaleira	Bruna é uma jornalista e escritora paulistana. Pesquisa literaturas e feminismos na USP e faz parte da coletiva Circular de Poesia Livre. Escreve desde que aprendeu a combinar as letras e publicou os livros de poesia “entranhamento” e “algo a declarar” (AZMINA, s.d., <i>online</i> ). <sup>85</sup>

Fonte: autoria própria.

E as voluntárias são, Barbara Mengardo: “Bárbara é jornalista. Natural de São Paulo, foi seguindo os caminhos tortuosos da vida e veio parar em Brasília, se especializando na cobertura de Judiciário e política. Ama o que faz, mas vez ou outra sonha em jogar tudo para cima e virar cantora” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>86</sup>. E Marília Taufic- Coordenadora do App PenhaS: “Marília Taufic é feminista, jornalista e idealizadora do PenhaS, um projeto que pretende usar a tecnologia como forma de defender mulheres vítimas de violência” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>87</sup>. Nem todas as colunistas aparecem listadas na seção Quem Somos. Luísa Toller é indicada na aba Opinião, porém não aparece na seção do expediente da revista. Já Melody Von Erlea aparece referida como colunista na seção Quem Somos, mas não foi possível localizar uma coluna com o apontamento de sua autoria. As descrições de si das colunistas Flaviana Alves, Rebecca Souza e Viviana Santiago constam na aba Quem Somos, mas não estão pontuadas na aba Opinião. Desde a primeira coleta de dados a revista AzMina apresenta alguns problemas de organização na comunicação acerca do que se trata determinados espaços em sua estrutura e quem os preenche com a sua produção.

Em relação às descrições de si expostas na seção Quem Somos, todas parecem terem sido produzidas individualmente pelas próprias mulheres. Ao analisarmos a equipe fixa da revista, percebemos que a pontuação identitária das integrantes fica em segundo plano, sendo a

<sup>83</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/juliademiranda/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>84</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/vivianasantiago/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>85</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/bruna-escaleira/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>86</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/barbara-mengardo/> >. Acesso em 11 de julho de 2020.

<sup>87</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/marilia-taufic/> >. Acesso em 11 de julho de 2020.

principal preocupação delinear a formação acadêmica e profissional. É importante mostrar a credencial acadêmica das mulheres, a fim de legitimar o profissionalismo do projeto. O quadro se altera um pouco em relação às colunistas, que têm uma preocupação maior em tecer uma descrição mais identitária e pessoal, delimitada por elementos que situam gostos e vivências, ao mesmo tempo que também informam sua formação profissional. Um processo em conformidade ao esperado, já que, em uma ficha editorial, é importante destacar a legitimidade da equipe que conduz o veículo. Já em uma coluna de opinião, as questões mais identitárias ganham uma dimensão mais central, pontuando nuances que facilitem a compreensão dos leitores acerca da tessitura dos lugares de fala.

“As linguagens que o feminismo explora na rede tem características próprias. Em primeiro lugar, está o investimento pesado nas perspectivas abertas para muitas experimentações possíveis entre o pessoal e o público, como já mencionado” (COSTA; HOLLANDA, 2019, p. 46). Ao se descreverem por nuances mais próprias e íntimas, as colunistas dão um passo adiante na reverberação dessa prática de escrita feminista na rede, de aproximação por similaridade, se afastando um pouco do elo de pretensa objetividade, neutralidade e distanciamento do pessoal da prática jornalística tradicional. Em relação à formação profissional e acadêmica, com exceção de Rebecca Souza que não cita sua formação acadêmica, mas deixa bem delimitada sua descrição identitária, todas as outras colunistas possuem formação superior em áreas diversas, a maioria em jornalismo. Já em relação às voluntárias, Barbara Mengardo traz a estilística mais pessoal adotada pelas colunistas em sua descrição e Marília Taufic não, fazendo uma descrição de si objetiva e técnica, mais próxima da estilística adotada pelas integrantes oficiais da equipe.

## 5.1 SOBRE MUDANÇAS E A INTERSECCIONALIDADE

Fazendo uma breve análise a partir da observação das mudanças estruturais na revista AzMina, foi possível perceber que as alterações foram aplicadas para a otimização da plataforma. Abas múltiplas e mais específicas como antes Violência contra a mulher, Saúde e Sexo e Mãezinha Vírgula, foram transformadas em abas intituladas respectivamente de Violência, Saúde e Maternidade, grandes áreas gerais. Nessa modificação, as reportagens da aba Especiais, objeto de estudo da presente pesquisa, foi extinta. O conteúdo continua disponível na revista, ao ser procurado pelo título das reportagens ou através do link direto, porém não foi possível definir para qual grande área temática de compilação dos novos conteúdos as reportagens do *corpus* foram realocadas. Em relação à equipe fixa, o quadro cresceu, sendo adicionada a ela uma jornalista de dados, uma diretora de arte e uma gerente do

programa de membros. Em relação às colunistas, duas mulheres se integraram a equipe. É possível perceber que após as mudanças a revista adotou uma forma mais otimizada e enxuta de distribuir os conteúdos, facilitando o direcionamento das leitoras para encontrar assuntos pelos quais se interessa mais através das grandes áreas temáticas das reportagens. A aba Opinião permanece sendo claramente indicada e abrigando o compilado de todas as colunas, porém elas agora são mostradas a partir do nome das autoras, o que antes era feito pelo nome das próprias colunas. É possível levantar a hipótese em um enfoque maior na personalização do discurso, ao se destacar em primeiro plano a mulher que escreve. No subtópico seguinte aprofundaremos a explicação endógena da equipe AzMina sobre a mudança- principalmente em relação à seção Especiais e discutiremos outras nuances observáveis nas alterações para além das estruturais.

Adentrando no imbricamento da AzMina com a interseccionalidade, após uma análise inicial da estrutura geral da revista delineamos espaços de aproximações e de lacunas em relação a epistemologia interseccional. Ao trabalhar com o esquema de colunas fixas assinadas por mulheres diversas, constrói-se um panorama de relatos forjados a partir do lugar de fala da multiplicidade de sujeitas advindas de experiências de diferentes intersecções de sistemas de opressões, fomentando-se a tessitura da interseccionalidade na equipe que compõe a revista.

Assim, surge a necessidade de empatia, o movimento de se colocar no lugar do outro [...]. A ideia é, então, entender a igualdade pela diferença e, dessa maneira, criar uma nova forma de se compreender o conceito e a prática de uma união que inclui e reconhece sua heterogeneidade (COSTA; HOLLANDA, 2019, pp.46-47).

As autoras acreditam que ao reverberar essa prática os movimentos feministas tenham encontrado um modelo de comunicação efetivo e contagioso, perpassado pela construção de laços de identificação entre as mulheres e pautado pela flexibilização necessária à autocrítica e ao comprometimento de ampliar os espaços interseccionais, os quais julgam indispensáveis à coesão do ativismo feminista atual (COSTA; HOLLANDA, 2019, p.47). A revista traz tanto o gênero reportagem, o mais apropriado para a complexificação das discussões jornalísticas feministas, como já apontado previamente na pesquisa, quanto a reverberação de uma estratégia de humanização a partir de relatos de si, com potencial de mobilização política.

Porém, em algumas colunas, como apontado, para se conhecer informações pessoais acerca da autoria do conteúdo, é necessário clicar no nome da responsável e ser redirecionada para uma página em que todas as integrantes se apresentam, e nem sempre essas pontuações interseccionais estão claras. Em uma análise primordial, julguei problemática a dificuldade de ter acesso a constituição expressa dos lugares de fala das vozes que a revista reverbera. Por acreditar que em uma mídia alternativa, basilada no feminismo e na interseccionalidade, tão importante quanto o conteúdo que se traz é quem se é autorizado a falar nesses espaços e em

quais contextos esses discursos são forjados. Ainda acredito nessa máxima, entretanto a discussão é muito mais complexa do que apenas a pontuação dessa prática. Foi possível observar que o texto que apresenta cada uma das integrantes da revista foi escrito pelas próprias e, portanto, a forma como cada uma apresenta a si mesma e consequentemente a interseccionalidade que a perpassa é uma escolha política, mas acima de tudo individual. Não existe uma obrigatoriedade de se declarar a partir da raça. Além disso, essas pontuações de interseccionalidade podem ser colhidas de outras formas, como ao longo da própria construção dos conteúdos produzidos pela mulher, que pode revelar seus lugares de locução sem que precisem constar em uma descrição, ou até através da análise fenotípica de uma foto.

À exemplo, na seção Quem Somos a Thais Folego fala que é filha de pai preto e mãe branca e pontua o quanto isso pauta a sua vida, além de demarcar que é membra da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, tudo isso junto da sua foto de pele clara e cabelos lisos. Em sua descrição ela está trazendo a complexidade do seu lugar de fala e deixando as leitoras serem atravessadas por isso. A coluna Vozes traz uma produção de sua autoria intitulada Pai preto e mãe branca. Qual o meu lugar no Brasil?<sup>88</sup>, em que ela analisa a complexidade da existência parda. Portanto, em relação a intersecção com raça, vamos nos limitar a abordá-la na produção jornalística da AzMina através dos textos das reportagens especiais, como é essencialmente o objetivo geral da pesquisa, visto que não temos dados suficientes para analisá-la em outras searas da instituição, pois esses dados se relacionam inclusive com a subjetividade das sujeitas.

Já a intersecção de classe da equipe AzMina é possível de ser coletada por dados mais concretos, visto que se trata de um projeto jornalístico, por maior amplitude que a revista abranja no forjamento de seus discursos, é fato que eles serão tecidos por mulheres localizadas em determinados lugares sociais de privilégio. Tanto de acesso ao ensino superior, quanto à empregabilidade prévia. E mesmo ocupando lugares de privilégio, isso também não implica em não reconhecer trajetórias que falam sobre percursos interseccionais. Como na narrativa da reportagem especial Primeira geração: rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico no Brasil<sup>89</sup>- a qual compõe o *corpus* da pesquisa e que retrata como o acesso ao lugar de privilégio do ensino superior de algumas mulheres foi profundamente atravessado por raça e classe. Enfim, são lugares sem dúvida forjados na empatia e, alguns deles, em vivências inéditas do que consideramos privilégio. Ribeiro (2019, p.83) também aponta para a necessidade de não

---

<sup>88</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/columas/pai-preto-e-mae-branca-qual-meu-lugar-no-brasil/> >. Acesso em 3 de março de 2021.

<sup>89</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/primeira-geracao-rompendo-o-ciclo-familiar-de-trabalho-domestico-no-brasil/> >. Acesso em 5 de março de 2021.

haver uma desresponsabilização dos sujeitos que alcançam os espaços de poder. Se existe uma conjuntura social precedente que mantém os subalternos em espaços silenciados, não se pode esperar que suas vozes sejam ouvidas apenas quando difundidas por eles mesmos. Há ruptura e transgressão quando sujeitos inseridos nas lógicas hegemônicas e revestidos de privilégios repensam seus mecanismos e abrem espaços de lugares de fala para que as realidades marginalizadas sejam representadas. Este pensamento foi fomentado pela pesquisadora Jota Mombaça (2017), a qual pontua que

muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos do lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta (MOÇAMBA, 2017, *online*).

Portanto, assim como todos os projetos de escrita feminista apontados nessa pesquisa, AzMina é feito de manutenções, mas também de rupturas. Apesar de alcançarem determinados espaços de privilégio, especialmente de classe, o projeto faz uso das possibilidades digitais para repensar um jornalismo propositivo frente às assimetrias de gênero. Partindo de uma visão não ingênua dos espaços de legitimação de fala, a pesquisa, através da análise de caso da AzMina, investiga como um projeto de jornalismo feminista pode agir enquanto ferramenta democratizante da visibilização das interseccionalidades que compõem as situações das mulheres. Os movimentos feministas hegemônicos foram acusados de negligenciar historicamente as hierarquias dentro de sua própria estrutura. Portanto, como um projeto de jornalismo feminista forjado dentro das novas lógicas digitais pode fomentar ações de reparo a esse mecanismo? No seu institucional, a AzMina afirma que sua missão é “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual” (AZMINA, s.d., *online*)<sup>90</sup>. Como isso se reverbera em sua produção jornalística?

<sup>90</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/missao-visao-e-valores/> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

## 5.2 AZMINA POR AZMINA

No dia 21 de janeiro de 2021, após alguns meses de tentativa de contato, Thais Folego que se apresentou como codiretora da AzMina, respondeu através do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp um roteiro de perguntas (APÊNDICE A) que eu havia enviado para o e-mail da revista. Ela inicia explicando que o projeto AzMina surgiu em 2015 a partir da ideia coletiva de um grupo de sete mulheres, com formações acadêmicas e profissionais variadas, mas que em comum todas eram feministas e não se viam refletidas nas representações midiáticas da grande mídia. Elas se incomodavam com o cenário midiático posto voltado para as mulheres e seu perpasso profundo por searas opressivas históricas, além de tratarem só de gênero, com pouquíssima diversidade de outras intersecções. “A mulher era muito tratada como essa mulher universal: a mulher branca, de grandes centros urbanos, profissional, trabalha fora, classe média; então foi muito dessa urgência de se ver representada e também ter uma maior diversidade nessa cobertura de gênero que nasceu a revista” (FOLEGO, 2021, *online*). Segundo ela, desde então o projeto tem a missão de combater através da comunicação todas as opressões de gênero, sempre observando a intersecção dele com raça, classe e orientação sexual.

A escolha do formato digital se deu tanto por motivos de custos, pois seria muito mais caro criar e manter uma estrutura de produção impressa, quanto pela questão de alcance, pois em 2015 a tecnologia de comunicação digital já se encontrava em grande desenvolvimento e uso. Portanto, segundo Folego (2021, *online*) o projeto fez um comparativo de custo x alcance e a escolha pelo formato apenas digital foi imediata. Houve um financiamento coletivo único, a princípio em 2015, para subsidiar a criação da plataforma e suas primeiras produções, a partir de 2016 elas abriram a possibilidade para o público fazer um financiamento recorrente, no estilo assinatura, doando mensalmente. O que elas chamam atualmente de programa de membros e que está passando por uma reestruturação a fim de aumentar seu alcance e adesão. Importante pontuar que uma das integrantes que foram adicionadas a equipe foi justamente uma gerente do programa de membros. Mesmo em desenvolvimento, hoje o financiamento coletivo é responsável por apenas 15% do custeamento do projeto, por isso até 2017 todo o trabalho da equipe era feito de forma voluntária, pois apenas essa fonte de financiamento não era suficiente para a construção de um quadro remunerado de profissionais. Isso se altera a partir de 2018 quando o veículo passa a buscar financiamento institucional e, então, a organização passa de fato a se profissionalizar (FOLEGO, 2021, *online*). Apesar do custeamento coletivo não ser suficiente, ela aponta a importância do mesmo para a construção de uma comunidade ativa em torno do projeto, trazendo outros tipos de engajamento e mantendo pessoas com ideais e valores unidos ao redor da representação de uma causa (*ibidem*).

Folego (2021, *online*) aponta que a rotina de produção jornalística na parte prática funciona semelhante a rotinas de outros veículos tradicionais, elas fazem reuniões de pauta semanalmente, às vezes quinzenalmente, distribuem as funções entre as profissionais internas e contratam *freelancers* caso necessitem de alguma demanda que a equipe não consiga executar. Edição e arte também são feitas internamente. Elas possuem um planejamento das pautas do mês e um preliminar das pautas do ano, com datas importantes para a agenda do veículo, ela cita: 8 de março – dia Internacional da Mulher, 25 de julho – dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e 20 de novembro – dia da Consciência Negra. Elas sabem que o debate público vai estar voltado para esses assuntos nessas datas específicas, “[...] portanto é importante que a gente faça uma produção de reportagens ou de campanhas com essa perspectiva feminista” (FOLEGO, 2021, *online*). Importante destacar que duas das reportagens especiais selecionadas para o *corpus*, foram lançadas em datas especiais: Entre machismo e racismo – mulheres negras são as maiores vítimas da violência, no Dia da Consciência Negra; e Abolição para quem?, no dia que marca a assinatura da Lei Áurea.

Outro ponto importante a se destacar é que Thais Folego (2021, *online*) reitera que AzMina não cobre o que ela chama de *hard news*, que no campo jornalístico designa as notícias mais ligadas ao imediatismo do acontecimento, as últimas notícias. Ela aponta que o veículo produz reportagens mais aprofundadas, sobre temas diversos, que não estejam na cobertura da mídia tradicional, “[...] sempre olhando esses dois aspectos de trazer serviço público e quando possível monitorar o poder público nas políticas e direitos das mulheres, e a partir disso passamos a desenvolver as pautas” (FOLEGO, 2021, *online*). Em relação às fontes, afirma que já na reunião de pauta existe uma esquematização prévia de que tipo de personagens precisam ser ouvidas para cada tema, mas que ao longo do processo de apuração essa esquematização pode sofrer alterações: “[...] temos norteadores das escolhas dessas fontes, a gente privilegia sempre mulheres. Especialistas homens não são proibidos, claro, mas damos a preferência para mulheres” (FOLEGO, 2021, *online*). A partir dessa explicação, ela aborda a questão da interseccionalidade como uma base perpassando todos os processos do veículo AzMina, inclusive na escolha das fontes para além dos estigmas comuns, buscando a diversidade:

[...] a gente não vai buscar mulheres negras para falar só sobre racismo. Se a gente está fazendo uma pauta sobre menopausa, todas as mulheres, independente da raça e da orientação sexual, entram na menopausa, então a gente sempre tenta pensar esses marcadores que atravessam as mulheres, que atravessam gênero de formas diversas. Então, também tem essa preocupação de ser interseccional na hora de buscar essas personagens ou essas especialistas que vão falar (FOLEGO, 2021, *online*).

Outra seara em que ela reitera a interseccionalidade é a existência das colunistas como forma de amplificar o número de vozes do veículo, tanto de lugares de fala, quanto de temáticas

e experiências abordadas. Ela pontua que entre as colunistas existem mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres que são mães, mulheres de fora da centralidade de São Paulo, mulheres múltiplas enfim, e que elas são um recurso na tentativa de potencializar o diverso nas vozes que reverberam. Ainda segundo ela, a preocupação da diversidade de vozes, na verdade, se estende para toda a composição da equipe AzMina e que por diversas vezes essa escolha traz uma pessoalidade interseccional para as produções jornalísticas do veículo:

[...] uma questão bastante importante que é o fato de por fazer um jornalismo feminista, a nossa equipe tem uma grande preocupação com a diversidade, então hoje 60% da nossa equipe é negra e tem mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas na equipe. A gente acha que é bastante importante, por exemplo, para algumas pautas, algumas questões, procurar jornalistas que também vivem aquela realidade. Então, uma pauta sobre mulheres trans, a gente acha que é interessante uma jornalista mulher trans fazer esse tipo de pauta. Uma coisa que talvez também nos diferencie é que, muitas vezes, a voz do texto, ela não vai ser em terceira pessoa; muitas vezes, ela vai ser na primeira pessoa do plural porque a jornalista também está ali retratada naquela história, naquela pauta até (FOLEGO, 2021, *online*).

Quando perguntada sobre quais processos ela poderia apontar dentro da organização que seriam resultantes do imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade, ela disse que não saberia especificar, pois o projeto AzMina como um todo nasce desse imbricamento e a interseccionalidade está atravessada em todos os seus processos (FOLEGO, 2021, *online*).

### 5.3 HÁ OUTROS CAMINHOS PARA SE DISCUTIR...

Como pontuado anteriormente, em outubro de 2020 toda a plataforma da revista passou por uma reformulação e, entre as mudanças, a seção que abrigava as reportagens especiais foi desfeita. Na entrevista, Thais Folego (2021, *online*) explicou que a revista classificava enquanto reportagens especiais conteúdos financiados por bolsas de reportagem abertas para jornalistas *freelancers* de todo o Brasil. Essa informação não estava disponível na plataforma da revista. Na verdade, não havia qualquer informação a respeito do que diferenciava essas produções das demais. Folego (2021, *online*) explicou que esse custeamento do veículo permitia a execução de produções jornalísticas mais aprofundadas, em outras localidades, com recursos para estender as investigações nas realidades retratadas, produzindo assim, o que ela classificou enquanto grandes reportagens. Segundo a codiretora, após uma consultoria de estratégia, foi definido que separar em abas distintas as grandes reportagens das demais, que ela chama de reportagens do dia a dia, atrapalhava o processo de indexação e dificultava a busca do conteúdo no Google, o que não era benéfico para o alcance da publicação. Por isso, elas desfizeram a aba Especiais e passaram a classificar as reportagens por temas (FOLEGO, 2021, *online*).

Na continuação de sua fala, ela afirma que um dos motivos da reformulação da plataforma da revista foi para melhor comunicar as outras nuances de atuação da instituição AzMina, que “nasceu em 2015 como uma revista, mas ao longo desses cinco anos a organização foi crescendo e foi mudando, foi adicionando e não mudando, novas formas de atingir a sua missão [...]” (FOLEGO, 2021, *online*). Em seguida ela fala do desenvolvimento do aplicativo PenhaS e do projeto Elas no Congresso, já apresentados previamente na dissertação. Ela prossegue dizendo que a organização AzMina cresceu muito e que “no site era como se a gente continuasse sendo apenas uma revista, sendo que nossa atuação tinha aumentado” (FOLEGO, 2020, *online*). Aproveitando o ensejo dessa fala é importante ressaltar o *background* de militância do jornalismo feminista, sempre interessado em ações reparadoras, no ativismo, o jornalismo não é o fim em si, é mais uma ferramenta. A produção jornalística feminista está diretamente atrelada a outras práticas de transformação social, é portanto, compreensível a diversificação/expansão de atuação. Além disso, em 2020 o mundo inteiro foi assolado pela epidemia de Covid-19, gerando uma crise sanitária e econômica generalizada, com graves consequências no Brasil. Apesar de Thais Folego (2021, *online*) ter justificado o encerramento da aba abrigando as especiais apenas como uma forma de organização e otimização do conteúdo, levantamos a hipótese de mudança no direcionamento da produção do veículo como um todo. Observando o panorama, é possível notar um foco maior na produção de conteúdos que demandem um custeamento menor, sem deslocamentos físicos da equipe e que podem ser elaborados através de mediação digital. Tanto o aplicativo PenhaS, quanto a plataforma de monitoramento do Congresso são baseados em conteúdos com essa configuração, produzidos através de análise de dados. Esses dois projetos são massivamente citados por Folego (2021, *online*) na entrevista. Na nova configuração do *layout* também foi possível perceber um grande destaque para a aba Instituto AzMina, PenhaS e Elas no Congresso, que passaram a ocupar o menu superior da revista. Cenário que fomenta a construção da AzMina enquanto um instituto e não mais fixada na ideia de revista, drenando também a atenção do público para a produção das áreas de atuação que possuem o jornalismo de dados como práxis produtiva. Além disso, após a reformulação, a antiga repórter Larissa Ferreira foi substituída por Jamile Santana, que se apresenta como jornalista de dados e fundadora de um “[...] projeto independente que engaja cidadãos e jornalistas em técnicas de apuração e transparência guiada por dados” (AZMINA, s.d, *online*)<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/author/jamile-santana/> >. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

Na entrevista Thais Folego (2021, *online*) pontua justamente o ano de 2020 como sendo a data em que a instituição passou a trabalhar muito com o jornalismo de dados, ela cita alguns projetos em que têm trabalhado, como o Elas no Congresso e finaliza pontuando que: “eu acho que o grande destaque em termos de formato é o de jornalismo de dados que a gente tem feito” (FOLEGO, 2021, *online*). Esse tipo de jornalismo utiliza grandes bases de dados para produzir conteúdos a partir de uma interpretação crítica dos mesmos. Leonardo Mancini e Fabio Vasconcellos (2016, p. 70) apontam essa especialização como uma das grandes apostas para a sobrevivência do jornalismo em um mercado desafiador e em constante transformação, por possibilitar trabalhar com equipes e estruturas menores, tendo a internet e os bancos de dados mundiais enquanto aliados principais do serviço. “Com isso, o trabalho do jornalista muda de natureza. Nas palavras de Flew *et al.* (2012), quando a informação era escassa, a maior parte de nossos esforços estavam voltados a caçar e reunir dados. Agora que a informação é abundante, processá-la tornou-se mais importante” (MANCINI; VASCONCELLOS, 2016, p.70). Durante a entrevista a codiretora usa com frequência a palavra monitorar, referindo-se ao monitoramento de dados para a produção de conteúdo, exemplificando com os dados relacionados ao governo nas decisões ligadas a gênero e que basila o conteúdo do Elas no Congresso e o monitoramento da violência doméstica que teve um grande aumento durante a pandemia e pautou diversas reportagens e uma campanha de conscientização.

No meio de tanta informação o papel do jornalista de dados é fazer uma boa curadoria do que está aparecendo. Seja para tentar interpretar o que está circulando se está melhorando ou piorando, a situação da pandemia por exemplo, uma coisa bem simples, mas dependendo do que você aplicar que modelo se aplicar, que cálculo você fizer, vai poder ver positivo ou negativo para a mesma situação. Por isso, é conseguir interpretar bem o que está acontecendo e também saber aplicar nas áreas e como fazer bem feito um bom trabalho com dados. O meu ponto é o seguinte: tem muito dado, já tinha e agora tem cada vez mais. Muita gente está tendo acesso ao manuseio de dados isso é ótimo, só que vira uma massa de informação que você não sabe muito bem para onde vai a coisa. Então, acho que vai fazer uma grande diferença o jornalista de dados ser esse meio curador do que está acontecendo nesse turbilhão de informações com base em dados (TAKAHASHI, 2021, *online*).

No aplicativo PenhaS e com o projeto Elas no Congresso, o instituto AzMina foca justamente na coleta e análise de dados específicos, que são revertidos em informações que possam ajudar as mulheres nas searas que se propõem. *Advocacy* é justamente uma outra seara de produção a qual Thais Folego (2021, *online*) também frisa na entrevista e para a qual o instituto AzMina se dedica. Ela explica como sendo a criação de campanhas de conscientização do social através da comunicação, um dos exemplos dessa atuação é a campanha lançada por elas #machismonãoébrincadeira - que já apresentamos previamente na dissertação, para educar acerca de um carnaval sem assédio. Essa seara de produção também é basilada em jornalismo de dados, revertendo-os em forma de ação para o social.

Assim a gente trabalha com campanhas de conscientização, que é o *advocacy* de comunicação [...]. Ano passado a gente fez uma sobre aborto legal e outra em parceria com a ONU chamada Ela Decide, que era uma campanha de conscientização sobre o início da vida sexual das meninas. Então esse é o braço de campanhas (FOLEGO, 2021, *online*).

Como explicitado anteriormente, na entrevista, Thais Folego (2021, *online*) apontou que desde o princípio AzMina adotou o sistema de financiamento coletivo como forma de viabilizar financeiramente o projeto, mas que atualmente essa prática só consegue custear 15% da estrutura. Todo o resto precisa ser margeado através da busca de parcerias institucionais. A revista não faz propaganda, portanto é possível se questionar quão desafiador é o caminho de encontrar patrocínios para a produção de conteúdos que não perpassem pela venda de produtos revertidos em lucros diretos para uma empresa. Incluir as margens, sem se vender para quem governa os centros e encontrando um público nem sempre aberto à ideia de pagar por conteúdo, exige criatividade e grande potencial de reinvenção e superação dos veículos alternativos. Fazendo essas conexões de uma pandemia mundial com grandes reflexos sociais e econômicos e ainda dentro de um contexto de sociedade perpassada fortemente pelo crescimento exponencial das redes sociais e a cultura de consumir conteúdos múltiplos e incessantemente disponíveis, sem ter que necessariamente pagar por eles, pontuamos a possibilidade de que essa movimentação da instituição AzMina para outras esferas de produção possa ser também uma estratégia de sobrevivência ao cenário.

Em uma análise superficial do conteúdo das reportagens mais recentes é possível observar a execução do formato que, na entrevista, Thais Folego (2021, *online*) chama de reportagens do dia a dia, as quais possuem conteúdos mais generalistas, com temáticas que não exigem uma produção *in loco* e nem de um processo investigativo muito extenso. Para exemplificar, trago os títulos das últimas reportagens produzidas nas temáticas de política, violência, saúde e feminismos, que são as que estão em destaque no índice. Na aba Política: “Violência política de gênero: as diferenças entre os ataques recebidos por mulheres e seus oponentes” (AZMINA, 2021, *online*)<sup>92</sup>. Violência: “Pornografia de vingança e sextorsão: saiba o que é e como denunciar” (AZMINA, 2021, *online*)<sup>93</sup>. Saúde: “Como a mídia cria estereótipos que impulsionam a gordofobia” (AZMINA, 2021, *online*)<sup>94</sup>. Feminismos: “Que feminismo

<sup>92</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-as-diferencas-entre-os-ataques-recebidos-por-mulheres-e-seus-oponentes/>> . Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

<sup>93</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/pornografia-de-vinganca-e-sextorsao-saiba-o-que-e-e-como-denunciar/>> . Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

<sup>94</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/como-a-midia-cria-estereotipos-que-impulsionam-a-gordofobia/>> . Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

queremos? Seis feministas refletem sobre o futuro que buscamos” (AZMINA, 2020, *online*)<sup>95</sup>. Foi possível observar que as reportagens trazem temas cuja execução pode ser feita por análise de dados e possuem um caráter mais informativo e menos narrativo. Apesar de ser uma análise breve e não aprofundada, visto que não é o objetivo da presente dissertação, é possível observar mudanças no fazer jornalístico da AzMina, e na forma de se posicionarem enquanto instituição. Mudanças estas que podem ser impulsionadas pelo crescimento da demanda de processamento e sistematização de dados de forma mais objetiva, visto que o jornalismo de dados é um campo em expansão por conta da própria digitalização do mundo. Além de se existir um cenário sanitário, econômico e jornalístico cada vez mais incerto. Também é incerta a forma como a interseccionalidade será performada nesses novos caminhos de produção.

Por falar em interseccionalidade, nesse contexto também se faz necessário pontuar que os caminhos interseccionais percorridos pela AzMina não foram inaugurados por elas. Thais Folego (2021, *online*) cita na entrevista uma frase da intelectual e ativista do movimento de mulheres negras Jurema Werneck, que usa a analogia dos passos virem de longe, a fim de reiterar o fato de que a produção da AzMina atual é baseada em práticas iniciadas por outros veículos de mídia alternativos progressos. Os tópicos de uma produção interseccional performados pela revista, e expostos nas análises da presente dissertação, são reproduções de práticas históricas de um jornalismo que busca incluir as margens. Não há grandes inovações no fazer jornalístico da AzMina em relação, e aqui frisamos bem, ao jornalismo alternativo, performado por veículos anteriores que também se apropriavam da *práxis* interseccional nas suas produções. Claro, os meios de divulgação, as ferramentas de apuração e a linguagem, tudo isso se transformou acompanhando a tecnologia digital e o caminhar do social, porém o cerne da prática interseccional foi forjado no desenrolar dos movimentos feministas negros.

Na entrevista Thais Folego (2021, *online*) afirma que 60% da equipe atual da AzMina é composta por mulheres negras. Tais mulheres puderam se formar em uma universidade e trabalhar com esse tipo de jornalismo, e não (ou não mais) se enquadraram na ainda persistente luta da maioria das mulheres pretas e pobres do Brasil, que possuem trabalhos precarizados. Ter a viabilidade/disponibilidade de se voluntariar para compor um projeto desses não deixa de ser alcançar um lugar de destaque. Entretanto, na presente dissertação queremos destacar a importância do que se faz com o acesso a esses lugares de privilégio, pontuando o fazer jornalístico como centralmente perpassado por escolhas. A grande revolução vai residir nas

---

<sup>95</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/que-feminismo-queremos/> >. Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

pequenas decisões de posicionamento, somadas e repetidas, sobre complexificar as análises e ampliar os holofotes de visibilização quando eles estiverem voltados para si.

## 6 QUANDO AZMINA FALAM: ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Neste tópico analisaremos em profundidade as cinco reportagens que compõem o *corpus* da pesquisa, sendo elas: 1- Primeira geração: rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico no Brasil, escrita por Ana Paula Lisboa em 25 de fevereiro de 2019. 2- Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência, escrita por Ariane Silva, Flávia Martinelli e Monise Cardoso, com ilustrações de Isabela Alves, em 29 de novembro de 2019. 3- Mães que esperam, escrita por Milena Teixeira em 6 de agosto de 2019. 4- O silêncio atrás da serra, escrita por Jessica Raphaela e Camila Silva em 2 de outubro de 2016 e 5- Abolição para quem?, escrita por Milena Teixeira em 13 de maio de 2019.

Através de um estudo de caso geral das reportagens selecionadas, foram esquematizadas em tópicos práticas da construção jornalística adotadas pela revista. Essas práticas foram transformadas em categorias de análise, que serão desenvolvidas a partir das reportagens especiais que compõem o *corpus*. Através dessas análises será possível observar o imbricamento do jornalismo feminista da AzMina com a interseccionalidade. Portanto, trabalharemos com as seguintes categorias de análise: humanização dos relatos, aproximação das realidades através de dados interseccionais, desconstrução das imagens de controle e capacidade de agência. Importante ressaltar que essas categorias se reverberam em todas as reportagens do *corpus* e foi justamente a partir dessa observação sistemática da repetição desse esquema na construção da narrativa jornalística das reportagens que essas práticas foram selecionadas. Porém, para fins de organização da explanação e manutenção da fluidez da leitura, optei por abordar em profundidade uma categoria por reportagem. Com exceção apenas da última categoria analítica, a capacidade de agência, que julguei necessário analisar em duas reportagens em conjunto, a fim de apresentar um estudo mais amplo sobre como a narrativa da AzMina expõe a capacidade de agência dos sujeitos, sem subestimar as estruturas de subalternização presentes.

### 6.1 HUMANIZAÇÃO DOS RELATOS: ANÁLISE DA REPORTAGEM PRIMEIRA GERAÇÃO- ROMPENDO O CICLO FAMILIAR DE TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL<sup>96</sup>.

A narrativa da reportagem é toda construída a partir de relatos de si das personagens. As mulheres contam suas histórias, expondo várias nuances da sua intimidade, vida familiar,

---

<sup>96</sup> A reportagem possui 2.960 palavras, o que no formato da presente dissertação daria em torno de nove páginas e meia de extensão. Em detrimento do vídeo e imagem que a acompanha. Disponível em: <

dores e angústias. A humanização dos relatos é um recurso já explanado na presente dissertação, utilizado para criar identificação entre as leitoras e o conteúdo, de uma forma que a partir desses laços de reconhecimento na similaridade das histórias essas narrativas possam contribuir positivamente na luta das mulheres, inclusive com potencial de mobilização política na esfera material da realidade (COSTA; HOLLANDA, 2019, p. 46). No caso das mulheres negras, Collins (2019, p. 181) aponta que explorar essas searas íntimas é um recurso e fator essencial da luta dessas mulheres, já que a construção e o compartilhamento de uma consciência coletiva são de suma importância para o rompimento do silenciamento imposto na submissão.

As intelectuais negras estadunidenses há tempos exploram esse espaço privado, oculto, da consciência feminina negra, os pensamentos íntimos que permitem às mulheres negras suportar e, em muitos casos, transcender os limites das opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade (COLLINS, 2019, p. 181).

Uma das personagens da reportagem é apresentada como:

Mary do Espírito Santo é filha de Maria da Penha, neta de Maria de Lourdes e bisneta de Maria América. Além dessas referências, é graduada em Letras e mestra em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio. Atua com formação, facilitação de grupos e articulação institucional (LISBOA, 2019, *online*).

A narrativa jornalística da AzMina traz as referências familiares antes da formação acadêmica e profissional da fonte, rompendo com o imperativo técnico do jornalismo tradicional de se ater ao suposto essencial dos fatos. É uma forma de apresentar o fator humano aos leitores enquanto essencial antes de qualquer título técnico, acadêmico ou profissional. Segundo Jorge Ijuim (2017, pp. 237-238), o gênero reportagem criou condições especiais para que as experiências que perpassam a humanidade pudessem ser contadas em cenas cotidianas, mas nas salas de redação esse processo foi se mecanizando em protocolos automáticos de relatos de fatos. Porém, ao se ater apenas aos dados objetivos e mensuráveis, o jornalismo passou a estabelecer uma construção de sujeitos-objetos, tecendo uma narrativa de coisificação do outro. Nesses processos de desumanização as relações hegemônicas carregadas de preconceitos, estigmas e imagens de controle são reverberadas mais facilmente, alienando as narrativas de abarcar os sujeitos e suas histórias enquanto fenômenos sociais complexos.

Como ler/compreender a pauta? Como transformar a pauta numa narrativa que crie identificação com a audiência? Vejamos outro episódio: O IBGE divulga periodicamente os resultados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O relatório disponibilizado em setembro de 2008 apresentou a evolução do país em aspectos como população ativa, trabalho com carteira assinada, trabalho infantil, acesso à educação formal, entre outros. Dois grupos de comunicação de grande abrangência cobriram o tema de maneiras distintas. O jornal Folha de S. Paulo publicou, no dia seguinte, uma série de matérias sobre o assunto com o destaque “Retrato do Brasil”. Vale realçar que as 13 matérias se basearam fundamentalmente no relatório do IBGE; além disso, foram ouvidas as fontes oficiais, em especial o

coordenador da pesquisa, os ministros do Trabalho e da Previdência. O segundo jornal analisado, O Estado de São Paulo, publicou no dia seguinte um caderno de seis páginas intitulado PNAD Especial. As pautas, aparentemente semelhantes, foram desenvolvidas de forma diversa. Além do relatório do IBGE e das fontes oficiais, O Estadão preocupou-se em ouvir os beneficiados com as carteiras assinadas, as pessoas que tiveram maior acesso aos bens de consumo, os novos alfabetizados, os trabalhadores infantis. As diferenças na construção das narrativas podem parecer sutilezas, mas não são. O primeiro jornal foi competente para analisar o ‘retrato do Brasil’ num ponto de vista macro: o que cresceu, como, por quê. O segundo, além disso, lembrou que tais números são constituídos por pessoas que têm nome, endereço, carteira identidade e histórias de vida. Solidariedade, portanto, também se refere à possibilidade de um fazer jornalístico que permita criar nexos entre o que se propõe a divulgar e a maior identificação com a audiência (IJUIM, 2017, pp. 238-239).

Com esse exemplo, o autor aponta como o fazer jornalístico e consequentemente a construção da narrativa do mesmo, é um processo em aberto, mutável e totalmente adaptável às diretrizes do veículo. Na reportagem da AzMina em análise, há a problematização da estruturação sistêmica da subalternidade das mulheres negras através da manutenção de seus postos de trabalho em atividades desvalorizadas socialmente, como a função de empregada doméstica. O assunto é abordado através da exposição de dados técnicos, perpassados pela tecitura da crítica ao sistema:

O pós-abolição fez uma “transição natural” da “escrava doméstica” para empregada doméstica, permanecendo as mesmas relações de poder. Também por isso o trabalho doméstico demorou para ser reconhecido como atividade econômica e as trabalhadoras não foram inseridas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. A Constituição de 1988 só lhes deu 9 dos 34 direitos trabalhistas de outras categorias. Era como se para esse tipo de trabalho as mulheres, e principalmente as mulheres negras, estivessem naturalmente habilitadas. Um trabalho que se aprende em casa, que não precisa de formação técnica e, por isso, não merece a mesma valorização. Desvalorização essa que contribui para a exploração e o abuso sexual, moral e psicológico. O trabalho doméstico não está fechado, fora do mundo, ao contrário, marca estruturas de poder e participa das relações sociais patriarcais, racistas e misóginas (LISBOA, 2019, *online*).

Mantendo todos os requisitos técnicos que a narrativa jornalística exige para o entendimento da questão problematizada, a reportagem abre espaço para a subjetividade das personagens da narrativa. Em várias passagens o texto fala da dor, do rancor e do peso existencial que carregam as mulheres pertencentes a famílias interseccionadas pelos marcadores que conduzem aos lugares sociais subalternizados em questão:

Falar foi fácil, mas o processo de reconhecimento e pesquisa para essa reportagem foi bem mais difícil do que poderia imaginar. Muitas vezes me peguei falando da dor e esquecendo de celebrar. Eu precisei acessar memórias, recontar minha própria história pra mim mesma, o que me causou muita dor (LISBOA, 2019, *online*).

Em relatos de histórias de mulheres perpassadas por intersecções de subalternização, a necessidade da humanização da narrativa se aprofunda. Collins (2019, p. 182) aponta que as mulheres negras são confrontadas com a reverberação massiva de imagens de controle na mídia tradicional e que essas imagens são postas para que essas mulheres pautem suas vidas e construam suas percepções de sentido a partir dos moldes hegemônicos comunicados por elas. Portanto, um dos caminhos para que as mulheres desconstruam os padrões é que elas tenham

acesso a histórias genuínas de outras experiências de mulheres negras, a fim de que tenham repertório para confrontar o imposto enquanto universal. “Ver as contradições nas ideologias possibilita abri-las à desmistificação” (COLLINS, 2019, p. 182). Se reconhecer na história da outra pode ser um caminho para o empoderamento de si e para a mobilização política contra as estruturas interseccionais de manutenção da opressão, um reconhecimento através de experiências humanas compartilhadas, tendo a narrativa jornalística enquanto mediadora dessa ligação.

Mas, se o trabalho como empregada doméstica não é mais a única opção, quais são as outras opções? Como essas mulheres se fortalecem para romper outros ciclos, mesmo com tantos limites que ainda existem para o nosso crescimento? Como elas influenciam as gerações seguintes? Busquei responder a essas perguntas nas entrevistas com mulheres negras que, como eu, quebraram o ciclo de trabalho doméstico que marcaram sua ancestralidade (LISBOA, 2019, *online*).

Em falas carregadas de humanidade as estruturas que sustentam o mundo e suas consequências na prática podem ser expostas de forma clara e assertiva, mostrando como o problema em questão afeta de fato as realidades que se interseccionam a ele. No trecho da reportagem a seguir, AzMina intercala dados técnicos acerca do problema, mas de forma interseccional, apontando a intersecção dos marcadores sociais e trazendo uma fala pessoal de uma das personagens para exemplificar como o problema se reverbera na prática:

A pesquisa sobre desigualdade brasileira enfatizava gênero e raça, destacando o avanço das mulheres negras, mesmo ainda ganhando um terço do salário de um homem branco. [...] Eu era a comprovação da pesquisa em forma de gente: mulher, negra, na época com 29 anos e a primeira a romper o ciclo familiar de trabalho doméstico acessando o curso superior. E eu não era a única, minha rede próxima está repleta de mulheres negras de “primeira geração”. Aliás, quem me ensinou essa expressão foi Mary, que vocês conhecerão mais a frente. O entendimento de que contar a minha e outras histórias é uma forma de celebrar nossas vitórias em meio a tanta luta, me levou a essa reportagem. Contar nossas histórias é contar a própria história do Brasil (LISBOA, 2019, *online*).

O cerne da pretensão técnica do jornalismo de informar fatos se faz presente, mas a ele é adicionada a complexidade da análise das realidades a partir da episteme interseccional das variantes que perpassam as situações, tendo, acoplada a esse panorama, uma exemplificação real das resultantes do problema, fincada na humanização das experiências. Especialmente no caso da temática específica dessa reportagem da AzMina, o trabalho doméstico e sua relação com raça e classe foi, e permanece sendo, um ponto de inflexão dentro do próprio feminismo. As mulheres negras acusaram as mulheres brancas de eclipsarem esses marcadores sociais enquanto centrais para o alocamento de mulheres negras nos cargos de trabalho que elas não queriam ocupar. Portanto, segundo María Díaz-Benítez (2020, p. 268), pensar esse problema em sua complexidade inerente, passa centralmente pelo questionamento do elitismo de classe e o privilégio de raça. “Assim, um feminismo interseccional, precisaria pensar a partir das margens: sendo possível melhorar as condições daqueles que habitam as margens, é possível

que esse bem-estar reverbere para toda a sociedade, pois o contrário raramente acontece [...] (DÍAZ-BENÍTEZ, 2020, p. 268). Portanto, uma análise não interseccional do assunto, sem problematizar os marcadores sociais que o perpassam, seria uma análise incompleta e superficial do mesmo. E, como recurso, visibilizar os lugares de fala de mulheres situadas na intersecção problematizada, como a reportagem da revista faz, a partir das suas vivências, fomenta a construção de pontes de identificação e/ou diálogo intra e inter categorias sociais, a fim de que o problema seja abordado e compreendido em sua complexidade e a partir da perspectiva das principais sujeitas envolvidas.

Basilada no pensamento de Collins (2012), Díaz- Benítez (2020, p.269) fala sobre a importância de se compartilhar experiências coletivas que dizem respeito à processos históricos, a fim de que se possa criar identidades grupais através da identificação de processos semelhantes e “esse sentimento coletivo poderia ser o cerne de propostas concretas em prol de benefícios para as mulheres em condições de subalternidade” (*idem*, 2020, p. 269). Dessa forma, destacamos a importância de se construir uma narrativa jornalística que vá além da mera denúncia, mas sim que ofereça aos leitores uma problematização da realidade a partir de um ponto de vista interseccional e que viabilize não só uma exposição mais completa das situações, mas que fomente a possibilidade de ações de reparo mais efetivas, tanto no campo simbólico quanto na produção de políticas públicas coletivas. Ideário esse que era massivamente defendido por Kimbérle Crenshaw (1989) quando formulou sua conceituação da interseccionalidade. E para Díaz- Benítez (2020, p.273) essa aproximação da dor do outro é justamente o que estava faltando nos movimentos feministas. Para a autora precisamos de “[...] uma nova atitude emocional, precisamos de uma postura espiritual francamente capaz de acreditar que a sororidade não é uma utopia, ou então, sermos capazes de nos reconhecermos nessa utopia. Precisamos de uma sensibilidade capaz de estabelecer mais pontes e menos fraturas”. Partindo dessa perspectiva, é possível pontuar enquanto primordial para a perpetuação da epistemologia e movimentos feministas que todas as mulheres possam entender como é estarem situadas em outras intersecções sociais e o compartilhamento humanizado de experiências pessoais e coletivas pode ser exatamente uma das potentes ferramentas de fomento a esse processo.

Na reportagem, AzMina problematiza a importância essencial para mulheres negras de terem acesso a narrativas de outras mulheres negras e suas questões, exatamente através de um relato pessoal de uma das personagens:

Em 2007, na monografia, Sinara quis confirmar a hipótese de que a literatura infanto-juvenil, com a presença hegemônica de personagens não negros, somada a outros fatores de falta de representatividade, contribuía para que a criança negra, em contato

com essa literatura, se rejeitasse, não se reconhecesse enquanto negra. Sinara entrevistou quarenta meninas em idade escolar e a hipótese se comprovou. O que chegava àquelas meninas era uma literatura em que tudo que era bom, valorizado e positivo, não era ela. Quando ela aprecia nessa literatura era de forma negativa, ruim, desvalorizada. Diante da realidade Sinara escreveu o conto “Princesa Alafíá”, que é a própria história do Brasil, de uma princesa negra e guerreira (LISBOA, 2019, *online*).

O relato exemplifica e mais uma vez humaniza o entendimento não só do problema central da matéria que é o trabalho doméstico enquanto herança histórica, mas do encadeamento de várias outras resultantes que estruturam e mantêm as mulheres negras em lugares subalternizados. Poderiam ser utilizados diversos termos técnicos e dados que exemplificassem o problema, dados concretos e objetivos que não podem ser ignorados. Mas o que aproxima mais do que a identificação por reconhecimento da dor, pequenas conquistas e celebrações, enfim das experiências e situações de vida?

A complexidade inerente às situações sociais é o conceito basilar de uma análise interseccional das realidades, a fim de que se entenda os múltiplos fatores que estruturam o mundo e suas resultantes. Porém, Ijuim (2017, p. 240) pontua que o jornalismo feito da forma tradicional corrobora para a manutenção de uma narrativa que constrói sujeitos não interseccionados em situações de privilégios, fixados em estigmas do Outro. Sendo esse Outro, construído a partir de conceitos folclorizados, carregados de preconceito e que mantêm esses sujeitos enquanto desconhecidos. Como entender a complexidade de problemas sociais que atingem sujeitos marginalizados, se as narrativas jornalísticas são construídas para manter essas margens? E, ainda, como empatizar com sujeitos que são desumanizados nessas narrativas e que não possuem a oportunidade de falar de si? Como empatizar com o que só se conhece através de estigmas que afastam?

“Caricaturizar o ser humano, não perceber a complexidade dos fenômenos e não reconhecer e não se comunicar com o Outro, me parece, que são maneiras de não colocar o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística” (IJUIM, 2017, p. 242). Díaz-Benítez (2020, pp. 273-274) pontua que está no feminismo a responsabilidade de além de expor as diferenças de situações entre as mulheres, traduzir essas experiências uma para as outras a fim de que se construam pontes a partir disso, com abertura a coalizões sensíveis a todos os tipos de opressões, sem hierarquização, abertas à complexidade dos mecanismos de sujeição e à potência de agência das sujeitas ao se unirem. A reportagem traz a importância dessa visibilização do outro não enquanto estranho, mas enquanto semelhante:

A internet tem um papel importante para a geração que rompeu os ciclos familiares de trabalho doméstico no Brasil: visibilidade. Foi a partir dela que muitas histórias e trajetórias foram conhecidas, geraram impacto e inspiraram outras mulheres. Os laços geracionais passaram a ser não só de sangue, mas de reconhecimento (LISBOA, 2019, *online*).

Daniela Dell’Aglío e Paula Machado (2019, p. 3) conceituam como a afinidade feminista, perpassada pelas interseccionalidades e intrinsecamente atrelada a trajetórias de vida, viabiliza um caminho para a construção de um pertencimento político. Para as autoras, construir as narrativas interseccionalmente fornece elementos que facilitam no entendimento micro e macrosocial da problematização em questão, traduzindo como as intersecções marginalizam ou privilegiam determinados grupos de indivíduos e em como esses processos constroem experiências distintas na vida de cada sujeito (DELL’AGLIO; MACHADO, 2019, p. 8). “Ao olhar para as pluralidades dos feminismos com empatia, sempre reconhecendo de onde elas vêm e o que podem significar, torna-se possível enxergar o conflito de maneira empática” (*idem*, 2019, p. 9). E para se criar um vínculo empático, é preciso conhecer não só o problema, mas os sujeitos que têm suas vidas atravessadas por essas experiências. E “[...] a melhor forma de aproximar a realidade das pessoas é por meio das narrativas de cotidiano, em que a essência das pessoas ocupa lugar de destaque no relato” (MONTIPÓ, 2010, p. 5).

Em uma sociedade perpassada por grandes assimetrias de gênero, raça e classe, faz-se necessária e urgente uma mudança no comportamento não só individual, mas essencialmente no coletivo. E o jornalismo precisa ser uma das ferramentas que fomente essas mudanças positivas através das infinitas e complexas situações de vidas que pode visibilizar. Mas para fazer isso é preciso sair do modelo enrijecido e estar aberto à complexidade interseccional humana. “Tais narrativas, amparadas na sensibilidade e na vitalidade humanas, dão nitidez à realidade próxima, tornando possível absorvê-la e até modificá-la” (MONTIPÓ, 2010, p. 5). Portanto, um jornalismo que se pontue enquanto feminista precisa desenvolver uma explanação interseccional da situação macro em que estão alocados os personagens, a fim de que a complexidade das situações seja sempre um viés analítico, posto que é essencial para uma análise realmente aproximada das realidades. Porém, em concomitância a isso, é necessário trazer os leitores para mais próximo do mundo do outro, humanizando os relatos objetivos e técnicos, visibilizando e possibilitando que sujeitos marginalizados falem do micro, das experiências de si. E diante desse cenário, um jornalismo que não construa suas narrativas a partir da perspectiva humanizada, feminista e interseccional não serve ao interesse primordial de servir a todos.

## 6.2 APROXIMAÇÃO DAS REALIDADES ATRAVÉS DE DADOS INTERSECCIONAIS: ANÁLISE DA REPORTAGEM ENTRE MACHISMO E RACISMO, MULHERES NEGRAS SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA<sup>97</sup>.

Crenshaw (2002, p.174), problematizou em profundidade a invisibilização e consequente ineficácia de ações de reparo às mazelas sociais, em análises de realidades sub ou super incluídas. Ao se apresentar um problema através de dados generalizados, postos sob perspectivas universalizantes, os entremeios interseccionais que abrigam uma gama de existências oprimidas são apagados dos panoramas oficiais, não contemplados no registro de suas existências, o que dirá então em políticas que os contemplem. Por existirem em um mundo permeado por um tecido social que empurra mulheres à subordinação, é previsível que as tecituras narrativas em diversos momentos sejam construídas enquanto ferramentas de auxílio ao acobertamento dos mecanismos que mantêm as estruturas de opressão em vigência. “O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres em posição de receber tal subordinação permanece obscurecida” (CRENSHAW, 2002, p.176). A matéria em análise traz a problemática da violência contra as mulheres, porém pontuando desde o início o aspecto interseccional que vai permear a exposição: “mulheres negras são as maiores vítimas de violência. O que a frieza dos números deixa evidente é que a raça é determinante para suas histórias” (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*). O que reportagem denomina enquanto frieza dos números, é justamente a reverberação da divulgação de dados que negligenciam a complexidade dos marcadores sociais na problematização dos resultados, já que a intersecção de raça e classe pode ser grande ativadora do agravamento do problema para as mulheres. “Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.176). Mostrar a configuração de estrutura dos mecanismos que privilegiam e oprimem determinadas existências é justamente o grande potencial diferenciador da análise interseccional das problemáticas do mundo. Ao se construir narrativas que igualem o todo, discursos meritocráticos ou o completo desconhecimento dos abismos sociais permeiam a construção do senso crítico de um social que,

---

<sup>97</sup> A reportagem possui 2.498 palavras, o que no formato da presente dissertação daria em torno de seis páginas. Em detrimento dos infográficos e imagens que a acompanham. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

na verdade, é completamente baseado em imensas disparidades sociais, como é o caso da sociedade brasileira. E um social que se constrói apenas com informações distorcidas de sua própria constituição, é vulnerável a inclinações hegemônicas.

Portanto, no que cabe ao jornalismo, trazer dados interseccionais para compor suas narrativas é de suma importância para o cumprimento do seu papel de informar de forma eficaz e realmente completa. Lélia Gonzalez (2020, p.41) problematiza a inexistência de dados interseccionais, mesmo que ela não os denomine com essa classificação exata, em diversos censos brasileiros. Para a autora, a inexistência e consequente desconhecimento dessas informações é um processo facilitador para a manutenção dos sistemas de opressões:

Quanto aos censos seguintes, o de 1960 conserva o quesito cor apenas no sentido de avaliar sua distribuição pelos estados brasileiros, fato que de nada nos adianta para uma informação precisa sobre a situação da mulher negra na força de trabalho. Já o Censo de 1970 acaba por excluir esse quesito, e no de 1980, ao que tudo indica, sua reinclusão não está decidida. A justificativa dada se refere a dificuldades de ordem técnica. [...]. De qualquer modo, é importante ressaltar que, por maiores que sejam as dificuldades de ordem técnica existentes, não se pode permanecer na ignorância de dados quantitativos que nos permitam melhor informação a respeito da população de cor em nosso país. Sob as alegações apresentadas, delinea-se a intenção de escamotear a situação de miséria e desamparado em que ela se encontra, além do interesse em aparentar a inexistência da discriminação racial no Brasil (GONZALEZ, 2020, p.41).

Em outros tempos históricos o olhar interseccional não era contemplado desde a coleta dos dados, resultando portanto, em um processo em que não só o jornalismo, mas as mais diversas searas institucionais problematizavam o social através de um reflexo completamente deturpado. A reportagem da AzMina traz dados interseccionais sobre a violência contra as mulheres em diversos formatos, tanto em forma de infográficos, quanto imbricados no desenrolar do texto. Em determinado trecho, a interseccionalidade enquanto práxis regendo a perspectiva da metodologia da coleta de dados que constituíram a análise jornalística do veículo é pontuada de forma expressa:

Ao estudar as condições de vida das mulheres negras no Brasil, a doutora em demografia pela Unicamp (Universidade de Campinas) Jackeline Ferreira Romio identificou como a raça traz particularidades na vivência da violência doméstica. “Numa categoria de mulher universal [associada à mulher branca], surgiram tópicos em torno da violência doméstica dentro da conjugalidade, como brigas de casal, ciúmes e separação. Mas no caso das mulheres negras há variação de cenários”, conta a pesquisadora. “Elas não eram agredidas só em seu lar, mas também na rua e na casa de terceiros. Isso demonstra uma grande quantidade de violações vindas de companheiros e ex-companheiros, mas também de outros atores como vizinhos, indivíduos das relações de trabalho e um grande número de desconhecidos”, explica. Em sua pesquisa, Jackeline viu que a análise dos alarmantes índices de feminicídio e violência doméstica entre mulheres negras se torna mais relevante quando abordada como uma questão que não é só de gênero, só de raça ou só de classe, mas de todas elas juntas. É o que se chama de princípio da interseccionalidade (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*).

A partir do explanado, é possível compreender que o problema da violência é uma categoria geral, mas que se desdobra em frentes diversas à medida que vai sendo

interseccionado com determinados marcadores sociais. Em consequência disso, entende-se que as mulheres experienciam violências de formas diferentes e, portanto, necessitam de políticas/ações de auxílio diferentes. Em um dos infográficos trazidos na reportagem baseado nas informações do Atlas da violência de 2019<sup>98</sup>, é mostrado que no referido ano o feminicídio entre mulheres não negras cresceu 1,7%, mas entre mulheres negras esse aumento foi de 60,5%. Uma disparidade imensa de realidades. Logo em seguida, a própria reportagem já traz uma análise de um dos possíveis porquês que resultam no fato:

A forma como a mulher negra é vista é um ponto central para explicar os dados. Pesquisadoras negras mostram que os estereótipos construídos ao longo de séculos têm influência na construção das identidades e vulnerabilizam a mulher negra, ao “autorizar” violações contra elas. É o que a socióloga e autora norte-americana feminista Patricia Hills Collins chama de “imagens de controle”: ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as tratem de determinada maneira (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*).

A narrativa jornalística expõe a estruturação da naturalização da violação das mulheres negras, usando a construção e reverberação de discursos e imagens enquanto ferramenta facilitadora para tal. Nesse contexto, visualiza-se a importância de se trabalhar com dados interseccionais misturada intrinsecamente com a importância de humanizar o outro, conhecendo-o. Há em vigência uma estruturação do apagamento e desconhecimento de existências subalternas, a fim de que o Outro, permaneça sendo o Outro, um sub-humano, vulnerável a total violação. Ao se retirar a integridade da valoração humana de uma vida, ela facilmente torna-se uma coisa, passível de violência, seja ela simbólica ou tão material quanto o feminicídio. Na problematização em questão a ignorância a respeito do macro e micro do problema resulta em um percentual, como apontado na reportagem, em que de 13 mulheres mortas por dia no Brasil em 2019, 8 eram negras.

Achille Mbembe (2016) teorizou acerca da Necropolítica, em situações em que a soberania/hegemonia assume diversas formatações políticas cuja resultante é a aquisição e o exercício do direito de matar para serem mantidas, tendo os sujeitos-objetos subalternizados enquanto seus destinatários específicos. Em condições ideais o exercício da razão é um elemento de liberdade e autonomia dos sujeitos, constituindo políticas que abarcam a formação de coletividades e formando sujeitos pertencentes a ela enquanto gozadores de todos os plenos direitos, perpassados pelo bem-estar social. “A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento (MBEMBE, 2016, p.124). Mas o que acontece quando esse processo de reconhecer e comunicar o Outro, enquanto pertencente ao mesmo patamar de valoração social

<sup>98</sup> Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> >. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

e, portanto, digno de gozar da mesma moral e direitos, inclusive o de viver, é deturpado? No caso da problemática exposta na reportagem, resulta em um crescimento 58,8% maior no feminicídio de mulheres negras, em relação a mulheres não negras. Dados interseccionais ultrapassam a seara de informar números, eles escancaram os destinatários de políticas de subjetivação, “[...] nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos (*idem*, 2016, p.146), tendo na construção de narrativas hegemônicas uma ferramenta de fomento à criação e manutenção de tais situações.

Exemplo de como a imagem que se construiu sobre a mulher negra tem impactos reais sobre as suas vidas é do sistema de saúde. Uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz analisou, entre 1999 e 2001, 9.633 prontuários de grávidas do SUS (Sistema Único de Saúde). Se constatou que as pacientes negras receberam menos anestesia no parto normal do que as brancas. A cada 100 pacientes negras, 22% não receberam anestesia, proporção que é de 16% entre as brancas. Uma explicação para isso é o mito de que mulheres negras são mais fortes e, por isso, sentem menos dor (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*).

Nesse trecho a reportagem em análise traz, em concomitância à divulgação de dados interseccionais, a forma como narrativas hegemônicas interferem na realidade material das personagens que subjuga. A construção das análises através de dados interseccionais visibiliza um mundo para além das experiências de privilégio de gênero, raça, sexualidade, etnia... expõe em métricas as fraturas de um mundo apartado em pedaços diversos por imensos abismos sociais, mas remendado por costuras de narrativas que os camufla. Lélia Gonzalez (2020, pp.168-169), aponta que uma intensa ideologia de branqueamento perpassou as bases da construção da sociedade brasileira, inclusive resultando no incentivo a vinda massiva de imigrantes estrangeiros. Diversos ideólogos construíram ostensivamente teorias que justificavam a superioridade branca. A partir de 1930 houve rearranjos ideológicos e sociais, que construíram práticas de ocultamento dessas realidades, através da égide do mito da democracia racial. “Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em outras esferas” (GONZALEZ, 2020, p.169). Propagaram-se narrativas de ocultamento, enquanto seus ideários atingiam profundamente sujeitos marginalizados. São essas realidades mascaradas, mas existentes, que esses dados interseccionais vêm mostrar. Danièle Kergoat (2016), teoriza que a interseccionalidade serve a dois objetivos principais:

O primeiro é o reconhecimento dos mecanismos de opressão, o qual requer que sua complexidade não seja negada, mas, ao contrário, que seja tomada como objeto central da análise. O segundo objetivo é – para falar de maneira rápida – o da saída desses sistemas, tendo a emancipação como horizonte (KERGOAT, 2016, p.20).

Ou seja, a práxis interseccional vem para possibilitar que além da identificação da complexidade das opressões, soluções à altura dessas complexidades possam ser elaboradas para um saneamento das mesmas, de fato. Em corroboração a essa visão, Érica Almeida e

Pauline Idelfonso (2019, p.9) apontam para a necessidade de dados interseccionais na construção de políticas públicas, não apenas como forma de reparação a um passado histórico de subalternização, mas para se compreender a totalidade das miserabilidades da atualidade. Faz-se necessário entender que a interseccionalidade é intrínseca a qualquer questão analisada, visto que nenhum sujeito existe no mundo sendo uma coisa só, sua existência é sempre perpassada pelo entrecruzamento de diversos marcadores sociais que emolduram sua vida. “[...] ninguém é somente pobre, ou somente negro, ou somente mulher, logo, políticas públicas de enfrentamento as desigualdades precisam ser formuladas levando em conta o caráter interseccional do público que pretende atender” (ALMEIDA; ILDEFONSO, 2019, p.9). Como então, analisar realidades múltiplas sem que os dados de análise sejam completamente embasados na *práxis* interseccional?

As especialistas ouvidas pela reportagem destacam a urgência da incorporação da temática racial nos estudos, pesquisas e elaboração de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à vida das mulheres negras. “Ao colocar o indivíduo que tem mais atravessamentos por violências no centro da análise, ou seja, ao olhar a experiência das mulheres negras e pobres e buscar saídas, contempla-se a sociedade de maneira universal”, explica a pesquisadora Jackeline (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*).

A própria reportagem traz em um dos seus trechos a importância da incorporação da interseccionalidade nas mais diversas searas de análise. No que concerne ao jornalismo e no caso da realidade brasileira em específico, a importância de se trabalhar com dados interseccionais na construção de suas narrativas se dá de forma ainda mais essencial, visto que estamos falando de uma sociedade em que as existências perpassadas por marcadores sociais que conduzem à vulnerabilidade, como raça e classe, são a maioria em números objetivos. Segundo o informativo Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, divulgado em 2019 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 55,8% da população em 2018 se declarou enquanto pretos ou pardos<sup>99</sup>. Já em relação as estatísticas de classe, os negros ocupam apenas 27,7% das maiores rendas per capita, mas quando o panorama em análise inverte para o estrato de menor renda per capita, eles passam a ocupar 75,2% dessas estatísticas. Ou seja, a maior parte da população brasileira é negra e a maior parte dos negros são pobres.

Portanto, é essa realidade e os desdobramentos da mesma nas mais diversas esferas que precisa permear a construção da narrativa jornalística, que de fato se comprometa a visibilizar os entremeios interseccionais renegados, tendo na análise a partir de dados interseccionais uma ferramenta basilar para o desenvolvimento desse processo. Na reportagem em análise, a narrativa jornalística vai trazendo diversos dados interseccionais compilados em infográficos.

<sup>99</sup> Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm> >. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

No primeiro, mostra-se que são as mulheres negras que mais morrem, o seguinte traz uma intersecção adicional de classe pontuando que “a desigualdade no mercado de trabalho afeta diretamente a independência financeira e a possibilidade de sair da violência” (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*). Esse infográfico vem logo seguido da conclusão de que “a situação da mulher negra no mercado de trabalho é parte do cenário que perpetua o ciclo de pobreza e violência” (*ibidem*). No tópico seguinte, intitulado de “racismo, ponto cego da violência contra a mulher” (SILVA; MARTINELLI; CARDOSO, 2019, *online*), o último infográfico da matéria traz dados para expor o racismo institucional, na saúde mostrando o recorte que as mulheres negras são as maiores vítimas de violência obstétrica e no sistema prisional mostrando que elas compõem a maior parcela da população carcerária feminina no Brasil.

Os dados interseccionais expostos ajudam o leitor a entender a multiplicidade da estrutura que ancora à exponencial vulnerabilização das mulheres negras a violências diversas. E apenas visibilizando os pontos múltiplos e historicamente silenciados de uma estrutura que é dinâmica e multiforme, é que o jornalismo pode ser de fato uma ferramenta para fomentar o encontro de soluções que a desestremem. Rebecca Solnit (2020) é uma entusiasta da força da visibilização das histórias e estruturas para a mudança das condições das mulheres no mundo. A autora aponta a importância da tomada consciente dos mais variados meios produtores de discursos, com a construção de narrativas feministas que potencializem e acelerem o desmantelamento de sistemas históricos de opressões.

Estamos construindo algo imenso juntos. Embora invisível e imaterial, é uma estrutura - uma estrutura onde residimos -, ou melhor, são muitas estruturas sobrepostas. Elas são montadas a partir de ideias, visões e valores que surgem de conversas, ensaios, editoriais, discussões, slogans, mensagens das redes sociais, livros, protestos, manifestações. São estruturas de raça, classe, gênero, sexualidade; dizem respeito à natureza, ao poder, ao clima, à interconexão entre todas as coisas; têm a ver com compaixão, generosidade, coletividade; têm a ver com justiça, igualdade, possibilidade. Embora haja vozes individuais e pessoas que chegaram ali primeiro, são projetos coletivos que ganham importância não quando determinada pessoa diz alguma coisa, mas sim quando um milhão de pessoas integram esses projetos na maneira como veem e agem no mundo. [...] As consequências dessas transformações talvez sejam mais importantes onde são mais sutis. Elas refazem o mundo, sobretudo pelo acúmulo de pequenos gestos e afirmações, adotando novas visões daquilo que pode ser e deveria ser. O desconhecido se torna conhecido, os excluídos passam a ser incluídos, o que é estranho se torna comum. Podemos ver mudanças nas ideias sobre quais direitos importam, sobre o que é razoável e sobre quem deve decidir, se ficarmos bem atentos e reunirmos os indícios das transformações que acontecem por meio de um milhão de pequeninos passos até resultarem em uma sentença jurídica decisiva, ou em uma eleição, ou em alguma outra mudança que nos coloca numa situação onde nunca estivemos antes (SOLNIT, 2020, pp.7-8).

Trazendo para o contexto da presente dissertação, pontua-se a importância de um jornalismo que construa suas narrativas baseado na epistemologia feminista e que exponha e problematize as realidades a partir de dados interseccionais, afim de que se torne um mecanismo

que guie o social por caminhos onde nunca estivemos antes, mas precisamos estar com urgência.

### 6.3 DESCONSTRUÇÃO DAS IMAGENS DE CONTROLE: ANÁLISE DA REPORTAGEM MÃES QUE ESPERAM<sup>100</sup>.

Sistemas de opressões não podem ser construídos e mantidos sem narrativas de validação que os sustentem. Ao longo das análises das reportagens prévias, introduzi superficialmente a problematização da reverberação das imagens de controle e seu impacto nas existências perpassadas por opressões interseccionais. Entretanto, faz-se necessário um tópico mais abrangente de discussão acerca do quão essencial é o papel do jornalismo enquanto uma ferramenta que fomente o processo inverso: narrativas de desconstrução dos sistemas. O conceito de imagens de controle é teorizado por Collins (2019, p.135) enquanto uma punição do sistema às tentativas de subversão dos grupos oprimidos, especialmente das mulheres negras, através do qual a repetição intencional de estereótipos serve à validação e justificativa de opressões impostas.

“Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra. Para tal, exploram símbolos já existentes, ou criam novos” (COLLINS, 2019, p.135). Para a problemática da reportagem em análise, duas imagens de controle são essenciais para o entendimento dos efeitos nocivos das resultantes: as imagens da *mammy* e da matriarca. O símbolo existente é um só, a mãe. Porém, ao ser perpassado por raça e classe, esse símbolo se desdobra em significações diversas, que engessam e estereotipam as experiências das mulheres, silenciando violentamente todos os processos que destoam dos moldes impostos. A imagem da *mammy* é herdada diretamente da necessidade de perpetuação da subserviência do regime escravocrata, mulheres negras que são dóceis, fiéis e obedientes, entendem e aceitam de bom grado seus papéis sociais sempre ligados ao servir. Já a matriarca é a imagem da mulher negra em oposição, as matriarcas são fortes e impenetráveis, seus corpos são máquinas, elas possuem trabalhos externos e muitas vezes são a única fonte de renda da casa. Por isso, são acusadas de simbolicamente castrarem seus homens e tornarem-se imunes à performance da feminilidade

---

<sup>100</sup> A reportagem possui 1.789 palavras, o que no formato da presente dissertação daria em torno de quatro páginas. Em detrimento das imagens que a acompanham. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/maes-que-esperam/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

padrão. Tudo sofrem e tudo aguentam. “Assim como a imagem da mammy, a da matriarca é fundamental para corroborar opressões interseccionais de classe, gênero e raça” (COLLINS, 2019, p.146). Servem ao interesse de disfarçar e mistificar as realidades, corroborando com a manutenção da constituição do Outro, mantendo-o suscetível à violação.

“Os caras vão morrer na rua igual barata, pô. E tem que ser assim”, disse o presidente Jair Bolsonaro nessa segunda-feira (5) sobre a morte de suspeitos por policiais e as mudanças que o pacote anticrime de Sérgio Moro propõe em casos como estes. Que seus filhos morram na rua igual barata é o maior medo de muitas mães Brasil afora que já tiveram filhos mortos dessa forma (TEIXEIRA, 2019, *online*).

A reportagem inicia com a fala do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, cujo mandato teve início em 2019, acerca da morte de suspeitos por ações policiais. Os dados interseccionais expostos em seguida pela narrativa jornalística, configuram o panorama de entendimento sobre quais são os personagens que irão morrer iguais a barata:

No ano da morte do filho de Mira, os policiais brasileiros mataram pelo menos 14 pessoas por dia, segundo dados do Atlas da Violência 2019, publicação do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Do total de 65.602 homicídios no país em 2017, 5.159 foram de intervenções dos profissionais de segurança pública. Cerca de 75% das vítimas de homicídio naquele ano eram negras, como Rodrigo (TEIXEIRA, 2019, *online*).

A reportagem da AzMina traz a problemática das mães negras e pobres que têm seus filhos como destinatários diretos da necropolítica. Existindo e resistindo entre a imagem de *mammies* subservientes e matriarcas que tudo suportam, a narrativa traz a existência de mães em pânico diante desse cenário, oprimidas e exaustas, mães que precisam ensinar seus filhos a diminuir as chances de serem assassinados:

A baiana Mira Nascimento, 60 anos, pede para que os netos e os outros dois filhos evitem usar camisas e cortes de cabelo que a “polícia não gosta”. “Meu filho gosta de fazer uns cachinhos no cabelo e eu já avisei, porque a polícia quer que eles tenham um padrão só, né? Infelizmente, eles [policiais] já olham para o preto e pobre com preconceito. Cabe a nós, mães, aconselharmos para evitar o pior”, diz a funcionária pública (TEIXEIRA, 2019, *online*).

A narrativa jornalística desvela um mundo inconcebível para a experiência de maternidade de mães brancas e pertencentes a classes sociais mais abastadas. Utilizando recursos já aprofundados na presente dissertação, como a humanização do discurso através de relatos pessoais e a problematização através de dados interseccionais, a narrativa se presta a servir a um outro propósito das análises interseccionais, que é desconstruir imagens hegemônicas de situações, vivências e realidades que são propagadas enquanto imagens universais e servem à hegemonia. Através de um estudo, Anderson Silveira (2019, p.115) concluiu que o acesso a capitais simbólicos diferenciados era diretamente ligado a posições de destaque, aprofundamento sobre o caso e construção de uma narrativa de enlutamento na divulgação de notícias acerca de homicídios em um jornal catarinense.

Dos 104 homicídios ocorridos na cidade de Florianópolis/SC no primeiro semestre de 2017, 53 foram noticiados pelo Diário Catarinense. Quarenta e oito vítimas tiveram

na cobertura do DC publicações com poucas informações que pudessem permitir conhecê-las [...] Apenas cinco vítimas dos 53 homicídios puderam ser reconhecidas em suas singularidades (atividades no mundo do trabalho, hobbies, relação com familiares). Algumas mortes são objeto de interesse jornalístico em detrimento de outras. E essa distinção de tratamento produz apagamento sobre outras vidas perdidas em decorrência de homicídios, distinção que parece estar baseada na ideia de dignidade através do trabalho produtivo [...] (SILVEIRA, 2019, p.115).

Entende-se que no gênero notícia o desenrolar da narrativa a partir de singularidades pessoais, até mesmo pelo formato em si, é um recurso pouco utilizado no geral. Porém, a ênfase da conclusão é mostrar que as narrativas noticiosas, mesmo que mais curtas e engessadas, são construídas sob bases totalmente diferentes a partir da intersecção que o indivíduo ocupava na sociedade. Para Silveira (2019, p.114), representar a realidade sem pontuar os vínculos sociais que perpassam as existências em exposição, fomenta a tecitura das desigualdades sociais e das relações hegemônicas de poder, pois é preciso que o jornalismo constitua os indivíduos enquanto tais. É preciso entender que o indivíduo é precedido pelos lugares sociais que ocupa e que é a partir dessa constituição prévia que ele vai se relacionar “[...]com outras instituições que também compõem as nossas vidas e por isso é necessário compreender o indivíduo como alguém que faz parte de uma família, de uma classe e que se relaciona com a escola, com a justiça, com a polícia, com instituições de saúde e etc” (SILVEIRA, 2019, p.114). É justamente nessa perspectiva que reside o olhar interseccional sobre os seres e as realidades que se apresentam, no caso da reportagem da AzMina a narrativa jornalística traz justamente o *background* dos sujeitos que morrem como barata, através das histórias das mães que os esperam chegar em casa com vida, compondo uma narrativa sob outra óptica descritiva e analítica, para além dos estigmas universais.

Eu estava com muita dor por causa da dilatação. O médico injetou em mim um remédio que não me lembro o nome, mas era algo para induzir meu parto. Só que eu não queria que ele fizesse isso [...]. Quando eu disse que não iria aguentar de dor pois estava muito forte, tive que ouvir que por ser gorda e negra eu deveria aguentar qualquer coisa. A gente é alvo dessa ideia de que somos infalíveis e fortes, mas não somos sempre, nós também sofremos e sentimos dor, desabafa (MARRA; RIBEIRO; CURI, 2020, p.163).

Esse é um dos relatos que as autoras Camila Marra, Mariana Ribeiro e Paula Curi (2020) trazem em sua pesquisa acerca da violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Este tipo de violência, interseccionada pelos marcadores de raça e classe, já foi uma questão problematizada pela AzMina na reportagem Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência, analisada anteriormente. A partir desse relato é possível observar uma das resultantes da reverberação de um mix dos estereótipos das imagens de controle da *mammy* e da matriarca, a mulher negra pautada enquanto subserviente, ao mesmo tempo em que é desumanizada enquanto um ser à parte, dessensibilizada em suas emoções, totalmente alheia a dor. As autoras pontuam que essa caracterização ganha grande fomento no

Brasil a partir das experiências da escravidão, onde a função da amamentação e cuidados das crianças dos patrões eram delegados à exploração do corpo da mulher negra. Nunca se perguntou se aquele corpo estava preparado para aquilo, se aguentava. Ele era automaticamente constituído enquanto uma máquina de livre acesso e demanda, através do qual as mulheres negras deveriam tudo aguentar, mas não aguentam.

Mais estereotipadas, as mais excluídas, aquelas que sempre “suportam mais dor”, segundo premissas racistas disfarçadas em científicas, são as mais violentadas, as que, por suportarem mais, não recebem anestesia (ou recebem demais), são as que mais morrem. Suas narrativas e vontades são negligenciadas pelos profissionais de saúde – e pelas pesquisas. Suas mortes são possivelmente evitáveis. Elas são perseguidas, esterilizadas, criminalizadas e mortas – preço pago pelas suas escolhas –, na exata medida que em seus corpos, duas categorias se apresentam interseccionadas. São mulheres e são pretas! (MARRA; RIBEIRO; CURI, 2020, p.163).

A experiência de maternidade negra e pobre é basilada por processos de abuso e violação desde seus primórdios. A reportagem da AzMina, sob um olhar interseccional, traz a desconstrução dessas mulheres que tudo aguentam, a partir do escancaramento da dor de mães que tiverem seus filhos executados pelo racismo institucional. Uma outra seara, mas resultante de um processo constitutivo semelhante, em que corpos negros e pobres são passíveis de morrer enquanto qualquer ser abjeto. “A desumanização opera por variados caminhos. Pode ocorrer através da negação ou diminuição da capacidade do outro de expressar sentimentos [...]” LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p.220). Retirar qualquer possibilidade de manifestar sentimentos humanos é um dos caminhos hegemônicos para manter sua estrutura. Pois bem, a revista traz as mães desses corpos violados para falarem como essas transgressões institucionais se estendem. São mulheres perpassadas por intersecções de subalternização de raça e classe, que ao se reproduzirem, repassam para seus frutos a herança de serem alvos de sistemas semelhantes. São mães que encontram espaço para falarem sobre existências que, através de caminhos interseccionas, podem ou não ter cruzado com a criminalidade, mas que ainda assim estavam alocadas em núcleos familiares, tinham histórias de vida, eram humanos, tinham direito a defesa nos termos da lei. A reportagem as convida para expressarem a sua dor, enquanto um ato político.

“Antes de saber que ele tinha morrido, eu estava angustiada em casa. De certa forma, parecia que ele não ia voltar. Eu olhava para a porta, esperava e nada de Diguinho chegar. Tem quase dois anos que isso aconteceu, mas até hoje dói”, conta. [...] Como Mira, a paulista Miriam Duarte Pereira, 57 anos, também perdeu um dos filhos para a polícia. Miguel da Silva, seu menino mais novo, foi morto a tiros aos 20 anos, em 2003, em São Paulo. O jovem tinha acabado de sair de um centro para dependentes químicos e foi abordado pela polícia enquanto assaltava um posto de gasolina. Mas ao invés de ser encaminhado para a delegacia e responder a um processo criminal, ele foi executado (TEIXEIRA, 2019, *online*).

Os meios de comunicação contribuem essencialmente para a construção do repertório de imagens mentais que irão basilar a constituição dos discursos do social. Se há em vigor uma

estrutura de associação cíclica de determinados grupos a imagens pejorativas, é esperado que a percepção coletiva sobre existências que sejam abarcadas por tal configuração sofram processos violentos de descaracterização. “A construção de imagens do outro que justifiquem a violência ou a indiferença contra ele é, como refere Staub (1989), um primeiro e fundamental passo para o genocídio, o holocausto e a violência de massa” (LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p.219). Ao construir seu senso de identidade apartado da legitimidade do outro, o caminho para a violação é alargado. Os autores apontam que na execução de políticas genocidas a exemplo, o Outro é constituído como menos humano, classificado enquanto vermes, animais raivosos, pequenas frações, longe de constituírem uma pessoa (*idem*, 2016, p.220). Entende-se que o jornalismo é regulado por uma deontologia própria, em termos de objetividade e imparcialidade, porém entende-se na mesma proporção a necessidade e possibilidade de mudanças estruturais do fazer jornalístico para que acompanhe a evolução do social.

Jorge Salhani, Heloisa dos Santos e Raquel Cabral (2020) interrelacionam o imbricamento do jornalismo feminista, a partir de uma perspectiva interseccional, com a construção de um jornalismo que seja uma ferramenta de fomento a cultura de paz. Segundo os autores, o jornalismo da paz enquanto *uma* práxis para o fazer jornalístico foi a princípio proposto pelo norueguês Johan Galtung, o qual problematizava que no jornalismo tradicional a cobertura da violência direta é o foco exclusivo, enquanto em sua proposta a violência precisaria ser apresentada em suas faces estrutural e cultural, basilando as resultantes dos atos diretos.

O jornalismo para a paz se caracteriza, de acordo com sistematização apresentada por Galtung (2006), por explorar a formação dos conflitos e de situações de violência, humanizando todas as partes envolvidas e dando visibilidade à maior quantidade de vozes possível, e por focar na maneira como todas as pessoas são afetadas por determinado acontecimento. Pela sua essência, por ser “mais humanizado e contextualizado”, características que vão ao encontro das do feminismo [...] (SALHANI; SANTOS; CABRAL, 2020, p.5).

Diante desse cenário, os autores apontam que é preciso entendermos que houve um silenciamento histórico das mulheres, em concomitância a outras vozes e que, portanto, o jornalismo precisa se reorganizar para abarcar a grandeza e complexidade dos que querem e precisam falar. Para isso, a práxis interseccional deve basilar o direcionamento desse fazer jornalístico, resultando justamente em coberturas mais humanizadas, complexas e contextualizadas (SALHANI; SANTOS; CABRAL, 2020, p.7). Este caminho conclusivo está em completa sinergia com o percurso analítico da presente dissertação, onde aprofundamos os passos desse fazer jornalístico e da necessidade de cada um, a fim de que o caminho possa também ser caminhado por outros veículos jornalísticos. Em diálogo com a reportagem específica em análise, o jornalismo da AzMina vem com a proposta de mostrar as realidades além das imagens de controle de criminalização e subalternização de mães e suas crias, negras

e pobres. Mostra-se os percursos e resultantes amplas dos caminhos da violência do social para com eles, e não apenas os atos de violência diretos cometidos pelos mesmos, enquanto um fim em si, mas constituídos a partir de um discurso que os aloca enquanto justificativa para a aniquilação de suas existências como baratas.

“É preciso pensar na realidade social desfavorável dessas mulheres. É preciso pensar na classe social, na cor dessas mulheres. Muitas vezes essas mães não têm a opção nem de sofrer, pois precisam garantir a sobrevivência dos outros filhos e, com isso, deixam de expor as emoções”, observa (TEIXEIRA, 2019, *online*).

Nesse trecho a reportagem pontua claramente os marcadores interseccionais sob os quais analisa a situação, contextualizando em que lugares sociais essas vidas se aloca, ao mesmo tempo que tecem a humanização das resultantes desse sistema de violência a partir da figura materna e suas emoções eclipsadas.

O jornalismo por si mesmo busca, além da transmissão de informações às pessoas, a leitura crítica dos acontecimentos cotidianos e o entendimento das estruturas que definem os paradigmas sociais e culturais tais como são. Ao desenvolverem diversos estudos com conteúdos jornalísticos, pesquisadores verificaram que existiam certos desvios dos profissionais de comunicação que lhes distanciavam dos fundamentos mais básicos do jornalismo. Autores dos Estudos para a Paz concluíram que o jornalismo tradicional não abrange os conflitos em sua totalidade; similarmente, autoras dos estudos de gênero demonstraram que o jornalismo é produzido sob pontos de vista masculinos, que desconsideram a perspectiva de gênero. Com base nesses resultados, a fim de produzir um jornalismo que cumpra sua função social, defendemos, neste estudo, que deve haver uma prática jornalística que siga as premissas do feminismo perspectivista interseccional e dos Estudos para a Paz, que também dialogam com a Educação em Direitos Humanos. O jornalismo, dessa maneira, se posiciona como ferramenta de mudança social, o que faz com que ele seja, muitas vezes, tido como uma forma de ativismo (SALHANI; SANTOS; CABRAL, 2020, p.9).

A partir da adoção dessa perspectiva, conclui-se que o jornalismo precisa problematizar os conflitos a partir da complexidade interseccional, expondo as estruturas, e que componha suas narrativas com elementos que liderem a pacificação dos mesmos, tendo na humanização das vidas afetadas por eles, um dos seus potentes recursos. No caso da reportagem da AzMina, a grande problematização em questão é o pacote anticrime proposto pelo então ministro da justiça do Brasil, Sergio Moro. “Um dos pontos críticos é a mudança na legislação sobre o excludente de ilicitude. Previsto no artigo 23 do Código Penal, permite que pessoas que cometam um ato criminoso não sejam punidas em certos casos, como a legítima defesa” (TEIXEIRA, 2019, *online*). Baseado nessa possibilidade, o pacote propunha que os juízes tivessem a escolha de reduzir ou não aplicar pena, em crimes que julgassem de legítima defesa, cometidos sob o jugo de fortes emoções como medo ou surpresa.

“O projeto também prevê mudança no artigo 25 do Código Penal, que trata do conceito de legítima defesa, para explicitar que policiais em situação de conflito estão contemplados (TEIXEIRA, 2019, *online*). O fato central era a propositura do pacote de Moro, porém a revista

só traz essa informação claramente pontuada ao final da reportagem, após ter esmiuçado a desconstrução interseccional das imagens de controle. Imagens essas que são postas no senso comum e que desumanizam as vidas que mais são ceifadas nesses conflitos policiais, sendo essa última informação comprovada e problematizada na reportagem através de dados interseccionais, e que possivelmente serviriam de base para a argumentação de legitimidade da proposição institucional.

O projeto pode dar margem para que os policiais fiquem sem “receber a resposta penal”, segundo a advogada criminalista e professora Camila Hernandes. “É provável que aumente a letalidade policial. São mortes de negros e pobres. Também deve aumentar o número de pessoas encarceradas”, afirma. Para Miriam, Débora, Rute e Mira, o medo é de que cada vez mais mães esperem como elas (TEIXEIRA, 2019, *online*).

E com esse último parágrafo construído a partir das práticas pontuadas até então, a reportagem fecha sua problematização.

#### 6.4 CAPACIDADE DE AGÊNCIA: ANÁLISE DAS REPORTAGENS SILÊNCIO ATRÁS DA SERRA E ABOLIÇÃO PARA QUEM?<sup>101</sup>

É importante pontuar as diferenças, mas também sob a óptica das ações de subversão que são geradas a partir delas, não apenas enquanto diferenciações cuja resultantes são múltiplos sistemas de opressão e subalternidade. Carlos Henning (2015, p.117) propõe o conceito de agência interseccional, para explanar a necessidade de através da *práxis* interseccional também visibilizar as formas como “[...] os sujeitos potencialmente se utilizam de suas próprias marcas identitárias interseccionais (assim como na relação com os traços identitários interseccionais de outras pessoas) de modo a lidar com a criação, o questionamento e a desconstrução social de desigualdades” (*ibidem*). Para o autor, é imprescindível que não se ignore o peso das estruturas sob a formação das subjetividades e as múltiplas dificuldades que enfrentam os sujeitos em intersecções de opressões. Porém, faz-se necessário que os mesmos não sejam sempre mostrados unicamente sob esse viés engessado, enquanto desempoderados, invisibilizados e silenciados. É preciso mostrar os marcadores sociais não apenas gerando desigualdades, mas quais táticas e ações os sujeitos criam e se apropriam para subverter.

<sup>101</sup> A reportagem O silêncio atrás da serra possui 5.652 palavras, o que no formato da presente dissertação daria em torno de treze páginas e meia. Em detrimento das imagens, vídeo, mapas e infográfico que a acompanham. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/o-silencio-atras-da-serra/> > Acesso em 12 de fevereiro de 2021. Já a reportagem Abolição para quem? Possui 2.455 palavras, o que no formato da presente dissertação daria em torno de seis páginas. Em detrimento das imagens que a acompanham. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/abolicao-para-quem/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

Mostrar as resistências, seja no âmbito micro ou macro, é importante para a constituição dos sujeitos marginalizados em sua total dignidade (HENNING, 2015, pp.117-118).

Collins (2019, p.149) conceitua uma outra imagem de controle reverberada midiaticamente, que é a mãe dependente do Estado. Mulheres negras enquanto sujeitas passivas, vivendo através de benefícios concedidos, “ela é retratada como uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes” (COLLINS, 2019, p. 152). A autora aponta como a reverberação dessa imagem em específico, ou desdobramentos dela, pode engessar as mulheres negras enquanto seres completamente desempoderados, cuja imobilidade é a causa das suas próprias situações de opressão (*ibidem*). Portanto, a partir desse cenário se entende a necessidade de que uma análise interseccional das realidades mostre os espaços de ações dos sujeitos, os quais também usam as diferenças que os perpassam enquanto catalisadores para o empoderamento de si e dos lugares que ocupam, apesar das opressões estruturais em que estão inseridos. Pois, “criar a imagem de controle da mãe dependente do Estado e estigmatizá-la como causadora de sua própria pobreza e da pobreza das comunidades afro-americanas desloca o ângulo de visão das fontes estruturais da pobreza e culpa as vítimas (COLLINS, 2019, p. 152). Adotando essa perspectiva, nesse tópico optei por analisar duas reportagens em conjunto, a fim de mostrar mais amplamente como a narrativa jornalística da AzMina retrata os problemas enquanto estruturas interseccionais, ao mesmo tempo que pontua a capacidade de agência dos sujeitos retratados em suas histórias.

Ambas as reportagens são de realidades localizadas em comunidades quilombolas brasileiras: O silêncio atrás da Serra expõe a situação na comunidade Kalunga de Cavalcante em Goiás; e Abolição para quem?, na comunidade Quingoma, na região metropolitana de Salvador. Regiões geográficas diferentes, mas perpassadas por sistemas de opressões similares, herdados do regime escravocrata e da negligência com que os povos descendentes das pessoas negras escravizadas foram tratados no decorrer do percurso histórico. Para delinear os marcadores sociais que pontuam profundamente as existências que ali habitam, ambas as reportagens começam contextualizando o tecido social das comunidades. Em O silêncio atrás da serra:

Os anos correm entre um século e outro, mas os problemas permanecem os mesmos para os kalungas. Quilombolas que há mais de 200 anos encontraram lar entre os muros de pedra da Chapada dos Veadeiros, na região norte do estado de Goiás, ainda vivem com pouca ou quase nenhuma infraestrutura. Lá, certas feridas perpassam gerações e nunca cicatrizam. De todos os abusos sofridos, um em particular deixa a comunidade em carne viva: os silenciosos casos de violência sexual contra meninas com idade entre 5 e 14 anos (SILVA; RAHAELA, 2016, *online*).

E em Abolição para quem? :

Já são quase 16h de um dia quente na comunidade quilombola de Quingoma, na Região Metropolitana de Salvador. Caminhões de empreiteiras passam apressados na estrada de barro que liga o território ao centro da cidade de Lauro de Freitas. A poeira dos carros, por vezes, atinge a recicladora Maria Silva, 59 anos, e sua família na porta dos barracos onde vivem. Os motoristas não veem, mas aquelas pessoas estão ali. Aliás, sempre estiveram. É na via que elas esperam diariamente o caminhão do lixo da prefeitura para desembocar as panelas de casa (TEIXEIRA, 2019, *online*).

Pouca ou nenhuma infraestrutura, feridas que perpassam gerações, violência sexual, invisibilidade, fome, lixo... Assim a narrativa jornalística já situa previamente o leitor acerca das realidades em análise nos primeiros parágrafos de ambas as reportagens, pontuando nas entrelinhas da descrição dos cenários os marcadores de gênero, raça e classe. A partir desse ponto da análise denominarei reportagem 1 ao me referir a narrativa de O silêncio atrás da Serra e reportagem 2 para a referência de Abolição para quem?, a fim de evitar a repetição excessiva e cansativa dos títulos das mesmas, mantendo assim a fluidez textual. Segundo Marcella Furtado, Regina Pedroza e Cândida Alves (2014, p.109) a própria existência de quilombos revela o processo violento e hostil das resultantes do período escravocrata, visto que a princípio os quilombos serviram de refúgio aos escravos que conseguiam fugir dos seus senhores e após a proclamação da lei Áurea em 13 de maio de 1888 serviam de abrigo para os escravos libertos, porém sem a estrutura necessária para sobrevivência e cercados pelo receio que a lei que garantia a pretensa liberdade fosse revogada. Por isso, amontaram-se em regiões distantes dos centros urbanos e de difícil acesso, tanto em relação a localização geográfica, quanto a zona de cobertura de políticas públicas em vigência. Os demais começaram a formar os quilombos urbanos, as favelas. “As dificuldades a que estão sujeitos, diante de insuficientes políticas públicas, os remetem ao passado de exclusão e omissão dos direitos que possuem, e que perdura até os dias atuais” (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, p.112). Portanto, é justamente essa realidade herdada que as reportagens vêm expor, a 1 tendo a denúncia da violência sexual contra crianças e adolescentes enquanto temática central e a 2 mostrando um panorama generalizado da precarização das vidas quilombolas. Na reportagem 1 a narrativa jornalística denuncia que 47 processos de violência foram denunciados, inclusive com grande cobertura midiática, porém pouquíssimas resoluções condenatórias foram executadas. Para se entender essa resultante factual, a reportagem mostra que é justamente um sistema estrutural que a precede e mantém essas existências apartadas do direito a instâncias públicas de proteção:

Sem o delegado e o juiz efetivo recomendado por três relatórios elaborados pela Câmara dos Deputados, pela Assembleia Legislativa de Goiás e pela então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Cavalcante conta com apenas uma instância estadual: o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). É ele que recebe e repassa as denúncias, mas vê o andamento dos processos estagnado nesse sistema. Nem mesmo o Núcleo Especializado de Apoio à Mulher (Neam), criado a partir das denúncias, resistiu. Em menos de seis meses, ele foi desfeito. Não bastasse a violência física e psicológica sofrida pelas crianças, agora elas têm que lidar com a

impunidade. “A gente viu toda aquela revolução na mídia, mas, na comunidade, as famílias continuam atrás da serra, recuadas”, lamenta Wanda (SILVA; RAHAELA, 2016, *online*).

Nesse trecho, que inclusive contém o recurso do relato humanizado, entende-se a total falta de estrutura institucional, o que facilita a não punição da violência. Em seguida, a reportagem vai expor em profundidade a outra vertente interseccional que também resulta em diversos processos violentos: o tecido social que a fomenta.

O professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e ex-coordenador do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Joselino Vieira dos Santos, explica que o Brasil escravagista comprava, vendia, abusava ou prostituía meninas negras, escravas ‘ganhadeiras’, inclusive com o aval da constituição de 1824, que garantia os direitos absolutos dos senhores sobre os corpos e a vida das pessoas escravizadas. Para o pesquisador, fatores raciais e socioeconômicos geram desigualdades de direitos e de oportunidades nas realizações econômicas, políticas, sociais, culturais, na sexualidade e no prazer. “Têm sido construídas historicamente justificativas que naturalizam essas desigualdades a partir do pressuposto básico de inferioridade da mulher em relação ao homem, do negro em relação ao branco e da criança em relação ao adulto. As dimensões de classe, de gênero e de raça/etnia são reafirmadas no contexto das relações sociais e sexuais. Guardam especificidades, mas se encontram enquanto possibilidades de domínio, exploração e da exclusão social”, avalia (SILVA; RAHAELA, 2016, *online*).

A partir dos trechos apresentados é possível delinear o percurso interseccional que a narrativa jornalística constrói para explicar os múltiplos fatores que conduzem à violência. Uma estrutura sociopolítica que relega ao completo desamparo institucional e simbólico, existências que apresentam determinadas configurações de gênero, raça e classe, as quais possuem seus corpos, infância, inocência e dignidade violados de forma direta e abrupta. Flávia Biroli (2018, p.134) aponta que os corpos são campos de disputa simbólicos e políticos, portanto a forma como eles são tratados revela amplamente o social que o contextualiza e precede. “As trajetórias das pessoas são impactadas pelo modo como esses corpos são visados por práticas normalizadoras e pela inscrição de violências fundadas não apenas no ódio, mas também em diferentes sistemas de crenças e perspectivas morais” (BIROLI, 2018, p.134). Assim a reportagem da AzMina constrói a narrativa para que a inscrição da violência no corpo dessas crianças seja entendida interseccionalmente, em sua complexidade, contextualizada em todo o cenário que a fomenta, facilita e reverbera. A construção da narrativa zela para não comunicar a violação dos corpos enquanto um fim em si.

Na reportagem 2 a narrativa se constrói dentro de moldes similares, há a exposição da estrutura constituída pelo profundo abandono institucional e pelas resultantes de gênero, raça e classe mantendo a subalternidade da comunidade quilombola em análise.

Na comunidade de Quingoma, que fica a 8 km da capital baiana, pessoas convivem diariamente com a violação de direitos básicos causados pela falta de postos de saúde, escolas e transporte público, além da disputa por terras. Por lá, segundo a Associação de Moradores de Quingoma, apenas 200 estudantes conseguiram completar o ensino

médio. Nenhum desses, no entanto, faz parte da família de Dona Maria (TEIXEIRA, 2019, *online*).

Como na reportagem 1, começa-se narrando o cenário de desamparo institucional. A partir da descrição é possível encontrar imensas similaridades na realidade de uma outra comunidade quilombola, em outra localidade geográfica e em uma reportagem produzida 3 anos após a outra. Como um adendo, chamo a atenção para a reprodução da estrutura subalternizante em espaços perpassados por sistemas interseccionais semelhantes.

Os números mostram que, no Brasil, as mulheres negras estão presas ao desemprego e ao abandono. De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em outubro de 2018, a vulnerabilidade delas ao desemprego é 50% maior que a da população em geral. As mulheres negras são 54,6% da população brasileira e 79,9% da população da Bahia. Elas também estão mais expostas a violência. O Atlas da Violência 2018 mostra que em 2016 a taxa de homicídios das mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras no Brasil. “O que restou para mim e minhas filhas foi aprender a reciclar. Antes de trabalhar no lixão, eu trabalhava em casa de branco, em Ipitanga. Depois que conheci o pai dos meninos, vim pra cá e comecei a catar lixo. Não consegui outro emprego e fui ficando aqui. Criei todos os meus filhos com o lixão, que era maior antes da Prefeitura interditar”, conta Maria. [...] Filha mais velha da recicladora, Ana Paula de Jesus, 36, repetiu os passos da mãe em muitos sentidos. Além de trabalhar no lixão, engravidou aos 13 anos, como Maria (TEIXEIRA, 2019, *online*).

Mantendo formato da reportagem 1, após o delineamento da falta do apoio institucional, a narrativa analisa interseccionalmente o tecido social da comunidade, pontuando os marcadores sociais que a perpassam e resultam em todo o contexto apresentado no desenrolar do conteúdo. Inclusive, também é possível fazer um elo entre o conteúdo das reportagens através da exposição da sexualização precoce do corpo de mulheres negras e pobres, na reportagem 2 não pontuando a esfera da violência sexual direta, como na reportagem 1, mas mostrando como a gravidez na adolescência acaba sendo um fator cíclico e similar, resultante das mesmas estruturas de negligência e opressão. Angela Davis (2017, p.41) aponta que não podemos compreender como a violência sexual acontece sem entendermos o conceito sociopolítico que a baliza. “Essas manifestações específicas da violência contra a mulher se situam em um espectro mais amplo de violência produzida socialmente, que inclui violações sistemáticas orquestradas contra os direitos econômicos e políticos femininos” (DAVIS, 2017, p.42). Assim como faz a narrativa jornalística da AzMina em ambas as reportagens, mostrando todas as interfaces da violência, do corpo à falta de perspectiva, auxílio e possibilidade de mobilidade social. Mostrando fatos e relatando denúncias, mas continuamente escancarando as estruturas que sustentam as opressões no mundo.

Pontuado os cenários interseccionais contextuais das reportagens, agora adentramos no ponto chave do tópico: a forma como as narrativas mostram a capacidade de agência dos sujeitos subalternizados das realidades em questão. Quais são seus processos próprios de resistência e busca de autonomia, o que é feito, apesar dos pesares. Collins (2019, p.435)

acredita que ações de resistência criadas no micro, a partir dos sujeitos que sofrem a opressão, possuem grande potencial de transgressão dos regimes macros que se impõem. “À medida que as afro-americanas mudam individualmente suas ideias e atitudes, a forma geral do poder muda também” (*ibidem*). Na reportagem 1, todo o quadro de violência e opressão é decupado em suas nuances dolosas estruturais e institucionais, porém também se expõe o fator cultural basilado no ideário machista enquanto um dos fomentadores das violações. A partir disso, a reportagem mostra as pequenas ações de resistência das próprias mulheres e da comunidade a fim de participar ativamente, mesmo que a passos lentos, de uma mudança macro.

Embora estejam espalhados pelo território, a comunidade kalunga se mostra unida, tanto nos festejos típicos quanto na busca por melhores condições para a população. Líderes dos quilombos se reúnem na Associação Quilombo Kalunga, em Cavalcante, para tratar de temas que variam desde a implementação de uma rede de comunicação e informática até a violência doméstica (SILVA; RAHAELA, 2016, *online*).

É inegável que a estrutura, enquanto uma força potente de subalternização dificulta qualquer processo de empoderamento. Porém, um jornalismo feminista e interseccional precisa se comprometer a também visibilizar os espaços de oposição autônoma, os micros empoderamentos sob iniciativas próprias, desconstruindo a ideia de sujeitas inertes e despolitizadas. A violência simbólica é uma das muitas vertentes através das quais a violência encontra os corpos interseccionados por gênero, raça e classe, por isso combater a reverberação de imagens de controle através de narrativas que construam a imagética de sujeitas que subvertem e se movimentam apesar dos pesares, desbalanceia a estrutura, mesmo que pontualmente. Wéber Oliveira (2017, p.26) aponta que essa é uma estratégia utilizada pela filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro em suas colunas jornalísticas: visibilizar a estrutura, mas desconstruir simultaneamente o ideário de passividade. “Percebemos que Sueli Carneiro reconhece as diferenças sociais, mas em nenhum momento vitimiza ou coloca a mulher negra em uma posição de passividade. Ao mesmo tempo, a autora não negligencia o poder de resistência e enfrentamentos das dificuldades (OLIVEIRA, W. 2017, p.26). Segundo o autor, Sueli positiva a imagem da mulher negra, concedendo autonomia as sujeitas e suas movimentações enquanto indivíduos e comunidades, utilizando para isso o jornalismo como instrumento de visibilização desses processos (*ibidem*).

Desacreditados da atuação do poder público no combate aos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes kalungas em Cavalcante (GO), os quilombolas da região enxergam na educação uma solução possível para mudar essa realidade. Para a professora da comunidade quilombola Vão do Moleque Nilça dos Santos, que trabalha com o ensino infantil, fundamental e médio, o caminho para a mudança dessa “cultura” se dará dentro do próprio grupo. “Eu acredito que tem que mudar a própria mulher, haver uma preparação para as meninas que vão crescendo, por meio de cursos e oficinas nas escolas”, afirma e reclama da falta de estrutura escolar: “Nós, professores, não temos recursos mínimos, trabalhamos apenas com o ‘gogó’ mesmo.

E a gente percebe a necessidade de ter melhores meios para trabalhar minimamente a educação sexual”, afirma (SILVA; RAHAELA, 2016, *online*).

Esse trecho ainda da reportagem 1, inicia a última subdivisão da narrativa, construindo o desfecho da mesma. Após delinear todo o cenário que circunscreve essas existências, aqui é possível observar a construção, pela narrativa jornalística, da consciência política e ativista das sujeitas vítimas dessas opressões. É preciso que também se roteirize outras esquematizações para positivar a constituição do Outro, evitando “[...] risco de uma reificação da produção e construção da diferença, vista como sinônimo de desigualdade, e a frisar a potencialidade igualitarista que o conceito pode prover em termos de práticas sociais no campo de distintas formas de agência interseccional” (HENNING, 2015, p.118). Assim como também acontece na reportagem 2, em que a exposição das opressões é constantemente perpassada por descrições de ações de resistência, muitas vezes bem pontuais, mas que reverberam, que mantêm as mulheres e a comunidades firmes e que depositam no potencial do plantar no agora, um futuro melhor que as próximas gerações possam colher.

Hoje, com os filhos criados, ela se considera uma mulher forte por ter resistido e conseguido passar os ensinamentos de seus ancestrais para a família. “Nós, quilombolas, não devemos perder a nossa culinária, a nossa fé, a nossa dança. Consegui passar isso para meus meninos”, diz. A força de Raquel é hereditária. A prova disso é que sua filha, Rejane Rodrigues, é uma das duas mulheres que cursou faculdade na comunidade. A trajetória para terminar o curso não foi fácil. Por vezes, a pedagoga precisou andar mais de cinco quilômetros, de madrugada, para voltar para casa. “Foi uma luta essa faculdade, porque aqui não tem transporte, né? Mas aí um dia eu invadi a Câmara de Vereadores da cidade e falei que queria meu ônibus pra estudar. Invadi. Dei uma de maluca lá dentro. Aí eles mandaram”, afirma Rejane, atualmente aluna especial do mestrado da Universidade Estadual da Bahia (TEIXEIRA, 2019, *online*).

Collins (2019, p.1810) afirma que uma das formas de resistência das mulheres negras é justamente fazer algo não esperado delas, ações que rejeitem a reverberação das imagens de controle e transgrida os limites impostos. Mostrando assim, que a matriz de dominação, apesar de muito potente, não é tão coesa quanto se imagina ao se deparar com a força autônoma de mulheres que se insurgem. Há espaços de resistência à constituição do Outro perpassada pela sua objetificação.

Nesses espaços, as mulheres negras observam as imagens femininas da cultura mais ampla, percebem que esses modelos são, na melhor das hipóteses, inadequados e, na pior, destrutivos para elas, e seguem o propósito de se definir com base nos modelos femininos históricos vigentes em sua própria comunidade (COLLINS, 2019, p.185).

É assim que defendo e acredito no uso do jornalismo como uma ferramenta social para a construção desses espaços e na propositura da agência interseccional (HENNING, 2017), ou seja, em utilizar as diferenças não apenas para expor as rupturas, mas para apontar as ações de enfrentamento coletivo. Proponho um jornalismo que basilado na *práxis* feminista e interseccional, também construa narrativas de empoderamento, traga outras perspectivas e desconstrua as desqualificações impostas ao Outro. Gabrielle Bittelbrun (2017, p. 366) baseada

no conceito foucaultiano original, propõe o conceito de heterotopia<sup>102</sup> feminista para a análise de revistas do século XXI, a fim de pontuar o fomento da possibilidade da constituição de outros espaços sociais através de narrativas midiáticas baseadas em diferentes experiências do fazer, tendo na revista AzMina uma das suas apostas para a transgressão.

Atuando como um espaço heterotópico, o magazine virtual pode servir, inclusive, como um catalisador de transformações sociais. Afinal, como aferimos, tanto as identidades são transitórias como também as performances de gênero abarcam determinada fluidez e, nesse processo, que é contínuo, encontram-se espaços de liberdade. [...] Seja como for, a subversão ao hegemônico, em AzMina, torna-se mais forte justamente por ser o contrário de um referencial amplamente conhecido e compartilhado, que é o universo das grandes revistas. Nesse caso, é de se pensar se, afinal, os novos caminhos feministas e de representatividade, os “outros lugares” ou “lugares outros”, não estão justamente lado a lado – talvez como uma sombra, ou um reflexo melhorado – das conhecidas e tão gastas trilhas restritas e excludentes das padronizações (BITTELBRUN, 2017, p.368).

A trilha exata a ser percorrida ainda não é sabida ao certo, pois como reverberado no senso comum, o caminho só se conhece caminhando. Porém, ao chegar na conclusão dessas análises do *corpus* proposto para a presente dissertação, fica aqui registrado um panorama detalhado, ainda que inicial e limitado, para a produção de narrativas feministas e interseccionais, imbuído de técnica, mas também de esperança, que possa guiar o jornalismo para os lugares sociais que ele deve alcançar.

---

<sup>102</sup> A palavra “heterotopia” traz o radical grego “heteros” que remete ao outro, enquanto “topia” significa lugar, espaço. Portanto, “heterotopia” quer dizer “outro lugar”, ou ainda “espaço do outro”. Na lógica social contemporânea, muitos desses espaços heterotópicos foram depreciados e suprimidos, a exemplo das colônias ou das instituições psiquiátricas. Mas se os lugares heterotópicos já concentraram funções de controle ou mesmo de confinamento de determinados grupos, eles igualmente podem abarcar possibilidades emancipatórias (BITTELBRUN, 2017, p.366).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existimos/ resistimos em um mundo que durante muitos séculos se fechou para as ideias das mulheres. Para serem validadas, precisavam partir da autoria masculina ou pelo menos da ilusão da mesma. Mulheres, sujeitas postas como incompletas e não dotadas de uma legitimação intrínseca, por um longo período necessitaram do uso de pseudônimos masculinos se quisessem que o mundo externo doasse alguma parcela de seu tempo e credibilidade para conhecer suas capacidades. Era preciso estar à sombra da autonomia masculina, caso quisessem existir na seara pública enquanto pertencentes à mesma. Ao fazer uso desse recurso as mulheres estavam tentando se autorizar. Pode se pensar que esse é um contexto há muito superado, mas Giulia Skieres (2021, *online*) aponta que no início da década de 1990, J.K Rowling, autora da aclamada saga ficcional Harry Potter, sugeriu que seu nome fosse assim abreviado a fim de não entregar a autoria feminina de forma tão escancarada, pois esse fato poderia afetar a aceitação inicial da obra por parte dos homens e consequentemente, abalar sua receptividade. A trama do social estabeleceu para as mulheres limites delimitados por funções domésticas e de cuidado, em narrativas impostas que oscilam ao longo dos períodos históricos entre proibições diretas, em que o uso de pseudônimos era a única forma de existência, ou dificuldades engendradas em uma estrutura subalternizante, em que o uso de abreviaturas é uma estratégia de validação. Optei intencionalmente por uma extensa contextualização histórica, para que através dela fosse possível observar que toda movimentação das mulheres em uma sociedade machista é uma pequena revolução e que todos os seus atos de produção de conteúdo foram subversão, mais ou menos conformados aos valores do patriarcado, mas subvertendo o papel inicial imputado as mesmas de só existirem dos limites dos lares para dentro. Também optei por uma bibliografia majoritariamente composta por vozes de mulheres e fiz questão de na primeira vez que apareceram, não abreviar seus nomes.

Em 1 de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência da república do Brasil. Junto com sua vitória ascendeu ao poder o regime bolsonarista, cujo lema de campanha foi “O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”<sup>103</sup>, mesmo dentro de uma sociedade democrática e supostamente regida pela laicidade do Estado. Desde então o país vem sendo fortemente perpassado por um ideário religioso, machista e conservador, aparelhado com um grande sistema de desinformação que agora usa os meios digitais para espalhar inverdades que passaram a basilar fortemente os rumos ideológicos da nação.

---

<sup>103</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml> >. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

[...] arrisco-me a dizer que o bolsonarismo pode ser caracterizado como um tipo particular de composição de forças políticas, econômicas, religiosas e midiáticas que, apesar de catalisar uma miríade de conteúdos difusos em suas mensagens, e de neste momento político nacional específico ganhar ampla repercussão e notoriedade devido à sua chegada aos altos escalões do poder institucional, move-se em direções vetoriais bastante conhecidas das democracias liberais ao redor do mundo. Isto, de modo especial, naquelas cujas máquinas estatais que viabilizam o dito funcionamento democrático se constituem como resultado da progressão histórica de administrações coloniais. Ou seja, pautadas em lógicas de desumanização, hierarquização e extermínio, próprias do racismo (SILVA, D. 2020, p. 1174).

Danillo Silva (2020, p.1176), intitula de populismo digital a forma como o governo bolsonarista se apropria das ferramentas de comunicação digital para disseminar intencionalmente valores de seu regime e deslegitimar pessoas, instituições e demais valores que vão de encontro ao seu ideário. O autor explica que o mecanismo não é uma simples adaptação do populismo ao meio digital, há a criação de um modelo discursivo próprio, baseado em ideias alarmistas e conspiratórias que visam impactar o social e mobilizá-lo em favor de seus interesses. Tendo como um dos seus objetivos centrais a deslegitimação de instituições que eram a principais fomentadoras e mediadoras das discussões do social, como a imprensa e a academia, construindo assim um processo de eliminação de vias alternativas da construção e difusão de narrativas, a fim de que elas percorram caminhos únicos, guiados pelo interesse exclusivo do regime. “Dito de outro modo, as dinâmicas de mobilidade de discursos [...], intensificadas e aceleradas pelas possibilidades de interconexão em rede, impactam também as possibilidades de circulação do discurso e, conseqüentemente, os modos de produção de significados políticos” (D. SILVA, 2020, p. 1181). Portanto, no regime político em vigência atualmente no Brasil há não só a propagação de um ideário hegemônico, mas há um projeto de ataque ativo e intencional de aniquilação através da deslegitimação dos meios de produção discursiva que não sirvam a interesses específicos. Na introdução esmiucei os movimentos de transgressão, seguidos de tentativas de sufocamento que sempre perpassaram todas as ondas feministas. O que vivemos hoje, em nível complexo, de uma sociedade em crise de paradigmas comunicativos e outros tão densos e amplos, faz parte da resistência conservadora à quarta onda.

Trazendo para a seara da situação das mulheres, Damares Alves é uma pastora evangélica reacionária e foi nomeada como ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo atual. A ministra se posiciona incisivamente contra o aborto e o que ela chama de ideologia de gênero, protagonizando publicamente diversas situações de embate em relação à essas questões. No dia 18 de setembro de 2019, a revista digital AzMina publicou

uma matéria intitulada: Como é feito um aborto seguro?<sup>104</sup>. Todas as informações disponibilizadas no conteúdo foram baseadas no manual de Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde, produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>105</sup> e disponibilizado *online* pela instituição, para *download* público, gratuito e em diversos idiomas. No dia seguinte, Damares Alves postou em seu Twitter um recado criminalizando a matéria enquanto apologia ao aborto e informando que encaminhamentos formais de denúncia ao Ministério Público haviam sido iniciados. A partir da rápida difusão das informações em rede, esse conteúdo mobilizou os seguidores da ministra e do regime bolsonarista que organizaram em conjunto uma contraofensiva ao veículo jornalístico AzMina. Jornalistas da equipe tiveram fotos, dados pessoais e seus endereços divulgados na internet e passaram a sofrer um processo de rechaçamento coletivo, acompanhado de ameaças. Além disso, o servidor do site da revista sofreu diversas tentativas de ataque visando a extinção da plataforma.

No ataque, nossos posts nas redes sociais foram enviados centenas de vezes para os perfis do presidente Bolsonaro, da ministra Damares, do ministro Moro, da Polícia Federal, do Ministério Público e de pessoas públicas. Além de nos xingarem de diversas maneiras e desejar que as mulheres que fazem aborto morram, nos acusam de fazer apologia ao aborto, pedindo que nos denunciem e punam (AzMina, 2019, *online*).

Diante desse contexto, achei de extrema importância pontuar o cenário atual em que o veículo AzMina resiste. Um Brasil governado por um regime que impõe novamente as amarras históricas que veículos alternativos feministas tanto lutaram para romper. Outra vez e agora mais incisivamente, a sociedade constrói/reitera para as mulheres um lugar de tolhimento da autonomia dos seus corpos, expressão e possibilidades de existência para além dos padrões resplandecentes da hegemonia. As mulheres são sujeitas que não possuem um lugar fixo de legitimidade, os espaços que elas ocupam são profundamente oscilantes dentro de cada contexto social específico e das forças político-econômicas que os governam, tendo seus espaços facilmente renegociados e invadidos pelas forças de subalternização. Portanto, veículos que tenham o uso da informação para a autonomia das mulheres como projeto político são alvo de um grande esquema de aniquilação, que assume formatos e intensidades diversas ao longo dos períodos históricos, mas que perpassa todos eles. E quando aponto o ataque ao espaço de existência e vozes do projeto a AzMina, pontuo um veículo jornalístico composto por mulheres

---

<sup>104</sup> Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/como-e-feito-um-aborto-seguro/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

<sup>105</sup> A OMS é uma agência de caráter internacional, voltada para as questões de saúde global, criada em 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU). O manual referido de sua autoria, está disponível para download em: <[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70914/9789248548437\\_por.pdf?sequence=7](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70914/9789248548437_por.pdf?sequence=7)>. Acesso em 14 de junho de 2020.

que ainda falam de lugares sociais privilegiados, que é o próprio jornalismo profissional (mesmo que não tradicional). O que diremos então da dificuldade de mulheres perpassadas por intersecções de marginalização e opressões ainda mais acentuadas, para serem visibilizadas? Que subalternos podem falar? Nesse cenário, veículos jornalísticos que alcancem qualquer espaço mínimo de poder, precisam fincar o compromisso ético e editorial de realmente serem pontes mediadoras para as intersecções invisibilizadas e atuantes na busca por direitos e equidade.

AzMina não é um exemplo de pioneirismo e inovação no imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade, elas bebem na fonte de passos que foram dados muito antes, especialmente pelo feminismo negro, mas é um exemplo de um veículo jornalístico atual comprometido com a escolha de tentar complexificar o campo ao ponto que as margens e sua complexidade consigam ser pelo menos minimamente incluídas nas narrativas construídas. Quando perguntada sobre qual a grande contribuição que o jornalismo da AzMina traz para o feminismo e as questões de gênero no Brasil, Thais Folego (2021, *online*) codiretora do veículo, aponta que é justamente trazer a visibilização das margens para a pauta das mídias tradicionais. Todo o conteúdo da AzMina é livre de direitos autorais e pode ser reproduzido pelos mais diversos veículos. Segundo relatório de atividades de 2019 disponibilizado pelo instituto AzMina<sup>106</sup>, ele teve seu conteúdo repostado por veículos da mídia tradicional com grande alcance de público, como o Uol, a revista Marie Claire e o jornal Folha de São Paulo. Segundo AzMina, a reprodução dos seus conteúdos por esses veículos, leva “um olhar aprofundado e afetivo para temas esquecidos pela mídia tradicional” (AZMINA, 2019, *online*). O próprio caso com a ministra Damares Alves, mostra quanto o conteúdo do veículo pode furar a bolha e alcançar a centralidade da discussão pública, em detrimento das forças de silenciamento que também se organizam de volta. Por outro lado, acredito que seja um importante campo de investigações posteriores entender até onde a prática de replicar o conteúdo dos veículos de mídia alternativos não parte de uma mera reprodução por representatividade. Será que o jornalismo feminista e interseccional realmente atinge a prática jornalística desses demais veículos? É de suma importância que conteúdos contra hegemônicos furem a bolha, porém é de mais extrema importância e urgência que mais veículos adotem a prática de produzi-los para que cada vez menos bolhas hegemônicas precisem ser ultrapassadas.

E quando falamos de furar a bolha é preciso entender que AzMina é um veículo formado por uma equipe fixa pequena, que não faz publicidade e que, portanto, depende do

---

<sup>106</sup> Disponível em: < <https://azmina.com.br/instituto-azmina/transparencia/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

financiamento coletivo ou do custeamento de instituições parceiras. Aqui abro um pequeno adendo para ressaltar a nossa responsabilidade enquanto consumidores da informação e compactuantes da mesma visão de mundo e do fazer jornalístico: é necessário que sejamos fomentadores ativos do custeamento de iniciativas que pratiquem o jornalismo em que acreditamos. Se cremos na informação como ferramenta de autonomia, é necessário que nos unamos em coletivo para financiar não só a existência, mas a potencialização da criação de narrativas que incluam. Que sejamos, então, financiadores e replicadores desses conteúdos, inclusive como forma de enfrentamento e resistência. Quando o contexto social está fortemente perpassado por um cenário ideológico e político que ameaça profundamente nossos espaços, o comprometimento coletivo e individual com a resistência precisa se intensificar.

Já enquanto jornalista por formação e pesquisadora, o meu objetivo geral no desenvolvimento da presente dissertação era analisar o imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade, utilizando as reportagens especiais da revista AzMina para isso. Perpassando a minha subjetividade, eu gostaria de entender como nós, jornalistas e mulheres de formação universitária, poderíamos utilizar o nosso ofício e privilégio a favor das demais mulheres. Eu não concluo esse trabalho com um modelo fechado e estático, mas o enxergo como uma investigação aprofundada de passos executados que qualquer veículo jornalístico pode adotar, replicar em sua prática e inclusive melhorá-los. Através das análises aqui apresentadas, objetivei construir uma argumentação técnica da minha crença pessoal inicial de que o veículo AzMina produz, agora, um jornalismo feminista e interseccional e que essas epistemologias são caminhos teóricos-metodológicos potentes para um jornalismo que realmente exerça sua função social de acolhimento e visibilização da complexidade inerente ao social, fomentando a emancipação das mulheres.

Entretanto, no desenrolar da pesquisa ao notar a ênfase nas nuances do jornalismo de dados que AzMina foi adotando, levanto questionamentos acerca de como a interseccionalidade será aplicada nas produções de conteúdo futuras do veículo. A humanização dos relatos, uma das categorias de análise da presente pesquisa, é uma prática que pode ser profundamente alterada em conteúdos baseados exclusivamente na métrica de dados. Quais nuances humanas e emocionais das situações podem se perder na digitalização completa dos processos? É possível captar a emoção, as sensações, a energia das situações quando não se está registrando a situação a partir da experiência humana? Andréia Sadi (2021, *online*), jornalista política da GloboNews, aponta que com a pandemia ela deixou de experimentar o que descreve como a temperatura da política, o clima dos acontecimentos. Segundo ela, o jornalista precisa estar onde as coisas estão acontecendo, pois senão a história vira apenas uma história contada, você

não viu a história de fato acontecer e isso pode deixar dúvida o resultado. Narrativas construídas unicamente na análise de dados podem produzir narrativas tão complexas quanto as advindas da experiência subjetiva, de ter contato com as pessoas e situações resultantes da interseção dos marcadores sociais, de reportagens produzidas *in loco*? É possível que a exploração da aproximação das realidades através da análise de dados interseccionais seja uma prática cada vez mais essencial para abarcar a complexidade mínima das situações. Contudo não é possível afirmar se ela será suficiente para garantir a humanização dos relatos.

A representação da capacidade de agência das sujeitas também pode ser profundamente afetada quando captada apenas pela mediação de dados. Quantas nuances de pequenas resistências pessoais e coletivas, podem se perder na interpretação de grandes massas de dados processados? E, caso esses dados não sejam analisados de forma correta, pode haver um reforço de imagens de controle ao invés da desconstrução das mesmas. Enfim, os rumos que a produção jornalística da AzMina – e do cenário de mídia alternativa como um todo – vai adotar são incertos. Assim como é incerta a forma como as categorias de análise resultantes dessa pesquisa se articularão com ela. As possibilidades do uso cada vez mais predominante e em diversas etapas da mediação digital e do jornalismo de dados é um grande campo de investigação em aberto, os ganhos e perdas dessas trajetórias só análises futuras poderão apontar.

Com a investigação de agora, o que concluo de concreto é que o jornalismo feminista e interseccional é uma escolha prática e editorial a ser feita. Gustafson (2019, *online*) e Folego (2021, *online*) reiteram que o cerne do jornalismo feminista reside justamente no entendimento de que ele é uma forma de olhar para os assuntos e representá-los, qualquer assunto pode ser analisado pela óptica feminista, qualquer assunto é assunto de - e para mulher. E essa equidade, essa não diferenciação de pesos sociais distintos para homens e mulheres é que deve estar centralmente baseando qualquer produção de conteúdo midiático. Acrescento a essa constatação que a interseccionalidade se encaixa nesse contexto como uma *práxis* necessária para que essa equidade não seja confundida com homogeneidade e que, portanto, a complexidade das especificidades de cada realidade esteja realmente presente como precisa estar. Folego (2021, *online*) conclui sua entrevista concedida a mim pontuando que AzMina, junto com toda a cena de veículos alternativos feministas existente atualmente, “[...] faz parte dessas mudanças que temos visto no debate público de tornar o feminismo a palavra que ele é, uma palavra potente e não mais um palavrão como era considerado em 2015” (FOLEGO, 2021, *online*).

Processo semelhante ao que ocorre com a *práxis* interseccional, que ainda é desconhecida por uma grande parte do campo jornalístico e até mesmo das discussões fora de

determinados núcleos da academia. Portanto, ao construir essa dissertação objetivei destrinchar inicialmente um veículo que se propõe a tentar materializar essa prática, ainda que passível de críticas e com um futuro incerto quanto ao seu modelo jornalístico, mas que reverbera, atualmente, técnicas que podem contribuir para o alargamento dos caminhos do fazer jornalístico, a fim de que caibam mais realidades marginalizadas em suas representações. Avançamos muito em teoria e proposituras, mas nem sempre a prática acompanha essa marcha evolutiva, especialmente quando temos um fortalecimento de um cenário sociopolítico perpassado por ideários que vão de encontro as resultantes desse modelo comunicacional. O imbricamento do jornalismo feminista com a interseccionalidade é um projeto já consolidado no cenário de mídia alternativo, mas ainda embrionário nos cenários tradicionais. Aloco a justificativa desse trabalho, justamente na necessidade de exponenciar o caminho prático desse encontro epistemológico.

Como mencionei na introdução, em 2017 eu finalizei minha graduação em jornalismo analisando a apropriação dos movimentos feministas pelas revistas voltadas para o público feminino. Concluí que havia avanços no cenário hegemônico, mas também massivas reproduções de opressões disfarçadas de avanços. Pontuei que existia um imenso caminho a percorrer para alcançarmos a equidade “A revista Elle diria que as coisas estão mudando, eu afirmo que elas estão se alterando sim, mas que nem sempre da forma que se vende nas capas” (AZEVEDO, 2017, p. 119). Finalizando minha dissertação agora em 2021, analisando o uso das mulheres da epistemologia feminista e interseccional para um fazer jornalístico que tem nos meios digitais sua ferramenta de escoamento e propulsão, concluo convicta de que ainda se há um grande caminho a percorrermos até encontrarmos a equidade, mas que sim, estamos em movimento. Aos poucos vamos avançando esse mar na praia dos territórios patriarcais e racistas, indo e vindo, mas sempre caminhando um pouco mais na construção da próxima onda.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana; CARRIERI, Alexandre; SOUZA, Eloisio. **Trabalho, Violência e Sexualidade**: estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. In: **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, pp. 78-95, Jan./Fev. 2014.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Érica; IDELFONSO, Pauline. **Interseccionalidade**: um desafio na construção das políticas públicas. 7º Encontro Internacional de Política Social/ 14º Encontro Nacional de Política Social, 2019, Vitória. Anais... Espírito Santo, 2019.

ALVES, Cláudio. **Mulheres cisgênero e mulheres transgênero**: existe um modelo legítimo de mulher? Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2017.

AZEVEDO, Jade. **Feminismo de revista**: análise da apropriação do movimento feminista pelo mercado a partir da revista Elle. Trabalho de conclusão de curso ( Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: < [http://www.ccta.ufpb.br/cj/contents/tcc/feminismo-de-revista-analise-da-apropriacao-do-movimento-feminista-pelo-mercado-a-partir-da-revista-elle\\_jade-vilar-de-azevedo.pdf/@\\_@download/file/FEMINISMO%20DE%20REVISTA%20AN%C3%81LISE%20DA%20APROPRIA%C3%87%C3%83O%20DO%20MOVIMENTO%20FEMINISTA%20PELO%20MERCADO%20A%20PARTIR%20DA%20REVISTA%20ELLE\\_Jade%20Vilar%20De%20Azevedo.pdf](http://www.ccta.ufpb.br/cj/contents/tcc/feminismo-de-revista-analise-da-apropriacao-do-movimento-feminista-pelo-mercado-a-partir-da-revista-elle_jade-vilar-de-azevedo.pdf/@_@download/file/FEMINISMO%20DE%20REVISTA%20AN%C3%81LISE%20DA%20APROPRIA%C3%87%C3%83O%20DO%20MOVIMENTO%20FEMINISTA%20PELO%20MERCADO%20A%20PARTIR%20DA%20REVISTA%20ELLE_Jade%20Vilar%20De%20Azevedo.pdf) >. Acesso em 19 de outubro de 2020.

AZMINA. **Apoie**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/apoie/> >. Acesso em 14 de julho de 2020.

AZMINA. **Dameres ataca AzMina. Não vamos recuar**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/colunas/dameres-ataca-azmina/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

AZMINA. **Missão, visão e valores**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/missao-visao-e-valores/> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

AZMINA. **Nossa história**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/historia/> >. Acesso em 6 de julho de 2020.

AZMINA. **PenhaS**. Disponível em : < <https://azmina.com.br/penhas/> >. Acesso em 7 de julho de 2020.

AZMINA. **Quem somos**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/> >. Acesso em 7 de julho de 2020.

AZMINA. **Transparência**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/instituto-azmina/transparencia/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

ALVES, Rosental. **Jornalismo digital**: Dez anos de web... e a revolução continua. In: **Comunicação e Sociedade**, vol. 9-10, 2006, pp. 93-102.

BANDEIRA, Ana. **Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos.** In: **Vozes e Diálogos**, Itajaí, v.14, n. 02, jul./dez. 2015.

BARBOSA, Michelle. **Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do Jornal Fêmea.** In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.264, setembro-dezembro/2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades.** In: **Mediações**, londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BITTELBRUN, Gabrielle. **Sob cores e contornos: gênero e raça em revistas femininas do século 21.** 2017. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BLOGUEIRAS NEGRAS. **Quem somos.** Disponível em: < <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BORBA, Janine; MOREIRA, Julia. **Neofeminismo: os movimentos de mulheres do sul global podem redirecionar o feminismo?** In: **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v.15, n.2, p. 49-56, Jul.-Dez., 2015.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. **Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality.** In: **Journal of International Women's Studies**, Bridgewater, v.5, n.3, 2004.

BRESSAN, Flávio. **O método do estudo de caso.** In: **Revista Administração online**, v.1, n.1, jan/fev/mar, 2000.

BRISOLA, Elisa; MARCONDES, Nilsen. **Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas.** In: **Revista Univap**, v.20, n.35, jul, 2014.

CABRAL, Eugênia. **Primeiras Histórias – O surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil.** In: **Bocc – Biblioteca online de ciências da comunicação.** Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=1579> >. Acesso em 24 de março de 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em: < [encurtador.com.br/ctTX8](http://encurtador.com.br/ctTX8) >. Acesso em 8 de junho de 2020.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós- 1974.** In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, número especial, p. 37-55, 2004.

CARVALHO, Marcus; SÁ, Rosana. **Tensões e disputas do movimento homossexual no lampião da esquina e no ChanacomChana durante a ditadura brasileira de 1964**: o debate sobre sexualidade, educação, família e religião. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. *Anais...*2017.

CASADEI, Eliza. **As questões de redistribuição e reconhecimento na imprensa feminista alternativa**: o caso Mulherio. In: **Revista Alterjor**, São Paulo, v.1, n.0, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CATARINAS. **Linha editorial**. Disponível em: < <https://catarinas.info/linha-editorial/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

CIENTISTA QUE VIROU MÃE. **História**. Disponível em: < <http://portal.cientistaqueviroumae.com.br/historia/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

CLEMENTE JÚNIOR, Sergio. **Estudos de caso x Casos de estudo**: esclarecimentos acerca de suas características e utilização. XVIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, Bauru, 2013. *Anais...*Bauru: INTERCOM, 2013.

COLLINS, Patricia. **Intersectionality's definitional dilemmas**. In: **The Annual Review of Sociology**, Stanford, v.41, n.20, 2015.

COLLINS, Patricia. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. In: **Parágrafo**, v.5, n.1, 2017.

COLLINS, Patricia. **Toward a new vision**: race, class, and gender as categories of analysis and connection. In: **Jean Ait Belkhir, Race, Gender & Class Journal**, v. 1, n.1, 1993.

CORDEIRO, Samantha; PLÁCIDO, Laís; SOUSA, João. **Feminismo em cena**: análise da representação das ondas feministas em documentários. In: **Revista Livre de Cinema**, v. 6, n. 3, p. p. 129-147, set-dez, 2019.

COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Ana. **O movimento feminista no brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. In: **Revista Gênero**, Niterói, v.5, n.2, 2005.

COSTA, Cristiane; HOLLANDA, Heloisa. **Rede**. In: **Explosão Feminista**: arte cultura, política e universidade. HOLLANDA, Heloisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COSTA, Suely. **Onda, rizoma e sororidade como metáforas**: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). In: **Revista IINTERThesis**, Florianópolis, v.6, n.2, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v.1989, n.1, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color.** In: **Stanford Law Review**, Stanford, v.43, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** In: **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002.

DAMASCO, Mariana; MAIO, Marcos; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993).** In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.20, n.1, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo : Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELL'AGLIO, Daniela; MACHADO, Paula. **Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional.** In: **Revista Estudos Feministas**, v.27, n.2, Florianópolis, 2019.

DESCARRIES, Francine. **Teorias feministas: Liberação e solidariedade no plural.** In: **Textos De História**, Bahia, vol. 8, n.1, 2000.

DÍAZ-BENÍTEZ, María. **Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão.** In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

DUARTE, Constância. **Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro - séc. XIX.** In: *Revista Historia de las Mujeres*, Lima, n.32, 2002.

DUARTE, Constância. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

EVANS, Claire. **Uma História Oral Das Primeiras Ciberfeministas.** 2014. Disponível em: < <https://www.vice.com/pt/article/ezbyq4/um-historia-oral-das-primeiras-ciberfeministas> >. Acesso em de fevereiro de 2021.

FERRARI, Maria; Sodré, Muniz. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo: um estudo da revolu o feminista.** Cole o de Bolso. (Publicado originalmente em New York, por Bantam), 1970

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens.** São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Viviane. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos.** Jundiaí: Paco, 2018.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

FURTADO, Marcella; PEDROZA, Regina; ALVES, Cândida. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural**. In: **Psicologia e Sociedade**, v.26, Belo Horizonte, 2014.

GARCIA, Carla. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GELEDÉS. **Missão Institucional**. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

GÊNERO E NÚMERO. **Institucional**. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/institucional/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

GODOY, Arilda. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. In: **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.3, p.2, 1995.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino**, n.1, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. In: **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In: **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra no Brasil**. In: **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **O racismo no Brasil é profundamente disfarçado**. In: **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUGES, Olympe . **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne**. 1791. In: **Bibliothèque Jeanne Hersch**. Textes fondateurs. Disponível em: < [http://www.aidh.org/Biblio/Text\\_fondat/FR\\_03.html](http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.html) >. Acesso em 2 de março de 2020.

GRINBERG, Máximo. **Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades**. In: GRINBERG, Máximo (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas: livro aborda a prática do portal Catarinas**. Disponível em: < <https://catarinas.info/jornalistas-e-feministas-livro-aborda-a-pratica-do-portal-catarinas/> >. Acesso em 5 de fevereiro de 2021.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas** – a palavra de rebeldia. Florianópolis: Insular, 2017.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman? Black women and feminism**. (1981). Disponível em: <[https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf)>. Acesso em 30 de junho de 2020.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. In: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano / organização e tradução: Tomaz Tadeu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. In: **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

IJUIM, Jorge. **Por que humanizar o jornalismo?** In: **Verso e Reverso**, vol. 31, n. 78, setembro-dezembro 2017.

JESUS, Jaqueline. **Guia inclusivo dos muitos gêneros**. In: **Você já é feminista! Abra este livro e descubra o porquê**. São Paulo: Pólen, 2016.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As sufragettes e a luta pelo voto feminino**. In: **História, Imagem e Narrativas**, Rio de Janeiro, n.17, outubro/2013.

KERGOAT, Danièle. **O cuidado e a imbricação das relações sociais**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França - perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. Munster: Uroast, 2012.

KRISTEVA, Julia. **Les temps des femmes**. Cahiers de Recherche en Sciences des Textes et Documents, Paris, n. 5, p 33-44, 1979.

LADO M. **Conheça o Lado M**. Disponível em: <<https://medium.com/lado-m/conheça-o-lado-m-3adb888905c7>>. Acesso em 1 de julho de 2020.

LAZREG, Marnia. **Decolonizando o feminismo (mulheres argelinas em questão)**. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LEITE, Rosalina. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Joelma. **Jornal das Senhoras: As mulheres e a urbanização na corte**. In: **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 21, n.2, 2011.

LIMA, Marcus. FARO, André; SANTOS, Mayara. **A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos**. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 32 n. 1, pp. 219-228, Jan-Mar 2016.

LIMA, Walter. **Mídias sociais conectadas e social machines**. In: BRAMBILLA, A. (org.). **Para entender as mídias sociais**. São Paulo: VNI, 2011. p. 24-27.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MANCINE, Leonardo. VASCONCELLOS, Fabio. **Jornalismo de dados: conceito e categorias**. In: Revista Fronteiras, v.18, n.1, janeiro/abril 2016.

MARRA, Camila; RIBEIRO, Mariana; CURI, Paula. **A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS**. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.72 , 2020.

LISBOA, Ana. **Primeira geração: rompendo o ciclo familiar de trabalho doméstico no Brasil**. 2019. In: **AzMina**. Disponível: < <https://azmina.com.br/reportagens/primeira-geracao-rompendo-o-ciclo-familiar-de-trabalho-domestico-no-brasil/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** In: **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v.18, n.36, 2010.

MCCALL, Leslie. **The Complexity of Intersectionality**. In: **Journal of Women in Culture and Society**, v.30, n.3, 2005.

MCCANN, Hannah, et. al. **O livro do feminismo**. Tradução Ana Rodrigues. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MIGUEL, Sônia. **Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância**. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100019&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100019&script=sci_arttext) >. Acesso em 8 de fevereiro de 2021.

MILLETT, Kate. **Teoria de la política sexual**. In: **Política sexual**. México: DF, 1975.

MIÑOSO, Yuderkys. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina**. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MIRANDA, Jéssica. **Breve introdução ao feminismo radical**. Disponível em: < <https://medium.com/qg-feminista/breve-introducao-ao-feminismo-radical-186bb226be40> >. Acesso em 10 de novembro de 2020.

MOÇAMBA, Jota. **Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala**. Disponível em: < <https://jotamombaca.com/texts-textos/notas-estrategicas/> >. Acesso em 13 de julho de 2020.

MONTIPÓ, Criselli. **Relato humanizado: por um jornalismo que é a cara do brasil**. In: **Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, 08: 1-12 vol.1, 2010.

MORIN, Tania. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2014.

MOURA, Nayara. **A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894).** In: **Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v.2, n.2, 2018.

MUZART, Zahidé. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX.** In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2003, p.225-233.

NÓS MULHERES DA PERIFERIA. **Quem somos.** Disponível em: < <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

OLIVEIRA, Bernardo; NASCIMENTO, Cecília. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher.** In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n.29, 2007.

OLIVEIRA, João. **Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas.** In: **Ex æquo**, Minho, n. 22, 2010.

OLIVEIRA, Wéber. **Correio negro? A emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo.** In: **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 25-28, jan./jun. 2017.

QUEIROZ, Nana. **Qual corrente do feminismo melhor a representa? In: Você já é feminista! Abra este livro e descubra o porquê.** São Paulo: Pólen, 2016.

REVISTA CAPITOLINA. **Sobre a capitolina.** Disponível em: < <http://www.revistacapitolina.com.br/sobre-a-capitolina/%20%3E> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório.** In: **Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13, n.24, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, Carla. **Erguer, acumular, quebrar, varrer, erguer...** Disponível em: < <https://www.revistaserrote.com.br/2017/01/erguer-acumular-quebrar-varrer-erguer-por-carla-rodrigues/> > . Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

RODRIGUES, Tamy. **Lésbicas: o duro caminho das pedras coloridas.** In: **Você já é feminista! Abra este livro e descubra o porquê.** São Paulo: Pólen, 2016.

SADI, Andréia. **Como você vai querer se informar no futuro? 2021.** In: **Podcast Café da manhã.** Disponível em: < <https://open.spotify.com/episode/7m01fOFerPpKVosBu4JHHy?si=V8IxGhH0Sau6rvipgbEdTA> >. Acesso em 3 de março de 2021.

SALHANI, Jorge; SANTOS, Heloisa; CABRAL, Raquel. **Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz.** In: **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n.3, 2020.

SARTI, Cynthia. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido.** In: XXI Congresso Internacional da LASA, 1998, Chicago. *Anais...* 1998.

SCHERER- WARREN, Ilsen. **Redes e movimentos sociais projetando o futuro**. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v.1, n.1, jan/jul/2013.

SILVA; Ariane; MARTINELLI, Flávia; CARDOSO, Monise. **Entre machismo e racismo – mulheres negras são as maiores vítimas de violência**. 2019. In: **AzMina** Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

SILVA, Danillo. **Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura**. In: **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(59.2): 1171-1195, mai./ago. 2020

SILVA, Elizabete. **Feminismo radical – pensamento e movimento**. In: **Travessias**, Cascavel, vol. 2, n.3, 2008.

SILVA, Camila; RAFHAELA, Jessica. **O silêncio atrás da serra**. 2016. In: **AzMina**. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/o-silencio-atras-da-serra/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

SILVA, Joyce. “**Nós também somos belas**”. A construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico- raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow Da Fonseca, CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2015.

SILVEIRA, Anderson. **Crítica da cobertura jornalística de homicídios do Diário Catarinense a partir das disposições de classe social**. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 16, Janeiro a Junho de 2019.

SKIERES, Giulia. **Quando abandonamos os pseudônimos?** Disponível em: < <https://naomekahlo.com/quando-abandonamos-os-pseudonimos/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

SOLNIT, Rebecca. **De quem é esta história? Feminismos para os tempos atuais**. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Juliana. **A invisibilidade das mulheres nos media**: quando a representação de gênero define o sexo da notícia. In: **Revista Media & Jornalismo** 24 (2): 91-103, 2014.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução Karla Reis. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2011.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

TAKASHI, Fábio. **Como você vai querer se informar no futuro?** 2021. In: **Podcast Café da manhã**. Disponível em: < <https://open.spotify.com/episode/7m01fOFerPpKVosBu4JHHy?si=V8IxGhH0Sau6rvipgbEdTA> >. Acesso em 3 de março de 2021.

THINK OLGA. **Interseccionalidade**. Disponível em: < <https://thinkolga.com/interseccionalidade/> >. Acesso em 3 de julho de 2019.

THINK OLGA. **Quem somos**. Disponível em: < <https://thinkolga.com/quem-somos/> >. Acesso em 1 de julho de 2020.

TEIXEIRA, Milena. **Abolição para quem?** In: **AzMina**. 2019. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/abolicao-para-quem/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

TEIXEIRA, Milena. **Mães que esperam**. In: **AzMina**. 2019. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/maes-que-esperam/> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

VECCHIO-LIMA, Myrian; SOUZA, Humberto. **Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro**. In: **Media & Jornalismo**, v.17, n. 31, Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2017.

VENTURA, Magda. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. In: **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, v.20, n.5, p. 383-386, set./out, 2007.

VIANA, Elisabeth. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. In: **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual**. Trad. Javier Sáez e Paco Vidarte. Madri: Egales, 2005.

WOITOWICZ, Karina; PEDRO, Joana. **Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política**. In: **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Anais, Florianópolis, 2010.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de los derechos de la mujer**, trad. de Carmen Martínez Gimeno. Madrid: Cátedra. Col. Feminismos, 2000.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUBOFF, Shoshana. **Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization**. In: **Journal of Information Technology** (2015) 30, 75–89.

## APÊNDICE A

- 1- Gostaria de começar entendendo melhor como o projeto AzMina foi criado: quem o idealizou?**
- 2- Que lacuna no mercado jornalístico tradicional foi mobilizadora para a criação do projeto?**

AzMina foi criado em 2015 por sete mulheres que são cofundadoras da organização. Eram mulheres com formações variadas, tinha jornalista, designer e psicóloga. Eram mulheres feministas que não se viam refletidas na grande mídia. E aí lembrando que naquela época as publicações voltadas para gênero eram as publicações das revistas femininas e em 2015 elas não tinham essa abordagem feminista que elas têm hoje. Um exemplo é que a gente lia naquela época chamadas do tipo: vinte e cinco jeitos de enlouquecer seu homem na cama, como emagrecer, enfim esse tipo de coisa. E aí você tinha pouca interseccionalidade ali né, praticamente não havia mulheres negras, mulheres gordas, mulheres lésbicas, trans... você tinha pouca diversidade mesmo ao tratar só gênero, olhando para a mulher você tinha muito pouca diversidade ali. A mulher era muito tratada como essa mulher universal, mulher branca, de grandes centros urbanos, profissional, trabalha fora e classe média. E aí então, foi muito dessa urgência de se ver representada e também ter uma maior diversidade nessa cobertura de gênero que nasceu a revista, que nasceu o projeto. Era muito dessa lacuna mesmo que se via. A nossa missão é justamente essa de combater todos os tipos de violência e opressão de gênero, sempre observando os fundamentos de raça, classe e orientação sexual e a gente faz isso por meio da comunicação.<sup>107</sup>

- 3- Quantas integrantes havia na equipe e quais eram suas funções?**

Lá em 2015 eram mais ou menos as sete cofundadoras e o trabalho era muito voluntário. Eram essas cofundadoras mais voluntárias que foram aderindo à iniciativa depois e enfim, por ser um trabalho muito voluntário não tinha funções muito bem definidas. Todo mundo meio que fazia tudo e tinha só basicamente aquela divisão mesmo entre as jornalistas que faziam reportagens e pensavam editorial e quem cuidava de arte, que é designer . Mas não tinha muito essa divisão e esse foi o jeito, pela falta de financiamento suficiente, foi assim que o projeto sobreviveu de 2015 até 2017. E aí a partir de 2018 a gente vai atrás de financiamento institucional e as ações começam a ser mais bem definidas dentro da organização. Algumas

---

<sup>107</sup> A entrevistada optou por responder as perguntas em conjunto.

cofundadoras saem mais desse dia a dia e outras pessoas vêm compor a equipe e as funções começam a ser mais bem definidas. Então, a partir de 2018 é que a gente começa a profissionalizar mesmo a organização.

**4- Por que a escolha do formato digital?**

**5- E por que optar pelo financiamento coletivo?**

O formato digital foi por dois fatores principais, um é a acessibilidade. Lá em 2015 a internet já era bem difundida, então não fazia muito sentido outro formato. A gente queria atingir o maior número de mulheres e um formato impresso tem um custo muito alto. Eu acho que é uma questão de custo *versus* alcance, então o formato digital foi sempre muito natural. Em 2015 o projeto já nasceu 100% digital e aí já respondendo a quinta pergunta do porquê optar pelo financiamento coletivo, no caso nós fomos uma das primeiras organizações a ter um financiamento coletivo recorrente. O *crowdfunding* é uma coisa relativamente nova no Brasil. E os nossos primeiros financiamentos foram bem -sucedidos, isso foi muito legal assim a aderência que teve por ter uma mídia digital e feminista. A gente fez um primeiro financiamento coletivo em 2015 para subsidiar a construção do site e as primeiras reportagens e aí a partir de 2016 a gente transformou esse financiamento em recorrente, a pessoa poderia doar todo mês através do cartão de crédito ou de boleto. E a gente mantém esse financiamento coletivo até hoje, no que hoje a gente chama de programa de membros, que lá fora é conhecido como *memberchip*. É um programa que a gente está estruturando melhor agora e investindo nele. Ele é importante para a gente não só por uma questão de financiamento, hoje ele financia mais ou menos acho que 15% da organização, mas ele é um financiamento muito importante por uma questão de as pessoas reconhecerem o trabalho, de apoiarem o trabalho e muitas vezes não só com dinheiro, mas com *feedback*. É relacionamento, é trazer mais pessoas para apoiar ou para ajudar de alguma outra forma. Então, para a gente esse financiamento tem muito esse papel também da criação da comunidade de apoiadores do projeto.<sup>108</sup>

**6- Como funciona a dinâmica de produção jornalística de vocês?**

Hoje a gente tem uma equipe bastante pequena, mas dedicada a produção de conteúdo - e eu falo produção de conteúdo não especificamente a jornalística, porque a gente tem uma atuação voltada tanto para o jornalismo, quanto para uma área que a gente chama de *advocacy*. Assim a gente trabalha com campanhas de conscientização, que é o *advocacy* de comunicação, e aí é essa mesma equipe que faz essas duas produções. Ano passado a gente fez uma sobre

---

<sup>108</sup> A entrevistada optou por responder as perguntas em conjunto.

aborto legal e outra em parceria com a ONU chamada Ela Decide, que era uma campanha de conscientização sobre o início da vida sexual das meninas. Então esse é o braço de campanhas. A produção jornalística também é feita por essa equipe pequena e também temos feito algumas vezes, desde 2016, as bolsas de reportagens, em que abrimos um processo seletivo para as jornalistas do Brasil inteiro enviarem sugestões de pauta. A gente faz um processo de seleção e esse processo ele é sempre aberto e o mais transparente possível. A partir disso as jornalistas fazem as reportagens e a gente só publica, então a produção jornalística é basicamente dividida entre equipe interna, essas bolsas de reportagem e *freelancers* que também contribuem com o nosso trabalho. A produção é enfim bem parecida com a tradicional no sentido de fazemos reuniões de pautas e aí selecionamos as pautas que vão ser feitas internamente ou quando não é possível a gente contrata *freelancer*, mas a edição e a arte é toda feita internamente.

**7- Minha proposta de pesquisa inicial se baseava na seção Especiais. A revista passou por uma reformulação, gostaria de entender um pouco sobre o processo:**

- . Quais foram as principais mudanças?
- . Por que mudar?
- . Como vocês entendiam a seção Especiais e por que ela foi encerrada?

A sessão Especiais nasceu justamente para organizar, juntar no mesmo lugar as reportagens que eram fruto dessas bolsas de reportagem. A nossa produção jornalística ela é mais ou menos mensal, às vezes semanal, às vezes quinzenal, e não necessariamente a gente consegue fazer uma grande reportagem super investigativa, com furo. Então, as bolsas de reportagem elas vinham um pouco para suprir isso, a gente ter um período maior e fazer essas reportagens mais aprofundadas, com jornalismo de dados e esse tipo de coisa. Então os especiais nasceram um pouco disso, na época era a sessão onde a gente publicava as bolsas de reportagem e no caso o site inteiro passou por uma reformulação no ano passado. A gente tirou a seção Especiais, mas essa reformulação foi um pouco maior, foi para melhorar a forma como a gente apresentava o conteúdo jornalístico, que tem tanto a produção de reportagens, quanto as nossas colunas. A gente tem bastante colunistas também. No site antigo a gente também não tinha uma área institucional para explicar a organização, porque a revista nasceu em 2015 como uma revista, mas ao longo desses cinco anos a organização foi crescendo e foi mudando, foi adicionando e não mudando, novas formas de atingir a sua missão. Então lá em 2015 a gente começou com a revista, mas em 2019 a gente lançou o PenhaS que é um aplicativo de enfrentamento à violência contra a mulher e desde 2016 a gente faz campanhas de conscientização. Em 2020 a gente lançou o Elas no Congresso que é uma plataforma de

monitoramento dos direitos das mulheres no legislativo e que também tem um site próprio. Então essa organização cresceu muito e a gente não comunicava bem isso no site, era como se se a gente continuasse sendo apenas uma revista, sendo que a nossa atuação tinha aumentado. Então a reformulação do site foi por duas razões, uma para adicionar essa parte institucional- você vai ver que o menu tem uma aba falando do Elas no Congresso, explicando melhor o que a organização faz e a gente também reformulou a parte jornalística. Na questão das especiais acontecia que a gente tinha um problema de otimização com o Google e ele não conseguia encontrar direito essas reportagens, porque a gente separava as reportagens do dia a dia, dessas reportagens mais especiais em outra sessão. Então a gente tinha um problema de busca mesmo dessas reportagens no Google. Nós fizemos uma consultoria e um das sugestões foi que a gente incorporasse os conteúdos, deixasse tudo que é reportagem jornalística dentro da mesma sessão no site. Então foi isso que a gente fez, a gente integrou essas reportagens, até porque também não fazia muito sentido até para os leitores ter essa visão dividida. Tudo é reportagem, algumas são mais especiais, mais aprofundadas, com furos e tal, mas não fazia sentido deixar elas separadas, então é por isso que a gente mudou.

#### **8- Por que vocês acreditam fazer um jornalismo feminista?**

O cerne da criação da revista era fazer uma revista feminista. Em 2015 feminismo era considerado quase um palavrão, muita gente às vezes até do meio jornalístico torcia um pouco o nariz, mas a gente entende o feminismo enquanto direitos humanos. Aí da mesma forma que todos os jornais da mídia independente ou tradicional segue parâmetros básicos de direitos humanos – nem um jornal sai por aí exaltando a ditadura militar, então a gente entende que a igualdade de gênero deveria estar ali nos fundamentos, na missão e decisões de qualquer veículo de mídia que lute pela igualdade da mesma forma que a gente. Acho que isso é melhor interpretado hoje, lá em 2015 não era tanto. Então a gente já nasceu com essa missão e com essa questão de fazer um jornalismo feminista, que nada mais é que um jornalismo que considere questões de igualdade e de gênero. E aí de uma perspectiva interseccional, então de gênero, raça, classe e orientação sexual. Acho que é o mínimo que o jornalismo deve perseguir.

#### **9- Que fatores e práticas diferenciam o jornalismo da AzMina do jornalismo tradicional?**

A gente continua usando obviamente as técnicas jornalísticas, as boas práticas do jornalismo. Então, a gente faz apuração, checa informação, faz apontamento de dados, consulta a fontes oficiais, a gente ouve o maior número de fontes possíveis e procura sempre o outro

lado da história. A grande diferença do jornalismo tradicional é que a gente questiona a ideia da isenção e da imparcialidade, a gente acredita piamente na questão dos lugares de fala, então nós enquanto jornalistas, a gente fala de algum lugar. Então eu enquanto mulher negra que venho da periferia de São Paulo, tenho uma vivência absolutamente diferente de uma outra jornalista branca e de classe média e aí obviamente isso interfere na forma como eu vou conduzir uma reportagem, as fontes que eu vou buscar, qual o enfoque que eu vou ter. Então a gente não acredita na questão mesmo da imparcialidade, a gente toma uma posição e a nossa posição é: nós fazemos um jornalismo feminista, preocupado com direitos humanos e com a luta por direitos. Então nesse sentido não somos mesmo imparciais e nunca queremos ser. Acho que esse seria o principal fator aí que diferencia esse jornalismo que a gente faz, a gente deixa isso bem claro e em nenhum momento esconde isso do leitor e da leitora que chega até nós. É bem claro qual o nosso posicionamento e a partir de onde estamos falando. Tem também uma questão bastante importante que é o fato de por fazer um jornalismo feminista, a nossa equipe tem uma grande preocupação com a diversidade, então hoje 60% da nossa equipe é negra e tem mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas na equipe. A gente acha que é bastante importante por exemplo, para algumas pautas, algumas questões, procurar jornalistas que também vivem aquela realidade. Então uma pauta sobre mulheres trans, a gente acha que é interessante uma jornalista mulher trans fazer esse tipo de pauta. Uma coisa que talvez também nos diferencie é que muitas vezes a voz do texto ela não vai ser em terceira pessoa, muitas vezes ela vai ser na primeira pessoa do plural porque a jornalista também está ali retratada naquela história, naquela pauta até.

**10- Vocês poderiam definir o que era a seção Especiais? Que tipo de temas vocês classificavam para essa aba, que estrutura de texto era executado, enfim, o que a caracterizava e o que a diferenciava das demais da revista?**

Acho que eu respondi essa na pergunta sete. Talvez uma informação que eu possa adicionar é que uma vez que a gente colocou todos os especiais dentro da estrutura de reportagem dentro do site, todas as reportagens passaram a ser classificadas de acordo com as editorias. Então aqui a gente trabalha com economia, política, comportamento, feminismos, enfim. E aí o que diferenciava além de serem reportagens que vinham das bolsas de reportagens, eram reportagens maiores, elas tinham também um visual um pouco diferente das reportagens normais da revista. A gente unificou esse o layout para facilitar o entendimento das pessoas, pois muitas vezes elas buscam por temas, então a gente ajustou isso também.

**11- Vocês vão continuar trabalhando com reportagens? Se sim, qual o antigo e o novo modelo de produção e circulação dessas reportagens? Quais semelhanças e diferenças em relação ao modelo que era adotado na seção Especiais?**

Só para deixar claro isso, a seção Especiais não era a única seção de reportagens na revista, a gente fazia e a gente continua fazendo desde 2015, isso não se alterou. A gente tem uma produção frequente de reportagens que ela é semanal ou quinzenal a depender do período e as reportagens são o coração de fato aqui da organização. A gente nasceu enquanto uma revista e aí a gente expandiu as ações com um aplicativo, com jornalismo de dados, com o *advocacy*, campanhas de conscientização... mas reportagem é uma coisa que a gente sempre continuou fazendo, isso é uma coisa que não se altera. A questão das especiais é simplesmente uma mudança de como a gente apresenta de fato as bolsas de reportagem, a gente viu que não fazia sentido apresentar elas numa área diferente das outras reportagens, então a gente unificou. Agora o que separa de fato os conteúdos das reportagens são as editorias e não mais entre especiais e reportagens normais. Então é nesse sentido, não tem um novo modelo de produção, continua o mesmo. A circulação também continua a mesma, a gente publica as postagens no site e a gente tem alguns parceiros de *coyright*, tudo é aberto para reprodução. Temos parceria de publicação com a Folha de São Paulo, Marie Claire, agência Patrícia Galvão e tem também a distribuição via redes sociais e newsletters, a gente também tem uma lista de transmissão no WhatsApp.

**12- Qual o processo que pauta as reportagens (e ações) do projeto? Existe um calendário semanal/mensal/semestral/anual de reuniões ou planejamento das pautas a serem desenvolvidas? Existe vínculo dos temas com algumas datas específicas? Existe ligação com associações/coletivos/etc que sugerem as pautas?**

Existe sim um calendário, a gente tem reuniões semanais com a equipe para discutir pautas, o andamento das pautas e problemas, apuração e arte . A gente vai atribuir se vai precisar de parceiro ou não e isso é uma coisa que eu esqueci de contar, a gente faz bastante parceria com outros veículos. No ano passado logo no começo da pandemia a gente se juntou com a Gênero e Número, a ÉNois e ao Data Lab para fazer uma cobertura da pandemia focada em gênero, raça e territorialidade. Também no ano passado a gente fez um projeto que é o Monitora, para monitorar a violência de gênero com candidatas e a gente também fez parceria com veículos locais. Enfim é isso, a gente é uma revista feminista então a gente tem essa cobertura minimamente nacional, mas nossa equipe fica dividida entre São Paulo e Salvador, então obviamente o Brasil com essa dimensão continental a gente não consegue cobrir, então a gente

faz muitas vezes essas parcerias para conseguir cobrir a realidade local. No caso do Monitora para cobrir essa realidade local de como as candidatas nas eleições municipais sofreram violência. A gente fez parcerias com veículos nas cinco regiões do país e também no ano passado a gente fez parte de uma união de veículos independentes para cobrir e monitorar feminicídio durante a pandemia, que aumentou. E aí eram seis ou sete veículos, a cobertura se chamava Um vírus, duas guerras. Fechando esse aposto então, a gente tem essas reuniões que elas são semanais e a gente tem um planejamento das pautas do mês, do que tem que ser feito, do que está sendo produzido e obviamente a gente tem alguns algumas datas que são importantes: então é 8 de março – Dia Internacional da Mulher, 20 de novembro- Dia da Consciência Negra e 25 de julho- Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Temos algumas datas em vista em que a gente obviamente procura fazer um conteúdo e campanhas voltadas para ela, porque a gente sabe que o debate público vai estar voltado para essas pautas, então é importante que a gente faça uma produção de reportagens ou de campanhas com essa perspectiva feminista. A gente está sempre trocando com associações e coletivos jornalísticos feministas, a gente tem lançado bastante ações que tratam sobre as redes de enfrentamento à violência contra a mulher, já que atuamos muito com esse tema tanto no jornalismo, quanto com campanhas, quanto com o aplicativo PenhaS e a partir dessas trocas surgem sim pautas. Mas de uma forma geral a gente tem essas reuniões semanais entre a gente para discutir as pautas e aí basicamente o foco que a gente tem é sempre fazer reportagens mais aprofundadas. A gente não cobre o *hard news* então a ideia é obviamente pegar um tema, um assunto que seja importante, que não esteja sendo coberto, que não esteja sendo olhado e fazer uma reportagem aprofundada sobre ele, sempre olhando esses dois aspectos de trazer serviço público e quando possível monitorar o poder público nas políticas e direitos das mulheres. A partir disso a gente começa a desenvolver as pautas e aí é o rito natural da troca da repórter com a editora e uma vez a reportagem pronta ainda tem uma segunda leitura, de uma segunda editora. E perpassando tudo isso tem o trabalho da arte, a gente tem uma identidade visual bastante marcante e arte é uma coisa bastante importante para nós. Por isso a gente procura fazer infográficos e ilustrações muito voltadas para essa coisa de fugir dos estereótipos na cobertura de gênero que são tão comuns.

**13- Em relação às fontes que serão ouvidas em cada reportagem, gostaria de entender como elas são pensadas: existe uma esquematização prévia? Que critérios são definidores dessa seleção?**

Normalmente a gente discute já na pauta que tipo de fontes e personagens precisam ser ouvidos e obviamente que ao longo do processo de apuração muda, algumas coisas caem e a pauta pode ir para outro caminho. Mas a gente tem alguns norteadores da escolha dessas fontes, então a gente privilegia sempre mulheres. Especialistas homens podem ser ouvidos, não é proibido entrevistar, falar com homens obviamente, mas a gente dá preferência para mulheres. E aqui a questão interseccional ela é bastante transversal na nossa organização e isso passa pelo jornalismo, passa por políticas internas, passa na hora que a gente vai pensar em novos projetos, que é essa questão interseccional de sempre pensar gênero junto com raça, classe e orientação sexual. A gente busca essa diversidade também nas fontes, então a gente não vai buscar mulheres negras para falar apenas sobre racismo, se a gente está fazendo uma pauta sobre menopausa, todas as mulheres independente da raça ou orientação sexual vai entrar na menopausa, então a gente sempre tenta pensar esses marcadores que atravessam gênero de formas diversas. Então também tem essa preocupação de ser interseccional na hora de buscar essas personagens ou essas especialistas que vão falar.

**14- Em relação às fontes institucionais e técnicas, os protocolos de seleção são os mesmos?**

São sim. Por exemplo, nós estamos fazendo uma matéria agora sobre racismo na saúde. Então a gente vai procurar instituições que tratam com isso, por exemplo, fomos procurar a Crioula no Rio de Janeiro que trata sobre saúde e sobre raça. Então os critérios são os mesmos nos casos técnicos e nos especialistas também. Aí na impossibilidade disso, a gente procura sempre os que são referências nessas áreas. Então para dar um exemplo, em 2019 a gente fez uma matéria sobre aborto seguro e aborto legal, que é um tema tabu ainda no Brasil. Nós ainda somos um dos poucos veículos de mídia que tratam recorrentemente e cobrem esse assunto, aí por exemplo, a gente procurou médicos que pudessem falar sobre isso, procurou várias médicas, mas o serviço de aborto legal que é referência no Brasil quem estava à frente desse serviço por mais de vinte anos era um homem. Então na impossibilidade dos critérios de escolha, na impossibilidade de falar com uma especialista mulher por exemplo e abarcar todas as questões interseccionais que atravessam, a gente procura as referências dos temas que a gente trata.

**15- Que outros formatos de produção de conteúdo jornalístico AzMina vai produzir?**

Desde 2015 a gente tem trabalhado muito com jornalismo de dados, além desse jornalismo de histórias e personagens. Vou citar três projetos no ano passado que a gente fez com jornalismo de dados. Um é o próprio Elas no Congresso, que é um projeto nosso

permanente de cobertura e acompanhamento dos direitos das mulheres na produção legislativa no Congresso e no Senado, de projetos de lei que impactam as mulheres. Um outro foi o Mapa das delegacias das mulheres, que foi um trabalho bastante extenso que a gente fez no ano passado. A gente procurou os vinte e seis estados brasileiros pedindo os dados para as secretarias competentes sobre as informações das delegacias especializadas em mulher e a gente checkou esses dados, porque muitas vezes o poder público ou passa dados inconsistentes ou mesmo errados, então foram mais de mil ligações para checar esses dados. E aí esse trabalho resultou tanto em uma reportagem denunciando que só 7% das cidades brasileiras têm delegacia das mulheres e também gerou um mapa com esses pontos onde tem essas delegacias que as mulheres, que as mulheres ou qualquer pessoa, pode acessar e saber onde está a delegacia especializada em mulher mais próxima. Então o nosso conteúdo jornalístico ele está muito preocupado em além de monitorar poder público e de trazer isso de contar histórias, também tem muito forte essa questão de trazer esse serviço público de fato de informação. O terceiro é o próprio Monitora que eu já comentei antes que foi esse projeto de monitoramento de violência política de gênero contra candidatas e que também foi um projeto de jornalismo de dados bastante intenso. Então acho que o grande destaque em termos de formato é o de jornalismo de dados que a gente tem feito.

#### **16- Como vocês definiram as colunistas da revista? E os temas das colunas?**

Hoje as nossas colunistas elas são todas voluntárias, a gente ainda não está em condições de remunerá-las então, tem a questão de disposição das mulheres, do interesse de mulheres que querem escrever para a revista. Lembrando que trabalho voluntário também é de alguma forma um privilégio, você precisa estar com as contas pagas para ter tempo e disposição para fazer um trabalho como esse, então essa é uma limitação, é importante pontuar isso. As colunistas e os temas são escolhidos no sentido da gente amplificar as vozes de mulheres diversas e elas obviamente têm liberdade para falar sobre todos os temas, mas cada mulher tem um tema maior de interesse. Então a gente tem colunistas que falam mais sobre maternidade, colunistas que falam mais sobre esportes, colunistas que falam mais sobre negritude, colunistas que falam mais sobre política, sobre mulheres com deficiência ... então a gente escolhe sempre muito voltado a amplificar vozes de mulheres diversas. A gente tem entre nossas colunistas mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres que são mães, mulheres que estão fora de São Paulo, a gente tem por exemplo, a Rebecca Souza, que é uma mulher cigana que mora no Pará, então as colunistas vêm muito nessa questão de trazer uma voz mais diversa possível.

**17- Adentrando na seara da interseccionalidade, essa epistemologia é pensada dentro dos projetos de vocês? Se sim, o que vocês entendem por interseccionalidade?**

A resposta é sim. Nesse sentido acho que pelas respostas anteriores deu para perceber que isso é uma coisa bastante transversal na organização, que a gente acredita que isso de olhar gênero como uma coisa apartada de outras coisas que atravessam gênero é uma leitura pobre, é uma análise pobre, é uma perspectiva muito pobre de cobrir, falar sobre e debater gênero. Então nessa perspectiva e desde que a gente nasceu lá em 2015 a ideia era justamente essa de não tratar a mulher como esse ser universal, quando a gente olha essa representatividade de mulheres na mídia como um todo e na comunicação - eu digo tanto na publicidade, quanto na mídia jornalística, a mulher como esse ser universal, a mulher branca, classe média de grandes centros urbanos, é magra, trabalha fora, está destinada a ser mãe, heterossexual, cisgênera, é então nesse sentido que a gente já nasceu com essa missão, com esse desejo, essa vontade de amplificar as vozes de mulheres diversas. Então todo o jornalismo em todos os projetos que a gente pensa e como a gente pensa a organização AzMina em si, nas ações de contratações da equipe e como a gente faz o nosso trabalho, para a gente trazer essas coisas que atravessam gênero é bastante importante. Então é algo que a gente trabalha mesmo de forma transversal.

**18- Quais são as interseccionalidades consideradas e em que momentos/situações?**

As clássicas: gênero, raça, raça/etnia e classe social. A gente traz algumas outras que achamos bastante importantes também, como por exemplo orientação sexual, pois quando a gente olha mulheres lésbicas ainda elas têm uma sub representatividade absurda na comunicação. E essa interseccionalidade na questão de corpos também, então aí a gente está falando de corpos que não são padrão, estamos falando de mulheres gordas, mulheres deficientes físicas, então acho que essas são as principais interseccionalidades para a gente.

**19- Que pontos vocês apontariam na revista AzMina enquanto resultantes do imbricamento do jornalismo feminista do veículo com a interseccionalidade?**

Como a gente nasce desse imbricamento eu tenho um pouco de dificuldade de elencar pontos específicos. Mas acho que é isso assim, o resultado do nosso trabalho é bastante interseccional porque a gente já nasceu dessa perspectiva, então não sei muito bem responder.

**20- Dentro das vertentes dos feminismos e movimentos feministas, vocês enquanto veículo jornalístico se identificam e conseqüentemente produzem conteúdos mais sintonizados com algum(a) ou alguns(mas) deles(as) em específico? Qual(is) a(s)**

**concepção(ões) teórica(s) e prática(s) que vocês têm ou discutem sobre as questões de gênero em geral?**

Sobre as questões de gênero em geral, a gente é uma organização que se define enquanto uma revista feminista e é dessa perspectiva que a gente gosta de trazer reportagens sobre as mais diversas vertentes. No ano passado ou retrasado, agora não lembro, a gente fez uma matéria esse sobre quais são as vertentes do feminismo e a gente tem um livro também publicado que chama Você já é feminista, que traz inclusive essa reportagem, para mostrar enfim como o feminismo também é diverso. A gente não tem o movimento feminista, mas sim vários movimentos feministas e obviamente quem compõe a organização também se identifica mais ou menos com algumas vertentes. Mas a organização tem muito essa questão da interseccionalidade que é uma questão muito ligada ao feminismo negro, porém a organização não é só formada por mulheres negras, na organização tem mulheres negras e tem mulheres brancas. Então acho que de forma geral a gente se identifica e acaba produzindo conteúdos bastante focados nessa questão do feminismo interseccional, mas a gente sempre traz nos nossos conteúdos as outras vertentes do feminismo porque a gente acredita que o debate é rico. A única vertente que a gente se identifica menos – e nessa reportagem está lá por exemplo, é o feminismo radical, a gente sempre pontua inclusive as inconsistências e as contradições que existem dentro das vertentes. Existem grupos do feminismo radical que são transfóbicas por exemplo, e aí nesse caso a gente não se identifica e nem produz conteúdo nesse sentido, porque a gente acredita no movimento feminista como um movimento de inclusão e não de exclusão. Então nós reconhecemos sim mulheres trans e a gente acha que alguns grupos dentro do feminismo radical são excludentes e aí a gente não se identifica. Acho que é isso, gênero perpassa toda nossa produção, todo o nosso trabalho e toda a nossa prática também, mas a gente está constantemente discutindo e rediscutindo essas coisas. Então por exemplo, nossa equipe cresceu bastante no ano passado, a gente passou de uma equipe de cinco pessoas para uma equipe de onze pessoas dedicadas *full time* a organização e nisso a gente também trouxe mais diversidade. Então crescemos o número de mulheres negras, o número de mulheres que vem da periferia, a gente teve por exemplo mais mulheres que são mães, que era uma realidade que a gente não tinha e tudo isso traz obviamente atravessamentos, questões, discussões e dores que precisam ser discutidas. Inclusive é isso, nossas práticas de como fazer o nosso trabalho, e isso é uma coisa praticamente diária e a gente tem trazido também espaços de cuidado coletivo e com mediação para que a gente possa solucionar, discutir e fazer um debate saudável dessas questões.

## **21- Fazendo um balanço da produção do jornalismo da AzMina, como vocês enxergam a contribuição da AzMina para o feminismo e as questões de gênero no Brasil?**

Tem uma frase da Jurema Werneck que movimento de mulheres negras usa bastante que fala que nossos passos vêm de longe e eu acho que é isso assim, o passo do movimento feminista inclusive dentro da comunicação, que é a área que a gente trabalha mais, ele é antigo, ele vem de longe e a gente bebe muito nele, é ele que nos trouxe até aqui. Eu acho que a grande contribuição da AzMina é trazer essa discussão para a grande mídia também, para o jornalismo tradicional. A gente tem esses parceiros de republicação que eu mencionei, com os quais a gente está sempre em diálogo e aí eles falam quanto o nosso trabalho tem sido guia no sentido de cobrir os mais diversos temas. A gente costuma falar que qualquer tema é tema de mulher, então economia é tema de mulher, política é tema de mulher, esporte é tema de mulher, qualquer tema é tema de mulher. Na sociedade machista patriarcal que a gente vive as coisas, os espaços são separados né, então os espaços públicos do homem, espaço privado é o que foi delegado a mulher e obviamente a gente vem mudando isso ao longo dos anos. E aí quando a gente pega esses atravessamentos, então quando a gente olha para a mulher negra ela sempre esteve sim no espaço público, mas ela foi sempre invisibilizada, sempre esteve em papéis sociais subalternos e aí eu acho que a grande contribuição que a gente traz é justamente trazer essa discussão para o meio de comunicação. Esse debate é sobre como uma perspectiva feminista ela é importante quando a gente vai falar sobre comunicação e quando a gente vai falar sobre por exemplo, políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica ela precisa ser feita de uma perspectiva feminista, ou ela não vai ser libertadora e vai revitimizar mulheres. E então acho que a nossa contribuição é muito nesse sentido de ajudar a visibilizar esse trabalho que sempre foi feito, é no sentido de trazer serviço público para a comunicação enfim, para o jornalismo. Acho que a gente faz parte dessa mudança com várias outros atores, com vários outros movimentos, com todos os movimentos feministas e com toda a mídia independente que está aí. A gente tem visto a mídia independente muito forte e com essa perspectiva, tem o Alma Preta que fala de raça, tem a própria Gênero e Número que também trata de gênero como nós, então enfim, acho que a gente faz parte desse movimento que tem discutido, tem estado mais no debate público, a gente faz parte dessas mudanças que a gente tem visto no debate público de tornar o feminismo a palavra que ele é, a palavra potente e não um palavrão como era lá em 2015.